Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Rosa Maria Garcia Monaco Paiva

Eu quero saber mais, preciso saber mais, o Projeto Minerva está no ar: ensino supletivo de 1º grau para além das ondas do rádio (1970-1979)

Rio de Janeiro
2023

Rosa Maria Garcia Monaco Paiva

Eu quero saber mais, preciso saber mais, o Projeto Minerva está no ar: ensino supletivo de 1º Grau para além das ondas do rádio (1970-1979)

Tese apresentada, como requisito final para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Linha de Pesquisa: Instituições, Práticas Educativas e História.

Orientadora: Prof.ª Dra. Sônia Camara

Rio de Janeiro
2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P149 Paiva, Rosa Maria Garcia Monaco
Eu quero saber mais, preciso saber mais, o Projeto Minerva está no ar: ensino supletivo de 1º Grau para além das ondas do rádio (1970-1979) / Rosa Maria Garcia Monaco Paiva. – 2023.
244 f.

Orientadora: Sônia Camara.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação - Brasil - Teses. 2.Ensino supletivo - História -Teses. 3. Educação de jovens e adultos - Teses. 4. Projeto Minerva - Teses. 5. Rádio na educação - Brasil - Teses. I. Camara, Sônia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

ml CDU 37(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Rosa Maria Garcia Monaco Paiva

***Eu quero saber mais, preciso saber mais, o Projeto Minerva está no ar*: ensino supletivo de 1º Grau para além das ondas do rádio (1970-1979)**

Tese apresentada, como requisito para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Instituições, Práticas Educativas e História.

Aprovada em: 24 de abril de 2023.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dra. Sônia Camara (Orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

_____

Prof.ª Dra. Maurilane de Souza Biccas
Universidade de São Paulo - USP

_____

Prof.ª Dr. Fernando César Ferreira Gouvêa
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

_____

Prof.ª Dra. Lia Ciomar Macedo de Faria
Faculdade de Educação - UERJ

_____

Prof.ª Dra. Marcia Soares de Alvarenga
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Rio de Janeiro
2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu marido Paulo, aos meus filhos Thiago e Larissa e à minha irmã Angela (Maninha), pois eles sabem como tirar de mim o “meu melhor”! Sinto-me amada, cuidada e protegida; os amo!

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos a partir do ensinamento do Apóstolo Paulo: “Em tudo dai graças; porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco” (1 Tessalonicenses 5:18). Por isso, os meus primeiros agradecimentos são a Deus, pois foi quem me concedeu o dom da vida, deu força e inspiração para chegar até aqui. Agradeço a Ele também por todos aqueles que conviveram comigo e estiveram ao meu lado, mesmo que à “distância”, nesses últimos quatro anos, intercedendo, orando ou torcendo por um final feliz!

Agradeço pela presença diária da minha família: meu marido Paulo e meus filhos Thiago e Larissa (Lalá). Eles são meus eternos motivadores em querer crescer e sonhar: obrigada por todo sorriso e bronca (no amor), e por todo brilho no olhar de cada um de vocês. Agradeço à minha irmã Angela e aos meus padrinhos Léa e Carlinhos, pela atenção e carinho, de igual modo aos meus pais (*in memoriam*), por me darem tudo o que tinham. Amo vocês, *my family*!

De todo coração quero agradecer à minha eterna e querida orientadora Prof.ª Sônia. Inicialmente eu rendo agradecimentos em especial a Deus, por ter ouvido nossas orações no sentido dela se recuperar completamente do seu problema de saúde. Apesar do momento delicado o qual ela passou, esteve sempre por perto, com toda sua gentileza e amorosidade; colocou-se sempre à nossa disposição (grupo de pesquisa), não importava o dia, a hora ou o motivo. Sônia, você é muito especial para mim, muito obrigada de verdade, amo-te e admiro-te como pessoa de gestos cordiais e como orientadora de pulso forte!

Sou muito grata pelo aceite dos professores e professoras que integram a banca: Maurilane Biccas, Lia Faria, Marcia Alvarenga, Fernando Gouvêa e suplentes. Para aqueles que participaram da sessão de qualificação com sugestões para o refinamento do objeto de estudos, meu muito obrigada. Da mesma forma, nesse momento da defesa, externalizo meus agradecimentos e reconheço o processo formativo em que estiveram engajados ao dedicarem tempo, compartilharem conhecimentos e prepararem impressões. Tudo isso me proporcionou crescimento e amadurecimento, tanto como pesquisadora, quanto como pessoa.

Quanto ao meu grupo/família de estudos, o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI), só tenho a agradecer, em especial ao subgrupo das segundas-feiras. Nossa semana começa mais feliz quando sabemos que logo pela manhã estaremos juntos, tendo a certeza que será um tempo para adquirir conhecimentos, leituras, afagos, gentilezas e muito mais. Aos colegas: Leonardo, Marcela, Niely, Alessandra, Cinthya, Bruna, Fernanda, Marcele, Luíza, Victória, Kátia, Dante, Daniele, Deilson, Leni, Renata, Jodar e Claudio. Toda partilha e construção ao lado de vocês se torna mais leve e serena.

Em especial agradeço aos encontros promovidos com as docentes participantes do NIPHEI, Mônica Ferreira e Marilene Antunes, pois ambas não nos deixaram durante o período que a nossa orientadora e mentora esteve afastada cuidando da saúde. Entendi que elas não apenas nos auxiliaram acerca dos textos acadêmicos, mas nos ensinaram sobre lealdade, amizade e fraternidade! Minha sincera admiração e respeito às tão amáveis e gentis professoras! Ao professor Jorge Antônio Rangel (Fidel) agradeço pelo otimismo, incentivos e sorrisos fáceis.

Muito obrigada pelos grupos discentes e docentes que o Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED/UERJ) me concedeu. Foram ótimos encontros com trocas de saberes. Em especial, cito nomes de professores que marcaram minha vida, como Marcia Cabral, Maria Celi Chaves, Alexandra Lima e José Gonçalves Gondra. Quanto aos colegas de classe, deixo meu carinho para Raquel, Luíza, Tiago e Márcio, guardando lembranças do trabalho final de disciplina que apresentamos juntos e recebemos nota máxima!

Ao Diretor da Rede CEJA, Sidney Borges, juntamente à atual presidente da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), Caroline Alves da Costa, ambos da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ); e ao Diretor da Regional Administrativa das Baixadas Litorâneas, da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), Jorge Paes: agradeço-os e admiro como chefes zelosos e sérios em suas funções e pelo incentivo à titulação de doutoramento.

Meus agradecimentos às equipes das escolas CEJA Niterói e CEJA Niterói/Maricá, onde há dois anos e meio ocupo o cargo de diretora geral de ambas as unidades. Por muitas vezes meus colegas professores e/ou administrativos e/ou de apoio se interessaram pela minha vida pessoal, profissional e/ou formativa, quando me ajudaram a seguir em frente e me provocaram a aprender mais. Deixo um beijo especial ao núcleo diretivo-pedagógico formado pela Luciana, Graziele, Valdea, Geruza e Roberta. Trabalhar em um ambiente em que se encontra amigos e apoiadores não tem preço! Sou grata!

Não creio que foi somente a pesquisa de Tese, o título de Doutor ou o conhecimento teórico e acadêmico que agregamos ao final do processo. Saímos da jornada com mais dúvidas e senso de investigação. Não somos mais os mesmos que éramos há quatro anos. Houve certezas, suspeição, vontades, construções e execuções que nos transformaram e nos transformam, pouco a pouco. Agradeço aos conselhos, elogios e críticas direcionados ao trabalho, foi muito bom ter conseguido avançar e resistir. Encontro-me com o coração agradecido a cada um(a), na certeza de que o trabalho não foi em vão e nem só, fizemos uma grande parceria. "Determinando tu algum negócio, ser-te-á firme, e a luz brilhará em teus caminhos" (Jó 22:28). Obrigada!

Viver é um rasgar-se e remendar-se.

Guimarães Rosa (2015, p. 81)

RESUMO

PAIVA, Rosa Maria Garcia Monaco. *Eu quero saber mais, preciso saber mais, o Projeto Minerva está no ar*: ensino supletivo de 1º Grau para além das ondas do rádio (1970-1979). 2023. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Criado durante o regime militar instaurado no Brasil (1964-1985), o *Projeto Minerva* (1970-1989) integrou o plano de governo, veiculando nacionalmente programação radiofônica com fins educativos e culturais. Assim, o objetivo da Tese foi o de analisar as concepções assumidas pelo *Projeto Minerva* durante o período de 1970 a 1979, em que os cursos preparatórios de 1º Grau foram elaborados e produzidos sob a coordenação pedagógica do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). A partir de 1980, essa função foi exercida pela Fundação Roberto Marinho (FRM), com a inclusão do curso de 2º Grau e a adaptação do 1º Grau, ambos com o material didático organizado pela Fundação. Dessa forma, delimitamos como recorte temporal o período no qual o curso de 1º Grau foi transmitido exclusivamente pelo rádio (1970-1979) e sob a orientação e coordenação pedagógica do poder público (SRE/MEC). O projeto supletivo utilizava-se da irradiação de aulas, com acompanhamento de leitura de fascículos e encontros em radiopostos, com a mediação dos monitores. As emissoras radiofônicas públicas e privadas mantinham a programação obrigatória do *Projeto Minerva* em dias e horários fixos, empreendendo uma estratégia de alcance aos milhares de participantes a fim de construir uma ideia de conexão, pela forma simultânea e uniforme por meio das quais aconteciam as transmissões das aulas. A hipótese que orientou a Tese girou em torno de caracterizar o *Projeto Minerva* como uma comunidade imaginada, segundo o conceito de Benedict Anderson (2008), em que o autor considera que uma nação ou uma comunidade, mais do que inventadas, sejam imaginadas, no intuito de que fazem sentido para a alma e se constituem como objetos de desejos e projeções para os sujeitos que as compõem. Sendo o *Projeto Minerva* o programa educativo-informativo-cultural de expressão do regime militar, ele também significou um meio de aproximação do governo junto aos adultos leitores/ouvintes, em especial àqueles que não possuíssem a certificação do ensino de 1º Grau. Consideramos, ao final da pesquisa, que todo indivíduo que lia os fascículos era perpassado pelas ideias, pensamentos, visões de mundo e/ou doutrinas daquele determinado grupo-autor do poder público, não significando, com isso, que as pessoas não pudessem se apropriar e construir outros sentidos para além do que se objetivava com o *Projeto*. Como fontes primárias foram analisados fascículos do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (1973-1979), com a percepção das intenções do poder público durante o período ditatorial, além de periódicos como: *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã*, *O Fluminense*, *Jornal dos Esportes*, *Folha de São Paulo*; além de *O Cruzeiro* e *Manchete*. Pudemos analisar documentos gerados a partir de Seminários e Encontros, organizados no período demarcado pelo estudo. Nosso arcabouço teórico-metodológico contemplou autores como Ginzburg (1989, 2007), Chartier (1990), Revel (1998, 2010), Certeau (1998, 2020) e Anderson (2008).

Palavras-chave: *Projeto Minerva*. História da Educação. Comunidade Imaginada. Ensino Supletivo.

ABSTRACT

PAIVA, Rosa Maria Garcia Monaco. *"I want to know more, I need to know more", the Minerva Project is on the air: elementary school for adult education beyond radio waves (1970-1979).* 2023. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

During the military regime established in Brazil (1964-1985), the *Minerva Project* (1970-1989) was part of the government plan, broadcasting radio program nationally for educational and cultural purposes. Hence, the objective of the Thesis was to analyze the conceptions assumed by the *Minerva Project* in the period from 1970 to 1979, in which the preparatory courses of elementary school were elaborated and produced under the pedagogical coordination of the Educational Broadcasting Service (SRE), agency subordinated to the Ministry of Education and Culture (MEC). From 1980, this function was exercised by the Roberto Marinho Foundation (FRM), with the inclusion of the high school program and the adaptation of the elementary school, both with didactic material organized by the Foundation. Thus, we delimited as a time frame the period in which the 1st Grade course was transmitted exclusively by the radio (1970-1979) and under the guidance and pedagogical coordination of the public authorities (SRE/MEC). The adult education project used the expansion of classes, with reading of fascicles, meetings at radio stations and the mediation of monitors. Public and private radio stations maintained the required schedule from *Minerva Project* on fixed days and timetables, undertaking a strategy to reach thousands of participants in order to build an idea of connection, through the simultaneous and uniform way in the broadcasts of the classes. The hypothesis that guided the Thesis revolved around characterizing the *Minerva Project* as an imagined community, according to the concept of Benedict Anderson (2008). The author considers that a nation or a community is more than invented, it is imagined, it makes sense to the soul and constitutes itself as object of desires and projections for the subjects that compose it. Since the *Minerva Project* was the military regime's educational-informative-cultural program, it also meant a means of bringing the government closer to adults readers/listeners, in particular those who did not have primary educational certification. We consider, at the end of the research, that everyone who read the fascicles was permeated by ideas, visions, worldviews and/or doctrines of that particular group-author of public authorities. However, it does not mean that people could not take ownership and build other meanings beyond what it was aimed at the *Project*. As primary sources, fascicles of the elementary school for adult education of the *Minerva Project - Phase II* (1973-1979) were analyzed, with the perception of the intentions of the public authorities during the dictatorial period, in addition to newspapers, for instance: *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã*, *O Fluminense*, *Jornal dos Esportes*, *Folha de São Paulo*; and *O Cruzeiro* and *Manchete*. We can analyze documents generated from Seminars and Meetings, organized in the period demarcated by the study. Our theoretical-methodological framework includes authors, such as Ginzburg (1989, 2007), Chartier (1990), Revel (1998, 2010), Certeau (1998, 2020) and Anderson (2008).

Keywords: *Minerva Project*. History of Education. Imagined Community. Adult Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fachada da emissora Rádio MEC (2008) 39
Figura 2 - Propaganda do modelo Fusca 63
Figura 3 - Presidente Médici retratado perto de uma criança 65
Figura 4 - Presidente Médici e sua comitiva no jogo de futebol 67
Figura 5 - Família reunida ao ouvir transmissão radiofônica (1940/1950) 74
Figura 6 - Mapa dos estados que transmitiram o *Projeto Minerva* (1970 e 1971) 93
Figura 7 - Treinamento do Mobral (1972) 99
Figura 8 - Reunião da equipe do *Projeto Minerva* 107
Figura 9 - Turma de crianças escola regular (FASCÍCULO 9, 1973, p. 65) 109
Figura 10 - Radioposto do *Projeto Minerva* (FASCÍCULO 9, 1973, p. 66) 109
Figura 11 - Fachada da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1979) 113
Figura 12 - Radioposto em Duque de Caxias/RJ (1979) 114
Figura 13 - Aparelho de transmissão do *Projeto Minerva* 116
Figura 14 - Mapa dos estados que transmitiram o *Projeto Minerva* (1979) 127
Figura 15 - Charge ilustrativa da reportagem 138
Figura 16 - O maestro e as crianças 150
Figura 17 - Locutores do *Projeto Minerva* na década de 1970 154
Figura 18 - Radioposto do Bairro da Penha/RJ 167
Figura 19 - *V Encontro Nacional do Projeto Minerva – RJ* (1978) 173
Figura 20 - Fascículo "Período Preparatório" 178
Figura 21 - Capa e primeira página do Fascículo 1..... 184
Figura 22 - Fascículos 2 e 3 185
Figura 23 - Fascículos 4 e 5 187
Figura 24 - Fascículos 6 e 7 189
Figura 25 - Fascículos 8 e 9 190
Figura 26 - Fascículos 10 e 11 192
Figura 27 - Fascículos 12 e 13 193
Figura 28 - Fascículo 13-Reforço 195
Figura 29 - Disciplina EMC (FASCÍCULO 2, 1973, Aula 6, p. 62-64 e 67) ... 200
Figura 30 - Fascículo 10a (1973, Aula 36, p. 61) 203

Figura 31 - Fascículo 10b (1973, Aula 36, p. 61) 203
Figura 32 - Boxes “Guarde Bem” no Fascículo 10 (1973, Aula 36, p. 59) 206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEE	Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro
CFE	Conselho Federal de Educação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação
DSU	Departamento do Ensino Supletivo
EAD	Educação a distância
EDA	Educação de adultos
FCBTVE	Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa
FEPLAM	Fundação Educacional Padre Landell de Moura
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FPA	Fundação Padre Anchieta
FRM	Fundação Roberto Marinho
FUNTEVÊ	Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPLAN	Instituto de Planejamento
MAER	Ministério da Aeronáutica
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINICOM	Ministério das Comunicações
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PRONTEL	Programa Nacional de Teleducação
SEEC/RJ	Secretaria de Estado de Educação e Cultura do RJ
SEPS	Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SPG	Projeto Supletivo de Primeiro Grau (da Fundação Roberto Marinho)
SRE	Serviço de Radiodifusão Educativa
SSG	Projeto Supletivo de Segundo Grau (da Fundação Roberto Marinho)
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tabela com dados do PIB, Inflação e Dívida Externa Bruta do Brasil 31
Quadro 2 - Fluxo escolar do ensino de 1º Grau (1942-1972) 80
Quadro 3 - Brasil – ensino supletivo/taxas de evasão (1976) 84
Quadro 4 - Cursos transmitidos no *Projeto Minerva – Fase I* (1970/1972) 94
Quadro 5 - *Curso Capacitação ao Magistério Leigo/Capacitação ao Ginasial* 98
Quadro 6 - Disciplinas ministradas por semana 122
Quadro 7 - *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (1973-1979) . 123
Quadro 8 - Áreas de abrangência das *Séries Informativo-Culturais* 142
Quadro 9 - Regiões Escolares do Estado do Rio de Janeiro (1973) 157
Quadro 10 - Inscritos (1973/1974) e equipe do *Projeto Minerva* (1975-1976) no RJ.... 161
Quadro 11 - Inscritos (1975/1976) e equipe do *Projeto Minerva* (1975/1976) no RJ.... 162
Quadro 12 - Distritos Educacionais do Município do Rio de Janeiro (1977) 170
Quadro 13 - Transcrição do Sumário do Fascículo "Período Preparatório" 179
Quadro 14 - Panorama geral das capas dos fascículos (1973-1979) 196
Quadro 15 - Taxas de urbanização das cinco regiões brasileiras (1960-1980) 198
Quadro 16 - Aulas da seção "Informação Ocupacional" 210

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1.	**PALAVRAS DE ORDEM, PRESENTE! O GOLPE DE 1964 E O ENSINO SUPLETIVO PROPOSTO A PARTIR DO REGIME MILITAR**	27
1.1	**A instituição de uma "nova" ordenança**	27
1.2	**Supletivos à vista: Cruzada ABC, MEB e Mobral**	41
1.3	**Publicidade e divulgação: a alma do negócio**	59
2.	**SUPLETIVO EM CADEIA NACIONAL, AVANTE! PROGRAMAÇÃO SIMULTÂNEA E UNIFORME DO *PROJETO MINERVA – FASE I* (1970-1972)**	73
2.1	**Evasão e abandono escolar do ensino regular ao supletivo**	73
2.2	**Funcionamento e estrutura do *Projeto Minerva***	87
2.3	**Radiopostos e monitores: pilares do ensino supletivo pelo rádio**	102
3.	**INTEGRAÇÃO NACIONAL, PROSSIGA! AÇÕES E PRÁTICAS DO *PROJETO MINERVA – FASE II* (1973-1979)**	121
3.1	**Os quatro lançamentos do *Curso Supletivo do 1º Grau* do SRE/MEC**	121
3.1.1	Telecursos de 1º e 2º graus da Fundação Roberto Marinho	134
3.2	**Programas informativos-culturais: parte diversificada do ensino de adultos**	141
3.3	**O *Projeto Minerva* no Estado do Rio de Janeiro sob a lente de observação**	157
4.	**PROJETO IMAGINADO MINERVA, CONQUISTE! FASCÍCULOS – FASE II – COM PROPÓSITOS E SIGNIFICADOS**	175
4.1	**Leitura e escrita para o período preparatório**	175
4.2	**Capas e primeiras páginas, o que dizem as evidências?**	183
4.3	***Layout* e lições dos fascículos: uma amostra que muito mostra**	199
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
	REFERÊNCIAS	221
	APÊNDICES	233
	APÊNDICE 1: Programação das *Séries Informativas-Culturais*	233

APÊNDICE 2: Sinopses e produtores dos *Informativos-Culturais* 235
APÊNDICE 3: *Curso Supletivo Dinâmico* 240
APÊNDICE 4: Parecer nº 45/72 do Conselho Federal de Educação 241
ANEXOS 243
ANEXO 1: Mulheres cônjuges ocupadas – IBGE Censo (1970/2006) 243
ANEXO 2: Mulheres por grau de escolaridade – IBGE Censo (1970/2006) 243

INTRODUÇÃO

> Eu quero saber mais, preciso saber mais, *Minerva* está no ar. Sabendo a gente sente que anda pra frente e começa a melhorar. Depois que a gente estuda, a coisa toda muda e o Minerva está aí para ajudar. Eu quero saber mais. Eu quero ser alguém. Eu cresço com o *Minerva* e o Brasil cresce também (CANÇÃO DE ABERTURA DO *PROJETO MINERVA*[1], 1970).

Em 04 de outubro de 1970 era realizado o lançamento do *Projeto Minerva*, veiculado pelo rádio, em cadeia nacional, com programação educativa e cultural voltada ao público acima de 17 anos, permanecendo no ar por quase duas décadas. Passados dois anos de sua inauguração, foi o momento em que ingressei[2] no antigo primário[3], no Grupo Escolar Raul Vidal[4], no Município de Niterói, no Rio de Janeiro. A partir do casamento de um imigrante italiano chegado ao Brasil no Pós-Segunda Guerra Mundial (1936-1945) com uma moça simples da periferia metropolitana fluminense, ambos semianalfabetos, nasci, cresci e aprendi a valorizar o conhecimento, a escola e os professores. Como fruto dessa admiração, comecei desde cedo a ensinar a lição de casa às minhas bonecas-alunas, a ajudar os colegas de classe nas tarefas escolares e, mais tarde, a dar aulas de reforço aos meus tios-avôs, que participavam do ensino supletivo[5].

Meu tio-avô, Gilson, frequentava a classe noturna de 1º Grau no mesmo Grupo Escolar que eu estudava, enquanto minha tia-avó, Rosa, frequentava o Centro de Estudos Supletivos (CES)[6] de Niterói. A canção de abertura do *Projeto Minerva* tocada há mais de cinquenta anos ecoa na memória, assim também como a programação cultural "Concertos para Juventude" que invadiu os meus ouvidos e de minha família na praia de Icaraí, no Município de Niterói, mesmo que por apenas um dia, quando fomos expectadores do programa, *in lócus*. As lembranças e as recordações são alimento e renovação para minh'alma, conforme nos inspira Le Goff (1990, p.

---

[1] O *jingle* foi extraído do arquivo original em áudio: "ED70_01_*Projeto Minerva*.MP3", sob a guarda da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 20/01/2020. A EBC foi criada em 2008 e vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

[2] Na primeira parte da Introdução, usarei em algumas passagens a primeira pessoa do singular, como parte de minha expressão. Remeto-me à primeira pessoa do plural ao trazer para o diálogo os autores que me auxiliaram na construção da Tese.

[3] Ao longo da Tese foram utilizadas nomenclaturas de época como: ensino primário e ginasial, 1º e 2º graus, educação de adultos (EDA), educação supletiva de adolescentes e adultos. Também fizemos uso da grafia de época como: "radioaulas", "radiopostos" e "teleaulas", entre outras. O vocábulo "teleducação" foi empregado na Tese conforme foram referenciadas nas fontes pesquisadas, nas quais indicavam como aulas televisivas e radiofônicas.

[4] Os Grupos Escolares existiram até o ano de 1971, quando foram extintos pela Lei de Reforma Educacional nº 5.692, que fundiu o ensino primário e o ginasial no então ensino de 1º Grau.

[5] O termo "ensino supletivo" nesta Tese se refere sempre ao aspecto da suplência, que, segundo o Parecer 699/72, significava a substituição compensatória do ensino regular pelo supletivo via cursos e exames com direito à certificação para os adultos.

[6] C.f.: sobre o CES de Niterói (MONACO, 2017).

13) quando afirma que "O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta". Retomar minha história de vida me fez lembrar das escolhas efetuadas ainda bem jovem, quando cursei as graduações em Educação Física (1987) e Pedagogia (1989), pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e prestei concursos públicos para o magistério estadual nos anos de 1988 e 2011.

Como professora há trinta e cinco anos, ampliei meus horizontes ao ministrar aulas de Educação Física nos ensinos fundamental, médio e na educação de jovens e adultos (EJA), até ocupar a função de Coordenadora (2012-2020) na Rede Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), subordinada à Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ). Atualmente, ocupo a função de Diretora Geral do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) de Niterói e de uma outra unidade vinculada, o CEJA Niterói/Maricá. Nesse interim, desenvolvi duas especializações na área da Educação, em 1990 e 2013. Posteriormente, defendi a dissertação[7] no campo da História da Educação, com o título *O Centro de Estudos Supletivos de Niterói: uma proposta de educação para jovens e adultos (1976-1986)*, sob a orientação da Prof.ª Dra. Sônia Camara.

A dissertação girou em torno da investigação acerca da criação e funcionamento dos dez anos iniciais do primeiro Centro de Estudos Supletivos (CES) do Estado do Rio de Janeiro, localizado em Niterói. Ao final da pesquisa, o CES de Niterói, sob o regime semipresencial, mostrou-se como uma alternativa cabível aos alunos para a conclusão do 1º Grau, apesar do elevado número de inconclusos que acumulou no decênio pesquisado. Destaca-se o favorecimento que um grupo de alunos poderia experimentar, já que não havia obrigatoriedade de horário e frequência escolar, permitindo ao aluno que traçasse o seu próprio ritmo de estudos. Logo, o CES abarcava aqueles sujeitos que, de alguma forma, apresentavam impeditivo para estudar nas classes noturnas que funcionavam com dias e horários fixos, fosse por causa de suas rotinas de trabalho ou por outros motivos.

Concomitantemente ao ingresso na pós-graduação em 2015, tornei-me integrante do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI/UERJ), coordenado pela Prof.ª Dra. Sônia Camara. Os estudos partilhados nos encontros foram de suma importância para desenvolver o trabalho no Mestrado, tal como para reiterar minha escrita voltada ao ensino de adultos durante o governo militar, dessa vez no desenvolvimento do projeto para o Doutorado, quando o tema selecionado disse respeito ao *Projeto Minerva* durante a década de 1970, no período em que foi coordenado pelo poder público. O primeiro contato

[7] O Mestrado foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Formação de Professores (PPGedu/FFP/UERJ). C.f.: MONACO (2017).

com fascículos utilizados no *Projeto Minerva* foi mediado, em uma das reuniões do NIPHEI, pelas mãos da minha orientadora.

O historiador, ao contar um pouco do seu percurso e da sua pesquisa, acrescenta à história um itinerário de procedimento (CERTEAU, 2020, p. 29-30), a partir da relação entre ação e reflexão na construção do passado. O início foi no ano de 2019, com o ingresso no Doutorado, a partir do processo seletivo para o PROPED, tendo sido dedicado a cursar as disciplinas e começar a selecionar as fontes. Entretanto, o que nos sobreveio no ano seguinte, sem avisar, foi a pandemia da COVID-19[8] (2020-2021), a qual deflagrou a suspenção da visita aos acervos, museus e bibliotecas. Foi necessário reinventarmo-nos na vida e também na pesquisa, buscando manter com a coragem que nos provoca Guimarães Rosa (2015, p. 267): "O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem".

Para avançar, começamos a levantar informações e fontes acerca do programa educativo para adultos que durou dezenove anos (1970-1989), tendo sido o mais longo dos cursos supletivos propostos. Assim, mexendo e remexendo em documentos e jornais sobre a trajetória do *Projeto Minerva*, olhamos para o passado e, como analisa Camara (2013, p. 43), buscamos empreender um esforço de construção e de deciframento do nosso objeto de interesse, a partir de fragmentos documentais dispersos e, muitas vezes, desconexos, identificados e selecionados por nós. Em meio aos documentos, legislações e ocorrências da imprensa, percebemos críticas em certos aspectos em torno do *Projeto Minerva*, o que instigou o nosso olhar.

"Eu quero saber mais, preciso saber mais" ... a respeito do *Projeto Minerva*! O governo militar no momento de criação do programa radiofônico (1970), segundo Pimentel (2009, p. 64), exaltava a necessidade do crescimento do nível de escolarização dos brasileiros, fazendo com que o Estado investisse em programas e projetos supletivos de ampla abrangência como uma forma de implementar suas ideias de forma vertical, distante do diálogo e da democracia. Também de interesse do Estado era a qualificação do novo perfil de trabalhadores que se fazia necessário, devido à entrada de capital estrangeiro no país, promovendo o aumento de vagas de emprego nas fábricas e indústrias recém instaladas.

[8] A COVID-19 é uma doença infecciosa, causada pelo vírus SARS-CoV-2. No fim de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada sobre casos de pneumonia em Wuhan, na República Popular da China. Em janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram a identificação do que seria conhecido como o novo coronavírus. Dias depois a OMS declarou que o surto representava uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta. Desde março de 2020, a COVID-19 foi tida, pela Organização, como uma pandemia. Fonte: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 18 mar. 2023.

Uma das críticas ao *Projeto Minerva* se traduzia em não ter se mostrado eficiente quanto ao resultado da certificação em massa. O poder público, a partir do órgão criador, o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE)[9], subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), segundo Castro (2007, p. 57 *apud* ALONSO, 1996), compreende que durante o tempo de transmissão do *Projeto Minerva* algo em torno de 300.000 pessoas[10] tiveram acesso às emissões radiofônicas e, dentre esses inscritos, 60.000 solicitaram os exames supletivos, que eram avaliações oferecidas pela instância estadual[11]. De acordo com Alonso (1996), a aprovação se consolidou em somente 33% daqueles que se submeteram a eles.

Mediante ao *mix* de perguntas e dúvidas que se formaram a partir do contato com a temática da pesquisa, aliado ao pré-conhecimento a respeito da falta de neutralidade nas ações advindas do período político autoritário no Brasil (1964-1985), surgiu-nos a questão de pesquisa: quais finalidades efetivas mobilizaram a criação/implantação do *Projeto Minerva* de 1970 a 1979, período esse durante a ditadura militar?

O recorte temporal da Tese delimitou o período entre os anos de 1970, que marcou a inauguração do *Projeto Minerva*, e de 1979, que indicou a data limite da coordenação pedagógica exercida exclusivamente pelo órgão público Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), do MEC, intervalo em que o curso de 1º Grau foi transmitido exclusivamente pelo rádio. Esse período correspondeu à primeira fase (1970-1972) e à segunda fase (1973-1979) do *Projeto Minerva*, divisão indicada nas capas dos fascículos (SRE/MEC), perpassando pelo comando de dois militares na presidência: General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e General Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979)[12].

Mediante a questão central, o objetivo geral da Tese foi analisar as concepções assumidas pelo *Projeto Minerva* durante o governo militar, sob a coordenação pedagógica dos cursos preparatórios de 1º Grau, exercido pelo Serviço de Radiodifusão Educativa, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (1970-1979). Os objetivos específicos organizaram-se

---

[9] O Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) foi criado na década de 1930, com a Lei nº 378/37. Em 1967, com a Lei nº 53.556, o órgão recebeu novas funções e em 1970 lhe foi atribuída a de coordenar as atividades previstas na Portaria Interministerial nº 408/70. A extinção do SRE aconteceu de acordo com o Decreto nº 87.062/82, o qual transferiu seu acervo para a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FUNTEVÊ).

[10] Acredita-se que Alonso (1996) tenha se referido ao período vigente do *Curso Supletivo* e *1º Grau - Fase II* (1973-1979) que, segundo mostra o Quadro 7, os participantes foram em torno de 370 mil.

[11] Os exames supletivos foram avaliações oficiais previamente agendadas pelos estados, com o intuito de certificar os adultos no 1º e 2º graus, reconhecidos como "avaliação fora do processo de ensino-aprendizagem". Esses substituíram os antigos exames de madureza. Conforme, originariamente, o *Projeto Minerva* não aplicava a "avaliação dentro do processo de ensino-aprendizagem", os seus participantes se submetiam aos exames supletivos (certificadores). Como ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, os exames do *Projeto Minerva* passaram a ser ministrados como "avaliação dentro do processo de ensino-aprendizagem", a partir do ano de 1975.

[12] O último militar no poder, o General João Baptista Figueiredo (1979-1985), tomou posse no ano de 1979, data final do recorte temporal da pesquisa.

com a intenção de: compreender a estrutura e funcionamento do *Projeto Minerva* enquanto programa educacional supletivo; analisar as trajetórias e as práticas concebidas para o *Projeto Minerva* no âmbito nacional, com destaque para os processos instituídos no Estado do Rio de Janeiro; perquirir o material didático impresso do SRE/MEC, no que se refere à sua materialidade e representação; e, ainda, reconhecer o *Projeto Minerva* à luz de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), com base na programação radiofônica de forma obrigatória, simultânea e uniforme.

O conceito de "comunidade imaginada" desenvolvido por Anderson (2008) considera que uma nação ou uma comunidade são, mais do que inventadas, são imaginadas, no intuito de que fazem sentido para a alma e se constituem como objetos de desejos e projeções. A transmissão dos programas do *Projeto Minerva* em cadeia nacional mantinha os ouvintes, mesmo que anonimamente, "encontrando-se" nos mesmos dias, horários e "lugares", em frente ao rádio lendo os fascículos. "Todas essas ações são executadas ao mesmo tempo no relógio e no calendário, mas por agentes que não precisam se conhecer. E esta é a novidade desse mundo imaginado que o autor invoca no espírito de seus leitores" (ANDERSON, 2008, p. 56).

Ao imaginar os participantes do *Projeto Minerva* a partir do conceito de Anderson (2008), pode-se compreender que se encontravam em um "lugar comum", em relação ao "tempo e espaço", conforme supracitado, tinham "plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles" (2008, p. 57). Esses aspectos fomentaram a hipótese da pesquisa na direção de o *Projeto Minerva*, durante o período de 1970 a 1979, não ter significado somente uma alternativa para a completude do ensino de 1º Grau para pessoas acima de 17 anos, mas, para além, ter feito sentido como uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), a serviço do governo militar.

Argumenta-se como justificativa para a realização da pesquisa, a contribuição que pode ser acrescida ao campo historiográfico da educação de jovens e adultos sob a mira do ensino pelo rádio, uma vez que o assunto retornou, especialmente, no momento da pandemia da COVID-19 (2020/2021). As aulas pelo rádio que outrora haviam sido usadas por falta de escolas em número suficiente nas regiões mais afastadas do país, no momento pandêmico de 2020-2021, retraduziram-se operante, por exemplo, no interior do Maranhão (2021)[13], pela ausência de infraestrutura familiar ou do Estado em prover, à contento, equipamentos como computadores e *tablets*, juntamente a uma rede de *internet* eficaz.

[13] C.f.: *Projeto Rádio Aula: conheça iniciativa que tem ajudado estudantes do interior do Maranhão.* Agência Brasil de Notícias. Brasil. 10/02/2021. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/viva-maria/2021/02/projeto-radio-aula-conheca-iniciativa-que-tem-ajudado-estudantes-do-interior-do>. Acesso em: 19 mar. 2023.

Do mesmo modo, justificou-se a construção da Tese no campo historiográfico do ensino supletivo na década de 1970, pois, segundo Fávero (2009), as publicações oficiais da educação de jovens e adultos que ficavam sob a guarda do Ministério da Educação e Cultura, provenientes do período do governo militar, sofreram dispersão. Para o autor, o acontecimento teve relação com a extinção do Departamento de Ensino Supletivo (DSU), em 1979, o qual era subordinado ao MEC e, por causa disso, tinha a responsabilidade de zelar pelos arquivos referentes ao ensino de adultos. Assim sendo, o extravio de documentos inerentes à temática em xeque tem impactado a produção de pesquisas nessa área, fazendo com que a localização e o inventário de fontes acerca da educação de jovens e adultos sejam considerados bastante relevantes[14].

Não foram localizadas pesquisas em torno da análise do *Projeto Minerva* sob a ótica de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) e nem sob a observação micro, a partir do Estado do Rio de Janeiro. Importante se fez a escolha do estado fluminense para compor a pesquisa por ter significado a localidade embrião do *Projeto Minerva.* Isso se deu porque a sede da Rádio MEC era onde sua equipe se reunia regularmente, localizada na Praça da República, 141ª, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Havia também o fato de o Rio de Janeiro já ter sido capital do Brasil durante os anos de 1763 a 1960 e, por isso, ser reconhecido até os dias de hoje como um dos grandes centros artísticos-culturais do país.

Sobre o estado da arte das pesquisas produzidas no meio acadêmico[15], localizamos cinco trabalhos em visita à plataforma digital do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A dissertação "O *Projeto Minerva* e o desafio de ensinar matemática via rádio" (CASTRO, 2007) acrescentou-nos a respeito das características do *Projeto Minerva* e das críticas recebidas. A Tese "*Projetos Minerva*: caixa de jogos caleidoscópica" (PINTO, 2013) trouxe relatos a partir da coordenadora, alunos, monitor e professor conteudista, enriquecendo assim a nossa percepção. A dissertação "História e memória do *Projeto Minerva* em Teresina: a educação nas ondas do rádio (1971-1982)" (LUSTOSA, 2014) e a Tese "*Eu cresço com o Minerva e o Brasil cresce também*. O *Projeto Minerva* pela Radiobrás: a experiência em Sergipe (Brasil - 1970/1985)" (SANTOS, 2016) nos auxiliaram a compreender o programa radiofônico nas esferas municipal e estadual.

A dissertação "*Projeto Minerva*: Rádio Educativo no Contexto da Ditadura Militar" (PINHEIRO, 2016) contribuiu para a reflexão em torno da suspeita de infiltração comunista na

[14] O inventário dos recortes de jornais gerado por esta pesquisa, baseado na busca do termo "Projeto Minerva" na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, está disponibilizado no *site* do NIPHEI, disponível em: <https://niphei.rio.br/>.

[15] Não foram localizados trabalhos no *site* de Teses e Dissertações do INEP.

construção do material didático, fato esse que foi descartado ao final do trabalho. As dissertações "Planejamento de um curso supletivo pelo rádio: análise crítica de uma experiência e proposição de um modelo alternativo" (MAROTO, 1974)[16] e "Delegação, Descentralização, Diversificação, pontos básicos para otimizar-se a Radiodifusão Educativa – um estudo exploratório" (LEOBONS, 1983)[17] nos trouxe conhecimentos acerca da estrutura, funcionamento, metodologia e hierarquia dentro do *Projeto Minerva*, além de relatos de experiências que as próprias autoras viveram enquanto coordenadoras do *Projeto Minerva*.

O caminho investigativo adotado na pesquisa consolidou-se à procura de indícios que fizessem da temática algo singular. "No seu lugar começava a aflorar a consciência de que nosso conhecimento do passado é inevitavelmente incerto, descontínuo, lacunar: baseado numa massa de fragmentos e de ruínas" (GINZBURG, 2007, p. 40). O método indiciário proposto por Ginzburg (1989) fez com que buscássemos detalhes, pistas, sinais e indícios que permitissem decifrar as possíveis representações e significados do *Projeto Minerva* para o regime militar. De igual forma, fez-se diálogo com Revel (1998; 2010), a respeito da microhistória e dos jogos de escala: quanto mais perto do observador a lente estiver, mais nítida se torna a nossa interpretação do objeto. O movimento metodológico contou com a observância do *Projeto Minerva* no jogo de fora para dentro, e vice-versa, do geral para o particular, de forma a percebê-lo nas instâncias do governo federal e estadual do Rio de Janeiro.

A análise dos documentos foi realizada com base na compreensão de Prost (2015, p. 76) quando diz que não há questão sem documento, tampouco existe documento sem ter sido questionado. Para a realização da Tese não foi possível pesquisar os *scripts* e as gravações das radioaulas do *Projeto Minerva* de nenhuma das duas fases, por essas fontes estarem inacessíveis[18]. Logo, o material didático do *Projeto Minerva* pesquisado consistiu em cinco[19]

[16] A dissertação de Maroto (1974) consta no DVD 3 (2015), da coleção "Memória e História", tendo como organizadores Osmar Fávero e Elisa Mota. O contato com a coleção foi através da Doutora Leni Rodrigues Coelho, que, à época, era orientanda da Prof.ª Sônia Camara, no PROPED/UERJ.

[17] A dissertação de Leobons (1983) foi localizada no *site* do PROPED/UERJ. Os trabalhos de Maroto (1974) e de Leobons (1983) não foram localizados nem no Banco da CAPES e nem na plataforma Sucupira.

[18] Enviamos e-mail à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) solicitando a visita e manuseio dos áudios dos programas do *Projeto Minerva*. Segue a resposta recebida em 13/01/2020: "Os programas de formação (radioaulas) estão em fitas de rolo, no momento indisponíveis por estarem aguardando as condições para organização e acondicionamento. Porém, há alguns já digitalizados, relacionados no documento em anexo". Após seleção e visita à EBC, apenas um dos áudios foi pertinente ao período da pesquisa (1970-1979). Pinto (2013) e Pinheiro (2013; 2016) registraram em seus trabalhos que até o ano de 2013 o acervo radiofônico do *Projeto Minerva* ficou sob a guarda da *Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC* (SOARMEC). Contudo, em 2016, as gravações das aulas passaram a integrar o acervo da EBC, mesmo ano em que ficaram inacessíveis para visita dos pesquisadores.

[19] Pudemos manusear na íntegra as capas e conteúdo dos fascículos de nº 2, 9, 10, 12 e 13, do acervo da Profa. Dra. Sônia Camara.

fascículos em sua materialidade e conteúdo, bem como as quinze[20] capas e primeiras páginas da coleção do *Curso Supletivo do 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC, 1973). Em especial as disciplinas "Informação Ocupacional" e "Educação Moral e Cívica", destacadas por seu conteúdo se apresentar em favor das premissas do regime militar.

A materialidade, pertença e representações observadas nos fascículos do *Projeto Minerva* consistiu em identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1990, p. 16-17). O autor contribuiu acerca da representação que pode ser entendida pela interpretação dos textos escritos (lições), pelo relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente (p. 21). Segundo o autor, "As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam" (p. 7), que no nosso caso foi representado pelos órgãos e agentes educacionais da esfera pública do poder militar, os quais cunharam o *Projeto Minerva*.

Já a apropriação segundo Chartier (1990, p. 26-27), "tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem". É necessário reconhecer que as inteligências não são desencarnadas e nem contra as correntes de pensamento que postulam o universal. O autor acrescenta que a leitura pode ser "silenciosa ou oral, sacralizada ou laicizada, comunitária ou solitária, pública ou privada, elementar ou virtuosa, popular ou letrada, etc.".

Para a análise das imagens que compuseram as capas e as gravuras do interior dos fascículos, ancoramo-nos em Paiva (2006, p. 17) que qualifica a iconografia como sendo uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada. De acordo com o autor, devemos perguntar sobre os silêncios, as ausências, as lacunas, os códigos e os vazios, que compõem o conjunto e que nem sempre são detectáveis. Burke (2004, p. 18) corrobora ao compreender que as imagens são testemunhas mudas e que, por isso, podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria, sem nem mesmo o artista ter tido a intenção. O autor nos auxiliou a entender que diante

[20] Em janeiro de 2020 foi possível fotografar todas as capas, primeiras páginas e sumários da coleção dos quinze fascículos do *Curso Supletivo do 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC, 1973), em visita ao acervo da Biblioteca Nacional (BN). Devido à pandemia de COVID-19, não houve nova oportunidade para que pudéssemos retornar à BN, após contato por e-mail (24/03/2022), em que fomos informados que a coleção completa dos quinze fascículos estaria "indisponíveis para a consulta", pois "As obras estão armazenadas em nosso prédio Anexo e está em obras sem previsão de finalização". Também tivemos acesso às quinze capas dos fascículos em um *Blog* na web. Disponível em: <http://www.anosdourados.blog.br/2018/08/cantinho-dos-anos-70.html>. Acesso em: 19 mar. 2023.

da cultura de um povo devemos nutrir um pensamento plural para não reproduzirmos uma homogeneidade dos excluídos. Nesse sentido, não houve como rotular objetos ou práticas culturais como populares, ou não. Certamente, disputas entre estilos e formas aconteceram durante o governo militar, a fim de que prevalecesse a representação que lhe aprouvesse para a identidade da nação.

O documento datilografado de nome *Programação Informativo-Cultural* (SRE/MEC, 1979), do acervo da Biblioteca Nacional (BN), foi responsável pelas informações acerca dos títulos e objetivos dos programas informativos-culturais que foram ao ar, além da identificação dos autores. Seguindo nessa direção, o relatório do *I Encontro de Cultura da Guanabara*[21] (1968), com apreciação da palestra sobre a implantação da educação supletiva no país, no uso de mídias tecnológicas, foi esclarecedor para entender as discussões que antecederam a concepção do *Projeto Minerva* (1970). Do mesmo modo, compuseram o arcabouço das fontes os relatórios de: *Análise dos Principais Problemas da Educação Brasileira* (MEC, 1978); *SPG – Supletivo de Primeiro Grau – Relatório da Avaliação dos Resultados – Período 81/82*[22] (MEC/UnB[23], 1983); *Ensino Supletivo no Brasil*[24] (MEC/CFE, 1982/1983); e *Teleducação no Brasil: um documentário* (MEC/INEP[25], 1972); todos com abrangência federal.

Na esfera estadual pesquisamos dois Relatórios de Resultados do *Projeto Minerva – Fase II*, no Estado do Rio de Janeiro[26], do Centro de Tecnologias Educacionais (CTE) e da Coordenação de Ensino Supletivo, da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC/RJ) (1975/1976) e (1977/1978). O enfoque nos relatórios foi distinto, pois o primeiro deles (1975/1976) explanou a respeito da distribuição dos inscritos no território estadual, além de citar o número de fascículos, de testes e de aparelhos de rádio utilizados; enquanto o segundo (1977/1978) registrou o planejamento realizado para colocar o curso no ar. Os documentos

[21] O relatório foi localizado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Sobre o Estado da Guanabara, existiu ente 1960 e 1975. Com a transferência da Capital do Brasil para Brasília, em 1960, o antigo Distrito Federal foi transformado no Estado da Guanabara. Na presidência do General Ernesto Geisel, na data de 15/03/1975, ocorreu a fusão entre os estados da Guanabara e Rio de Janeiro, passando, então, a Cidade do Rio de Janeiro a ser capital dos estados fundidos. O levantamento das fontes *in lócus* foi realizado entre janeiro/2018 e janeiro/2020.

[22] SPG – Supletivo de Primeiro Grau – Relatório da Avaliação dos Resultados – Período 81/82. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/84045471/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84045471_an_01_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

[23] A Universidade de Brasília (UnB) (1962) teve como fundadores os educadores Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.

[24] O *Relatório do Ensino Supletivo no Brasil* (1982/1983) foi decorrente da *XIX Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação do Território e do Distrito Federal*, juntamente ao Ministério da Educação e Cultura.

[25] INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Em 1972, o Inep tornou-se uma entidade autônoma do MEC, tendo sido enquadrada como órgão de assessoramento da Presidência.

[26] Os Relatórios de Resultados do *Projeto Minerva – Fase II* no RJ (1975/1976) e (1977/1978) foram localizados no Centro de Pesquisa e Documentação, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), com o quantitativo de 18 e 27 laudas, de modo respectivo.

"Acordo de Cooperação e Amparo Técnico e Financeiro nº 01/80" (MEC/FRM, 1980) e "Termo Aditivo nº 2 ao Acordo de Cooperação e Amparo Técnico e Financeiro[27] nº 01/80" (MEC/FRM, 1982), do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)[28], encontravam-se com o selo "Confidencial". Especificamente, foi a partir do final da década de 1970 que as conversas e propostas advindas da Fundação Roberto Marinho (FRM) iniciaram e, desde então, o Ministério da Educação e Cultura passou a subvencionar a execução dos cursos criados e produzidos pela Fundação, assegurando sua divulgação e garantindo as transmissões (MEC/FRM, 1982, cláusula 2ª).

Em prol de investigar sobre como se constituía a estrutura, funcionamento, organização, metodologia, entre outros tópicos referentes à atuação do *Projeto Minerva* (1970-1979), foi realizado o levantamento e a catalogação de quase 700 ocorrências de jornais com a temática, englobando programações dos finais de semana, além de notícias e entrevistas de apoio e de críticas a respeito do *Projeto Minerva*. Dentre o montante, foram referenciadas na Tese em torno de 200 ocorrências de jornais localizadas na grande imprensa e também nas revistas. Disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (1970-1979), foram selecionados os seguintes periódicos: *Jornal do Brasil* (106), *O Fluminense* (44), *Jornal do Commercio* (28), *Correio da Manhã*[29] (12) e as revistas *O Cruzeiro* (3) e *Manchete* (1). Em sítios eletrônicos localizamos as seguintes fontes: *Folha de São Paulo* (4) e *Jornal dos Esportes* (3).

Na imprensa alternativa, houve a contribuição de duas ocorrências do jornal mimeografado *O Brasinha* (1973), localizado no acervo do Arquivo Nacional. De acordo com Anderson (2008, p. 65), os jornais são concebidos como vínculos imaginários de uma comunidade, o que pudemos observar no manuseio e decifração das ocorrências as quais integraram o inventário do *Projeto Minerva*. Para Barros (2019, p. 198), são duas as ordens de discursos trazidas pelos jornais: a informação e a opinião. O autor indaga se seria mesmo possível ter a informação desligada da opinião, e conclui que "A verdade, entretanto, é que o jornal nunca deixou de ser um meio de comunicar ideias e de interferir na sociedade a que se

[27] C.f.: o Acordo de Cooperação e Amparo Técnico e Financeiro (1980) e o Termo Aditivo de Contrato (1982), ambos firmados entre o MEC e a Fundação Roberto Marinho (FRM), foram localizados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Disponíveis em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8 /mic/gnc/aaa/83032989/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83032989_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

[28] O Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), com busca para a palavra-chave "*Projeto Minerva*" localizou 267 documentos (1970-1989), dentre os quais utilizamos alguns na construção da Tese. Disponíveis em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 19 mar. 2023. Os documentos levantados neste *site* são relevantes, devido terem sido integrantes das pastas ditas pelos militares da ditadura como "confidencial" ou "secreta", até o ano de 2015, quando a Presidenta em exercício Dilma Rousseff (2011-2016) expediu o Parecer de Referência nº 23480.015205/2015-24, liberando o acesso irrestrito aos arquivos.

[29] O jornal *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901 e extinto em 08 de julho de 1974, por causa da perseguição política decorrente da ditadura militar (1964-1985).

destina, fosse isso de modo voluntário ou involuntário". Compreende-se, por isso, a necessidade da análise da imprensa no período do regime militar. Para o autor, "A pretensa objetividade das informações, mesmo na aparente exposição mais pura de dados, vem sempre mesclada às opiniões, escolhas e decisões daqueles que elaboram o discurso jornalístico" (2019, p. 199).

Com base na análise de De Luca (2005, p. 140), pesquisamos nos jornais o que se tornou notícia, o que por si só já abarcou um espectro de questões, pois foi preciso problematizar as motivações que levaram uma decisão editorial a dar publicidade a algum fato ou informação. Estamos nos referindo a jornais de cunho empresarial que, segundo De Luca (2005, p. 119), são capazes de influenciar a vida política. Assim, a "Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração" (DE LUCA, 2005, p. 137).

A partir da produção acadêmica levantada e do acesso aos periódicos e documentos históricos, observamos que o rádio foi o disseminador das transmissões das aulas do *Projeto Minerva* em cadeia nacional, sendo a recepção das radioaulas realizadas nas residências ou nos chamados radiopostos, que eram locais onde as reuniões aconteciam, separadamente por regiões escolares. O acompanhamento do conteúdo era feito pelo estudo de fascículos correspondentemente às aulas pelo rádio. O momento do encontro nos radiopostos servia para que as dúvidas, após a leitura dos fascículos, fossem sanadas e os exercícios ao final das lições fossem feitos, com auxílio do monitor do grupo. Também era de responsabilidade do monitor o zelo pelo aparelho de rádio e o ligar/desligar no programa, no horário da transmissão nacional das 20h às 20h30m, de segunda à sexta-feira.

A Tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo *Palavras de ordem, presente! O golpe de 1964 e o ensino supletivo proposto a partir do regime militar* se concentrou na apreciação da contextualização histórica a partir do golpe civil-militar de 1964 e nas características dos mandatos militares, com foco nos períodos dos presidentes Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979). A implementação e a historicização do ensino supletivo foram abordadas a partir dos cursos supletivos *Cruzada Ação Básica Cristã* (Cruzada ABC), *Movimento de Educação de Base* (MEB) e *Movimento Brasileiro de Alfabetização* (Mobral), finalizando o capítulo com a análise da publicidade e divulgação como uma estratégia utilizada pelo governo militar.

O segundo capítulo *Supletivo em cadeia nacional, avante! Programação simultânea e uniforme do Projeto Minerva – Fase I (1970-1972)* iniciou o debate em torno da recorrente desistência e abandono do alunado em geral, tanto na idade-série própria dos 7 aos 14 anos,

quanto entre o público adulto. O lançamento do *Projeto Minerva* em 1970 e sua execução foram abordados em seguida, com ênfase na primeira fase (1970-1972), mediante a apresentação de características peculiares da programação com transmissão radiofônica obrigatória e leitura dos fascículos, com características de simultaneidade e uniformidade. A análise dos papéis exercidos pelos radiopostos e monitores no *Projeto Minerva* serviu-nos para considerá-los pilares do ensino supletivo pelo rádio.

Sob o título *Integração nacional, prossiga! Ações e práticas do Projeto Minerva – Fase II (1973-1979),* o terceiro capítulo principiou a discussão a partir de práticas e ações concernentes a cada lançamento do *Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II* (SRE/MEC), no total de quatro. Observou-se os dados numéricos dos lançamentos do *Projeto Minerva* com o período previsto em torno de dezoito meses. Teceu-se a análise acerca dos programas informativos-culturais veiculados nos finais de semana, fechando o capítulo com a aproximação da nossa lente de observação sobre o Estado do Rio de Janeiro, por ter sido o berço da criação do material didático e da veiculação da programação.

O quarto capítulo intitulado *Projeto Imaginado Minerva, conquiste! Fascículos – Fase II – com propósitos e significados* teve como finalidade trazer à cena diferentes representações (CHARTIER, 1990) empreendidas ao *Projeto Minerva* e o que foi evidenciado a respeito dos sentidos que serviram à percepção da comunidade imaginada (ANDERSON, 2008). Para isso, a análise dos fascículos do *Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II* (SRE/MEC) foi realizada ora por meio da observação das capas e primeiras páginas, ora por meio da investigação dos conteúdos, levando-se em conta a materialidade, *layout*, gravuras e parte textual, em especial localizados nas lições de Educação Moral e Cívica e Informação Ocupacional.

Para o objeto de pesquisa tomar corpo foi necessário um misto de análise, compreensão, percepção e instrumentalização durante quatro anos de investimento, suor e lágrimas. Mergulhamos nas fontes e nas produções acerca do programa supletivo pelo rádio, com a finalidade de emergir não só com o cumprimento da pesquisa acadêmica, mas com contribuições para o campo da História da Educação e gerar emoções, sentimentos e memórias que lhe façam voar e imaginar. Está tudo preparado, a aula pelo rádio já vai começar: sintonize no canal "leitor, seja bem-vindo" e flua, flua, flua pela leitura... Você quer saber mais? *Eu quero saber mais, preciso saber mais, o Projeto Minerva está no ar: ensino supletivo de 1º Grau para além das ondas do rádio (1970-1979).*

1. PALAVRAS DE ORDEM, PRESENTE! O GOLPE DE 1964 E O ENSINO SUPLETIVO PROPOSTO A PARTIR DO REGIME MILITAR

> No período da ditadura militar que se iniciou em março de 1964, no Brasil, os movimentos de educação e culturas populares foram desmantelados e reprimidos, suas lideranças perseguidas, as ideias de transformação social foram silenciadas. Estudantes e professores, todo o amplo espectro de católicos progressistas engajados nessas práticas também foi perseguido, cassados e alguns exilados (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 247).

1.1 A instituição de uma "nova" ordenança

Na década de 1960, os apelos por transformações na sociedade não estavam somente concentrados no hemisfério sul-americano, mas estendiam-se praticamente por todos os países. Afinal, eram os anos da Guerra Fria (1947-1991)[30], com ameaças entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), que tinham como objetivo a dominação e a influência política-ideológica. Era como se o mundo tivesse se dividido entre os dois países e seus blocos de apoio, cada um defendendo a partir dos seus interesses particulares. Sem haver luta armada entre as nações líderes nesse período, por toda parte havia disputa e resistência, mesmo que veladas, englobando diversos aspectos, como econômico, diplomático e tecnológico, por exemplo.

Nesse interim, percebia-se no Brasil a proposta de mudanças com ares de esperança que começava a aparecer na área educacional, quando no primeiro ano da década de 1960, era promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/61, resultado de um amplo processo de debates por longos e frutíferos treze anos (SOARES, 1995). Diferentemente ocorreu o processo de elaboração da Lei de Reforma Educacional nº 5.692/71, legislação essa que revogou diversos artigos da LDB nº 4.024/61: levou apenas 60 dias para ser editada, por somente nove membros[31] indicados pelo Ministro da Educação à época, o Tenente-Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho[32] (1969-1974). Assim sendo, percebeu-se a falta de

[30] C.f.: Guerra Fria: "Expressão cunhada para designar a competição entre os Estado Unidos (EUA) e seus aliados ocidentais, países capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento, e a URSS, líder de uma aliança formada majoritariamente por países da Europa Oriental" (FGV/CPDOC). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/GuerraFria>. Acesso em: fev. 2022.

[31] Nomes dos membros indicados: "Padre José Vasconcelos, Valnir Chagas, Aderbal Jurema, Cléia de Freitas Capanema, Eurides Brito da Silva, Geraldo Bastos Silva, Gildásio Amado, Magda Soares Guimarães Nise Pires" (FAZENDA, 1985, p. 85).

[32] C.f.: *Jarbas Gonçalves Passarinho* no Verbete do CPDOC/FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho>. Acesso em: 19 mar. 2023.

diálogo com os nichos da sociedade, dando-nos pistas acerca do caráter autoritário no qual a Lei de 1971 foi imbuída, em contrapartida àquela de 1961.

Em esfera geral, debates que já se desencadeavam desde os anos de 1950 culminaram nas discussões ocorridas na *II Conferência Internacional de Educação de Adultos* (CONFINTEA)[33], sediada na cidade de Montreal, no Canadá, em 1960, que aconteceu em um contexto de rápido crescimento econômico mundial, distante apenas quinze anos do término da II Grande Guerra, que deixou muitas sequelas pelos países. Contudo, nesse ínterim, as nações já se encontravam em reconstrução. As discussões na II CONFINTEA (1960) giraram em torno do papel do Estado na educação de adultos, e desta como uma oportunidade para remediar parte do sistema educacional (UNESCO, 2008, p. 19)[34]. Os temas tratados foram: "A mudança tecnológica e a educação profissional de adultos"; "A liberalização da educação técnico-vocacional e profissional"; "A desunião moral no mundo"; "A deseuropeização do mundo"; "A obsolescência da guerra"[35]. Segundo Ireland *et al* (2014), essa CONFINTEA aconteceu mirando na próxima, que sobreviria em 1972, em termos de pensar uma revisão comparativa da forma com o que a educação de adultos se dava em todo o mundo (2008, p. 19-20).

Observa-se que a concepção da educação supletiva seria reconhecida como um processo que continuaria ao longo da vida e que passaria a ser, ao mesmo tempo, direito de todos e responsabilidade da humanidade. O Brasil precisava romper com a taxa de analfabetismo que no ano de 1940 se concentrava em 56,1%; 1950 em 50,6%; e em 1960 em 39,7% (IBGE, Censos 1940, 1950, 1960), para isso, tendo que planejar estratégias para vencer essa condição. Apesar da efervescência de projetos educacionais de cunho popular como, por exemplo, o *Movimento de Educação de Base* (MEB), apontarem para a possibilidade de uma transformação mais radical na estrutura social brasileira, notava-se que nos anos iniciais da década de 1960, a maioria dos projetos supletivos – educativo e cultural – em território nacional ficava sob a responsabilidade de entidades não-governamentais (ONGs) (PIMENTEL, 2009, p. 64).

Paralelamente à situação educacional brasileira nos anos iniciais de 1960, o país se caracterizava pelo crescimento de movimentos sociais que atendiam a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores rurais e a mobilização dos trabalhadores urbanos, entre outras

[33] As CONFINTEAs são promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e acontecem uma vez a cada década. A primeira ocorreu em 1949, na cidade de Elsinore, Dinamarca. C.f.: IRELAND, Timothy Denis; SPEZIA, Carlos Humberto. *Educação de Adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA*. Brasília: UNESCO, MEC, 2014.

[34] C.f. UNESCO (2008). Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/contextoconfintea.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

[35] Segundo Ireland e*t al* (2014, p. 36), alguns debates que começaram na década de 1960 ainda se apresentavam atuais no ano de 2009.

transformações às quais a burguesia sentia-se ameaçada (SOARES, 1995, p. 158). Com o objetivo de preservar um modelo econômico baseado na internacionalização do capital e na concentração de renda, era necessário redefinir o papel que o Estado desempenhava até então. Já em âmbito mundial, mudanças e instabilidades também eram percebidas, principalmente, por meio dos embates recorrentes da Guerra Fria (1947-1985) entre EUA e Rússia que, segundo Faria (1997), viviam em provocações.

Faria (1997, p. 21) afirma que foi possível constatar a competição relacionada à corrida espacial estimulada pela Guerra Fria no mesmo período: em 1961, o russo Yuri Gagarin pilotava a nave espacial Sputnik e afirmava que a terra era azul; em 1969, os Estados Unidos colocavam no espaço a nave Apolo 11 e, pela primeira vez, dois de seus três tripulantes pisavam na lua. A Guerra Fria, além de engendrar disputas geopolíticas como a da Coreia (1950-1953) e do Vietnã (1955-1975), teve também como consequência o teor da resistência e de ideias que buscassem combater a violência, em conjunto à luta pela paz no mundo (1997, p. 13).

O movimento *hippie* foi a grande expressão dessa concepção de amor à natureza, em combate às guerras e ao armamento mundial, analisa Faria (1997, p. 23). Expressões como "Paz e Amor" e "Faça Amor, não faça a Guerra" se disseminaram cada vez mais entre os jovens. A autora aponta que, no campo artístico, alguns espetáculos foram montados como a peça teatral "Hair" (1968) e o "Festival de Woodstock" (1969), ambos nos Estados Unidos (EUA), associando sempre o ideal de paz e amor à natureza. O princípio básico do movimento *hippie* era a construção de uma nova relação do homem com a natureza e a recriação do mundo. O socialismo libertário, um capitalismo humanizado ou mesmo um transcendentalismo oriental eram as diferenciadas opções indicadas aos jovens, todas elas apostando na fraternidade social e na paz, segundo Faria (1997, p. 27).

As ideias ultrapassavam as fronteiras até as terras brasileiras, o golpe civil-militar de 1964, que ocorreu durante o período deflagrado da Guerra Fria, foi precedido pela aderência de Cuba, no hemisfério americano, ao regime comunista. No Brasil, havia os que acreditavam que o país caminhava para o exemplo de Cuba, o que culminou com o golpe civil-militar de 1964, uma vez que o mundo estava dividido em dois eixos, EUA e URSS, ambos buscando expandir suas influências. "O 'inimigo comunista' não foi inventado, mas foi habilidosamente redimensionado para justificar o golpe e a ditadura" [grifos do autor] (D'ARAUJO; JOFFILY, 2019, p. 44). A justificativa dos militares brasileiros se pautou na intenção de restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas para deter a ameaça comunista.

Desse modo, o país sofria o golpe civil-militar em 31 de março de 1964 que, conforme Germano (2011, p. 53-54), foi de acordo com uma restauração da dominação burguesa, apoiado

por setores da classe média urbana (classe dominante), de empresários que temiam as reformas de base, em conjunto com as multinacionais[36]. A ditadura não estava prevista no golpe, ela foi construída através de embates dentro das Forças Armadas. Embora o mote de uma crise política, econômica e social fosse recorrentemente acionado para justificar o ato, o que se evidenciou foi que o anticomunismo representou a argamassa a dar unidade para a decisão, analisam D'Araujo e Joffily (2019). Duas razões para ocorrer o golpe figuram entre os autores: as que sustentam o peso das questões econômicas e aquelas que enfatizam questões políticas.

"O golpe foi obra de civis e de militares e a ditadura, embora tenha contado com importante participação de setores civis, em particular das elites e de parte da classe média, progressivamente se militarizou" (D'ARAUJO; JOFFILY, 2019, p. 12-13). Do momento do golpe em diante, várias foram as ações e os incidentes truculentos operacionalizados pelos militares, assim também como os crimes perpetrados pelo estado de exceção, caracterizando a barbárie e o autoritarismo recém-instaurado no país. Entre outras retaliações, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, foi invadida por tropas e incendiada; a Universidade de São Paulo (USP) foi tomada por militares; a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ficou submetida à intervenção; a Universidade de Brasília (UnB) sofreu severa interferência em seu programa. Segundo as autoras, "A repressão avançava frente a uma sociedade acuada, surpresa ou aliviada" (2019, p. 17-18).

D'Araujo e Joffily (2019, p. 17-18) expressam o que sentiram aqueles que tinham seus nomes divulgados em listagens sucessivas com a finalidade de sofrerem sanções, como ocorreu com políticos, sindicalistas, intelectuais e funcionários públicos. Esses indivíduos seriam duramente reprimidos, violentados, perseguidos, cassados dos seus direitos políticos, que foi o que aconteceu com diversas lideranças de entidades civis e universitárias, até a sanção culminar em sua forma mais radical, o exílio político. Afirmam as autoras que, no dia do golpe, não havia um projeto imediato de governo a ser implementado pelos militares e, por isso, as ações e práticas, a partir de então, foram voltadas à construção desse projeto nacional que tinha como referência a visão dos militares (2019, p. 44). O General Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) assumiu a presidência após ter sido legitimado por um colégio eleitoral. Os mandatos presidenciáveis que se sucederam empossaram o Marechal Costa e Silva (1967-1969)

[36] O golpe de 1964, pela análise de Germano (2011, p. 53), só veio a confirmar, com a ajuda da classe burguesa, "aquilo que tem sido uma constante na nossa história política: continuidade, restaurações, intervenções cesaristas, transformismos, exclusão das massas populares, autoritarismo". O autor clarifica o nosso entendimento quando se refere ao período imediatamente após o golpe de 1964 de uma forma que "o Estado se caracteriza pelo elevado grau de autoritarismo e violência" (p. 55). Mantendo-se as proporções, observa-se similaridade entre ações ocorridas no pós-golpe de 1964 com as praticadas a partir do governo entre os anos de 2018 e 2022.

e os generais Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985), de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1 – Tabela com dados do PIB, Inflação e Dívida Externa Bruta do Brasil

Ano	PIB brasileiro (%)	Inflação (%)	Dív. Ext. Bruta US$ bilhões	Militares na Presidência
1959	9,80	39,43	3,1600	
1960	9,40	30,47	3,7380	
1961	8,60	47,78	3,2910	
1962	6,60	51,60	3,5330	
1963	0,60	79,92	3,6120	
1964 **(Início da ditadura)**	3,40	92,12	3,2940	Governo Castello Branco (15/04/1964-15/03/1967)
1965	2,40	34,24	3,8230	
1966	6,70	39,12	3,7710	
1967	4,20	25,01	3,4400	Governo Costa e Silva (15/03/1967-31/08/1969)
1968	9,80	25,49	4,0920	
1969	9,50	19,31	4,3650	Governo Médici (30/10/1969-15/03/1974)
1970	10,40	19,26	6,2400	
1971	11,34	19,47	8,2840	
1972	11,94	15,72	11,4640	
1973	13,97	15,54	14.8570	
1974	8,15	26,90	20,0320	Governo Geisel (15/03/1974-15/03/1979)
1975	5,17	29,35	25,1150	
1976	10,26	46,26	32,1450	
1977	4,93	38,78	37,9510	
1978	4,97	40,81	52,1870	
1979	6,76	77,25	55,8030	Governo Figueiredo (15/03/1979-15/03/1985)
1980	9,23	99,2	64,2590	
1981	- 4,25	95,65	73,9630	
1982	0,83	104,80	85,4870	
1983	- 2,93	163,99	93,7450	
1984	5,40	215,27	102,1270	
1985 **(Fim da ditadura)**	7,85	242,24	105,1710	Governo Sarney (15/03/1985-15/03/1990)
1986	7,49	79,65	111,2030	
1987	3,53	363,41	121,1880	
1988	- 0,06	980,22	113,5110	
1989	3,16	1.972,91	115,5061	

LEGENDA	“Milagre Econômico”	Governo Castello Branco - moderado	Governo Costa e Silva - linha dura	Governo Médici - entre linha dura e moderado	Governo Geisel - moderado	Governo Figueiredo	Governo Sarney

Fontes: IGP-DI/FGV (1948-1979); IPCA (inflação oficial/1980-2013); IBGE; Sistema Gerenciador de Séries Temporais, no site do Banco Central; BCB-Depec; Ipeadata (2021)[37]. Adaptado pela autora.

[37] Ipeadata. Disponível: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367>. Acesso em: 19 mar. 2023.

A gestão de cada militar na presidência guardou diferentes nuances na escala política, social e econômica, contudo, o autoritarismo, a violência e os momentos de crise foram características constantes. Soares (1995, p. 158) compreende que, de forma geral, houve a promoção de uma série de reformas conservadoras em comum acordo com as classes interessadas, dando continuidade ao processo de internalização da economia. Disso resultou um modelo concentrador de renda do qual os militares defendiam que era preciso fazer o "bolo crescer" para depois "dividi-lo". Para o autor, assumia-se a política desenvolvimentista que havia sido impulsionada pelo governo civil de Juscelino Kubitschek (1956-1961), sendo notáveis as mudanças internas no Brasil, conjuntamente com as pressões externas que aconteciam, muito também baseadas pela falta de investimento educacional efetivo ao longo de décadas (SOARES, 1995, p. 158).

Concomitantemente, durante os anos do governo militar, a repressão em andamento dava origem a atos institucionais promulgados com o interesse de garantir as rédeas dos governantes no poder. Inclusive, aos anos que sucederam o golpe, seguiu-se uma série de manifestações populares, apreensões e prisões por partes dos militares, ocasionando perdas de direitos constitucionais de muitos que resistiram à nova ordem (BICCAS; FREITAS, 2009). O primeiro Ato Institucional (AI-1), legalizado em abril de 1964, foi justificado pelos militares como uma tradução do interesse e da vontade da nação, o qual deu início a uma série de 17 atos expedidos durante a ditadura, além de dezenas de atos complementares.

O ato institucional subsequente, o AI-2 (1965), ampliou os poderes do presidente atribuindo-lhe a prerrogativa da autoridade para decretar estado de sítio e permitindo-lhe, de modo exclusivo, criar ou aumentar a despesa pública, além de manter prazos exíguos para o Congresso Nacional apreciar emendas constitucionais e projetos de lei emitidos pelo presidente que, segundo D'Araujo e Joffily (2019, p. 18), ao final seriam todos automaticamente aprovados. Em 1966 ocorreram as edições do AI-3 e AI-4.

O AI-3 instituía a eleição indireta, com voto nominal a descoberto, para governadores e vice-governadores, determinando que os prefeitos das capitais dos estados fossem nomeados pelos governadores, com assentimento das respectivas assembleias legislativas. O AI-4 convocou todo o Congresso Nacional em sessão extraordinária para que, em ritmo de trabalho acelerado, uma nova Constituição[38] pudesse ser discutida e votada entre dezembro de 1966 e janeiro de 1967, quando foi promulgada. Sem dúvida, a urgência da ação era estrategicamente calculada para que as leis entrassem e saíssem da pauta, sem o devido cuidado ou discussão.

[38] C.f.: Constituição 1967. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/constituicao-de-1967>. Acesso em: 19 mar. 2023.

Outrossim, muitas foram as criações contabilizadas na primeira gestão militar como: Instituição do Serviço Nacional de Informações (SNI)[39], Polícia Federal (PF), Banco Central (BC) e Banco Nacional de Habitação (BNH). Cita-se outros feitos: aprovação do regulamento geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), promulgação da Constituição Brasileira de 1967, aprovação da Lei da Segurança Nacional (LSN)[40] e da Lei de Imprensa, que limitava a liberdade de pensamento, informação e expressão.

O governo do Marechal Costa e Silva (1967-1969) foi o período mais radical dentre todos os cinco mandatos cumpridos por generais e, por causa disso, ficou reconhecido como militar da "linha dura". Costa e Silva herdou do governo anterior mais de 700 leis promulgadas, 11 emendas constitucionais, 312 decretos-leis e 19.259 decretos, além da Constituição de 1967 (VIEIRA, 1991, p. 16 *apud* D'ARAUJO; JOFFILY, 2019, p. 28). Nesse contexto, o AI-5 entrava em vigor em 13 de dezembro de 1968, com duração estabelecida para os próximos dez anos, significando ter sido esse o decênio com maior arbitrariedade por parte dos governantes.

O AI-5 havia dado plenos poderes ao regime militar com resoluções que suspendia direitos políticos, cassava mandatos, fechava o Congresso, proibia manifestações populares e impunha a censura prévia na imprensa. Em especial, o AI-5 marcou um segundo momento durante os vinte e um anos de repressão, já que a partir desse ponto ocorreu um endurecimento do regime autoritário. Sendo assim, tanto as represálias quanto as resistências aconteceram de forma intensa no governo Costa e Silva. Em março de 1968 "a polícia carioca assassinou o estudante secundarista Edson Luís, que participava de uma manifestação contra o aumento de preços do Calabouço, restaurante que atendia estudantes de baixa renda" (D'ARAUJO; JOFFILY, 2019, p. 30), deflagrando grande comoção pública e manifestações contrárias ao acontecimento.

Ainda no ano de 1968, no mês de junho, um grupo de centenas de universitários, ao deixar as dependências da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), após reunir-se na reitoria, foi brutalmente espancado, gerando revolta e repúdio. No dia seguinte, a represália aconteceu com enfrentamento nas ruas do centro da Cidade do Rio de Janeiro, ficando esse episódio conhecido como a "Sexta-Feira Sangrenta",

[39] Missão do Serviço Nacional de Informações (SNI): "assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais" (Lei nº 4.341/64).

[40] "A Lei da Segurança Nacional (LSN) no período da ditadura (1964-1985) ganhou relevância com a formulação, pela Escola Superior de Guerra, da doutrina de segurança nacional. A LSN vigorou formalmente até o ano de 2009, responsabilizando toda pessoa, física e jurídica, pela segurança do país, além de definir os crimes, as penas correspondentes e os processos e julgamentos aos quais estariam sujeitos aqueles que se antagonizassem à segurança interna" (D'ARAUJO; JOFFILY, 2019, p. 29).

deixando diversos mortos e feridos. Em resposta à truculência policial desses dias, lideranças estudantis, artistas, intelectuais, trabalhadores, religiosos e políticos juntaram-se na “Passeata dos Cem Mil”, para lutar por reinvindicações como o fim da repressão policial.

Também em 1968, no mês de outubro, estudantes da Universidade de São Paulo foram covardemente atacados por infiltrados do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) que se passaram por universitários da Faculdade Mackenzie, resultando em muitos presos e fichados pelos órgãos de repressão e de segurança nacional (D’ARAUJO; JOFFILY, 2019, p. 31). No mesmo ano aconteceram duas greves históricas, em Contagem (Minas Gerais) e em Osasco (Grande São Paulo), com os grevistas sendo detidos com extrema violência física; do mesmo modo os movimentos culturais sofreram um esvaziamento, mantendo uma proporção inversamente correspondente com a atividade dos grupos armados. Estima-se que entre 1966 e 1968 as ações armadas de guerrilhas tenham sido responsáveis por atentados pessoais; explosões de bombas; assaltos a bancos, casas de armas e depósitos explosivos (GASPARI, 2002, p. 306).

Nesse contexto, os cinco atos institucionais já estavam em vigor, tendo sido o AI-5 (1968-1978) o mais duro golpe contra a democracia (D’ARAUJO e JOFFILY, 2019). A vigência dos dez anos do quinto ato institucional foi uma das expressões de maior representatividade da ditadura militar brasileira, na qual produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros, dando poder de exceção aos governantes para punir livremente os que fossem inimigos do regime ou como tal fossem considerados. Por esse motivo, o período entre 1968-1974 ficou conhecido pela extrema violência e arbitrariedade, nomeado na historiografia de “Anos de Chumbo”, que compreendeu o ano da decretação do AI-5, em 1968, ocorrida no governo Costa e Silva (1967-1969), e o ano derradeiro de mandato do Presidente Médici em 1974.

Esse período histórico foi marcado por muitas passeatas estudantis, como protesto e resistência ao regime imposto. Para isso, praticavam ações como luta armada, guerrilha, assaltos a bancos, greves, entre outras. A violência física e psicológica tornava-se parte da política de Estado do Presidente Médici (1969-1974). Segundo Prado e Earp (2019), a censura às áreas da imprensa, educação e cultura, juntamente à intimidação da liberdade de pensamento, individuais e coletivas, foram constantes.

Além da efervescência que o país sofria, o cenário desenhava-se com a inflação entre 16% e 27%, os menores índices obtidos no período entre 1959-1994. Afinal, a taxa de inflação caíra de 90%, em 1964, para 38%, em 1966, mantendo-se em queda nos anos que sucederam (PRADO e EARP, 2019, p. 223). Ao mesmo tempo, o Produto Interno Bruto (PIB) alcançava

a marca de 9,8% (IBGE, Censo 1970) no ano de 1968. Ao comparar esse dado com os obtidos ao longo dos anos entre 1962 e 1967, que foram 0,6%; 3,4%; 2,4%; 6,7% e 4,2%, respectivamente, entendeu-se o motivo pelo qual o período de 1969-1973 ficou conhecido por "Milagre Brasileiro"[41] (PRADO; EARP, 2019, p. 222). Os autores consideram que o fenômeno milagroso foi ainda favorecido pelo comércio exterior o qual mais do que triplicou, à época.

Sob o comando do General Médici (1969-1974), constatou-se grande entrada de capital estrangeiro no Brasil. O incentivo às exportações de produtos industriais e agrícolas, em conjunto com a implantação de empresas em território nacional, passaram a fazer parte do cenário do país. O crescimento automobilístico liderou o investimento estrangeiro, com taxas anuais acima de 30%. Algumas das indústrias automobilísticas instaladas nesse período foram: General Motors, Ford e Chrysler. O aumento da industrialização e a ampliação das infraestruturas foram processos ligados ao fator desenvolvimentista, com o objetivo de ampliar os resultados nos setores econômico, político e social da nação[42].

Em decorrência da entrada de capital estrangeiro no país, houve o aumento de vagas de emprego nas fábricas e indústrias recém-instaladas. Porém, as mesmas requeriam outro perfil de trabalhadores, ou seja, profissionais adequados ao novo tempo, o que exigia das autoridades a oferta de oportunidades aos adultos para a realização de cursos de alfabetização e do 1º Grau. Segundo Fávero (2009), uma das novas exigências de formação profissional que surgiu foi a introdução aos conhecimentos da informática, transformando, com isso, o modo de produção industrial e a demanda de mão de obra qualificada.

No bojo dos novos ideais do Estado, concentravam-se as recentes diretrizes para a educação dos adultos, já que segundo Biccas e Freitas (2009, p. 247), "Mais uma vez, o país assistia à mistificação da educação tratada como estratégica possibilidade para a mobilidade social dos indivíduos". A educação dos adultos foi encarada tanto como possibilidade de incrementar a coesão social, quanto como o símbolo de uma sociedade supostamente democrática em meio a um regime de exceção. Recorrentemente era apresentado à população um cenário no qual a educação cumprisse a sua missão salvadora. A educação de jovens e adultos pós-1964 havia sido reformulada, passando a ocupar um importante lugar no processo de mediação entre o Estado e a sociedade brasileira. Segundo Biccas e Freitas (2009, p. 247), esse foi o momento histórico em que contradição e autoritarismo se alimentaram

[41] C.f.: *Milagre Econômico Brasileiro*. Verbete do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>. Acesso: 19 mar. 2023.

[42] C.f.: *Desenvolvimentismo*. Verbete do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/desenvolvimentismo>. Acesso: 19 mar. 2023.

reciprocamente. A proposta da educação a distância[43] pela radiofonia era um dos principais canais para a divulgação e formação da opinião pública a favor das ideias do governo militar, consideram Zuculoto (2010, p. 2) e Pimentel (2009, p. 64).

Para esse fim, o ensino básico e os meios de comunicação de massa tiveram um papel de protagonismo, tornando-se divulgadores de uma cultura unificada, que deveria ser a responsável pelo desenvolvimento nacional (PIMENTEL, 2009, p. 64). Leis e decretos foram aprovados a fim de possibilitar a elaboração de projetos e programas educativos supletivos. Uma dessas legislações dizia respeito à homologação do Decreto-Lei nº 236/67[44], o qual determinava a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais nas emissoras comerciais[45], estipulando sua duração máxima semanal em cinco horas (Art. 16). Desse movimento surgiria, anos depois, o planejamento e a implementação do *Projeto Minerva.*

Em meio à ebulição do novo regime no país e das adaptações que se fizessem necessárias em todas as áreas, principalmente na educacional, quer fossem metodológicas, quer fossem tecnológicas, foram promovidos seminários e fóruns acerca do ensino de adultos. Em especial no antigo Estado da Guanabara, aconteceu o *Fórum da Educação* entre os dias 10 de outubro e 11 de novembro de 1968, sediado na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Estado da Guanabara, com o suporte financeiro do Jockey Clube Brasileiro e da firma Klabin Irmãos S.A. (PIRES, 2014). A educação dos adultos seria discutida sob duas premissas: a primeira na construção de um projeto educacional que atendesse ao mercado de trabalho e ao empresariado; e a segunda na ação do movimento estudantil nacional e internacionalmente reconhecido (CARVALHO, 2007; RAMIREZ, 2005 *apud* PIRES, 2014, p. 403). Segundo Pires (2014), as propostas no âmbito da educação básica estavam voltadas para a produtividade e

[43] O conceito oficial de educação a distância (EAD) no Brasil ocorreu somente a partir do Decreto nº 5.622/2005, art. 1º: "Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos". Nesse caso, o ensino pelo rádio, atualmente, é dito como uma modalidade de EAD. Contudo, para não cometer anacronismo no trato da nomenclatura do ensino pelo rádio, não trataremos na Tese o ensino pelo rádio como uma metodologia de aprendizagem da EAD, mas como modelo de ensino pelo rádio.

[44] O Decreto-Lei n.º 236 de 28/02/1967 complementou e modificou a Lei n.º 4.117, de 27/08/1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, deliberando sobre o serviço da radiodifusão. Segundo Maroto (1974, p. 48), "O termo Radiodifusão, na legislação vigente no Brasil, abrange radiodifusão sonora e televisão". Disponível em: <https://radiodifusaoenegocios.com.br/legislacao/decreto-lei-n-o-236-de-28-02-67/71>. Acesso em: 19 mar. 2023.

[45] Não localizamos os documentos oficiais que identificassem os estados e suas correspondentes emissoras participantes nas diferentes fases do *Projeto Minerva*. Os jornais foram a maior responsável por trazer o número de emissores, sem citar nomes das rádios ou fonte por eles pesquisada. Contudo, não houve o reconhecimento dos nomes das rádios transmissoras na década de 1970. Localizamos a listagem das emissoras atuantes nos anos de 1981/1982, baseado no documento gerado pelo MEC e UnB (1983), acerca do domínio do *Projeto Minerva* pela Fundação Roberto Marinho. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/84045471/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84045471_an_01_d0001de0001.pdf>. Acesso: 19 mar. 2023.

para a formação de mão de obra especializada, com o intuito de favorecer o crescimento econômico do país.

No mesmo ano acontecia o *I Encontro de Cultura da Guanabara* entre os dias 16 e 19 de maio, no Palácio Tiradentes. Assumiu destaque a palestra *Televisão e Rádio na Guanabara* (1968) ministrada por Gilson Amado[46], presidente da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE)[47], entre os anos de 1967 a 1979. Este Encontro[48] foi organizado pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação do Estado, com o objetivo de discutir os problemas relacionados ao movimento artístico carioca e à cultura de massa, o desenvolvimento social e a organização de um vasto programa que permitisse levar arte ao alcance da população (*CORREIO DA MANHÃ*, 07/05/1968, p. 3).

O *I Encontro de Cultura da Guanabara* (1968) foi noticiado pela grande imprensa somente em dois momentos em um único jornal, no *Correio da Manhã*. Para De Luca (2005, p. 129), não há como deixar de lado o espectro da censura, a qual pode ter sido o motivo pela falta de divulgação dos periódicos. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. A autora compreende o papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como no Estado Novo (1937-1945) e no governo militar pós 1964, seja na condição de difusora de propaganda política favorável ao regime ou no espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e projetos alternativos de educação e cultura. Segundo a autora, quando a notícia foi pouco divulgada pelos impressos, a mesma carece de entendimento (2005, p. 129).

Amado (1968) apontava a falta de investimentos por parte do Estado às rádios educativas como impeditivo à sua ampliação:

> Acontece, porém, que enquanto o parque de emissoras de Rádio e TV de âmbito privado encontra nos investimentos publicitários de caráter comercial o financiamento necessário à sua implantação e expansão, propiciando um 'rush' impressionante na dinâmica desse processo de montagem de emissoras em todo o país, não cuidou o Poder Público de promover os recursos específicos, de origem estatal, para apoiar idêntico processo na esfera da Radiodifusão o da TV de origem estatal [grifos do autor] (AMADO, 1968, p. 2).

[46] Gilson Amado foi eleito o primeiro presidente da FCBTVE, em 1967, e exerceu esta presidência até sua morte, em 1979. Educador, escritor, jornalista radialista e advogado brasileiro, Gilson Amado tem reconhecimento como um grande incentivador ao uso das tecnologias na educação (BARRETO; THOMAZ, 2012).

[47] A Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE) foi criada quando o governo federal autorizou, com a Lei nº 5.198, de 3 de janeiro de 1967, a criação do Centro Brasileiro de TV Educativa, posteriormente denominado Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, devido ao seu estatuto jurídico. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/tv-educativa-tve>. Acesso: 19 mar. 2023.

[48] Os registros textuais do *I Encontro de Cultura da Guanabara* (1968) encontram-se no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), na guia de fundo "Governador Negrão de Lima". A pesquisa foi realizada em 2019.

Nesse caso, o autor não encarava com otimismo a ideia da retomada das transmissões radiofônicas e televisivas educativas naquele momento, haja vista pronunciar-se como um fato irreversível o que já havia sido uma realidade nacional em décadas passadas. Provavelmente referia-se aos programas oferecidos originariamente pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro na década de 1920 e, posteriormente, pelo SRE, na década sucessiva. Ambas as iniciativas radiofônicas foram arquitetadas por Edgar Roquette-Pinto[49], dono de percepções singulares que visavam levar a educação em lugares que a escola não chegava. Passados mais de quarenta anos, a premissa de levar o rádio aonde a educação não alcançava estava sendo novamente pensada, sob a concepção do *Projeto Minerva* (1970).

A programação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro "contava com atrações jornalísticas, culturais e educativas: cursos, palestras, aulas variadas, além de música e teatro" (LEYENDECKER, 2019, p. 34). No início do ano 1923, os microfones da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro eram abertos aos intelectuais e cientistas que dominavam a programação. Em 1925 ela se mostrou sob uma visão mais instrucional, aderindo a uma proposta mais popular, voltada à educação. Segundo Camara e Rangel (2017), Edgar Roquette-Pinto manteve sua atuação intelectual e política em direção à construção de uma visão cientificista da nação brasileira, enquanto lugar da identidade, civilidade e cultura:

> O surgimento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (PRA-2), em 1923 representou um divisor de águas na medida em que direcionou as atividades radiofônicas para o âmbito da educação popular e não apenas para o divertimento, sendo a primeira experiência de rádio-escola a tentar unir o erudito e o popular dentro de uma programação semanal (CAMARA; RANGEL, 2017, p. 157).

Os autores em sua análise perceberam um ponto crucial no andamento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que foi a tentativa de mesclar e unir dois tipos de cultura, a erudita e a popular. Por renovação ou imitação, o mesmo movimento foi percebido na programação informativa-cultural do *Projeto Minerva*[50]. O *slogan* da Rádio Sociedade se apresentava como: "trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil" (ANDRELO, 2012, p. 141). Para fazer com que a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro pudesse aumentar a potência e o alcance, Roquette-Pinto preferiu doá-la, em 1936, ao Ministério da Educação e

[49] C.f.: sobre Roquette-Pinto, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923), o Serviço de Radiodifusão Educativa (1937) e o projeto de radiodifusão educativa do Ministério da Educação e Saúde Pública (1943-1951) (CAMARA; RANGEL, 2017).

[50] O debate sobre a presença das formas erudita e popular na programação informativa-cultural do *Projeto Minerva* será realizado no Capítulo 3.

Saúde Pública, que tinha como Ministro Gustavo Capanema, durante o governo de Getúlio Vargas (1934-1945). A partir de então, a estação passou a se chamar Rádio Ministério da Educação e Cultura ou simplesmente, Rádio MEC, como é conhecida até os dias de hoje[51]. A Figura 1 abaixo demonstra a fachada da sede da emissora no Centro da Cidade do Rio:

Figura 1 – Fachada da emissora Rádio MEC (2008)

Fonte: *Site* Wikipedia[52].

Observa-se que o formato do prédio e o *design* exterior fazem alusão a um aparelho de rádio antigo. Segundo Leyendecker (2019, p. 47), com a criação da Rádio Ministério da Educação (PRA-2) nasceu a necessidade de um serviço que fosse voltado para a orientação da radiodifusão no país. Desse modo, pela Lei nº 378/1931, o governo criava o Serviço de

[51] O funcionamento da Rádio MEC durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) foi ameaçado à extinção por duas vezes, tendo as notas sido publicadas nos períodos de julho de 2019 e março de 2022. Inclusive, dessa última vez, a publicação envolveu também a Rádio Nacional do Rio de Janeiro como vítima do desmonte. A medida traduz um completo desrespeito aos profissionais e aos ouvintes que marcaram, e que continuam marcando época, nessas emissoras históricas. Do mesmo jeito, a intenção do governo demonstra uma desvalorização com o conhecimento e com a cultura, memória e história do Brasil. C.f.: notícia publicada em 2019 disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/07/10/para-professor-da-usp-extincao-da-radio-mec-am-e-crime-contra-historia-brasileira>. Acesso em: 19 mar. 2023. C.f.: notícia publicada em 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2022/03/24/analise-governo-bolsonaro-ameaca-desligar-radios-mec-e-nacional-sem-plano-de-migracao>. Acesso em: 19 mar. 2023.

[52] Não houve identificação de quem foi a autoria do projeto envolvendo o prédio da Rádio MEC em formato de aparelho de rádio antigo. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1dio_MEC#/media/Ficheiro:RadioMEC.jpg>. Acesso em: 19 mar. 2023.

Radiodifusão Educativa (SRE), órgão comprometido em desenvolver, de forma permanente, a irradiação de programas de caráter educativo. Nunes (2018)[53] corrobora com Leyendecker (2019) quando analisa que o SRE foi concebido como parte do movimento civilizatório que pensava a educação e a saúde como elementos capazes de integrar o país e regenerar o povo assolado pelas doenças e pelo analfabetismo. Roquette-Pinto precaveu-se contra o uso indevido das emissoras de rádio nas quais atuou, quando registrou no estatuto da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro não ser permitida a venda de publicidade. Para a utilização da Rádio MEC, sob a direção da SRE, os termos de doação deixavam claro que a nova emissora não poderia se tornar um empreendimento lucrativo e nem se dar a outros fins.

Só seria lícita à grade programática da Rádio MEC o que prestigiasse o desenvolvimento da instrução, educação e cultura popular, sendo vedado o uso da publicidade comercial ou da propaganda política (ANDRELO, 2012). Diferentemente do que estava no foco das emissoras comerciais de rádio e televisão no final da década de 1960 que, segundo Amado (1968), era a sensibilização do mercado de consumo da produção brasileira de comércio e indústria, destinado a atender aos interesses econômicos da iniciativa privada. Tal fato constatado por Amado (1968) estava contrariamente apontado às convicções defendidas pelo fundador da radiodifusão educativa, desde 1923. Logo, ele não acreditava que as rádios pudessem aderir a qualquer que fosse a proposta educativa e cultural, uma vez que essas não teriam apelo comercial. Em contrapartida, a nova tecnologia do aparelho de rádio, que já funcionava por meio do "transistor"[54], poderia significar um poderoso instrumento de democratização da informação, tanto nos centros urbanos, como no interior do país, devido ao barateamento comercial sofrido pelo produto.

Na opinião de Amado (1968), um Fundo Especial deveria ser constituído a partir de recursos provenientes de taxas cobradas em função da propriedade de aparelhos de rádio e TV, a exemplo do que acontecia nos principais países do mundo. Para o autor, o valor arrecadado seria investido nas emissoras particulares para produzir e subsidiar programas educativos. Instituir a isenção de impostos para suprir a perda publicitária que a emissora pudesse sofrer e organizar a rede nacional de emissoras de rádio e TV educativas, foram sugestões colocadas por ele para estimular a produção de programas educativos pelo rádio e televisão; contudo, não foram adiante (1968, p. 4-5).

[53] C.f.: sobre a SRE entre os anos de 1943-1951 (NUNES, 2018).
[54] O aparelho de rádio com a nova tecnologia do transistor foi amplamente produzido nos anos 1960 e 1970, reafirmando sua popularidade já consagrada.

Existia uma suspeita que a educação supletiva quando fizesse parte da grade das emissoras privadas pudesse ser motivo de troca ou barganha de propagandas e publicidades. Logo, era preciso não confundir e nem encarar o ensino supletivo como um produto a ser comercializado, já que as rádios comerciais não se interessavam por aquilo que não pudesse dar retorno financeiro imediato, como era o caso da educação de adultos. As emissoras públicas já traziam programação educativa e cultural, justamente a intenção do governo militar era firmar com as emissoras comerciais a mesma prática.

Contudo, entre a promulgação do Decreto-Lei nº 236/67 e o ano inicial do *Projeto Minerva* (1970), ainda não haviam sido deliberadas as diretivas que pudessem propor os cursos supletivos sob a ótica das tecnologias. Apenas o Decreto nº 25.239/69 introduziria condições normativas para que o *Projeto Minerva* pudesse existir. Sendo assim, para regulamentar dispositivos constantes no Decreto-Lei nº 236/67, o Ministério das Comunicações (MINICOM) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), comandados por Hygino Caetano Corsetti[55] (1969-1974) e por Jarbas Gonçalves Passarinho (1969-1974), respectivamente, expediram a Portaria nº 408/70.

1.2 Supletivos à vista: Cruzada ABC, MEB e Mobral

A normatização que regulamentou o cumprimento da obrigatoriedade de todas as emissoras de rádio do Brasil, comerciais e privadas, foi a Portaria nº 408/70 que reafirmava a necessidade de transmissão de programas didáticos e educativos entre o horário de 7 e 17 horas. Contudo, o *Projeto Minerva*, em entendimento com a direção das emissoras[56], percebeu a inviabilidade de alcançar o público desejado durante esse horário e logo passou para o período noturno (IPEA, 1976, p. 131). Afinal, o mais provável era que o público adulto, em geral trabalhador, só pudesse participar das aulas radiofônicas e/ou frequentar os radiopostos no contraturno do trabalho, hipoteticamente, à noite.

Nessa resolução estavam incluídas emissoras de rádio e de televisão de todo o país, sob a coordenação do MEC, em que ficava estabelecido que seriam transmitidos programas educativos-culturais por 30 minutos de segunda à sexta-feira, e por 75 minutos aos sábados e domingos. A Portaria nº 408/70 orientava para que os programas educacionais pudessem

---

[55] C.f.: *Hygino Caetano Corsetti* no Verbete do CPDOC/FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/higino-caetano-corsetti>. Acesso em: 19 mar. 2023.

[56] Não houve identificação nominal acerca das pessoas que respondiam ou negociavam pelo *Projeto Minerva* e pelas emissoras de rádio.

destinar-se à: complementação do trabalho de sistemas educacionais regulares, educação supletiva de adolescentes e adultos, educação continuada sob a abrangência em qualquer nível de escolaridade, setores de divulgação e de orientação educacional (pedagógica, profissional ou de informações sobre unidades ou sistemas escolares de interesse das audiências).

Para dar prosseguimento a esse processo, uma equipe denominada "Grupo Tarefa"[57] foi formada com o objetivo de fazer cumprir a Portaria nº 408/70. Uniram-se representantes do Ministério das Comunicações (MINICOM), da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE) e do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE/MEC), sob a coordenação do Grupo Tarefa que foi entregue ao diretor da FCBTVE, Gilson Amado (1967-1979). O Grupo Tarefa contaria com o apoio da Fundação nos quesitos financeiro, técnico e administrativo, mediante a normatização homologada, para instituir o Subgrupo responsável pelo rádio:

> I - Fica instituído o Subgrupo de Rádio, integrante do Grupo Tarefa, para efeito de assumir as responsabilidades das providências relacionadas com o cumprimento da Portaria 408/70, na esfera do Rádio.
> II - O Subgrupo de Rádio será dirigido pelo Diretor do Serviço de Rádio Educativo do Ministério da Educação e Cultura, que deverá promover a execução das referidas medidas, dentro das diretrizes, do planejamento e das recomendações definidas pelo Grupo Tarefa.
> III - O Subgrupo de Rádio apresentará, desde logo, ao Grupo Tarefa, o esquema das providências, a curto prazo, indispensáveis ao atendimento dos objetivos previstos na Portaria 408/70: a programação projetada para utilização em primeira etapa pelas emissoras de Rádio; discriminação dos horários a serem utilizados por emissoras de Rádio para a transmissão dos referidos programas; resultados dos entendimentos mantidos com a EMBRATEL[58] para transmissão, em rede, dos programas aprovados, sejam gerados pelo SRE, sejam por outras fontes de produção, submetendo ao Grupo Tarefa os esquemas de transmissão ajustados, os esquemas das faixas de cobertura, e os respectivos ajustes (PORTARIA Nº 32/70[59]).

As atividades realizadas por este "Subgrupo de Rádio", conforme citou o documento, tinham como objetivo o atendimento do que havia sido estabelecido pela Portaria 408/70 que, segundo Maroto (1974, p. 49), "receberiam o nome genérico de *Projeto Minerva*[60]". Percebe-se que foi muito exíguo o tempo entre a publicação da Portaria 408/70 que regulamentou o Decreto nº 236/67, datada em final do mês de julho, em conformidade com a publicação da Portaria 32/70, que criou o Subgrupo de Rádio, atribuída em 29 de setembro de 1970. Este

[57] Não houve identificação nominal acerca das pessoas que formaram o Grupo Tarefa, exceto pelo nome do coordenador que foi instituído, o Diretor da FCBTVE, Gilson Amado.
[58] C.f.: Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL). Verbete do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/embratel>. Acesso em: 19 mar. 2023.
[59] A Portaria nº 32/70 foi localizada em uma publicação do MEC, em conjunto ao INEP: *A Teleducação no Brasil: Um Documentário* (1972), Anexo 3, p. 117. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001816.pdf>. Acesso: dez. 2019.
[60] Não houve identificação em nenhum documento oficial do MEC ou de outro órgão competente sobre a justificativa e os critérios para a escolha do nome *Projeto Minerva*.

acontecimento, segundo Leobons (1984, p. 92), provocou uma forma crítica e intempestiva de implantação do *Projeto Minerva*.

Conforme a primeira transmissão educativa do *Projeto Minerva* tenha ido ao ar em 04 de outubro de 1970, foi perceptível para Leobons (1984) que houve falta de tempo hábil para que o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE/MEC) criasse e produzisse seu próprio curso. Para driblar esta situação, o *Projeto Minerva* adotou inicialmente cursos de outras agências de radiodifusão educativa que foram das fundações Padre Anchieta (FPA) de São Paulo e Padre Landell de Moura (FEPLAM), do Rio Grande do Sul. Para Leobons (1984, p. 92), o preceito autoritário contido nas entrelinhas do *Projeto Minerva* já despontava, a partir de sua publicação (29/09/1970) e inauguração (04/10/1970), tendo em vista o intervalo ter sido de somente cinco dias, sem nem mesmo ter havido um planejamento prévio para a sua inauguração com cursos autorais do SRE/MEC. Esta ação aligeirada teve o mesmo princípio que foi distinguido na elaboração da Constituição de 1967.

Percebe-se que o *Projeto Minerva* não se referia exclusivamente a um programa educativo de rádio transmitido todos os dias, de segunda à sexta-feira, às 20 horas e aos finais de semana com horários diferenciados. As atividades, a programação e a produção que fossem criadas a partir do Subgrupo de Rádio, que foi extraído do Grupo Tarefa, seriam identificados como "*Projeto Minerva*", analisando o texto da Portaria nº 32/70. O Grupo Tarefa estava diretamente comprometido em cumprir o que a Portaria nº 408/70 estipulava. Com a nossa interpretação, o *Projeto Minerva*, pelo menos de acordo com sua composição inicial, estava a serviço de reunir o conjunto de ações e práticas que envolviam o meio radiofônico no quesito ensino de adultos. Visando depurar com mais detalhe acerca da escolha pelo termo *Projeto Minerva*, ao Subgrupo de Rádio, buscamos apreender quanto ao seu significado através da origem etimológica dos vocábulos, separadamente e de forma composta.

Segundo o dicionário Houaiss *et al* (2001, p. 2.309), a palavra "projeto" deriva do latim *projectus* que significa: "ação de lançar para frente, de se estender, extensão". O nome próprio "Minerva", também de origem latina, significa: "deusa da sabedoria, das artes e das ciências, das indústrias e da guerra, identificada com a deusa grega Palas Atenas"[61] (2001, p. 1.926). A deusa da mitologia "Minerva" no latim, ou "Atena" no grego, nasceu adulta e armada com a égide e a lança (SILVA, 2005, p. 92). Ao unir os vocábulos "Projeto" e "Minerva", observa-se que o termo formado tenha pretendido passar a ideia de uma operação/programação disposta a

[61] Conforme Silva (2005, p. 89), Minerva (ou Atena) nasceu quando Júpiter, depois de devorar a Prudência, sentiu uma forte dor de cabeça, recorreu a Vulcano que de um golpe de machado lhe fendeu o crânio. Nasce Minerva, saída já armada, do cérebro de Zeus.

lançar seus participantes à frente, projetá-los, baseado no poder divino de uma deusa reconhecida por sabedoria, artes, ciência, indústrias e guerra, o qual seria ministrado.

Ao trazer a interpretação do termo *Projeto Minerva* para o contexto da educação supletiva, entende-se que o batismo empreendido tenha requerido associar a imagem de um programa de cunho preparatório que projetaria seus participantes a um outro patamar na conquista do ensino de 1º Grau, fazendo jus a uma divindade guerreira, que poderia ser, subjetivamente, correspondente ao poder militar do país. A imponência nominal do curso pareceu-nos ter sido imaginada sob a ideia da consolidação de um programa com bases sólidas, inabaláveis, que combatesse como em uma guerra a "falta da educação", garantindo o êxito para o futuro dos seus participantes.

Logo após a implementação do *Projeto Minerva* ocorreu a promulgação da Lei de Reforma Educacional nº 5.692/71, mudando a organização do ensino brasileiro, ao tornar o ensino profissional obrigatório. O aluno receberia ao final do ensino de 2º Grau um certificado de habilitação profissional. As medidas cabíveis para que o novo ensino fosse implementado caberia aos governos estaduais. As grades curriculares dos cursos supletivos também sofreram ajustes. Imagina-se que a ideia do governo militar em lançar o *Projeto Minerva* e, posteriormente à Lei de 1971, ratificar a programação pelo rádio, fosse conquistar o apoio popular e político, mostrando que daquela ocasião em diante o problema da educação dos adultos estava sendo pensado, planejado, programado e solucionado, com o lançamento de um programa radiofônico. Segundo Cunha (1988), o que acontecia na educação brasileira era completamente o oposto:

> O Estado atribuiu-se a meta ambiciosa de não só universalizar a escolarização elementar obrigatória, mas, também, de dobrar a sua duração, de 4 para 8 anos. Entretanto, reconhecendo a impossibilidade de cumprir essa meta através da escola regular, procura meios e modos de atingi-la supletivamente pelo uso de rádio e da televisão e de uma campanha nacional de alfabetização, não só de adultos, como, também, de adolescentes e pré-adolescentes (CUNHA, 1988, p. 258).

A Lei de Reforma Educacional remete-nos à representação que o *Projeto Minerva* estabeleceu para o Ministério da Educação e Cultura: como um programa específico para preparar jovens e adultos à certificação do 1º Grau, a distância e pelo rádio. Visando dar destaque ao ensino de adultos, a Lei nº 5.692/71 dedicou o capítulo IV a esse propósito. A Lei utilizou-se de uma estratégia para o aumento do número de adultos ingressantes nos cursos supletivos de 1º e 2º graus, ao incentivar o alargamento de opções nos quesitos estrutura,

duração e regime[62] escolar. Para isso, os cursos supletivos seriam ministrados em classes ou mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comunicação (Cap. IV, Art. 25).

A finalidade do ensino supletivo foi pronunciada no Artigo 24, Capítulo IV, da Lei 5.692/71, letra (a): "suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria". O Parecer nº 699/72, emitido pelo Conselho Federal de Educação (CFE), deu respaldo ao ensino supletivo, ao dividi-lo em quatro funções: a suplência (substituição compensatória do ensino regular pelo supletivo via cursos e exames com direito à certificação); o suprimento (complementação do inacabado por meio de cursos de aperfeiçoamento e de atualização); a aprendizagem e a qualificação (preparação profissional para o trabalho). Paralelamente ao ensino regular, a Lei nº 5.692/71 instituiu a profissionalização a nível do ensino supletivo:

> Nesse, a habilitação profissional pode ser adquirida por duas vias. Uma delas refere-se à aprovação em exames de suplência profissionalizante, exigindo-se, nesse caso, que o interessado comprove a prática do exercício da atividade profissional pretendida. No outro tipo, o preparo para o trabalho se faz em cursos rápidos ligados às funções de aprendizagem e qualificação (INEP, 1982, p. 34-35).

Outra providência da Lei nº 5.692/71 foi alterar o sistema educacional em três graus sucessivos. O primeiro deles incorporou os antigos ensinos primário e ginasial, instituindo oito anos como escolarização obrigatória, a partir dos 7 anos de idade. O 2º Grau passou a corresponder ao antigo ensino secundário e o 3º Grau ao ensino superior (BICCAS e FREITAS, 2009, p. 280). Tanto as escolas públicas, quanto as privadas, tornaram-se profissionalizantes no 2º Grau com o objetivo de desafogar o afunilamento dos candidatos às universidades, uma vez que essas não absorviam efetivamente todos os estudantes concluintes do 2º Grau. O aspecto do ensino profissional imbuído na Lei intencionava equipar os estudantes com alguma formação ministrada no ensino básico.

"Como a Lei não resolveu problemas antigos e, para além disso, ensejou e acumulou problemas novos, a soma de todos esses fatores tornou a implementação do 1º e 2º graus bastante lenta e sujeita à incongruência de toda espécie" (BICCAS e FREITAS, 2009, p. 280). Não houve aumento da população escolarizada e nem com certificação de 1º e 2º graus, não aconteceu a propagação do acesso às ocupações do mercado de trabalho (2009, p. 281); e também não ocorreu, a contento, o reconhecimento e o enaltecimento da profissionalização

[62] O regime escolar se refere ao ensino ser aplicado em caráter presencial (regular), semipresencial (parte regular e parte a distância) e totalmente a distância.

técnica. Para os autores, a tônica da Lei 5.692/71 mostrava-se voltada à formação para o trabalho, a qual promoveu uma aproximação em relação às ações já desenvolvidas pelo *Movimento Brasileiro de Alfabetização* (2009, p. 282) e pelo conteúdo ministrado no *Projeto Minerva – Fase II* (1973-1979), principalmente.

Pela análise de Werlang (2005, p. 3-4), a Lei nº 5.692/71 foi uma tentativa, pelo menos no nível do discurso oficial, de acabar com a dualidade estrutural entre ensino acadêmico propedêutico e técnico profissionalizante. Isso não aconteceu, dada a inviabilidade de implantar um sistema de ensino que buscava unir trabalho manual e intelectual numa sociedade que tinha justamente como uma de suas principais características a separação entre concepção e execução, com a valorização da primeira e a desqualificação da segunda. Essa condição não deixa de ter relação e significar uma das marcas deixadas pela escravidão no país.

Em resposta à Lei 5.692/71, no que dizia a respeito do ensino profissionalizante do 2º Grau, o Conselho Federal de Educação promulgou o Parecer 45/72 que reforçou a orientação da Lei sobre a composição do núcleo comum de estudos, fixando o mínimo curricular das habilitações profissionais. De acordo com a inviabilidade de colocá-lo em ação, pelos mesmos motivos apontados, foi elaborado o Parecer 76/75 - CFE, retirando o princípio básico da Lei 5.692/71, da supressão da dualidade entre ensino propedêutico e profissionalizante. Segundo Werlang (2005, p. 3-4), este último Parecer entendeu a profissionalização como educação geral com algumas noções sobre trabalho, enquanto o primeiro previa a terminalidade profissional, com a educação geral e a formação profissional assumindo a mesma importância.

A proposta educacional do *Projeto Minerva* foi construída segundo um erro de concepção para Leobons (1984, p. 92), uma vez que se baseou na política social adotada pelo governo que considerava o desenvolvimento social como resultado do crescimento econômico. Com isso, para acelerar o desenvolvimento econômico, social e cultural, seria valiosa a utilização de meios de comunicação de massa que poderiam resolver as necessidades crescentes do país. A autora considera que a política social adotada trabalhava no intuito de contornar tensões deflagradas pelas demandas da política econômica, assim como objetivava preparar a mão de obra para as empresas, com a finalidade de lhes aumentar a produtividade.

Conjuntamente previsto na Lei nº 5.692/71 estava a realização de treinamentos a serem ministrados para professores e pessoal que trabalhasse com ensino supletivo. Sendo assim, foram planejados cursos e treinamentos aos membros constituintes do *Projeto Minerva* e do *Movimento Brasileiro de Alfabetização* (Mobral). Isso se dava para que os cargos ocupados no ensino supletivo pudessem contar com pessoal qualificado, mediante a intenção de realizar adequadamente o manuseio junto às metodologias e tecnologias da educação, em conjunto com

boas práticas[63]. Supõe-se que o investimento voltado aos recursos humanos tivesse a finalidade de tornar mais eficiente o desempenho dos profissionais no ensino supletivo como, por exemplo, os monitores, supervisores e coordenados do *Projeto Minerva*.

A motivação do governo militar para que a Lei nº 5.692/71 desse certo e que, consequentemente, fosse aceita por especialistas e pela opinião pública era tal, que se pode perceber a elaboração de um programa específico sobre o tema na grade do *Projeto Minerva*, o qual integrava o "Informativo-Cultural"[64]. Da série "Educação", sob o título *O ensino hoje*, o programa era composto por 10 capítulos de 15 minutos cada, com a seguinte sinopse: "A reforma do ensino: aspectos da Lei 5.692/71. Cada programa focaliza nos diversos aspectos da Lei 5.692/71". Sob o título *Ensino*, a imprensa anunciou quanto aos dias e horários dos programas que iriam expor sobre as mudanças nas leis brasileiras de educação nas décadas de 1960/1970:

> *Projeto Minerva* apresentará, nos dias 15, 22 e 29 deste mês, programa sobre a Lei 5.692, Ensino de 1º e 2º graus, denominados 'O Ensino de Hoje'. No horário de 13 às 14 horas, serão mostradas as modificações no sistema de ensino brasileiro, estabelecendo paralelos com a antiga Lei de Diretrizes e Bases [grifos do autor] (*JORNAL DO COMMERCIO*, 13/04/1972, p. 3).

As datas anunciadas pelo jornal apontavam para três sábados consecutivos do mês de abril de 1972. Isso significava dizer que os ouvintes do programa pelo rádio teriam a explanação, por parte do poder público, acerca das premissas da Lei de Reforma Educacional vigente no país. Sugere-se que o objetivo na abordagem desse tipo de assunto era o de divulgar as ações do governo militar e o de gerar boas expectativas junto à população, principalmente para os adultos não escolarizados. Especificamente o *Movimento Brasileiro de Alfabetização* (Mobral) era voltado para o aumento do número de alfabetizados adultos no país.

Articulando acerca da expansão dos alfabetizados no país com a análise de Anderson (2008, p. 123) quando sugere que o acesso às letras pelo povo se reverte em apoio político, entende-se que, no caso do regime militar, havia uma expectativa do governo ser melhor aceito pela população, não somente, mas também por isso. Pinheiro (2016) pondera sobre o propósito inicial do *Projeto Minerva*, o qual era visto como sucessor do Mobral, já que um destinava-se ao primeiro ciclo do 1º Grau e o outro ao 2º ciclo, principalmente no *Curso Supletivo de 1º*

[63] Não foi objetivo da Tese a pesquisa e análise a respeito da mudança de resultados, ou não, a partir do treinamento de pessoal no ensino supletivo.
[64] Programação e sinopse do "Informativo-Cultural", vide os Apêndices 1 e 2.

Grau do Projeto Minerva – Fase II (SRE/MEC). Para o autor, ao *Projeto Minerva* deveu-se, sobretudo, a três interesses inerentes:

> [...] um tratava-se da necessidade de romper barreiras do isolamento de algumas regiões distantes dos grandes centros, além de também anunciar a necessidade de aumentar os índices escolares no Brasil. Sendo assim, a educação via rádio poderia ser uma alternativa viável, entretanto, vinculada a essas emergências, uma terceira estava presente: a luta ideológica (PINHEIRO, 2016, p. 92).

O que acontecia frente às realidades dos regimes autoritários, segundo a percepção do autor, dizia respeito ao conjunto de ideias, pensamentos, visões de mundo e/ou doutrinas daquele determinado grupo e seus seguidores, em que tornavam-se bússola orientadora das ações sociais e políticas. Por causa do *Projeto Minerva* funcionar em cadeia nacional, com programação simultânea pelo rádio e com fascículos uniformes, pareceu-nos que o "modelo supletivo" de ensino implantado pelo Estado estivesse sendo disponibilizado na intenção de ser reconhecido como o que de melhor a população pudesse receber e usufruir do poder público. Contudo, por trás disso, havia a reduzida quantidade de vagas nas escolas noturnas para os adultos.

Até o ano de promulgação da Lei nº 5.692/71 existia a oportunidade dos jovens e adultos acima de 16 e 19 anos concluírem os estudos, através da realização dos exames madureza ginasial e madureza colegial, de modo respectivo. A realização desses exames oficiais caracterizava-se pela aplicação de avaliação "fora do processo de ensino-aprendizagem", significando que os cursos supletivos de adultos apenas ministravam o conteúdo, sem efetuarem a certificação "dentro do processo de ensino-aprendizagem" (FÉLIX, 1986, p. 131). Ou seja, a avaliação para a certificação supletiva do ensino básico era realizada mediante os exames madureza ou nas classes de adultos nas escolas noturnas, com avaliação "dentro do processo de ensino-aprendizagem".

Inclusive, até a vigência do Decreto-Lei n° 709/69, para que o mesmo candidato prestasse os exames madureza ginasial e madureza colegial, era exigido um prazo de dois a três anos para que sua conclusão, em cada ciclo, fosse realizada (MENEZES, 2001c). A partir da promulgação da Lei nº 5.692/71, que substituiu o artigo 99 da Lei 4.024/1961, as avaliações foram renomeadas como "exames supletivos de Educação Geral", voltadas aos maiores de 16 anos e realizadas em duas ocasiões ao ano, em todas as unidades da federação. Tanto a responsabilidade do exame madureza quanto, subsequentemente, do exame supletivo, concentrava-se inteiramente nos estados federativos, os quais se incumbiam da elaboração,

aplicação e correção do instrumento de avaliação, como também da divulgação da aprovação ou reprovação do candidato.

Dessa maneira, o adulto que prestasse os exames supletivos (após a promulgação da Lei nº 5.692/71), que se caracterizavam como avaliação "fora do processo de ensino-aprendizagem", teria tido uma das duas trajetórias até chegar nesse dia: não ter acompanhado nenhum curso supletivo e, por isso, ter estudado por conta própria (autodidatismo) ou ter frequentado um curso supletivo ministrado via rádio, TV ou por correspondência, público ou privado. Uma outra opção consistia no sujeito ter prestado as avaliações "dentro do processo de ensino-aprendizagem" em uma escola pública de classe noturna supletiva, contudo, sem ter obtido êxito em todas as disciplinas[65]. Essa última alternativa dava direito ao candidato em prestar o exame supletivo especificamente na disciplina que tivesse sido reprovado. Muito do investimento nos exames, ao invés do emprego de recursos nas escolas, aconteceu por causa do:

> Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo estado. Dessa forma, o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola de 1º e 2º graus, sobretudo (GERMANO, 2011, p. 106).

Germano (2011) considera que apesar dos discursos oficiais terem dado destaque ao setor educacional como prioridade, com promessas de integrá-lo e adequá-lo à realidade econômica do país, houve pouca efetividade em relação à política educacional adotada. O autor analisa quanto a tendência do governo militar em privilegiar as camadas de renda mais altas, conjuntamente aos setores empresariais. Assim como a educação, as áreas da saúde e previdência social, igualmente, tornaram-se artigos de luxo para os mais pobres durante a ditadura. No mesmo período, os recursos destinados ao setor educacional público eram comprometidos com o capital privado, ao financiarem bolsas de estudos em escolas particulares aos alunos carentes. Os mesmos tinham que experimentar a ausência de vaga no ensino público e, com isso, provar a falta de condições monetárias para arcar monetariamente com os estudos nas escolas particulares.

[65] Os exames supletivos eram aplicados por disciplina e não por área de conhecimento.

O assunto foi debatido e registrado no Relatório do Ministério da Educação e Cultura[66] apresentado à XXXIV Sessão da *Conferência Internacional de Educação de Adultos* (CONFINTEA) de Genebra/Suíça (1973):

> O amparo do Poder Público a quantos demonstrarem aproveitamento ou provarem falta ou insuficiência de recursos deverá fazer-se sob forma de concessão de bolsas de estudo. No ensino de 1º Grau somente serão concedidas bolsas de estudo gratuitas quando não houver vaga em estabelecimento oficial que o aluno possa frequentar com assiduidade (RELATÓRIO MEC/CONFINTEA, 1973, p. 40-41).

O documento trazia como sendo o objetivo do poder público o de promover a democratização da educação de 1º Grau, ao oferecer "igualdade de oportunidades educacionais e criando condições que permitam êxito aos alunos necessitados" (RELATÓRIO MEC/CONFINTEA, 1973, p. 42). Dessa maneira, Germano (2011, p. 206) compreende que apenas uma parcela reduzida da população, à época, teve acesso aos níveis de ensino do 1º e 2º graus e ao superior. Para o autor, mesmo aqueles que conseguiram frequentar o ambiente escolar tiveram contato com uma educação de baixa qualidade, prédios sem estrutura física adequada, diminuição da jornada escolar, grande quantidade de professores leigos que se submetiam aos baixos salários oferecidos, entre outros problemas.

Por fim, Germano (2011, p. 106) correlaciona a desqualificação da educação pública brasileira à falta de investimentos, alegando que grande parte do aumento dos cursos a distância se deveu a esse quadro caótico. Corrobora com Germano (2011) a compreensão de Pinheiro (2016, p. 52), ao analisar o *Projeto Minerva* como um dos cursos a distância que se encaixavam como aqueles de baixo custo, como eram os programas educativos via rádio, entre outros. Segundo Pinheiro (2016), atribuía-se à educação a distância[67] (EAD) a responsabilidade de resolver um problema que o governo não era capaz e/ou não tinha interesse em resolver. Para o autor, os discursos políticos disfarçavam o real motivo do analfabetismo e da falta de certificação na educação básica.

> Nesse mesmo sentido, acabava por atribuir o problema do analfabetismo aos indivíduos. Ou seja, a educação a distância, ao ser propalada como oferta de educação para todos, camuflava a falta de escolas. Da mesma forma, indiretamente, transferia

[66] Esse Relatório foi impresso e divulgado no Brasil em 1974 pelo Departamento de Documentação e Divulgação de Brasília – DF.

[67] O conceito oficial de educação a distância (EAD) no Brasil ocorreu segundo o Decreto nº 5.622/2005, art. 1º: "Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos".

> para o indivíduo a responsabilidade sobre seu fracasso, o qual, nessa modalidade de educação, atingia altos índices (PINHEIRO, 2016, p. 52).

Sobre o cenário educacional brasileiro nos anos de 1960 e 1970, Leobons (1984, p. 60) considera que utilizar-se de métodos de educação de massa e de instrumentos não convencionais de educação poderia ter sido uma saída possível. Concomitantemente à falta de verbas públicas para investir na construção de escolas e na formação escolar para o mercado de trabalho, projetos e programas nacionais educativos não presenciais ou semipresenciais foram propostos para a educação dos adultos. A utilização de tecnologias e de meios de comunicação de massa para essa finalidade já vinha sendo discutida nas décadas anteriores, tanto no Brasil, quanto em outros países, como era o caso da Nigéria, Tailândia, Austrália, Nova Zelândia, Honduras, Índia, Togo, Colômbia, Peru, Equador (MAROTO, 1974, p. 4).

Segundo Maroto (1974, p. 4), a educação de adultos por meio do rádio já era uma realidade mundial, no intuito de resolver diversos problemas pedagógicos, tanto no âmbito escolar como fora dele. No que tange ao ingresso do candidato à certificação do 1º Grau em uma classe noturna ou em cursos via correspondência, televisão ou rádio, como no caso do *Projeto Minerva*, supôs-se duas condições para o participante: avançar ou desistir; e que nem sempre a escolha estava em suas mãos. A incompletude no curso ou a reprovação nos exames não eram restritos somente por causa da incapacidade cognitiva do candidato, mas também porque poderia faltar-lhe infraestrutura econômica/social ou familiar/pessoal. Isso justificava-se por conta de o público adulto, que estava fora do ambiente escolar, já ter sido vítima do abandono ou evasão enquanto criança e adolescente, uma vez que não pôde permanecer na escola durante a idade-série própria, dos 7 aos 14 anos. Há de se considerar que na fase adulta o objetivo se tornava, em geral, o de conquistar o mercado de trabalho e/ou a realização profissional/financeira[68].

Tal prerrogativa foi percebida por Alvarenga (2010, p. 241), em entrevista realizada com os jovens e adultos alfabetizandos, quando constatou "que o direito ao 'trabalho' é a primeira referência que todos utilizam para expressar suas próprias condições de vida" [grifos do autor]. A autora compreende que é do trabalho que emana, invariavelmente, toda a perspectiva de vida desse público. Nesse particular, a pesquisa da autora nos municiou de pistas acerca do aluno adulto que chegava à escola, em grande parte, visando o "emprego" ou a melhoria do *status quo*.

[68] Não é objetivo da Tese investigar as trajetórias dos participantes do ensino supletivo.

Haddad (1991, p. 189), ao citar Soares (1995, p. 209), reconhece que houve esforço por parte da União em oferecer uma educação de massa à custos baixos como forma de democratizar oportunidades educacionais desde a década de 1940, entretanto, esse movimento vinha perdendo qualidade por conta do aumento do número de envolvidos no processo. Ambos os autores compreendem que a ideia tecnológica a serviço do econômico e do pedagógico perdurou durante todo o regime militar, associada à concepção da teoria do capital humano[69], caracterizando a educação e, em especial, a educação de adultos.

A despeito de que os programas, projetos e campanhas educativas de alfabetização de adultos já existissem desde as décadas de 1940 e 1950[70], a partir de abril de 1964 um grande número dessas propostas supletivas desapareceu. Isso se deu em razão dos movimentos de educação popular surgidos no início dos anos 1960 terem sido pautados sob os desígnios educacionais da filosofia libertária[71] (PAIVA, 1983, p. 259) e terem tido o caráter "conscientizador" (SOARES, 1995, p. 158). Os cursos, projetos e programas inspirados pela essência do diálogo e da palavra transformadora e geradora, resultante da ação e da reflexão, a partir de métodos já existentes como, palavração e silabação, visão essa defendida pelo educador Paulo Freire[72], sofreram silenciamento ou foram extintos no período do regime militar. Um exemplo de como os militares tentavam calar os pesquisadores e intelectuais pode ser observado a partir do próprio educador que sofreu perseguição severa, ficou preso por 70 dias e foi exilado por 16 anos.

Entre os projetos supletivos que vigoraram na virada dos anos de 1960 para 1970, tivemos o *Sistema Radioeducativo da Paraíba* (SIREPA), *Programas de Alfabetização Funcional no Nordeste* e também o *Projeto João de Barro*, no Maranhão. No ano de 1962, no Recife, era criada, por um grupo de professores do Colégio Evangélico Agnes Erskine de Pernambuco, a *Cruzada da Ação Bíblica Cristã (Cruzada ABC)*[73]. Esta substituiu os

[69] "O Capital Humano compreende aptidões e habilidades pessoais, que podem ser naturais ou adquiridas pela aprendizagem, que possibilitam ao indivíduo auferir renda e o tornam mais produtivo. O Capital Humano é proveniente de investimentos destinados à formação educacional e profissional dos indivíduos. A ideia central da Teoria do Capital Humano é que o investimento na formação pessoal, ou seja, em Capital Humano, pode aumentar as taxas de produtividade do trabalhador e, assim, alavancar o progresso de um país" (ANDRADE, 2010, p. 9). C.f. sobre a temática (FRIGOTTO, 1984).

[70] C.f.: Campanhas de alfabetização de adultos (SOARES, 1995).

[71] C.f.: sobre os desígnios da educação libertária (PAIVA, 1983) (KASSICK, 2008).

[72] Para uma educação ser verdadeira e libertadora, segundo o grande mestre e educador, "O importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não 'bancária', é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros" (FREIRE, 1987, p. 120). Sendo assim, uma educação libertadora é sempre uma ameaça ao regime ditatorial. A primeira edição do livro *Pedagogia do Oprimido* datou do ano de 1970.

[73] C.f. *Cruzada ABC* (PAIVA, 1983, p. 268-282).

movimentos de educação e cultura popular, entre eles o Movimento de Cultura Popular (MCP) ligado à prefeitura de Recife, que emergiram a partir do ano de 1959, os quais pautavam-se na concepção de alfabetização do educador Paulo Freire.

Sobre à *Cruzada ABC* recaiu a crítica que, ao passar dos anos, tenha sido reduzida à distribuição de alimentos aos alunos, professores contratados ou voluntários, convertendo-se, com isso, em um programa mais comunitário/social do que educacional. Não obstante, a *Cruzada ABC* sofreu dificuldades para se manter, devido a problemas para obter recursos financeiros. Também condenada era a escolha da sua programação, material didático e a forma como o analfabeto era tratado: como um incapaz, até mesmo como um "parasita econômico" (PAIVA, 1983, p. 268). Outros pontos contrários baseavam-se na atuação comunitária exercida pela equipe, na escassa rentabilidade, no alto custo-aluno, na orientação/direção norte-americana, principalmente após o Presidente Castello Branco (1964-1967) assumir o cargo.

Em fevereiro de 1965, o governo brasileiro através do Ministério da Educação e Cultura assinou o acordo de cooperação firmado com a *United States Agency for Internacional Development* (MEC-USAID)[74]. Para D'Araujo e Joffily (2019, p. 29), foram imensas as críticas das entidades estudantis por preverem a interferência de técnicos estrangeiros nas diretrizes da política educacional e visar, entre outros pontos, estimular a privatização de instituições de ensino. Com o acordo em vigor, em 1966, o material didático da *Cruzada ABC* foi mudado por ser considerado inadequado. A partir de 1967, a contracapa dos módulos da *Cruzada ABC* passou a estampar a seguinte mensagem explicativa: "O Colégio Evangélico Agnes Erskine é um colégio cristão que dá orientação à *Cruzada ABC.* A USAID é um órgão dos Estados Unidos da América que coopera no desenvolvimento do Brasil. O Governo brasileiro interessa-se pela educação de cada cidadão" (PAIVA, 1983, p. 276). Após acumular várias críticas, a *Cruzada ABC* foi extinta nos estados entre os anos de 1970 e 1971 (SOARES, 1995, p. 159).

A influência estrangeira dos acordos MEC-USAID no país aconteceu porque a educação brasileira não era conduzida como prioridade pelas políticas públicas, em todos os níveis de ensino. Segundo Faria (1997, p. 37-38), o pensamento político que embasava esses acordos foi definido na reforma geral do ensino, concretizada na Lei nº 5.540, de 20 de novembro de 1968, que fixou normas para a organização e funcionamento do ensino superior, assim como na Lei nº 5.692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º graus e o ensino supletivo. Notou-se que o objetivo da *Cruzada ABC*, que girava em torno de alfabetizar grande contingente de adultos (dois milhões em cinco anos) com sentido apostólico, não logrou êxito (PAIVA, 1983, p. 271).

---

[74] C.f.: Acordos MEC-USAID. Verbete do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>. Acesso em: 19 mar. 2023.

Já no quesito radiodifusão educativa, destaca-se o *Movimento de Educação de Base* (MEB), que foi um programa de alfabetização de adultos, sob a responsabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica. Conjuntamente vitimado pelas forças e ideias contrárias e advindas do regime militar, o MEB atuou com aulas transmitidas pelo rádio, apostilas/cartilhas, monitores e locais de encontro. Criado pelo Decreto nº 50.370, de março de 1961, o MEB em sua primeira fase (1961-1966)[75], segundo análise de Fávero (2006), constituiu-se como uma prática educativa, uma organização cultural e um modelo pedagógico, produto de sua evolução como movimento de educação popular.

O processo de alfabetização de adultos pelo MEB nas diversas regiões do país foi amplo, principalmente, em locais de populações mais carentes, como no Nordeste e no Norte do país. Entretanto, conforme o regime militar objetivou restringir a força discursiva e reflexiva dos setores educacionais em todas as esferas, a atuação do MEB ficou comprometida a partir do golpe de 1964, perdendo as características do diálogo reflexivo ao longo dos anos.

Além do mais, com a tomada do poder pelos militares, o MEB perdeu recursos e apoio para continuar a realização do trabalho que vinha fazendo, no sentido da formação de consciências com o objetivo da formação de cidadãos. Em sua forma original, Fávero (2006) considera que o MEB conseguia elaborar, no seio de um movimento político mais amplo junto às populações rurais, uma outra visão de mundo, a partir de uma nova leitura da realidade:

> Em primeiro lugar, valendo-se do prestígio da Igreja e sob o patrocínio do Estado, montou uma rede de milhares de escolas, utilizando para tanto as emissoras católicas, um poderoso meio de comunicação para o meio rural. De outra parte, os treinamentos, outro importante instrumento de ação do MEB, constituíram-se em uma 'outra escola', voltados para a formação de monitores e líderes. Eram mais seletivos, certo, mas atingiam em maior profundidade, e não raro com relativa continuidade, um bom número de pessoas [grifos do autor] (FÁVERO, 2006, p. 268-269).

O autor analisa que a cobertura irrestrita da Igreja Católica nos primeiros anos do *Movimento de Educação de Base* favorecia a penetração nas comunidades rurais por meio dos párocos ou dos seus apoiadores, onde estabeleciam os postos de encontro que se chamavam Escolas Radiofônicas. Nesses locais aconteciam a participação dos alunos nas aulas veiculadas pelo aparelho radiofônico, por meio de emissoras católicas, com dias e horários fixados por uma programação obrigatória. As radioaulas eram acompanhadas pelos monitores ou professores, com a utilização do material didático.

---

[75] C.f.: MEB (FÁVERO, 2006). Sob a mesma temática c.f. *Educação de Adultos no Cenário Amazônico: Movimento de Educação de Base em Tefé/AM (1963-1982)*. A Tese foi defendida por Leni Rodrigues Coelho (PROPED/UERJ/2022), orientada pela Prof.ª Sônia Camara.

Para Fávero (2006, p. 269), a forte e específica combinação de canais permitiu que o MEB chegasse às comunidades, quando aceito por elas, e se tornasse um "movimento do povo". Aliado ao modelo de trabalho, os treinamentos aplicados aos monitores das classes tinham forte viés reflexivo dos problemas brasileiros, o que contribuiu para que esses passassem seus ensinamentos adiante nas aulas. Afinal, o MEB "criticava a realidade e negava que a conjuntura dos países subdesenvolvidos, em particular, e a estrutura capitalista, em geral, pudesse vir a possibilitar a criação de um 'mundo-para-o-homem', para 'todos-os-homens'" (p. 271).

A investigação de Santos (2016) correlaciona a *Universidade do Ar Paulista*[76] (1947), o *Movimento de Educação de Base* (1961) e o *Projeto Minerva* (1970), como se o último se apresentasse como um programa que deu continuidade aos primeiros, dadas as afinidades entre eles. As três iniciativas fizeram uso dos meios de comunicação para fazer chegar às populações os programas culturais e educativos, determinando através de portaria a obrigatoriedade do sistema de radiodifusão, ao reservar um horário obrigatório para atender aos projetos do governo. A existência do material didático, das aulas radiofônicas e dos monitores nos três programas fizeram com que Santos (2016, p. 17) desenvolvesse sua pesquisa e confirmasse sua análise. Para ele não houve dúvida que o terceiro programa educativo, o *Projeto Minerva* (1970), tenha funcionado como uma substituição ao anterior.

Se levarmos em consideração que o programa do MEB (1961) se utilizava do método Paulo Freire para a educação de adultos no período anterior ao golpe civil-militar, pode-se considerar que os anos posteriores fizeram com que houvesse o esvaziamento do método e a deturpação do projeto inicial do MEB, quando começou a ser considerado como elemento de subversão à ordem estabelecida. Em 1970, o Estado tratou de renovar toda a proposta pedagógica e o material didático do MEB, criando o *Projeto Minerva* com novos fascículos e proposta pedagógica, analisa o autor (SANTOS, 2016, p. 17).

Importante considerar a extrema diferença de concepção entre o MEB e o *Projeto Minerva*, apesar da aproximação estrutural percebida por Santos (2016). Entrementes o MEB (1961), criado antes do golpe civil-militar, se preocupasse com promoção social e ação evangelizadora dos seus alunos, ao propor desde a alfabetização até aos debates sobre reformas de base, o *Projeto Minerva* (1970), concebido em pleno governo autoritário, trazia em sua

[76] A *Universidade do Ar Paulista* foi criada em setembro de 1947 e idealizada por Benjamin do Lago, sendo uma iniciativa conjunta do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de São Paulo, com o objetivo de transmitir uma campanha educativa para a classe comerciária, principalmente das cidades do interior (PIMENTEL, 2009, p. 41).

doutrina a inculcação de ações conservadoras e conformadoras do regime à sociedade como um todo (SANTOS, 2016).

Os programas educativos foram perdendo seus espaços reflexivos para as ideias inflexíveis do regime militar, a atuação do MEB e da *Cruzada ABC*, entre outras iniciativas, ficava comprometida. Nesse interim, o *Movimento Brasileiro de Alfabetização* (Mobral)[77] foi implantado, sendo ele um programa supletivo de alfabetização de massa, com a administração centralizada no governo federal, criado pela Lei nº 5.379, em dezembro de 1967, no governo do Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969).

Em contrapartida às violências físicas e simbólicas desse período de maior repressão, alguns elementos/produtos da ditadura militar soavam como propaganda/publicidade utilizada pelo governo para sua auto aprovação e convencimento. Nota-se, coincidentemente ou não, que o relançamento do Programa do Mobral[78] e o lançamento do *Projeto Minerva* aconteceram no mesmo ano, em 1970. O Programa Mobral, desse momento em diante, estabeleceu-se em grande escala atuando como o organismo executor da campanha alfabetizadora, com sede na cidade do Rio de Janeiro[79]. Com intervalo de vinte e seis dias de diferença entre os dois lançamentos, o Mobral começou suas operações em 08 de setembro, enquanto o *Projeto Minerva* foi ao ar em 04 de outubro de 1970.

Ou seja, as suspeitas recaem neste lançamento-propaganda-política ter sido estratégia do regime militar, utilizando-se do Mobral e do *Projeto Minerva* como motivação em nome do favorecimento e da promoção de si, a despeito da função educativa/cultural que os mesmos apresentassem. Afinal, a mensagem nas entrelinhas dos lançamentos transmitia a ideia de que o Estado estava mobilizado em oferecer opções de estudos para a população adulta. Não deixava de ser real o oferecimento dos cursos para pessoas acima de 14 anos e 17 anos, respectivamente, contudo, a dúvida requeria em ponderar se o esforço/investimento empreendido compensaria o custo/benefício se colocados na balança, em comparação aos seus resultados de aprovação/certificação do 1º Grau e/ou de publicização/divulgação do regime militar.

O Mobral constituiu-se em um instrumento da ditadura, implementado e estruturado em todo o país, sem consulta à sociedade em sua proposição e estratégias de planejamento

[77] C.f.: Programas educacionais *Cruzada ABC*, MEB e Mobral (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 247-263).
[78] O Mobral investiu em quatro programas: Alfabetização Funcional (1970), Educação Integrada (1971), Mobral Cultural (1973) e o Programa de Profissionalização (1973) (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 249-251). Referimo-nos ao primeiro deles quando abordamos sobre a alfabetização de adultos.
[79] C.f.: *MOBRAL: sua origem e evolução* (1973). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download /texto/me002033.pdf >. Acesso em: 19 mar. 2023.

(BICCAS; FREITAS, 2009, p. 249). A autora analisa que não diferentemente, o *Projeto Minerva* foi assim instituído: "os meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão, as revistas, além de cartazes e *outdoor*, foram utilizadas intensamente para influenciar e convencer a opinião pública de que o Mobral era um programa de alfabetização 'revolucionário e aberto'" [grifos do autor] (2009, p. 253). Ambos ofereciam gratuitamente aos participantes o material didático e monitores para o atendimento nos postos de encontro.

A notícia divulgada no jornal acerca do Mobral informava que o custo por aluno era de Cr$ 60,00 (sessenta cruzeiros), sendo considerado o mais baixo no mundo. A reportagem enaltecia a experiência do Mobral, porque aproveitava, sobretudo, as forças da comunidade. Por causa disso, havia o interesse do Chile em obter assistência técnica do Mobral, principalmente quanto aos aspectos de descentralização e de captação de recursos, pois, segundo o coordenador do Programa de Educação para o Desenvolvimento do Chile, professor Francisco Tokos Mentlik, os dois países "têm muitas regiões com as mesmas características" (*JORNAL DO BRASIL*, 25/08/1973, p. 17).

A grande imprensa contribuiu muito para a divulgação dos programas supletivos no período do regime militar. Por exemplo, as notícias e reportagens sobre o Programa Mobral foram totalizadas em número de 2.528, no jornal *O Fluminense*, e de 2.891, no *Jornal do Brasil*, ambos no intervalo 1970-1979. No momento do relançamento da campanha de alfabetização que ocorreu em setembro de 1970, o impresso fluminense iniciava sua publicação narrando o discurso feito pelo presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974):

> 'O Mobral não é um simples ato do governo, ou do meu Ministro da Educação: embora seja um órgão maior de responsabilidade desse ministério. Não é mais uma das muitas campanhas, nem mais um órgão burocrático, nem mais uma tentativa governamental de combater o analfabetismo. Não é um gesto paternalista, nem um golpe de mágica dos agentes do poder federal diante dos olhos pacientes do povo espectador. O Mobral é um movimento aberto e permanente, descentralizado e convergente, sistemático e integrado'. Com estas palavras, em 8 de setembro de 1970, o presidente Emílio Garrastazu Médici lançava oficialmente o *Movimento Brasileiro de Alfabetização*, em Brasília, considerando-o um movimento do qual todos podem participar, em recursos e em ação enquanto houver analfabetismo e falta de qualificação profissional entre pessoas maiores de 14 anos. Porque, acentuava, se a educação era uma vergonha nacional, pela qual cada um era responsável, a hora não era de deprimir o povo para ascender a revolta, mas para agir, anunciar a previdência, solucionar o problema [grifos do autor] (*O FLUMINENSE*, 30/10/1971, p. 20).

Assim, o impresso promoveu o produto elaborado pelo regime militar, com um discurso entusiasmado do General Médici (1969-1974), prometendo que não seria nem mais uma campanha e nem mais uma tentativa, mas sim uma ação que resolveria de vez a situação do analfabetismo. A representação que o Programa Mobral estabeleceu, através da entrevista do

presidente do país, era de um projeto do governo como algo atual e pioneiro em sua ação, em que a prática se sobressairia à teoria e às tentativas anteriores de projetos supletivos.

Conforme os anos passaram e os governantes militares não trouxeram solução à economia a fim de solucionar os problemas estruturais no Brasil como, por exemplo, a inflação e o preço do petróleo, esses assuntos ficavam em segundo plano em seus discursos ideológicos. O destaque nos pronunciamentos políticos mantinha-se a cargo da educação sendo proferida como promessa para solucionar todos os males da sociedade brasileira. A representação estabelecida pelos programas e projetos educativos lançados pela cúpula militar, pelo que entendemos, seria a de figurar como protagonista no quesito "acabar com os problemas estruturais e paralelos da população".

Através do Departamento do Ensino Supletivo (DSU/MEC) (1973-1979) muitas iniciativas de educação supletiva foram criadas como os projetos: *Andrós* (1973), com o objetivo de sistematizar material didático para o ensino supletivo; *Producere* (1973), que serviu na preparação de pessoal para o trabalho no ensino supletivo; *Auxilia* (1974), com a proposta de cooperar com os sistemas estaduais e municipais de educação para o planejamento e realização de cursos e exames supletivos; *Logos I* (1973) e *II* (1975), que visavam a habilitação de professores leigos em serviço; *Acesso* (1977), com foco na habilitação dos indivíduos já engajados na força de trabalho; *CES* (1974) que atuaram na formulação de metodologia própria para atender à clientela do ensino supletivo (VARGAS, 1984).

Outros programas sob a responsabilidade do DSU/MEC foram o *Programa de Assistência Educacional ao Atleta Profissional* e o *Projeto de Educação Supletiva para a Saúde Previdenciária*, ambos na década de 1970. A despeito da coordenação desses projetos, segundo Vargas (1984, p. 67), a relação entre o DSU/MEC e o *Projeto Minerva* referiu-se somente ao apoio financeiro para elaboração dos fascículos e implantação do curso nas unidades federadas. Por sua vez, a estrutura e funcionamento do DSU/MEC foi replicado em praticamente todas as secretarias de educação estaduais, com pessoal próprio e verbas específicas, no sentido de dar suporte e de controlar os projetos implementados nas esferas estaduais e municipais.

Entusiasmada e otimista, a coordenadora do *Projeto Minerva*, Marlene Blois[80], compreendeu a simbiose formada entre o *Projeto Minerva* e os alfabetizados recém-egressos do Mobral. Era preciso, em sua compreensão, que os cidadãos continuassem sua escolarização ao saírem das salas de aula do Mobral e ingressassem no *Projeto Minerva* (BLOIS, 2007, p.

[80] Marlene Montezi Blois foi produtora e coordenadora do *Projeto Minerva* entre os anos de 1973-1980. Ela concedeu entrevistas a Pinto (2013), na Cidade do Rio de Janeiro, em 05/10/2011, e a Pinheiro (2016).

143). Para a autora, a idealização do *Projeto Minerva* apareceu como sendo um sucessor do Mobral, permitindo a alfabetização de pessoas em regiões nas quais o nível de analfabetismo era enorme (BLOIS, 2011 *apud* PINTO, 2013, p. 14).

1.3 Publicidade e divulgação: a alma do negócio

A parceria entre o *Movimento Brasileiro de Alfabetização* e o *Projeto Minerva* organizava-se de forma que os quatro primeiros anos ficavam a cargo do Mobral e aqueles participantes que quisessem continuar os estudos contavam com a oferta do governo da terminalidade de 1º Grau no *Projeto Minerva*. Essa estratégia estava inserida na proposta do "Brasil Grande", em que era preciso dar educação à massa e melhorar as condições de escolaridade do trabalhador (BLOIS 2007 *apud* PINTO, 2013, p. 18). O propósito do regime militar em profetizar sobre a "Grandeza do Brasil" se valia da sua extensão, mas, especialmente, acerca da divulgação do aumento do desenvolvimento econômico, destaque nos esportes, construção de grandes obras públicas, disseminação da educação em todos os níveis, e tudo o que projetasse o país para ser reconhecido pelas nações estrangeiras.

Nesse interim, compreendemos que os programas do Minerva e do Mobral ocuparam um lugar como "marcas registradas do período", ajudando na divulgação do que a nação estava "se transformando", ao exibir tamanha mobilidade para tais iniciativas educacionais. Uma dessas divulgações aconteceu quando o Programa do Mobral rendeu notoriedade ao Brasil no exterior, na ocasião em que o país foi convidado a expor sobre a campanha nacional de alfabetização, na *III Conferência Internacional de Educação de Adultos* (CONFINTEA):

> Seguirá amanhã para o Japão, onde representará o Brasil junto à reunião da UNESCO, o Ministro Jarbas Passarinho declarou ontem, nesta capital (Brasília), que o Brasil vai mostrar ao mundo o sucesso que é o Mobral, na educação de adultos. Iniciado em outubro de 1970, nos três primeiros meses dedicou-se praticamente a implantação do sistema, mas daí para cá vem se consolidando dia a dia. Frisou o Ministro que os dados reais mostram que a solução é absolutamente satisfatória, uma vez que, em 1971, foram alfabetizadas cerca de 1 milhão e 600 mil pessoas (*O FLUMINENSE*, 22/07/1972, p. 2).

A III CONFINTEA (1972) teve a participação de 80 estados membros (inclusive Cuba) e Organizações Não Governamentais (ONGs), com o total de 400 participantes. O Ministro da Educação e Cultura do governo do Presidente Médici (1969-1974), o Tenente-Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho (1969-1974), reconhecido como voraz defensor da Campanha do Mobral, enalteceu o Programa no Japão, ao divulgar o número de 1 milhão e 600 mil pessoas

alfabetizadas em 1971 (*O FLUMINENSE*, 22/07/1972, p. 2). No entanto, segundo Cunha (1991, p. 60), os dados estatísticos escondiam a elevadíssima taxa de evasão do Mobral, sem comprovar o resultado positivo, juntamente aos métodos pedagógicos inadequados ao público analfabeto.

De acordo com Soares (1995, p. 166), havia suspeita quanto à manipulação dos dados divulgados pelo Mobral. Segundo o autor, o órgão havia superestimado os resultados em relação ao índice de alfabetizados e à aplicação dos recursos em seus programas. As críticas acirradas ao Programa Mobral conduziram à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1976, investigação essa conduzida pelo Poder Legislativo, no tocante às possíveis irregularidades administrativas.

O analfabetismo no Brasil, que já havia sido classificado pelo Presidente Médici (1969-1974) como "vergonha nacional", tinha como promessa ser erradicado em um prazo de dez anos, o que não aconteceu. Os dados divulgados pelos censos demográficos evidenciavam o fracasso do Mobral (SOARES, 1995, p. 166). Apesar da taxa de analfabetismo de 33,6%, em 1970 e de 25,5%, em 1980 (IBGE, Censo 1970/1980), se levarmos em consideração o aumento populacional nacional, o número absoluto de analfabetos de 15 anos ou mais aumentou para o intervalo temporal 1970-1980. A isso somaram-se aos 18,2 milhões de analfabetos em 1970, o quantitativo de mais 540 mil pessoas, após dez anos (CUNHA, 1991, p. 60). Segundo o autor, o objetivo do governo militar com o Mobral tencionou criar uma base política de novos eleitores alfabetizados, para a sustentação política do regime militar.

Os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, desde o início dos anos 1960, já eram impelidos a superarem seus baixos níveis educacionais. Analisa Fávero (2015, p. 106) que o MEC sofria pressão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que reiterava aos países membros seus apelos no sentido de que desenvolvessem os programas de erradicação do analfabetismo, uma vez que outros países latino-americanos já terem superado esta condição. Na III CONFINTEA (1972) foi quando houve o reconhecimento de que o analfabetismo era uma consequência do subdesenvolvimento, momento em que o Brasil, entre outras nações, passou a ocupar as atenções dos países do Primeiro Mundo[81].

Foi a partir das discussões da III CONFINTEA (1972) que a educação de adultos passou a ter uma dimensão política. A temática: "A educação de adultos no contexto da educação ao longo da vida", foi a que deu sentido aos debates, ao exaltar a formação dos cidadãos e o

[81] Os países do grupo chamado de Primeiro Mundo têm características semelhantes, como economias sólidas, altos índices de industrialização, tecnologia e educação, além de elevado produto interno bruto (PIB). São alguns dos países que compõem esse grupo: Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália.

fortalecimento da democracia. O foco girava em torno do incentivo ao ensino individualizado. No Brasil, a metodologia individualizada iria ao encontro do que significava o ensino semipresencial (MONACO, 2017) ou com o uso dos meios de comunicação, incentivado pela Lei nº 5.692/71.

Historicamente, desde a programação educativa das rádios no Brasil, pelo SRE/MEC, a partir da década de 1930, a União apoiou inciativas e, em alguns casos, com a expedição de certificação. Leyendecker (2019, p. 16) analisa que projetos educacionais foram desenvolvidos através do rádio, em especial o da *Universidade do Ar*, com transmissão pela Rádio Nacional (PR-8), entre os anos de 1941 a 1944, com objetivo de possibilitar a formação pedagógica aos professores que atuavam na educação secundária em todo o país.

Em especial, foi a partir do ano de 1970, que a recepção pelas antenas transmissoras foi melhor organizada, garantindo, assim, uma maior divulgação e expansão dos cursos, das provas e da certificação. Pode-se dizer que só depois que a transmissão radioeducativa em cadeia nacional tornou-se obrigatória, juntamente à implementação da reforma do ensino após a promulgação da Lei nº 5.692/71, que o governo militar passou a reconhecer, em grande escala, certificados de cursos transmitidos pelo rádio. No caso do *Projeto Minerva*, aos estados que desejassem lhes era concedido o direito de expedição do certificado. Em 1973 o Conselho Federal de Educação reconheceu e autorizou o *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, através do Parecer CFE nº 392/73.

Segundo Haddad (1991, p. 338), os conselhos estaduais de educação autorizaram a avaliação nos radiopostos em alguns estados ao longo do processo de aprendizagem; em outros, os conselhos recomendaram a promoção de exames especiais para os que participavam da recepção organizada e controlada nos radiopostos. As recepções organizada e controlada foram tipos distintos de participação dos sujeitos no *Projeto Minerva*. Na recepção organizada, os sujeitos compareciam todos os dias aos radiopostos, onde liam a lição, ouviam a aula pelo rádio e faziam os exercícios; na recepção controlada, os sujeitos compareciam uma vez semanalmente ou quinzenalmente, para tirarem dúvidas com o supervisor (*JORNAL DO BRASIL*, de 05 de outubro de 1975, p. 27). Contudo, nos demais estados, a avaliação para certificação continuava sendo realizada nos exames supletivos em âmbito estadual. Até outubro de 1975, apenas 10 unidades federativas ofereciam certificados, sendo o Rio de Janeiro um desses estados[82].

Baseado em diagnósticos divulgados pelo MEC e pela Secretaria Geral no início da década de 1970, o sistema educacional brasileiro assumiu que não apresentava condições para

[82] Não houve identificação dos outros nove estados que ofereciam os exames realizados nos radiopostos do *Projeto Minerva*.

suprir, a curto prazo, as exigências crescentes do desenvolvimento econômico, social e cultural do país (MEC/SECRETARIA GERAL, 1971, p. 92)[83]. O elevado índice de analfabetismo em conjunto ao desequilíbrio na potencialização e democratização de oportunidades aos mais pobres e desfavorecidos, levava o emprego das tecnologias educacionais a ser imposto como solução estratégica para alcançar grandes escalas.

O problema se mostrava ainda mais grave no período do regime militar se considerarmos a partir de Alvarenga (2011, p. 116) que existiam pesquisas que se dedicavam em promover estudos rigorosos sobre os impactos das políticas governamentais referentes à alfabetização de adultos, porém, sem conseguir a atenção devida das autoridades. A autora ao citar Belloni (2003) considera esse fato, o qual gerava constrangimento, por dois motivos: "pela interdição política da democracia imposta pela ditadura militar (1964-1985) e pela incipiência de produção da cultura de avaliação institucional de políticas públicas em seus aspectos conceituais e metodológicos". Alvarenga (2011) cita dois estudos pertinentes a essa causa:

> elaborados por Fletcher (1983) e Lovisolo (1978) relativos aos impactos sociais do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização – 1969/1982), tiveram seus resultados pouco difundidos para o conjunto da sociedade interessada em debater este programa, posto que limitado pelas difíceis condições políticas decorrentes da repressão que o regime militar impusera à reflexão crítica e estudos envolvendo sua política de alfabetização (2011, p. 116).

Não bastasse o governo ter sido tomado pelo golpe de 1964, sem a legitimação do povo no pleito, os cursos supletivos foram implementados de cima para baixo, sem relação com a opinião da sociedade ou das pesquisas científicas desenvolvidas, conforme análise de Alvarenga (2011). A autora destaca a falta de interesse das autoridades sobre as pesquisas e o constrangimento que isso gerava entre os envolvidos. Diferentemente, mostrava-se o setor de comércio e indústria do governo Médici (1969-1974). Muito badalado foi o *I Plano Nacional de Desenvolvimento*[84] (PND), sintetizado pelo *Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo* (1970-1973)[85] no qual criou o *Programa de Grandes Empreendimentos Nacionais*,

[83] O Relatório das Metas e Bases para a Ação de Governo – Educação (1971) prestou esclarecimentos sobre a porção que dizia respeito à educação do *Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo* (1970-1973), em seu primeiro ano de aplicação, tendo sido precedido pelo *Programa Estratégico de Desenvolvimento* (1968-1970). Obs.: o Relatório, em sua versão original, não possui páginas numeradas, logo, para suprir tal ausência, utilizamo-nos da numeração correspondente do programa de leitura do PDF.

[84] C.f.: *I Plano Nacional de Desenvolvimento* (IPND). Verbete do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acesso em: 25 mar. 2023.

[85] C.f.: *Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo*. Verbete do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-metas-e-bases-para-a-acao-do-governo>. Acesso em: 25 mar. 2023.

solicitando o apoio e suporte de empresários. Por isso, havia grande interesse em estimular a venda ao consumidor nos setores das fábricas e indústrias em ascensão no país.

Como estratégia publicitária ao consumo para um mercado em aquecimento, era comum mirarem no público feminino, principalmente em se tratando do ramo de automóveis (PRADO; EARP, 2019), conforme a Figura 2 demonstra, com a transcrição do texto ao lado, em que divulgava a campanha do automóvel de modelo "Fusca", da marca Volkswagen:

Figura 2 – Propaganda do modelo Fusca

Transcrição da legenda abaixo da imagem e do texto:
"**E ainda dizem que mulher não entende de carro**
Pode ser que não entenda de carburador. Ou cilindrada, torque, compressão. Mas uma coisa é verdade: elas são muito práticas e sabem que o Volkswagen também é. Ele é fácil de dirigir, mesmo no trânsito difícil. E ainda mais fácil de manobrar e estacionar. Além disso, as mulheres entendem de carro naquilo que mais interessa: na economia. E quando guiam um 'Fusca', sabem o que estão fazendo. Estão economizando na gasolina, porque o Volkswagen usa pouca. No óleo, porque são só 2,5 litros a cada 2.500 km. Na manutenção, porque a mecânica Volkswagen é simples e robusta, e não dá complicações de oficina. É por isso que tem tanta mulher dirigindo um "Fusca" por aí. Afinal, entender de carburador, cilindrada etc. não é tudo na vida. (E pode estar certo de que muitos homens que dirigem Volkswagen também pensam assim)" [grifos do autor].

Fonte: *O Cruzeiro*, 1968 *apud* Prado e Earp (2019, p. 214).

A manchete da revista *O Cruzeiro* (1968) objetivava provocar as mulheres ao anunciar: "E ainda dizem que a mulher não entende de carro". Na campanha publicitária veiculada pela revista, via-se a fotografia de uma jovem mulher no momento em que abria a porta do seu Fusca para buscar a criança uniformizada do Grupo Escolar Maestro Fabiano Lozano (SP). A propaganda servia como apelo/resposta às consumidoras modernas que dirigiam e otimizavam sua rotina diária ao levar e buscar seu(s) filho(s) na escola, utilizando-se do automóvel. Ademais, o público feminino da classe média tivesse sido bastante afetado pelas propagandas de valores consumistas veiculados pelos meios de comunicação, Faria (1997, p. 17) compreende que se tornou provável que, em consequência, muitas das consumidoras tivessem sido também vítimas e cúmplices de um processo de alienação passiva.

Pela análise de Faria (1997, p. 50), os(as) consumidores(as), em geral, no período da ditadura corriam o risco de serem tapeados por imagens, objetos e palavras através de múltiplas miragens e propagandas que indicavam aquilo em que eles deveriam "acreditar e ser" [grifos nossos] (p. 50), muitas vezes por uma visão autoritária e doutrinária do regime, outras por um estilo de vida consumista e supérfluo. "Assim, se deixarmos passar as nuvens de signos, pela televisão, pelo rádio, no cinema e na imprensa escrita e ratificarmos os comentários pelos quais outros fixam para nós o sentido desses signos, seremos a vítima passiva da situação" (1997, p. 50).

A propaganda da Volkswagen da revista *O Cruzeiro* (1968) ainda exibe quatro Fuscas na rua, além do protagonista, parecendo-nos que dois estão estacionados e dois em movimento. Tudo leva a crer que os automóveis estavam nos arredores do prédio público pelo motivo da saída do turno escolar. A ideia da campanha publicitária girava em torno das mulheres serem providas de autonomia e poder de compra, ao relacionar um estilo de vida bem-sucedido à classe mais abastada, com a aquisição do bem durável (PRADO; EARP, 2019, p. 214). Nota-se pelas roupas, calçado e aparência física da mulher que ela pertencia a essa classe social com poder de compra, para a qual os autores chamaram a atenção.

Importava para os governantes que ocorresse a ascensão das mulheres ao mercado de trabalho, com repercussão no aumento do desejo ou projeção da aquisição. Cunha (1988, p. 282) relaciona a campanha de alfabetização com a de consumir/comprar/vender. Embora a alfabetização não fizesse com que os ex-analfabetos passassem necessariamente a consumir os bens divulgados em publicidades comerciais, fazia com que aumentasse o desejo, pelo menos, analisa o autor. Pode-se refletir sobre isso levando em conta acerca do poder da "cultura de massas" que se instalou no país, a exemplo da educação supletiva pelo rádio.

Morin (1975) citado por Le Goff (1990, p. 194) expõe que a principal novidade está no tratamento que a cultura de massas impõe à relação "real-imaginário". Esta cultura, grande construtora de mitos (o amor, a felicidade, o bem-estar, o descanso, etc.) não funciona só do real para o imaginário, mas também no sentido inverso: ela não é só evasão, é também e contraditoriamente: "integração". Há relação entre o incentivo ao consumismo da classe trabalhadora com uma das características da educação brasileira no período do governo militar, a "educação de massa". Essa concepção, segundo Le Goff (1990, p. 194-195), permite entender que esse tipo de educação reflete a "modernidade" tão preconizada pelas nações e perseguida pelo Brasil. Para Morin (1975), a modernidade tem relação com a "cultura de massas", uma vez que:

> [...] as massas populares urbanas e de uma parte dos campos acedem a novos *standards* de vida: entram progressivamente no universo do bem-estar, da distração, do consumo, que até então era exclusivo das classes burguesas. As transformações quantitativas (elevação do poder de compra, substituição progressiva do esboço do homem pelo trabalho da máquina, aumento do tempo de descanso) operam uma lenta metamorfose qualitativa: os problemas da vida individual, privada, os problemas de realização de uma vida pessoal, põem-se com insistência, não só no plano das classes burguesas, mas da nova grande camada salarial em desenvolvimento (MORIN, 1975, p. 199 *apud* LE GOFF, 1990, p. 194).

A exemplificação da propaganda do carro modelo Fusca para o gênero feminino vai ao encontro do estilo de vida marcado pela modernidade que Le Goff (1990) demonstra em sua análise. Corrobora com as colocações acerca da educação de massa, os dados no IBGE Censo 1970[86], quando houve a "elevação dos níveis de ocupação das mulheres" que, outrora, somente cuidavam da família na posição de cônjuge: elas passaram de 9,8%, em 1970, para 53,6%, em 2006[87], aumentando assim seu poder de compra. Além do mais, o período de 1970-1980 pode ser considerado como o grande marco da entrada das mulheres no mercado de trabalho. Segundo a pesquisa do IBGE (Censo 1970, p. 16), apenas 1,2% das mulheres tinham o nível superior e, em 2006, esse percentual passou para 11,6%[88]. Quanto ao número de analfabetos, até 1991, as mulheres eram a maioria no Brasil.

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho pode ser considerada um dos mais importantes fatores de todas as transformações no âmbito da família (IBGE, Censo 1970-2006). O estudo demonstra que as mulheres em sua maioria foram educadas para serem esposas e donas de casa. Pode-se entender que, ao transpor essa barreira do âmbito doméstico para os espaços públicos, as mulheres tiveram um ganho considerável em termos de autonomia, ainda que marcado por grandes desigualdades salariais (IBGE, Censo 1970, p. 16).

Ainda no que concerne às propagandas, porém com referência às divulgações a favor de angariar apoio e aceitação às autoridades públicas, a preocupação estava na construção de uma perspectiva populista para o general em exercício, o que podemos perceber na Figura 3. O Presidente Médici (1969-1974) era rotineiramente fotografado junto às crianças, com o objetivo de fazê-lo parecer mais próximo do povo e, assim, ser mais bem aceito pela opinião pública (PRADO; EARP, 2019, p. 214). A representação do líder girava em torno do general parecer

---

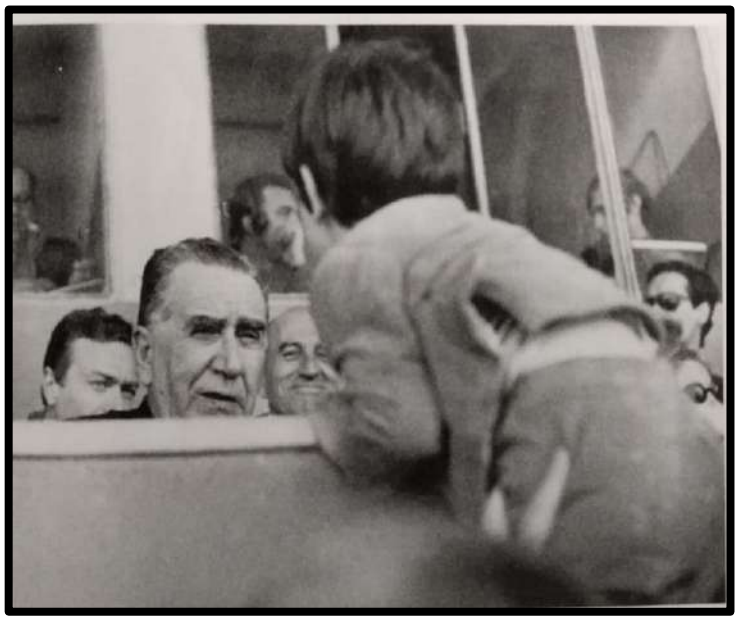
[86] C.f.: sobre o IBGE Censo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40666.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

[87] C.f.: Tabelas do Censo IBGE: "Mulheres cônjuges ocupadas - Brasil - Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e PNAD 2006"; observar na p. 17. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40666.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023. Ver Anexo 1.

[88] C.f.: Tabelas do Censo IBGE: "Distribuição das mulheres segundo o grau de escolaridade mais elevado concluído - Brasil - 1970, 1980, 1991, 2000 e 2006", observar na p. 17. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40666.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023. Ver Anexo 2.

acessível e amigo de todos, inclusive das crianças, como demonstra a Figura 3; buscava-se que não temessem seu governo, mas o apoiassem.

Figura 3 – Presidente Médici retratado perto de uma criança



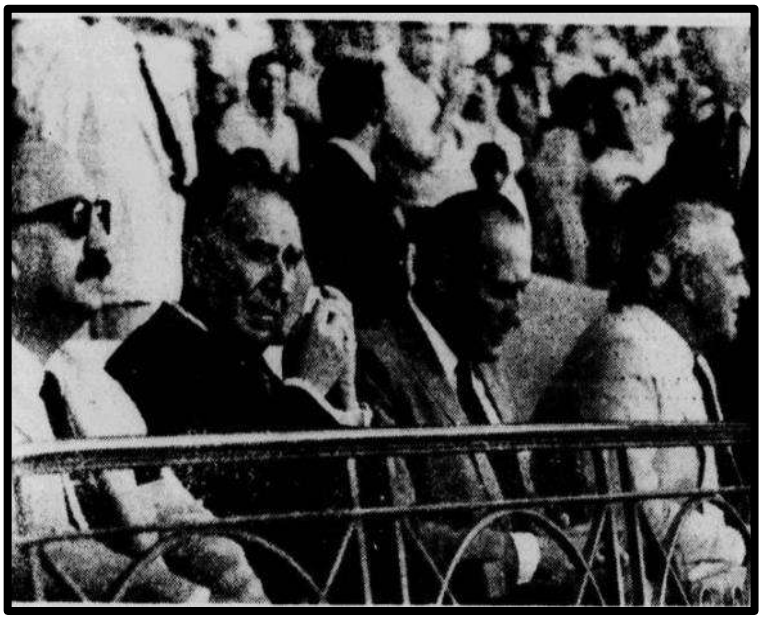
Fonte: Prado e Earp (2019, p. 214).

A estratégia populista do Estado também era exercida nos estádios de futebol e junto aos jogadores da seleção brasileira e da equipe do Flamengo, time do coração do Presidente Médici. Eram comuns as visitas do general aos ambientes esportivos, quando presente no Estádio do Maracanã, no Estado do Rio de Janeiro, ocupava a Tribuna de Honra. Um desses episódios foi noticiado no primeiro caderno do *Jornal do Brasil* de 05 de março de 1970, intitulado "Esportes", conjuntamente no *Jornal dos Esportes* de mesma data, por ocasião da presença dos atletas da seleção de futebol, Carlos Alberto Torres e Pelé, no gabinete presidencial (05/03/1970, p. 5). Já em outra ocasião, no México, na conquista do Tricampeonato Mundial de Futebol de 1970 pela seleção brasileira, o capitão Carlos Alberto Torres e o Presidente Médici foram fotografados sustentando juntos o Taça *Jules Rimet.*

Não por acaso, o Presidente Médici, de igual modo, usou a conquista futebolística da Copa de 1970 como propaganda a favor do regime militar, exaltando o *slogan*, a marca do "Brasil Grande". Como mostra a Figura 4, mais uma vez a lente do fotógrafo capturava o Presidente Médici na Tribuna de Honra do Estádio do Maracanã, portando um rádio de pilha ao ouvido, em companhia do Ministro dos Transportes, Mário David Andreazza (1967-1974), do Embaixador argentino, Gilhermo Villegas e do Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, João Havelange (*JORNAL DOS ESPORTES*, 09/03/1970, p. 8). Era paradoxal

assistir ao Presidente Médici capturado sob *closes* pelos periódicos ao lado do povo em sua rotina pública, em contrapartida ao momento conturbado, repressivo e violento da ditadura militar.

Figura 4 – Presidente Médici e sua comitiva no jogo de futebol



Fonte: *Jornal dos Esportes* (09/03/1970, p. 8).

Não somente notícias acerca dos sujeitos de autoridade ocupando os meios de comunicação, também era comum que o governo divulgasse os números do crescimento e desenvolvimento do Brasil pela publicidade da imprensa escrita e falada (rádio e TV). Essa prática dos meios de comunicação se constituiu em uma espécie de haste de apoio, da qual foi criada a política de sustentação publicitária do governo militar, com canções e *slogans* de repetição, para sua ampla divulgação. Sob o patrocínio do Centro de Informações do Exército (CIE), eram distribuídos, gratuitamente, adesivos nas cores da bandeira do Brasil (verde e amarela), para que fossem colados e exibidos nos para-choques ou nos vidros dos veículos particulares.

Na direção de maior popularidade e divulgação, o curso supletivo criado pelo regime militar também esteve ao alcance das estações de rádio de frequência modulada (FM), de forma arbitrária. O *Jornal do Brasil* por diversas vezes fez críticas no tocante a essa obrigatoriedade da programação. "[...] para fins educativos, há o *Projeto Minerva*, que é transmitido até mesmo pelas emissoras de frequência modulada (FM), dirigidas a um público de alto poder aquisitivo que, pela lógica, talvez não esteja a cursar apostilas de madureza" *(JORNAL DO BRASIL*,

22/06/1974, p. 10). A notícia foi publicada dentro da seção "Informe JB" exibida sob o título *Questão Comercial*.

Em outra ocasião, foi divulgado no 1° Caderno/Informe JB que as ondas eram "captadas por rádios especiais, bem mais caros que os comuns. [...] São ouvintes que, pela renda e pela curiosidade cultural, distinguem-se do objetivo padrão do Minerva, como um rinoceronte de uma porta de armário". O jornal, que se mostrou indignado em várias edições, provocava o leitor: "Como diz o próprio hino do projeto, 'é preciso saber mais'. Nesse caso, é preciso saber que os ouvintes da FM não precisam do Minerva, porque já sabem mais" [grifos do autor] (*JORNAL DO BRASIL*, 20/07/1974, p. 10). Por vezes, o assunto retornava à pauta, muito por conta da pressão dos empresários que se sentiam prejudicados em não poderem faturar às custas da publicidade, durante a transmissão em cadeia nacional do *Projeto Minerva*. Para De Luca (2005, p. 140), a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo na imprensa dão pistas que não se dissociam do público, até que sua pretensão obtenha resultado. Em relação ao episódio, o Ministro da Educação e Cultura decidia tirar o *Projeto Minerva* do ar das emissoras FM:

> Brasília - o Ministro Ney Braga[89] determinou ontem ao coordenador do Prontel - Programa Nacional de Teleducação - Coronel Sadi Buana Mussol, a suspensão da transmissão dos programas do *Projeto Minerva*, em frequência modulada, por considerar que a audiência dessas estações não corresponde ao público ao qual é dirigido o programa. Essa obrigatoriedade foi estabelecida pela Portaria nº 408, de 29 de junho de 1970, que previa a transmissão de cinco horas semanais de programas educativos, distribuídas da seguinte maneira: 30 minutos diários, de segunda a sexta-feira, e 75 minutos aos sábados e domingos (*JORNAL DO BRASIL*, 02/08/1974, p. 1).

Desta forma, foi reduzido o número de rádios que transmitiam o *Projeto Minerva*, sob a alegação de que os ouvintes das estações FM não precisavam de certificação ou escolarização. Ambas as publicações aconteceram no governo do General Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) que assumiu o poder com a promessa da abertura política "lenta, gradual e segura" sem o governo militar, com isso, perder o controle da situação. Nesse período, o "Milagre Brasileiro[90]" já não mais se sustentava, principalmente por causa da crise do petróleo, fato este que pôs fim a esse período. Entre outubro de 1973 e março de 1974, o preço do barril de petróleo

[89] O Ministro da Educação e Cultura Ney Braga ocupou o cargo entre 1974 e 1978.

[90] "A expressão 'milagre econômico' foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de 'milagre alemão'. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão 'milagre econômico' passou a ser usada como sinônimo do *boom* econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo" [grifos do autor] (PRADO; EARP, 2019, p. 219).

aumentou 400%, causando reflexos poderosos nos Estados Unidos e na Europa, ocasionando uma desestabilização econômica mundial. Este governo buscava conter a onda inflacionária e retomar o crescimento econômico. Ao dar prioridade ao desenvolvimento de bens de capital, o governo investiu principalmente nas empresas estatais.

Segundo D'Araujo e Joffily (2019, p. 36), era difícil aferir qual das duas crises se mostrou mais forte, a econômica ou a política, ou de que forma ambas se impactaram mutuamente. Em face aos problemas de uma economia fragilizada, os setores políticos de oposição mostravam-se mais fortalecidos. O Presidente Geisel, na eleição de 1974, teve que conviver com o Congresso Nacional em mais de 40% ocupado por seus adversários políticos, advindos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido contrário à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), da situação. Com isso, a desaprovação popular frente ao regime militar começou a ficar mais evidente.

> O novo governo navegaria em um mundo mais turbulento e seria obrigado a voltar a escolher entre estabilização e crescimento. E, mais uma vez, o espectro da legitimação pela eficácia não deixava alternativa ao presidente a não ser fugir para a frente, e insistir no mito da predestinação brasileira para um crescimento econômico sem interrupções ou limites (PRADO; EARP, 2019, p. 235-236).

A convivência com a pressão opositora acontecia em decorrência do resultado das eleições do Parlamento de 1974. Houve o aumento das manifestações de setores da sociedade civil defendendo a redemocratização. Em contrapartida, setores mais radicais do regime militar sentiram-se instigados a cometerem atos de extremo autoritarismo, como foi o caso do assassinato do Jornalista Vladimir Herzog, em 1975, no prédio do II Exército de São Paulo. As fontes oficiais divulgaram que o jornalista teria cometido suicídio na prisão. Todavia, as imagens do ocorrido mostravam seu pescoço amarrado a um lençol, com os pés tocando o chão, contradizendo a interpretação dada pelos militares.

Tal acontecimento provocou enorme comoção nacional contra a prática da tortura, fazendo com que o Presidente Geisel (1974-1979), que se sentia pressionado, demitisse o General do Comando do II Exército e afastasse dos cargos do governo os aliados mais radicais. Com esse movimento, ele deu sustentação para a eleição do seu sucessor, o General João Batista Figueiredo (1979-1985) que, efetivamente, fez a transição do governo militar para o civil. Além disso, o Presidente Geisel, em seus últimos anos no poder, revogou os atos institucionais e

reformou a Lei de Segurança Nacional[91], sem que perdesse o controle da situação até o final do processo (RIBEIRO, 2012, p. 5).

Outra característica para o mesmo período, segundo Beal (2010, p. 278), foi a construção de obras públicas sendo usadas como propaganda do país de forma a legitimá-lo no exterior. Nesse sentido, percebia-se a finalidade do governo em demonstrar força e poder ao investir em grandiosas obras de infraestrutura: Rodovia Transamazônica (1972); instalação das Usinas Nucleares de Angra dos Reis[92]; e da Hidrelétrica de Itaipu, com assinatura em 1973 do tratado entre o Brasil e o Paraguai; e a construção da Ponte Rio-Niterói, inaugurada em 1974. À época, as construções eram símbolo de modernização e de tecnologia de ponta, a despeito de a nação ter contraído dívidas externas e deixado o ônus dos impactos ambientais. Antes de serem concluídas, elas já eram divulgadas para darem um sentido de estabilidade frente aos países estrangeiros. A representação (CHARTIER, 1990) então construída pelo governo militar era de uma economia fortificada e inabalável. O Brasil se empenhava em fazer parecer grande para fora, o que fosse feito para dentro do país, similarmente a uma espetacularização (MONACO, 2017, p. 129).

Outra estratégia foi utilizar-se de campanhas públicas por meio de *jingles*, canções, hinos ufanistas, artes, *slogans* [...] servindo como legitimadores do poder militar no governo (MONACO, 2017, p. 93). Os grandes festivais da canção[93] das décadas de 1960 e 1970, assim como a conquista da Copa do Mundo de Futebol de 1970, alimentou o espírito megalomaníaco disseminado a partir dos comandos autoritários. Nesse sentido, as ações do regime militar buscavam orquestrar o povo como vitrine para as nações internacionais, com investidas em prol de determinar uma forma de pensar e imaginar a nação brasileira como "Potência", Grande", "Gigante".

Slogans de incentivos nacionalistas eram lançados como campanha publicitária veiculada pelos meios de comunicação com palavras de ordem: "Brasil, Ame-o ou Deixe-o"; "Brasil Grande"; "Brasil Gigante"; "Brasil Potência"; "Pra frente Brasil"; "Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil". As representações deram sentido ao mundo e

[91] Cf.: Anistia brasileira e seus antecedentes (RIBEIRO, 2012).

[92] Até hoje, o Brasil tem apenas duas usinas nucleares, Angra 1 e Angra 2, em operação comercial desde os anos de 1985 e de 2001, respectivamente. Comparando-se, as duas usinas nucleares produzem 3% da energia consumida no país, ao passo que a Usina Hidrelétrica de Itaipu gera 15%. Sobre a Usina Nuclear Angra 3, que teve sua construção iniciada em 1984: "As obras, no momento, estão paradas, mas a previsão é que sejam retomadas ainda em 2022". Disponível em: <https://www.eletronuclear.gov.br/Nossas-Atividades/Paginas/Angra-3.aspx>. Acesso em: 25 mar. 2023.

[93] C.f.: sobre os Festivais da Canção. Disponível em: <https://musicabrasilis.org.br/temas/festivais-da-cancao>. Acesso em: mai. 2022. C.f.: Folha de São Paulo (18/08/2000). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u3726.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2023.

eram construídas de tal forma que o social ficou impregnado delas e com isso, historicamente, incorporou-se no inconsciente coletivo. Assim:

> Além dos *slogans*, é o não-dito que é preciso buscar. Torna-se necessário identificar e decodificar os enunciados representativos dessa época e das que a antecedem, nos construindo e desconstruindo. E nesse caminho do sentido/sem sentidos, temos de fazer uso, como instrumento, do discurso fundador de nossa identidade, nesse movimento da construção do significar e muitas vezes do seu apagamento por uma memória já estabelecida dos sentidos (FARIA, 1997, p. 51).

Atenta para o não dito nas frases de efeito dos *slogans*, Faria (1997, p. 51) afirma que os termos utilizados eram produzidos na voz imperativa para incitar o povo a aderir às campanhas militares com otimismo e confiança nas diretivas do Estado autoritário. Desse modo, a violência simbólica, as desigualdades sociais que se agravavam e a dívida externa que se acumulava poderiam exemplificar o "não-dito" nos lemas "operacionalizados" pelos militares. Corrobora com a autora, a análise de Monaco (2017, p. 93) quando demonstra que a intenção era "levar a massa da população brasileira a aderir, com euforia, à ideia da nação que era grande, gigante, sem limites, no que dizia respeito ao crescimento econômico e à projeção internacional que isso refletiria". Essa euforia pode ser notada na letra da canção-tema da nação, lançada pelo governo militar:

> Este é um país que vai pra frente ohohohohoh
> De uma gente amiga e tão contente ohohohohoh
> Este é um país que vai pra frente
> De um povo unido de grande valor
> É um país que canta, trabalha e se agiganta
> É o Brasil do nosso amor! (OS INCRÍVEIS, 1976)[94]

O desejo das autoridades era que o Brasil fosse reconhecido como uma nação que iria para frente, conforme a canção ufanista embalava ouvidos e ouvintes brasileiros. Essa e outras ações, conforme pudemos notar através da propaganda e sua divulgação, trabalhavam a favor da aceitação dos militares no poder por mais tempo e à frente dos três poderes. A canção que exaltava a nação ao profetizar que o país era amigo, contente, unido, de grande valor foi lançada e tocada recorrentemente nas mídias. De acordo com Chartier (1990), a leitura de um texto poderia assim escapar a passividade que tradicionalmente lhe seria atribuída, considerando a possibilidade do desvio na apropriação do sujeito. Instiga-nos a pensar acerca das canções

[94] "Este é um país que vai pra frente" (1976) foi uma música-propaganda institucional do governo federal durante o governo do General Ernesto Geisel, veiculada nos meios de comunicação. Disponível em: <http://www.educacao.video.pr.gov.br/modules/video/upload/174353_1976paisquevaiprafrente.mp4>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ufanistas e da criação do material didático pelo SRE/MEC, a partir da perspectiva de Chartier, uma vez esses serem considerados produtos para o consumo cultural:

> Ler, olhar ou escutar são, efetivamente, uma série de atitudes intelectuais que – longe de submeterem o consumidor a toda poderosa mensagem ideológica e/ou estética que supostamente o deve modelar – permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência. Esta constatação deve levar a repensar totalmente a relação entre um público designado como popular e os produções historicamente diversos (livros e imagens, sermões e discursos, canções, fotonovelas ou emissões de televisão) proposto para o seu consumo (CHARTIER, 1990, p. 59-60).

A partir de Hoggarr (1957), Chartier (1990, p. 60) cita que a decifração popular contemporânea desses materiais significa uma das chaves que permite elucidar como a cultura da maioria pode, em qualquer época, construir um lugar ou instaurar uma coerência própria nos modelos que lhe são impostos à força ou com a sua concordância, pelos grupos ou pelos poderes dominantes. No caso do Brasil, o Estado autoritário fez-se presente como poder dominante.

> Tal perspectiva leva-a fornecer um contrapeso a que põe em relevo os dispositivos, discursivos ou institucionais, que numa sociedade tem por finalidade esquadrinhar o tempo e os lugares, disciplinar os corpos e as práticas, modelar, pelo ordenamento regulado dos espaços, as condutas e os pensamentos (CHARTIER, 1990, p. 60).

As tecnologias da vigilância e da inculcação foram pensadas em sintonia com as táticas de consumo e de utilização daqueles que elas tinham por função modelar (CHARTIER, 1990, p. 60), a exemplo das publicidades, dos hinos ufanistas, das obras suntuosas desenvolvidas no país, entre outras. Segundo o autor, não há absoluta eficácia aculturante que se lhes atribui com demasiada frequência; esses dispositivos de todas as ordens concedem necessariamente um lugar, no momento em que são recebidos, ao distanciamento, ao desvio, à reinterpretação.

Após a apreciação da contextualização histórica a partir do golpe civil-militar de 1964 e das características dos mandatos militares, da historicização do ensino supletivo e da publicidade e divulgação como uma estratégia utilizada pelo governo militar; passamos ao segundo capítulo: *Supletivo em cadeia nacional, avante! Programação simultânea e uniforme do Projeto Minerva – Fase I (1970-1972)*. Para isso, foram apresentados aspectos do abandono e evasão escolar; dos radiopostos e dos monitores; além das identificações dos quatro tipos de recepção – organizada, controlada, isolada e integrada. O final do capítulo trouxe sobre a cobertura territorial da primeira fase do *Projeto Minerva* e dos cursos do 1º Grau pertencentes às fundações Padre Anchieta, de São Paulo e Padre Landell de Moura, do Rio Grande do Sul.

2. SUPLETIVO EM CADEIA NACIONAL, AVANTE! PROGRAMAÇÃO SIMULTÂNEA E UNIFORME DO *PROJETO MINERVA – FASE I* (1970-1972)

> O *Projeto Minerva* mantém convênio com as seguintes entidades: Agência Nacional, para formação da Cadeia Nacional, via Embratel, partindo o som da Rádio MEC; Embratel, para a cessão dos canais de som, nas regiões onde opera; Fundação Anchieta, que produz um curso de Madureza Ginasial e também os textos para um curso introdutório ao primário dinâmico, denominado '30 minutos importantes'; Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM), para a produção de textos para um curso preparatório de capacitação ao magistério leigo primário (atualmente remanejado para capacitação ao Ginasial), e produção de um curso de Madureza Ginasial (*CORREIO DA MANHÃ*, 13/06/1971).

2.1 Evasão e abandono escolar do ensino regular ao supletivo

Na metade do século XX, 64% da população brasileira vivia na área rural, o que significa um território com predominância de atividades primárias praticadas em áreas pouco ou não ocupadas. Ao passo que a área urbana se caracterizava num espaço com elevado adensamento populacional e habitacional, apresentando o predomínio de atividades secundárias e terciárias. As autoras Rosa e Ferreira (2013, p. 188) ao citar Kieling e Silveira (2015, p. 138) se referiram à década de 1960 como o momento em que as relações entre os meios rural e urbano tornaram-se mais intensas, tanto no que se referia às atividades econômicas desenvolvidas, quanto às relações sociais estabelecidas.

Ao chegar no ano de 1970, o país apresentou um crescimento ocupacional das regiões metropolitanas e arredores, fazendo com que o percentual populacional da área rural diminuísse para 44%. Concomitantemente ocorreu a diminuição da taxa de analfabetismo para a faixa etária entre 15 e 35 anos, mesmo que a diferença não tenha sido satisfatória: de 33,6% em 1970, passou para 25,5% no ano de 1980 (IBGE, Censos 1970/1980). Dessa forma, justificou-se o desenvolvimento da estrutura radiofônica no país, ao entender que o papel exercido pelo rádio era de junção entre a parte central e a periférica (ROCHA, 2007, p. 159).

O número de aparelhos de rádios existentes nos lares brasileiros em 1951 era estimado em 3,5 milhões, para a população de 51.944.397; em 1952, a média percentual de domicílios com a presença do rádio era de 90,6%, independentemente da classe social. Segundos dados do IBOPE[95] (maio-junho/1952) citado por Rocha (2007, p. 158), a classe "A" apresentava o percentual de aparelhos nas residências de 97,4; a classe "B" de 95,7; e a classe "C" de 85,2. Ao final da década de 1970, o número de residências que possuíam o aparelho de rádio era de

[95] IBOPE: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

20.027.948 (IBGE, Censo 1980), significando uma média de 20% da população. A queda do percentual pode ser explicada devido à competitividade, dentro dos lares, com os aparelhos de TV.

Rocha (2007, p. 40) compreende que o hábito de ouvir rádio foi se estruturando de forma coletiva, ao longo das décadas: as famílias que adquiriam o aparelho convidavam parentes e vizinhos para assistirem a seus programas favoritos. No Brasil, o crescimento do número de emissoras, o aperfeiçoamento dos equipamentos, o aumento da produção de aparelhos de rádio, a aquisição de experiência e o treinamento por parte dos profissionais de rádio popularizou seu consumo e audiência. Em 1951, registrava-se o total de 400 estações de rádio e, no ano de 1962, esse número chegou a 934 (ROCHA, 2007, p. 40). Em 1970, era no total de 1.200 emissoras (*JORNAL DO BRASIL*, 03/10/1972, p. 20). Segundo Rocha (2007, p. 40), as crianças cultivavam o hábito de ouvir rádio e a elas eram dedicados programas infantis.

Compreende-se que a Figura 5 represente (CHARTIER, 1990) uma família em comunhão, como fosse uma pintura emoldurada, tendo o rádio como protagonista.

Figura 5 – Família reunida ao ouvir transmissão radiofônica (1940/1950)

Fonte: *Diário de Pernambuco* (02/08/2018)[96].

[96] O periódico *Diário de Pernambuco* (02/08/2018) publicou a fotografia compondo a reportagem *Há 80 anos, a Hora do Brasil chegava ao rádio*, ao tratar da chegada do programa *Hora do Brasil*, em 1935. Não há precisão no ano do registro iconográfico; imagina-se que tenha sido tirada em torno de 1940/1950. Disponível em <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/08/20/Interna_vidaurbana,760510/ha-80-anos-a-hora-do-brasil-chegava-ao-radio.shtml>. Acesso em: out. 2018.

Entrementes, considera-se que na década do lançamento do *Projeto Minerva* (1970), as emissoras de rádio já sofressem por causa da concorrência com a programação televisiva, meio de comunicação que surgiu no Brasil em 18/09/1950[97]. Ortiz (2001, p. 129-130) aponta que em 1970 existiam quase 4,3 milhões de domicílios com aparelhos de televisão, o que significava dizer que 56% da população era atingida pelo veículo televisivo; em 1982 esse número aumentou para mais de 15,8 milhões, o que correspondia a 73% do total de domicílios existentes. Para o autor, o rádio continuou a cumprir seu papel comunicador e educador, a despeito da popularização dos aparelhos de TV. Ortiz (2001) analisa que as estatísticas oficiais do MEC/CFE colhidas até o ano de 1982, não indicavam o aumento do número de rádios sintonizados no horário de cadeia nacional, fato que já causava incômodo aos órgãos educativos:

> Para refletir sobre esta matéria, talvez fosse conveniente um levantamento sobre o alcance do *Projeto Minerva*. Se a recepção organizada registra 37.753 alunos, seria conveniente verificar-se a clientela nos domicílios, uma vez que, para 20.027.948 domicílios com aparelhos de rádio, acusados no Censo de 1980, a recepção organizada se limitaria a uma audiência de 0,2% e o total de radiopostos, que não alcança a cifra de 1.200, significaria menos de 0,1% de aparelhos ligados atendendo a essa clientela - na análise custo benefício, os custos sociais do uso de rádio justificariam a manutenção do projeto? (MEC/CFE, 1983, p. 45).

Se somássemos os aparelhos de rádio ligados no horário do *Projeto Minerva*, contando nos domicílios e radiopostos, não ultrapassaria 0,1%, informou o documento (MEC/CFE, 1982/1983). O questionamento girava em torno de se fazer uma análise quanto aos custos sociais e financeiros para a manutenção do *Projeto Minerva*, em prol de averiguar se estava valendo a pena o custo/benefício. Acredita-se que parte da população, mesmo privada dos dados e informações, pudesse ter a impressão que, proporcionalmente, houvesse uma defasagem entre a estrutura do programa e sua aceitação e resultado. Contudo, esses dados que colocavam em dúvida a continuação do *Projeto Minerva* não foram encontrados nas fontes de jornais pesquisados.

Segundo Del Bianco (2009, p. 56), havia pontos positivos para o uso do rádio na educação brasileira, como o seu alcance ao mesmo tempo nos diferentes segmentos sociais, com ampla cobertura geográfica e baixo custo do aparelho. Contrariamente, Santos (2016, p. 83) analisou que apesar do *Projeto Minerva* ter sido transmitido por todas as emissoras de rádio do Brasil, era produzido para atender à determinada classe social, ou seja, àqueles que não

[97] Foi Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, dono da TV Tupi de São Paulo, que inaugurou a primeira emissora de televisão da América Latina, em 1950.

possuíam a certificação, apesar do acesso às emissoras de rádio ter sido livre e desimpedido, pelo público que optasse por ligar o aparelho transmissor. Acrescentaríamos que a parte do *Projeto Minerva* concernente aos programas informativos-culturais eram voltados a toda a população, independentemente de classe social, ao contrário de como foram pensados os fascículos e as radioaulas, baseados no conteúdo programático do 1º Grau de ensino, direcionados a um grupo social específico.

> Há um horário igual de programação para todas as emissoras, obrigando a que uma parcela da população de nível mais adiantado, se veja forçada a desligar seus receptores, já que não há opção possível. [...] Acreditamos, por outro lado, que poucos ouvintes ainda suportam as vozes dedicadas, mas imutáveis e inexpressivas que, diariamente, procuram transmitir suas mensagens de instrução. É sempre a mesma batida, o mesmo esquema, o que deve originar desinteresse. Seria preciso reformular primeiramente o estágio atual do *Projeto Minerva* para se poder pensar em transpor a ideia, se é que é possível, para outras formas de curso (*ÚLTIMA HORA*[98], 31/08/1972 *apud* ALMEIDA, 1974, p. 147).

A exemplo dessa matéria que tinha como título *Projeto Minerva e explosão...* divulgada após dois anos de programação no ar, era comum encontrar críticas a respeito do programa supletivo. Nesta direção, Ferraretto (2001, p. 162) critica o *Projeto Minerva*, argumentando que o mesmo tolhia a capacidade de reflexão e de análise do indivíduo. O autor considera que o governo determinava horários obrigatórios para a transmissão de programas educativos, no contexto de um processo pedagógico voltado apenas a instrumentalizar o indivíduo para o trabalho, sem refletir criticamente sobre a realidade, uma vez que não havia interação entre a radioaula propriamente dita e os participantes.

Opiniões contrárias relacionavam a distância que os programas de rádio educativo mantinham do que, naquele momento, parecia ser o que de mais moderno existia para compor a programação radiofônica: já se destacavam interações telefônicas entre os ouvintes e as emissoras de rádio, de forma síncrona. A rotina de participação dos ouvintes dava uma outra identidade à dinâmica das rádios e apresentadores, diferentemente do que acontecia com as radioaulas, fazendo-as cansativas para os participantes (LOPEZ, 2010, p. 40 *apud* QUADROS, 2013, p. 8).

Para Quadros (2013, p. 7), o ouvinte do rádio assumiu um papel importante na comunicação radiofônica, ao adquirir um caráter mais local, com foco na informação de utilidade, o rádio voltava-se para os interesses do ouvinte, buscando conhecer suas dúvidas e

[98] C.f.: *Última Hora*. Verbete Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>. Acesso em: 25 mar. 2020.

salvaguardando suas contribuições. Havia nisso o interesse econômico, uma vez estarmos citando a partir de rádios comerciais, com apelos para estimular o faturamento da publicidade e das vendas. A autora compreendeu a exploração ocorrida das ferramentas disponíveis na época, conforme foi o caso dos equipamentos para reportagens de rua, as cartas e o telefone em uso, em função da interatividade do ouvinte.

Faziam parte do enredo dos programas, em geral, informação e entretenimento, os quais valiam-se de entrevistas realizadas ao vivo e de dramatização, visando competir com a audiência, principalmente, da televisão. Toda essa prática estava muito distante da realidade das radioaulas do *Projeto Minerva*, uma vez que a programação era o mesmo conteúdo para todo o território nacional, o que se distanciava muito da tendência regionalizada que os programas da grade geral das rádios começavam a apresentar, principalmente por causa do contato telefônico. Para Santos (2016), nos anos de 1970 o aparelho de rádio já estava sendo gradativamente substituído pela televisão, utensílio já frequente e acessível no mercado brasileiro. Porém, vale lembrar que muitas eram as cidades do interior do país que ainda se mantinham privadas do sinal de TV. Ou seja, em muitas localidades apenas o sinal radiofônico chegava.

Outro programa radiofônico com características de transmissão similar ao *Projeto Minerva* era a *Hora do Brasil*[99]. Ambos eram apresentados em cadeia nacional e de cunho obrigatório, uniforme e com transmissão simultânea. Em caráter oficial, foi criado em 1936 e era transmitido das 19h às 20 horas. O programa tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica; o que, de certo modo, também era percebido no *Projeto Minerva.* Segundo Rocha (2007, p. 39-40), a *Hora do Brasil* divulgava os discursos oficiais e os atos do governo, procurando estimular o gosto pelas artes populares, e exaltava o patriotismo ao criar rememorações do passado em sintonia com o projeto de Estado.

Na década de 1970, a *Hora do Brasil* (19h-20h) antecedia o *Projeto Minerva* (20h-20h30m) na grade da programação radiofônica. Sendo assim, durante 90 minutos os ouvintes tomavam ciência dos acontecimentos e das notícias nacionais, em conformidade com as aulas de conhecimentos variados, sob total subserviência ao Estado. Afinal, o conteúdo que prevalecia nos programas era o que aprazia ao governo militar informar e ministrar. Assim os programas e cursos educativos pelo rádio eram determinados por obrigatoriedade legal em até 5 horas semanais, assim também se estendendo o encargo às emissoras de televisão.

---

[99] C.f.: sobre o Programa *Hora do Brasil*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/HoraDoBrasil>. Acesso em: set. 2021.

A Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE), no Rio de Janeiro, era o órgão vinculado ao MEC produtor do material educativo a ser distribuído às emissoras particulares de TV para cumprirem as exigências. No início da década de 1970, os esforços se concentraram na produção da primeira telenovela[100] educativa brasileira de nome *João da Silva*[101](1972). Em 100 aulas-episódios de 30 minutos cada, era dado um curso supletivo ao ensino de 1º Grau (CUNHA, 1988, p. 258), com o material didático organizado em 5 volumes. Em outubro de 1974, a primeira turma de 13.500 inscritos do programa educativo *João da Silva*, os quais frequentavam os telepostos no Grande Rio, recebeu seus certificados de conclusão do ensino de 1º Grau[102] (CUNHA, 1988, p. 258). Os telespectadores da novela educativa poderiam assistir diariamente às teleaulas em telepostos quando devidamente matriculados, o que era chamado de "recepção organizada". Conforme os participantes assistissem ao curso em suas residências estando regularmente matriculados, caracterizava-se como "recepção controlada"; ou ainda poderiam assistir livremente os programas sem quaisquer tipos de inscrição ou controle, como "recepção livre" (MACIEL, 2013, p. 99).

Outra telenovela educativa sob o título *A Conquista* (1978-1982) foi voltada para o ensino supletivo de 5ª a 8ª série, assim como para a alfabetização. Maciel (2013, p. 102) considera que *A Conquista*[103] tenha tratado de ser uma continuação do *João da Silva* (1972), ao apresentar o mesmo formato de recepção com centros controladores e justificativas idênticas ao seu antecessor. Ela foi veiculada em 200 capítulos, sendo 4 de apresentação, 148 instrucionais, 37 retrospectivos, 10 complementares, 1 de encerramento e 7 livros de apoio (MENEZES, 2001b). A abertura da telenovela *A Conquista* trazia um *jingle* embalante:

> Sou estudante, sou estudante
> Sou um herói que se prepara para enfrentar esse gigante
> Que é o mundo, que é o mundo
> Essa universidade que examina mais a fundo
> Essa escola que não dá para dar moleza a vagabundo
> (CANÇÃO DE ABERTURA *A CONQUISTA*, 1978)[104]

---

[100] C.f. sobre as telenovelas *João da Silva* e *A Conquista*, disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-tve-ou-nao-e/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

[101] C.f.: *João da Silva* em Menezes (2001a).

[102] Não houve esclarecimento a respeito da avaliação utilizada na telenovela *João da Silva*: se realmente eram aplicadas, como e onde ocorriam e como eram os critérios de aprovação.

[103] C.f..: *A Conquista* ou *Projeto Conquista* em Menezes (2001b).

[104] *A Conquista*: letra da música de abertura. Obs.: não houve identificação da autoria. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/novela-educativa-a-conquista-1978--parte-1-de-6-04024D9C316CE4C12326>. Acesso em: 24 mar. 2023.

Observa-se que a canção de abertura da telenovela *A Conquista* (DSU/MEC) fazia referência ao participante como "estudante"[105]. Dessa forma, a vida do estudante foi abordada na canção como uma preparação à sua "vida de sucesso" no mundo. Segundo nossa interpretação da letra do *jingle*, a escola e a universidade eram comparadas ao que se vivia em um mundo com agruras e competitividade, que a qualquer momento poderia lhe driblar, já que o estudante era um herói que enfrentava o mundo "gigante". O último verso trouxe a ideia que o "vagabundo" era aquele que estava fora da "escolarização" desse mundo, ou seja, despreparado para as dificuldades que ele encontraria na vida cotidiana. O incentivo era para que a educação supletiva o municiasse para guerrear e vencer. Significaria dizer que estar de fora da escola era uma escolha somente do sujeito, sem importar as condições de vida e de pobreza em que esse público se encontrava, a despeito da infraestrutura do país.

Entender sobre os tópicos abandono e evasão escolar são de extrema importância para a compreensão do estado geral da educação brasileira, não somente entre os adultos do ensino supletivo, mas também daqueles alunos de idade entre 7 e 14 anos que, segundo Silva (1984, p. 72), foram dados como vítimas desses fenômenos no ambiente escolar, baseado em alguns motivos. Dentre esses, existiu a necessidade do ingresso precoce dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho para ajudar na melhoria da renda familiar; doenças que acometiam os alunos ou seus respectivos responsáveis; inadequação da escola ao meio de vida dos alunos desmotivando-os, ou a sua família, de manterem-se frequentando a escola.

Acrescenta-se à compreensão de Silva (1984), a análise feita por Madeira (1993), quando pesquisou estudantes adolescentes matriculados nas classes noturnas do Estado de São Paulo, na década de 1980, os quais já eram trabalhadores e sentiam-se desmotivados em permanecer no ambiente escolar. Isso acontecia devido a escola não ter se adequado, e acolhido este público que havia se formado ao longo dos anos. Sendo assim, para Madeira (1993), o processo de exclusão não se dava totalmente fora da escola ou por causas externas, entretanto atribuía-se à própria inadequação da escola. "A insistência em permanecer numa escola na qual não se progride possui um custo econômico e psicológico que é naturalmente crescente com a idade" (1993, p. 78).

Para exemplificar o alto índice de desistência nas classes regulares de 1º Grau no Brasil, para a idade entre 7 e 14 anos, entre os anos de 1942 a 1974, apresentamos um comparativo que foi realizado por Silva (1984), que a cada 1.000 alunos que ingressavam no ano de 1952 na 1ª

[105] Nossa posição contrária a respeito de chamar o "participante" do *Projeto Minerva* com a nomenclatura de "aluno", conforme se dirigiam à eles os órgãos oficiais, imprensa e público em geral, foi argumentada anteriormente, e também se aplica ao chama-lo de "estudante", como fez a DSU/MEC.

série do 1º Grau, com 7 anos de idade, apenas 48 terminavam o ciclo com seus 14 anos. Significa dizer que somente 4,8% dos ingressantes mantinham-se na escola ao final de oito anos de estudos, quando o ciclo se encerrava. Ao correlacionar os 1.000 alunos ingressantes no ano de 1957 aos 7 anos de idade e concluintes em 1964 aos 14 anos, o cálculo do percentual se apresentou em 6,4%. Ou seja, 93,6% dos alunos ingressantes do ano de 1957, que não lograram aprovação, chegariam em 1970 com 20 anos de idade, significando, desse jeito, o público *in potencial* para a entrada nos projetos e programas supletivos. Entende-se que a evasão e o abandono no ensino brasileiro era regra e não exceção. Segue o Quadro 2 com os números de estudantes de entrada e saída no 1º Grau, no intervalo de trinta anos:

Quadro 2 – Fluxo escolar do ensino de 1º Grau (1942-1972)

Ensino de 1º Grau = alunos de 7 a 14 anos			
Ano de ingresso - aos 7 anos	**Nº de alunos ingressantes na 1ª série**	**Ano de conclusão - aos 14 anos**	**Nº de alunos concluintes na 8ª série**
1942	1.000	1949	35
1947	1.000	1954	43
1952	1.000	1959	48
1957	1.000	1964	64
1962	1.000	1969	97
1967	1.000	1974	161
1972	1.000	1979	180

Fonte: Silva (1984, p. 72). Adaptado pela autora.

A análise de Germano (2011, p. 67) corrobora com essa discussão quando, em 1985, o então ex-ministro da educação à época, Jarbas Passarinho[106] (1969-1974), referiu-se ao ano de 1971, informando dados estatísticos acerca da falta de acesso à escola. Em números percentuais eram quase 30% as crianças de 7 a 14 anos sem acesso à escola, demonstrando dimensões alarmantes quanto à evasão e repetência no Brasil. Germano (2011) constatou que para cada 1.000 crianças que entravam na 1ª série do primário em 1961, somente 446 chegavam à 2ª série e, dessas, somente 56 logravam êxito ao ingressar no ensino superior em 1972. Assim sendo, o

[106] C.f.: PASSARINHO (1985).

autor calculou que a perda cometida entre o período do primário à faculdade, na década de 1960, foi da ordem de 94,4%.

No âmbito do governo militar, o discurso da democratização do ensino assumiu o significado de ampliação de oportunidades de acesso à escola; do aumento do número de anos de escolaridade obrigatória, com a promulgação da Lei nº 5.692/71; "da adoção de dispositivos – como a eliminação dos exames de admissão – que facilitassem a melhoria do fluxo escolar, numa tentativa de diminuir as taxas de evasão e repetência" (GERMANO, 2011, p. 168). Para o autor, na prática, os problemas mais recorrentes eram o processo de deterioração das condições de trabalho dos professores e a degradação das escolas (p. 169).

O problema da evasão, abandono e repetência não eram fatores unicamente percebidos no ensino escolar caracterizado pela idade-série própria, dos 7 aos 14 anos, mas também se refletia no ensino supletivo. Sobre a evasão e o abandono do Programa do Mobral, Coelho (2007, p. 128) analisa que a desistência dos participantes tinha correlação com as dificuldades encontradas na fixação do conteúdo, na coordenação motora deficiente e no cansaço frequente, uma vez que os alunos, em grande parte, eram trabalhadores braçais. Assim como no Mobral, a evasão e abandono dos programas supletivos foram recorrentes.

Importante ressaltar que os problemas de desistência dos adultos nos cursos supletivos não podiam ser concentrados apenas nos sujeitos. O poder público não contribuiu a partir da sua responsabilidade em prover a infraestrutura econômica e social requerida pelos participantes, para que pudessem seguir com tempo e recursos suficientes rumo aos estudos e à certificação. De acordo com a entrevista (1975) da coordenadora-executiva do *Projeto Minerva*, a professora Maria Eugênia Dias de Oliveira, ao veículo de impressa escrita, no ano de 1975, o índice de evasão constatado no *Projeto Minerva*, em nível nacional, foi de 28% a 30%, e entre as causas havia uma que se destacava: a falta de confiabilidade no veículo – o rádio – como meio de educação e instrução, tendência que era mais acentuada nas regiões do Norte e no Nordeste (*JORNAL DO BRASIL*, 28/01/1975, p. 10).

Nos radiopostos, onde os encontros aconteciam, era comum que tanto os monitores, quanto os participantes reagissem ao modelo de educação pelo rádio, ao preferirem estreitar o laço da aprendizagem exclusivamente a partir dos fascículos, sem fazer questão de ouvir as aulas pelo rádio (*JORNAL DO BRASIL*, 28/01/1975, p. 10). A mesma reportagem trazia que em quase 6 mil radiopostos a coordenação do *Projeto Minerva* pretendia fazer um treinamento dos alunos a fim de levá-los a aceitar o rádio como veículo de instrução e não apenas como meio de diversão. Essa preparação, segundo o jornal, estava marcada para ser realizada antes do dia 07 de abril daquele ano, data que marcaria o início simultâneo dos cursos em todo país.

Em 1976, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em conjunto com o Instituto de Planejamento (IPEA/IPLAN)[107] realizou a pesquisa em que apontou ter sido a programação radiofônica dos programas um dos problemas que causou evasão e abandono no *Projeto Minerva*. Era notória a predominância, nas radioaulas, da natureza expositiva ou mesmo de um diálogo construído com a participação de duas ou três pessoas. Pouco era explorado dos recursos da linguagem radiofônica, a exemplo do Radioteatro, o que contribuía para tornar monótona as aulas (DEL BIANCO, 2009, p. 59). Para a autora, esse e outros problemas identificados aumentavam as fileiras da desistência.

Outro ponto focal se tornara o ritmo da locução e a forma da abordagem do conteúdo, os quais estavam acima da possibilidade de acompanhamento por parte dos ouvintes (DEL BIANCO, 2009, p. 59). A autora analisa que em muitos casos o tratamento do conteúdo radiofônico partia da suposição de conhecimentos prévios por parte dos ouvintes, o que na verdade não existia. Por causa da inexistência do caráter pessoal na comunicação pelo rádio com os locutores que não se dirigiam aos participantes, os diálogos se mantinham imparciais e artificiais. No caso dos programas que dispunham de telepostos ou de radiopostos, como era o caso do *Projeto Minerva*, a autora constatou que não havia efetivo controle e supervisão sistemática da audiência nesses postos, o qual gerava uma enorme evasão.

Em especial, no caso do *Projeto Minerva*, Del Bianco (2009, p. 59) entendeu que a regionalização que poderia ter sido o ponto forte do programa educativo não foi estimulada, uma vez os cursos na Fase I (1970-1972) terem sido criados por agências educativas, exclusivamente, dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. A partir de 1973, já na Fase II (1973-1979), a predominância regional ficou concentrada no eixo sul-sudeste, uma vez a produção do conteúdo didático – gravação das radioaulas e material didático impresso – ser realizada no Estado do Rio de Janeiro.

Corroborando com Del Bianco (2009, p. 59) esteve Santos (2016, p. 83) o qual argumenta que o *Projeto Minerva* não levava em consideração as regionalidades e os aspectos culturais, acabando por adotar o padrão do Rio de Janeiro, a partir de 1973, na Fase II. Com

[107] O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia (ME), criada em 1964, assumindo o nome atual em 1967. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. O referido estudo contou com a observação de cinco entidades e suas características institucionais: *Movimento de Educação de Base* (MEB), Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM), Fundação Padre Anchieta (FPA), *Projeto Minerva* e Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB). Este último foi criado pelo Governador da Bahia em 1969, Luiz Viana Filho, e posteriormente transformado em Fundação por causa de dificuldades burocráticas. Atuou na década de 1970 com produções educativas em áreas distintas como: educação superior, média, fundamental e cultural (IPEA/IPLAN, 1976, p. 35-37).

tais características, o *Projeto Minerva* não respondia à diversidade cultural existente e ainda pode ter contribuído para a desistência de participantes que não se identificavam com os usos, costumes, sotaques, modo de vida, e nem às necessidades e interesses de cada região do país, conforme compreende Santos (2016, p. 83).

Vale lembrar que os cursos utilizados no *Projeto Minerva – Fase I* (1970-1972) eram oriundos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, de acordo com a localização das duas fundações que forneceram o material didático contendo os fascículos e as gravações das aulas pelo rádio. Já a Fase II foi planejada, coordenada e executada por equipe formada, predominantemente, do Estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, imagina-se que a grande maioria do pessoal dos grupos de criação, elaboração dos *scripts*, produções das gravações, escrita dos fascículos, enfim, de todo o montante de profissionais, tenha sido selecionada do Estado do Rio de Janeiro. Entende-se, com isso, que no curso do segundo ciclo do 1º Grau (SRE/MEC) houve a prevalência das práticas e costumes do estado fluminense.

De acordo com o Relatório de Análise dos principais problemas da educação brasileira (MEC/GRUPO ESPECIAL[108], 1978), a evasão era percebida como um problema a ser solucionado em todas as instâncias e unidades federativas. O documento destacava o desenvolvimento de estudos e discussões, a fim de favorecer a permanência dos alunos no sistema escolar. Para essa finalidade, um investimento monetário maior e o acompanhamento dos projetos de ensino para a educação de adultos eram apontados como providências cabíveis a serem postas em prática pelo Estado.

Na década de 1970, a ausência de controle e de avaliações ao curso e ao método foi visto como um dos motivos por não ter havido a acumulação de conhecimento esperada, na área da educação de adultos (MEC/GRUPO ESPECIAL, 1978, p. 35). Houve a percepção desse movimento imperfeito, a partir das constantes e repetitivas falhas e/ou erros que puderam ser notados nos cursos supletivos que foram sendo lançados. Uma dessas falhas, recorrentemente, deu-se na "utilização de currículos próprios para crianças e a não seleção de aprendizagens significativas para o adulto".

Santos (2016, p. 81) entende que faltava o acompanhamento regular dos resultados dos exames supletivos para combater o caso da evasão e abandono do ensino supletivo. Em se

[108] O documento denominado Relatório de Análise dos principais problemas da educação brasileira nomeia as instituições integrantes como "Grupo Especial". Sua utilização, inclusive no título do Relatório, justifica o nosso uso. O chamado Grupo Especial era constituído, além do Ministério da Educação e Cultura, de representantes do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH); Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA); Instituto de Planejamento (IPLAN); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); com o objetivo de minimizar os impactos da evasão e outros problemas da educação no Brasil.

tratando dos cursos pelo rádio, Horta (1973) afirma que a falta de avaliação dos cursos, a princípio, foi notada como um empecilho ao combate à evasão supletiva. Além disso, a ausência de avaliações deixava de precaver futuros erros e ajustes nos cursos supletivos subsequentes. Anos após essa constatação de Horta (1973), algumas pesquisas começaram a surgir. Entre elas, as que revelavam o insucesso dessas experiências, considerando os elevados índices de evasão, que segundo Del Bianco (2009, p 56), em parte, deveu-se à ineficácia desses sistemas, uma vez que reproduziam o ambiente da sala de aula regular na produção de programas educativos aos adultos, via rádio.

O passo subsequente a ser realizado com o propósito da superação dos problemas na educação brasileira, segundo o Relatório de Análise (MEC/GRUPO ESPECIAL, 1978, p. 46), consistia na escuta de cada representante que compusera o Grupo Especial, aliados ao MEC, os quais formavam uma espécie de conselho. Entre esses estavam representantes do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH), Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), Instituto de Planejamento (IPLAN), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Desse encontro formado pelos conselheiros[109] (MEC/GRUPO ESPECIAL, 1978, p. 46), seriam tirados alguns encaminhamentos a serem postos em prática. Todo o documento evidenciava a deficiência na expansão desses programas supletivos, por ausência de resultados validados. Conforme os erros de um antigo programa educativo não fossem sanados e levados em consideração para que se criasse um outro programa, os erros nem eram solucionados e ainda poderiam ser repetidos e reproduzidos nos próximos cursos supletivos criados. A falta da avaliação fazia com que a novidade do próximo curso fosse o bastante para que mais uma vez o mesmo erro permanecesse, sem encontrar cientificamente as melhores formas para a abordagem da educação de adultos (MEC/GRUPO ESPECIAL, 1978, p. 35). O Quadro 3 demonstra o índice de evasão de alguns dos programas para adultos:

Quadro 3 – Brasil – ensino supletivo/taxas de evasão (1976)

Programas	**Taxa de evasão**
MOBRAL – Alfabetização Funcional	16%
MOBRAL – Educação Continuada	29%

[109] Não houve relato ou registro acerca da reunião dos conselheiros proposta pelo *Relatório de Análise* (MEC/GRUPO ESPECIAL, 1978).

Projeto Minerva	36%
João da Silva	19%
Centros de Ensino Supletivo[110] – 1º grau	36%
Centros de Ensino Supletivo – 2º grau	16%

Fonte[111]: produzido pela autora com dados de (DSU/MEC, 1976).

O *Projeto Minerva* e os *Centros de Ensino Supletivos* eram os que apresentavam as mais elevadas taxas de evasão, ou seja, 36%. Nesse sentido, a pesquisa sobre o regime semipresencial do *Centro de Estudos Supletivos* (CES) de Niterói/RJ, analisada por Monaco (2017), corrobora com o dado apresentado no Quadro 3. A elevada taxa de evasão e/ou abandono no ensino de 1º Grau, do CES de Niterói, durante os seus dez primeiros anos de funcionamento[112] (1976-1986), ficou na faixa de 90,2%. Ao comparar os 6.007 alunos matriculados no decênio, somente 589 alunos obtiveram a certificação. Foi um índice muito elevado, com especial significado na educação supletiva.

Referente à taxa de evasão do *Projeto Minerva*, em nível nacional, trazida pelo Quadro 3, de 36% (DSU/MEC, 1976), somou-se à informação veiculada pelo jornal *Estado de São Paulo* (1978) a seguir, que no ano de 1976, foram apenas 15% os participantes do *Projeto Minerva* aprovados nos exames supletivos aplicados aos paulistas, com o índice de abstenção das provas em 20%. Quase 67% dos candidatos que se submeteram às avaliações naquele estado e ano não obtiveram êxito. Diminuindo o nosso campo de visão, por meio da reportagem da *Folha de São Paulo*, ainda se nota um significativo percentual de abstenções no dia da avaliação, além de baixo desempenho no preenchimento das respostas e alto nível de exigência:

> Dos 8 mil alunos dos cursos de 1º Grau oferecidos pelo *Projeto Minerva*, que realizaram exames supletivos neste final de semana, é provável que apenas 15% consigam o certificado de conclusão. Este foi o índice de aprovações no último exame realizado em 1976, segundo informou ontem Walter Fortes Ramos, da equipe técnica do Serviço de Exames Supletivos da Secretaria da Educação do Estado. Segundo aquele funcionário, houve um índice de 20% de abstenções nas provas. Assim, dos que compareceram aos exames, se for mantida a taxa de reprovação de 1976, calcula-se que menos de mil pessoas, em todo o Estado, conseguirão o certificado de conclusão do 1º Grau. Os altos índices de reprovação são explicados, por Walter Fortes Ramos, pelo fato de a maioria dos candidatos ser formada por trabalhadores agrícolas que têm pouco tempo para estudar e procurar os radiopostos para esclarecer

[110] Há evidências dos *Centros de Ensino Supletivo* serem o que chamamos de *Centro de Estudos Supletivos* (CES).
[111] Dados disponíveis em MEC/GRUPO ESPECIAL (1978, p. 26). Ao quadro original acompanha a observação: "Dados sobre o Ensino Supletivo (1976)" e "Os dados não cobrem sempre todo o território nacional". A paginação corresponde à 26ª folha da cessão "Ensino Supletivo", corresponde à página 147/283, na configuração digital do documento, uma vez que cada bloco de páginas trata de um segmento da educação, apresentando a paginação correspondente.
[112] Como o CES fora criado após a Lei nº 5.692/71, a avaliação já era realizada "dentro do processo de ensino-aprendizagem".

> dúvidas durante o curso. [...] Os cursos duram 14 meses[113] e é por isso que os exames são realizados apenas a cada dois anos. São provas tipo teste e a de Português exige também uma redação dos candidatos (*A FOLHA DE SÃO PAULO*, 22/05/1978, p. 9).

Mantendo as lentes de observação no estado de São Paulo, uma segunda reportagem (1979), sob o título *Professora denuncia falhas em Supletivos*, trouxe a entrevista com a docente Maria Emerenciano, oriunda da Universidade de Brasília (UNB), que chamava a atenção para a baixa qualidade do ensino supletivo, para o objetivo reducionista referente ao *Projeto Minerva* e bem como para a insatisfatória taxa de aprovados nos exames supletivos no estado paulista:

> Classificando de fracos os resultados obtidos pelo *Projeto Minerva*, o Mobral e órgãos semelhantes, a prof. Maria Emerenciano, da UNB, recomenda um estudo para a Comissão de Educação do Senado, uma total reformulação do ensino supletivo. Em muitos cursos, aluno de supletivo vem sendo condicionado a responder aos exames, com o objetivo único de ser aprovado, diz o estudo. [...] No biênio 75/76, em termos de recepção organizada – matrícula inicial e final – a evasão foi de 15.233, mais de 50 por cento, diz ela. As principais causas da evasão, ressalta a professora, foram a incapacidade de acompanhar o conteúdo programático do curso, mudança de residência, doença, interferência no horário de trabalho, substituição do monitor e dificuldade de acesso ao radioposto. De acordo com os dados parciais do *Projeto Minerva*, revelados em 1976, 'aprovação é difícil de ser considerada satisfatória' [grifos do autor] (*A FOLHA DE SÃO PAULO*, 10/01/1979, p. 20).

Maria Emerenciano (UNB), professora universitária, destacou a incapacidade dos participantes do *Projeto Minerva* em acompanhar o conteúdo programático do curso, tendo sido considerado por ela como difícil de aprendizagem e que os tópicos que eram ensinados estavam seguindo o seu curso normal, como se fosse uma forma de valorizar o modelo usado, em detrimento do êxito dos candidatos. Entende-se que o curso não estava calibrado fidedignamente a seu público-alvo. Para a professora, o quantitativo de aprovação no *Projeto Minerva* estava longe de ser satisfatório, o que significava ser necessário a "total reformulação do ensino supletivo" (*A FOLHA DE SÃO PAULO*, 10/01/1979, p. 20).

Ao mesmo tempo, o *Relatório de Análise do MEC/Grupo Especial* (1978, p. 36) orientava em suas recomendações finais que fossem formulados projetos de acompanhamento e avaliação do *Projeto Minerva*, de modo a se obter informações dos resultados alcançados em termos do seu custo/benefício. Corrobora com as análises trazidas nesse ínterim, Hildebrand (1984)[114] citado por Santos (2016, p. 167), quando apresentou o quantitativo de aprovação no nos exames supletivos de 1º Grau, no ano de 1984, de apenas 5,87%. Passados quatorze anos

[113] Segundo as fontes pesquisadas, houve divergência na informação sobre o tempo de permanência de um curso e/ou de um radioposto em atividade; sendo esta variação entre 13 e 18 meses, dependendo do curso supletivo em transmissão (Fase I ou Fase II).
[114] C.f.: HILDEBRAND (1984).

entre o lançamento nacional do *Projeto Minerva* (1970) e a realização da pesquisa de Hildebrand (1984), e ainda permanecia notório o baixo resultado na aprovação e a identificação de problemas acerca da inadequação da metodologia empregada.

2.2 Funcionamento e estrutura do *Projeto Minerva*

As mudanças que ocorreram nas áreas política e econômica após o golpe civil-militar de 1964, seguidas da aplicação de técnicas de planejamento por parte do Estado, pouco a pouco foram difundidas para todas as esferas governamentais. Essas transformações mais amplas, pelas quais passava toda a sociedade brasileira, tiveram consequências imediatas no domínio cultural (ORTIZ, 1985, p. 81). Segundo o autor, nesse período a economia brasileira criava um mercado de bens materiais, com foco e incentivo no consumo, quando ocorreu de forma correlata o desenvolvimento de um mercado de bens simbólicos que dizia respeito à área da cultura. Foi característica do mercado cultural pós-64, a expansão desses bens, no aspecto do volume e da dimensão (1985, p. 82).

Ao comparar-se o processo de desenvolvimento das produções culturais, pode-se observar que nos anos 1930 foram restritas e atingiam um número reduzido de pessoas. Com o passar dos anos, as produções se tornaram cada vez mais diferenciadas, atingindo um público consumidor maior. Na década de 1970, era conferido ao mercado cultural uma dimensão nacional que não havia nas décadas anteriores. Para atender à demanda nacional de integração do espaço público, o Estado tomou a dianteira, contudo, com um problema em pauta: como integrar as diferenças regionais, principalmente no interior do país, baseado em uma hegemonia estatal (ORTIZ, 1985, p. 82).

Ortiz (1985) observa que o conceito de integração nacional era forjado pelo de Segurança Nacional, e também aplicado no nível do "discurso" e da "prática", para a resolução da questão. Sobre a percepção do autor a respeito da integração nacional, faz-se menção à reportagem do *Jornal do Brasil* de 02 de outubro de 1970, a qual chamava atenção para a viagem realizada pelo país, precedente ao lançamento do *Projeto Minerva*, com o subtítulo *Otimismo*. A matéria do jornal transpareceria a euforia e o entusiasmo com os quais o *Projeto Minerva* estava sendo esperado, como um projeto que seria bem planejado, como um "salvador da pátria" para aqueles que ainda amargavam a falta da certificação do 1º Grau:

> Em entrevista coletiva concedida ontem, o diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC, Sr, Avelino Henrique dos Santos, explicou que inicialmente 700 emissoras de rádio comporão a rede nacional. [...] – Nossa equipe – revelou Sr.

> Avelino Henrique dos Santos – em 60 dias percorreu o Brasil inteiro para sentir as necessidades de educação em cada Estado e, baseados neste levantamento, pudemos determinar os cursos e horários mais indicados para as populações (*JORNAL DO BRASIL*, 02/10/1970, p. 7).

Anunciava o periódico, com base na entrevista concedida por Avelino Henrique dos Santos, diretor do SRE/MEC, que uma equipe havia percorrido o território nacional preliminarmente, a fim de sentir as "necessidades" da educação em cada Estado. Observa-se que a Portaria 32/70, que criou o *Projeto Minerva*, foi publicada em 29 de setembro de 1970, e que o primeiro programa transmitido foi em 04 de outubro de 1970. Não ficou esclarecido como a comitiva percorreu o Brasil no intervalo de 60 dias, haja vista a proximidade das duas datas citadas. Assim como outros detalhes específicos: os nomes dos integrantes, o desenvolvimento do trabalho e como aconteceu a viagem.

Todavia, já era de conhecimento das autoridades, há décadas, o cenário persistente de analfabetismo e falta de escolarização no país. Entendemos que a comitiva, de fato, não serviu necessariamente para mapear as necessidades de educação em cada Estado, conforme a reportagem trazia. Era possível que fosse organizada para fazer com que a população das localidades visitadas em conjunto aos leitores do jornal se imaginasse envolvidos em uma grande logística, realizada pelo provedor público da educação brasileira. Seria um prenúncio, de forma "otimista", conforme o título da reportagem publicou, de uma ação que visava solucionar os problemas da educação brasileira.

A mensagem do *Jornal do Brasil* de 02 de outubro de 1970, trazia uma forma de aproximação do governo, representado pelo *Projeto Minerva*, com o povo em geral, pois, mostrou o interesse do grupo em fazer contato com a população durante a viagem pelo país. Essa forma de interligação entre os dois lados, governo e população, tem referência com o que os participantes de uma comunidade precisam para se imaginarem juntos. Para Anderson (2008, p. 95), a frase "Estamos nós todos juntos aqui" tem referência ao tipo de uma consciência de interligação que pode ser estimulada, o que possivelmente os aproximariam.

Por isso, o contato pessoal na viagem e os participantes e monitores de radiopostos vivendo as mesmas práticas ao mesmo tempo reforça nossa Tese. Haveria uma igualdade no sentimento e na projeção, quando os envolvidos se sentissem e se imaginassem companheiros de uma mesma ação. A sensação de lugar comum intentava a integralização dos ouvintes em conjunto com os participantes *in lócus* nos radiopostos. A isso correspondia a sensação de ocupação de lugar comum, se não sempre literal, sempre emocionalmente (ANDERSON, 2008, p. 95). Com as radioaulas nos mesmos dias e horários e os fascículos e exercícios uniformes

em todo o país, só restava um lugar onde desejariam chegar juntos e ao mesmo tempo: à certificação do 1º Grau.

O anúncio do jornal (*O FLUMINENSE*, 11 e 12/05/75, p. 26) comunicou que o *Projeto Minerva* havia aberto "condições para alunos das mais diferentes faixas etárias e criou situações curiosas, como a que vêm ocorrendo em Alagoas. Nesse Estado, o *Projeto Minerva* acabou praticamente com a escola convencional, atendendo atualmente a nada menos de 5 mil alunos, no interior". Afinal, o povo brasileiro nutrido pelas vias oficiais, por vezes anunciada nos jornais, era a afirmação do "espírito de esperança" a respeito do *Projeto Minerva*, uma vez que a educação pública no país era "vendida", pelos generais presidentes e seus colaboradores, como salvadora da pátria nas áreas econômicas, profissionais e culturais.

Contudo, a pesquisa de Santos (2016) não corroborou com a justificativa dada pelo diretor do SRE/MEC, acerca da realização da viagem para reconhecimento do território brasileiro (*JORNAL DO BRASIL*, 02/10/1970, p. 7). Santos (2016) nos sugere que a distribuição dos radiopostos e monitores do *Projeto Minerva* já havia sido desenhada há muito tempo, baseada nos locais de encontro previamente existentes em operação no período do projeto supletivo da Igreja Católica, o MEB, na década de 1960. Em parte, o entendimento de Santos (2016) nos fazia refletir acerca dos locais de encontro que já existiam desde o programa do MEB e que poderiam ser reutilizados.

Porém, os radiopostos do *Projeto Minerva* eram em maior quantidade por causa da maior infraestrutura montada. Por isso, os radiopostos ficavam ou não no mesmo lugar de um lançamento do curso para o outro, dependendo da necessidade: havendo procura por parte dos interessados, o radioposto se manteria em funcionamento, do contrário, ele seria fechado. A próxima reportagem aludia à contribuição das secretarias de educação dos estados ao *Projeto Minerva*, com a finalidade de corroborar com o que se fizesse necessário. No mesmo dia da publicação do *Jornal do Brasil*, outro periódico trazia o pronunciamento do Ministro Jarbas Passarinho acerca do lançamento do *Projeto Minerva*:

> [...] através de uma cadeia de mais de 700 emissoras de rádio, comandada pelo Ministério da Educação, será iniciado domingo o *Projeto Minerva*, um programa destinado a 'complementar o esforço governamental em levar educação e cultura ao mais remoto pedaço do território nacional. O *Projeto Minerva* transmitirá, inicialmente, os seguintes cursos: Madureza Ginasial para as capitais do Nordeste; Preparação de Professoras Leigas para o interior desta região; Primário Dinâmico para toda região Centro-Oeste e Madureza Ginasial para toda a região Sul (Guanabara está incluída) [grifos do autor] (*CORREIO DA MANHÃ*, 02/10/1970, p. 13).

Os nomes dos cursos que seriam transmitidos em cadeia nacional na Fase I foram anunciados dois dias depois que uma outra reportagem havia sido publicada, pelo mesmo jornal, com o título *Ajuda aos flagelos nordestinos* (*CORREIO DA MANHÃ*, 30/09/1970, p. 12). O anúncio criticava a condição de penúria e carência educacional a qual vivia submetido o povo do Nordeste do Brasil e que, a partir daquele momento, recebiam a promessa do governo de alavancar a educação na região. Conforme os cursos da Fase I (1970-1972) fossem transmitidos em cadeia nacional, significava dizer que isso aconteceria em horário uniforme e simultâneo. Benjamin[115] (1994, p. 225) citado por Anderson (2008, p. 54) entende "que a simultaneidade é, por assim dizer, transversal, cruzando o tempo, marcada não pela realização, mas sim pela coincidência temporal, e medida pelo relógio e pelo calendário", a transmissão em cadeia nacional acontecia sincronicamente, quando o som da Rádio MEC era enviado à Embratel para transmissão à Agência Nacional, que por sua vez o distribuía.

Levando-se em consideração que o Brasil não possuía satélites na década de 1970, a transmissão em cadeia nacional era feita por antenas parabólicas, no intervalo de 100/100 km, com a existência de "zonas de silêncio" entre uma antena e outra, pois os sinais não conseguiam ser captados igualmente no interior do país (PEDRO PAULO GIL[116], 2010). Assim, era escolhida uma entre as rádios da região para servir de reprodutora, seria a emissora "geradora", por ser a mais potente e que fornecia o som às demais emissoras (MEC/INEP, 1972, p. 127). As ondas do rádio eram transmitidas de uma parte à outra do país, cortando zonas urbanas e rurais.

O produtor Gil (2010) esclareceu que no intuito da chegada do Projeto nas localidades de "zonas de silêncio" foi preciso enviar as radioaulas gravadas em fitas magnéticas, através das Agências de Correios e Telégrafos. Eram enviados também o material de apoio do *Projeto Minerva*, como os fascículos e os testes de aprendizagem. Entretanto, por muitas vezes os correios atrasavam a entrega, devido às dificuldades de acesso em certas regiões. As fitas magnéticas também eram destinadas à emissora "geradora" que se destacasse pela melhor qualidade na recepção do sinal, ficando responsável por fazer a transmissão para todas as outras daquele perímetro.

O primeiro dia das transmissões ocorreram na manhã de domingo do dia 04 de outubro, às 10 horas. Dessa maneira, o *Projeto Minerva* oficialmente entrava no ar, com a apresentação

[115] C.f.: Benjamin (1994, p. 226).
[116] C.f.: Pedro Paulo Gil foi professor de Estudos Sociais e produtor dos programas culturais do *Projeto Minerva*. Gil concedeu entrevista à repórter Lizzie Nassar para o noticiário Repórter Rio, da TV Brasil, que foi exibida em 20/04/2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mz0gtsk0gCs>. Acesso em: 24 mar. 2023.

do programa cultural *Concertos para a Juventude*. À época da estreia, esse programa era gravado e transmitido pelas emissoras de TV, juntamente com as de rádio. A canção *Abra seus olhos* embalava a chamada de abertura do *Projeto Minerva*. A melodia alegre e ritmada era composta por frases e rimas de fácil memorização, isso atrelado à repetição diária fazia com que o *jingle* se perpetuasse no inconsciente coletivo.

> Abra seus olhos é hora de ver.
> Ouvidos atentos é tempo de ouvir.
> Mil descobertas pra gente fazer.
> Caminhos novos pra descobrir.
> Entre e fique na corrente, basta você querer, para vencer.
> Subir na vida. Progredir.
> Seguir em frente realizando seus ideais.
> Abra seus olhos e o seu coração.
> Aqui começa a luz e acaba a escuridão.
> É tempo de aprender e saber mais,
> *Projeto Minerva*! (CANÇÃO DE ABERTURA *PROJETO MINERVA*[117], 1970).

Para Anderson (2008, p. 203), existe um tipo específico de comunidade que apenas a língua na forma de poemas e canções é capaz de sugerir. Como o exemplo dado em sua obra, os hinos nacionais são cantados em ocasiões comemorativas por milhares de pessoas, "há nesse canto uma experiência de simultaneidade", afirma o autor. Assim também acontecia quando o cântico de abertura do *Projeto Minerva* entrava pelas ondas do rádio nos lares, nos radiopostos, nas lojas, nas escolas e em todos os lugares em que houvesse um rádio ligado. "Precisamente nesses momentos, pessoas totalmente desconhecidas entre si pronunciam os mesmos versos seguindo a mesma música. A imagem: o uníssono. Cantar [...] oferece a oportunidade do uníssono, da realização física em eco da comunidade imaginada" (ANDERSON, 2008, p. 203). Era o sentimento de pertencimento ao mesmo propósito que era gerado nos envolvidos.

A letra da canção chamava a atenção para que os participantes pudessem abrir os olhos, ouvidos e corações, sugestionando que até então estivessem fechados e que essas ações/atitudes do indivíduo fossem capazes de promover a aprendizagem. O verso "Aqui começa a luz e acaba a escuridão" relacionava a ausência de luz (a escuridão) à falta do conhecimento. Se a palavra "escuridão" era comparada com "ignorância", podia-se compreender que os saberes e habilidades inerentes da experiência de vida dos adultos não tinham valor diante da canção.

Mais uma vez aos participantes eram colocadas as responsabilidades pela falta da conclusão do ensino de 1º Grau, uma vez a canção incentivar que era somente o sujeito querer para "vencer, subir na vida e progredir". Ou seja, a canção induzia que o poder da transformação

[117] Canção disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u-l8FlFA91A>. Acesso em: 24 mar. 2023.

estava exclusivamente nas mãos dos participantes, a prática individualista era, assim, condicionada e motivada pelo próprio, sem contar com as condições estruturais que não condiziam com a realidade brasileira. Sabia-se que os motivos que levavam os alunos a afastarem-se das escolas e/ou dos cursos eram diversos e diretamente proporcional à falta de estrutura econômica, social e política do país.

A partir da canção de abertura compreendeu-se a abordagem daquilo que poderia fazer sentido para o emocional e para a alma daqueles que estivessem envolvidos, quer fosse pela constituição de objetos de desejos, quer fosse pelas projeções para o futuro. As manhãs de domingo tinham um sentido cultural e de entretenimento. Cinco noites durante a semana somavam conhecimentos ao público participante. Para as tardes de sábado, de acordo com as fontes levantadas, localizamos três diferentes programações: revisão das matérias ministradas no decorrer da semana (*CORREIO BRAZILIENSE*, 14/04/1971, p. 15), transmissão das aulas de Educação Física e Educação Artística (*O FLUMINENSE*, 28/08/1973, p. 2), exibição de programas da série didática sobre música popular brasileira[118] (*JORNAL DO BRASIL*, 03/07/1975, p. 5), este último entre outros programas informativo-culturais.

Consideramos que a partir da canção de abertura, juntamente aos versos "Mil descobertas pra gente fazer. Caminhos novos pra descobrir", a comunidade do *Projeto Minerva* foi estimulada a manter-se como um povo que se movimentava numa mesma direção, durante toda a semana. Muito embora o público participante não se conhecesse, eram convidados a se envolverem emocionalmente, nutrindo um sentimento de pertencimento (ANDERSON, 2008) (HALL, 2006). Já o verso "Entre e fique na corrente, basta você querer, pra vencer", soava como um convite em que, segundo Anderson (2018, p. 204), "as pessoas podem ser 'convidadas a entrar' na comunidade imaginada" [grifos do autor].

Sobremaneira, o lançamento do *Projeto Minerva* não agradou a todas as classes, se levarmos em consideração as críticas tecidas pela seção Editorial do *Jornal do Brasil* de 06 de 1970, no momento em que se posicionou criticamente ao horário obrigatório de transmissão e à qualidade dos programas, sob o título *Educação Modulada*:

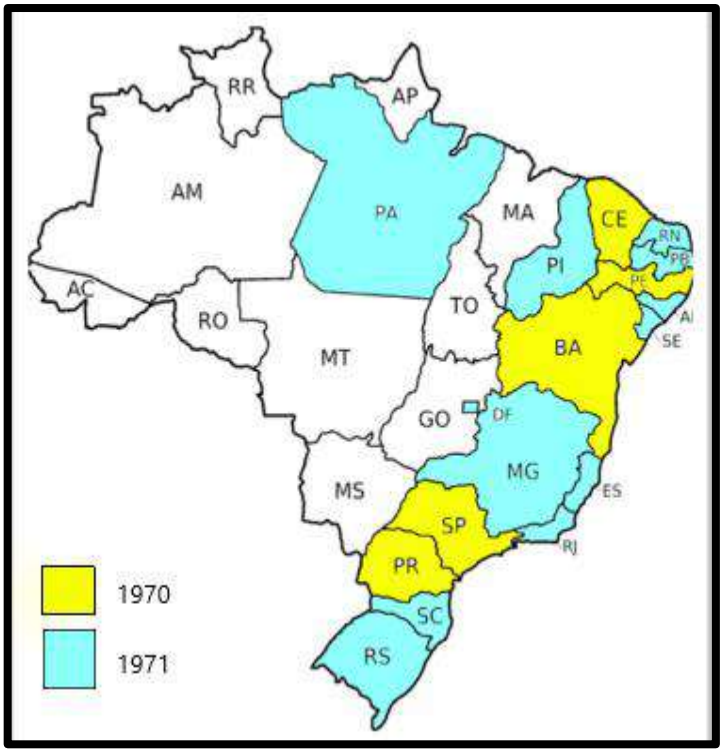
> A qualidade dos programas de educação intensiva realizados pelo MEC deverá subir, a fim de que justifiquem, eventualmente, o sacrifício de um horário tradicionalmente dedicado ao aprimoramento cultural. Assim agindo, o Governo chegará de certo à

[118] A música popular brasileira é o resultado de um conjunto de manifestações culturais de influência indígena, africana e europeia. A modalidade MPB é o gênero musical surgido no Brasil por volta de 1966, na cidade do Rio de Janeiro, como referência à produção nacional desenvolvida a partir de um movimento cultural originado após o golpe militar de 1964, com letras que contestavam a ditadura, porém de forma poética. Na programação cultural do *Projeto Minerva* quando nos referimos à MPB, trata-se do primeiro conceito cunhado.

> plena utilização dos recursos, sem criar às emissoras privadas embaraços no seu intento de modernização (*JORNAL DO BRASIL*, 06/10/1970, p. 6).

O jornal defendia que o programa supletivo com horário fixo e rígido não se tornasse um impeditivo à evolução e modernização das emissoras privadas, que a partir da legislação tiveram que absorver a programação em cadeia nacional. Afinal, conforme as reportagens do (*CORREIO DA MANHÃ*, 02/10/1970, p. 13) e do (*JORNAL DO BRASIL*, 02/10/1970, p. 7), no ano de sua estreia eram em número de 700 as emissoras envolvidas na transmissão, entre públicas e privadas. Em 1970, as rádios que formaram a cadeia nacional estavam localizadas nos estados de São Paulo, Paraná, Pernambuco, Ceará e parte da Bahia. A Figura 6 demonstra a expansão do *Projeto Minerva* por região, nos primeiros anos de transmissão:

Figura 6 – Mapa dos estados que transmitiram o *Projeto Minerva* (1970 e 1971)



Fonte: produzido pela autora com dados em Leobons (1984, p. 66).

Em 1971, outros estados foram acrescidos ao arranjo inicial de transmissão do *Projeto Minerva* e entre eles: Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina[119] e Sergipe

[119] Há divergência de informações em relação às participações dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Norte no horário do *Projeto Minerva*: o Instituto de Planejamento Econômico e Social e o Instituto de Planejamento (IPEA/IPLAN) considerou que os convênios pré-existentes desses estados com a Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM) continuaram a valer e, por causa isso, não houve crédito de suas programações ao horário obrigatório do *Projeto Minerva* (1976, p. 129).

(LEOBONS, 1984, p. 66). Notou-se o movimento de difusão do *Projeto Minerva* a partir das regiões Sul, Sudeste e Nordeste em direção às regiões Norte e Centro-Oeste[120]. Segundo a pesquisa do IPEA/IPLAN (1976, p. 129), duas emissoras da Bahia optaram e foram autorizadas a continuar a transmissão dos programas do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) durante o horário em cadeia nacional do *Projeto Minerva*. Outra peculiaridade ocorreu na Região Norte, já que, até o ano de 1971, apenas o Pará mantinha transmissão dos programas, segundo Leobons (1984, p. 66)[121]. Pode-se perceber os cursos ministrados na Fase I (1970-1972) do *Projeto*, conforme está apresentado no Quadro 4, com o foco no alcance de pessoas que careciam da completude dos ensinos primário e ginásio:

Quadro 4 – Cursos transmitidos no *Projeto Minerva – Fase I* (1970/1972)

Curso / Entidade produtora	**Quantidade de aulas / Carga horária total**	**Quantitativo de emissoras**	**Período de transmissão**	**Localidade**	**Participantes recepção organizada (RO) + recepção controlada(RC)**
***Madureza Ginasial* (FEPLAM)**	390 aulas X 30 min. = 195 horas	184, sendo 4 geradoras	11/1970 a 11/1971	Santa Catarina Rio Grande do Sul	8.912 (RO) Total: 8.912
***Trinta min. Importantes /Introdução ao Primário Dinâmico* (FPA)**	73 aulas X 30 min. = 35 horas e meia	114, sendo 5 geradoras	11/1970 a 04/1971	Goiás Minas Gerais Distrito Federal	1.300 (RC) + 2.350 (RC) Total: 3.650
***Madureza Ginasial* (FPA)**	500 aulas X 15 min. = 125 horas	646, sendo 13 geradoras	11/1970 a 11/1971	Guanabara Paraná São Paulo Ceará Pernambuco Bahia	15.546 (RO) + 1.033 (RC) Total: 16.579
		780, sendo 32 geradoras	03/1971 a 01/1972	Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Guanabara Minas Gerais Paraíba, Paraná Pernambuco, Piauí,	37.562 (RO) + 3.819 (RC) Total: 41.381

[120] C.f. sobre a divisão territorial brasileira em 1970, conferir o Mapa nº 10 (2002, p. 27). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/divisaoterritorialbrasileira_ibge.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023. O país era constituído por 22 Estados-membros, 4 Territórios (Amapá, Roraima, Rondônia e Fernando de Noronha) e o Distrito Federal (Brasília).

[121] As fontes não esmiuçaram a respeito de cada estados e suas transmissões radiofônicas do *Projeto Minerva*.

					Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte Rio Grande do Sul Santa Catarina São Paulo, Sergipe	
***Curso Primário Dinâmico /Supletivo Dinâmico* (FPA + SRE/*Projeto Minerva*)**	360 aulas X 15 min. = 114 horas	1ª turma	14, sendo 1 geradora	Ano 71 ao Ano 72	Pará	8.123 (RO) Total: 8.123
		2ª turma	7, sendo 6 geradoras	Ano 71 ao Ano 72	Acre, Pará Rondônia Roraima São Paulo	13.880 (RO) + 98 (RC) Total: 13.978
		3ª turma	10, sendo 6 geradoras	08/1972 a 05/1973	Acre, Pará Rondônia Roraima	3.010 (RO) + 156 (RC) Total: 3.166
Total geral de participantes (1970-1972)						95.789

Fonte: produzido pela autora com dados (MEC/SRE/*PROJETO MINERVA*/ANÁLISE DAS ATIVIDADES, 1972 *apud* LEOBONS, 1984, p. 65-67)[122].

A variação da programação por região era compreendida por Leobons (1984, p. 60-61) como uma alternativa de custo mais baixo, em que ela considerava a utilização dos cursos preexistentes como cumprimento da normatização supletiva, sem prejuízos à população. O *Projeto Minerva* valeu-se de programas, estrutura e *know how*[123] de fundações educativas que já trabalhavam com ensino supletivo pelo rádio e TV, entre os anos de 1970 a 1972. São elas: Fundação Padre Anchieta (FPA/SP)[124] e a Fundação Padre Landell de Moura (FEPLAM/RS)[125] (PIMENTEL, 2009, p. 70) (LEOBONS, 1984, p. 60). Ambas as fundações foram criadas com fins educativos em 1967. Os cursos, em sua maioria, eram voltados ao primeiro ciclo do 1º Grau (1ª a 4ª série) e incluíam a utilização de gravações radiofônicas, juntamente com o uso de material didático impresso, para o acompanhamento das aulas. Na primeira fase, os cursos de maior carga horária foram: *Madureza Ginasial* (FEPLAM/RS), *Madureza Ginasial* (FPA/SP) e o *Curso Primário Dinâmico/Supletivo Dinâmico* (FPA + SRE/*Projeto Minerva*), sob a carga

[122] Os documentos oficiais do MEC com os nomes dos cursos ministrados no *Projeto Minerva – Fase I* (1970-1972) não foram localizados. As fontes primárias (jornais) e secundárias nos deram pistas acerca das nomeações dos cursos, coincidindo as informações.

[123] *Now how* é um termo em inglês que significa, literalmente, "saber como". No nosso caso, *know-how* é o conjunto de conhecimentos práticos adquiridos, diretamente relacionado com experiência, inovação, habilidade e eficiência na execução de determinado serviço.

[124] A FPA foi responsável pela TV Cultura desde sua criação em 1968. A Fundação mantém-se em atividade até os dias atuais. Disponível em: <https://fpa.com.br/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

[125] FEPLAM. Disponível em: <https://1library.org/article/feplam-funda%C3%A7%C3%A3o-educacional-padre-landell-de-moura.qmo2ee7y>. Acesso em: 25 mar. 2023.

horária de 195h, 125h e 114h, respectivamente. O curso *Trinta Minutos Importantes/Introdução ao Primário Dinâmico* (FPA) era ministrado em 35h.

Em relação à utilização dos programas regionais em cadeia nacional, Leobons (1984, p. 65-67) tece críticas, uma vez os cursos terem sido produzidos por fundações dos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. A autora compreende que o *Curso Primário Dinâmico* encerrou a Fase I do *Projeto Minerva*, sendo substituído, gradativamente, pelo *Curso Supletivo Dinâmico*, o qual teve a coprodução do SRE/MEC (p. 63), havendo, assim, a transição entre as duas fases do *Projeto Minerva*. Conforme demonstrado na tabela anterior, segundo a autora, o total de participantes inscritos do *Projeto Minerva – Fase I* girou em torno de 95.789, compreendendo o intervalo de dois anos.

O Ministro da Educação afirmou que o problema do analfabetismo no Brasil estaria resolvido ainda na década 1970, além de acrescentar que "de outubro de 1969 até agora [1971] já estão registrados cinco milhões e quinhentos mil alunos dentro do *Projeto Minerva*, e até o final do ano deverão estar alfabetizados 1,5 milhões de pessoas" (*O FLUMINENSE*, 29/06/1971, p. 6). Não foram encontradas evidências quanto ao montante de mais de um milhão de pessoas registradas no *Projeto Minerva* e, ainda por cima, com o curso concluído. Mais controversa se tornava a matéria do jornal, ao considerar que as atividades do *Projeto Minerva* haviam sido iniciadas desde outubro de 1969, o que na realidade só aconteceria um ano após[126].

Outrossim, os dados que foram anunciados pelo *Jornal do Commercio* (16/05/1972, p. 3) também apresentavam discrepâncias se comparados com os mencionados acima: "Em seu primeiro ano, o *Projeto Minerva* ministrou quatro cursos e sete séries de programas informativos-culturais, atendendo a 174 mil alunos, nas regiões Nordeste, Leste, Oeste e sul do País". A reportagem anunciava que o *Projeto Minerva* contava "[...] com 600 mil alunos cadastrados em seus radiopostos, em todo território brasileiro, não sendo computadas as pessoas que acompanham os cursos transmitidos pelo rádio em suas residências" (*JORNAL DO COMMERCIO*, 16/05/1972, p. 3).

As datas de início e fim dos lançamentos do *Curso Supletivo Dinâmico*[127] apresentadas por Leobons (1984) e demonstradas no Apêndice 3, tiveram seus intervalos entre maio de 1972 e fevereiro de 1973; e entre junho de 1973 e março de 1974. Ao considerar que a Fase I do *Projeto Minerva* tenha seguido até o ano de 1972, em média, entende-se que houve flexibilidade na condução dos cursos que seguiram sendo transmitidos no horário do *Projeto Minerva*, uma

[126] Os dados noticiados pelo jornal (*O FLUMINENSE*, 29/06/1971, p. 6) não coincidiram com as informações encontradas nos documentos e nas fontes históricas visitadas.
[127] C.f.: *Curso Supletivo Dinâmico* no Apêndice 3.

vez ter sido a partir de 1973 que o *Curso Supletivo do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC) foi ao ar.

Apesar do Brasil proclamar-se, oficialmente, um país laico, o horário do *Projeto Minerva* serviu para alimentar a fé dos cristãos católicos. No mês de janeiro de 1973, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho concedeu o uso do horário obrigatório dos programas educativos para manifestação religiosa, como pode ser observado no *Jornal do Brasil*:

> [...] Cada ano mais reverenciado pelos fiéis, o Senhor do Bonfim conseguiu em 1973 mais um adepto: o Ministro Jarbas Passarinho, que em carta ao juiz da Devoção do Senhor do Bonfim autorizou a transmissão pelas emissoras de rádio, no horário do *Projeto Minerva*, da tradicional novena que antecede a grande festa de domingo, 'a que me associo em espírito e coração, formulando votos pelo seu sucesso' [grifos do autor] (*JORNAL DO BRASIL*, 11/01/1973, p. 10).

O país reunido em uma ação, em cadeia nacional, em nome da devoção do Ministro Passarinho pelo Senhor do Bonfim, pareceu-nos um acontecimento inusitado. O estímulo da fé dos fiéis, na perspectiva de Anderson (2008), reforçava a condição de uma comunidade imaginada. Entendemos que esse gesto ficou mais em destaque por causa do aval concedido pelo Ministro ao uso do horário obrigatório do *Projeto Minerva* pela Igreja Católica, sem o evento ter nenhuma relação com a programação educativa-cultural. A representação do rádio como veículo de interação cultural na sociedade era observada pela prática do *Projeto Minerva* e, também, ratificado pela imprensa, a exemplo da ocasião em que o Ministro Jarbas Passarinho e sua equipe utilizaram-se do horário do *Projeto Minerva* para marcar o primeiro ano de sua existência.

No domingo, dia 04 de outubro de 1971, o Ministro da Educação decidiu fazer um pronunciamento sobre o balancete geral do que havia sido o *Projeto Minerva* naqueles 12 meses, o qual foi noticiado no dia seguinte pela imprensa. A intenção do Ministro foi prestar contas, somado à conversação com o público, desde as dificuldades iniciais até chegar à "vitória final" (*JORNAL DO BRASIL*, 04/10/1971, p. 14). A reportagem também abordou a compra de 500 aparelhos de rádio, os quais foram distribuídos aos estados envolvidos, bem como a aquisição e distribuição de grande volume de apostilas e de gravação de radioaulas, dizia a publicação.

Ainda na reportagem do primeiro aniversário do *Projeto Minerva*, o *Jornal do Brasil* de abril de 1971 noticiava o discurso pronunciado pelo Ministro Jarbas Passarinho em cadeia nacional: "Com esta ajuda o *Projeto* pode enviar seus técnicos para cursos de aperfeiçoamento no exterior, ao mesmo tempo em que recebia especialistas no Brasil, principalmente da

Alemanha, país que maior assistência técnica vem oferecendo" (1971, p. 14). A ajuda referia-se ao investimento financeiro, a respeito do custo de Cr$ 8,00 (oito cruzeiros) por participante. Segundo a matéria, este valor estava dentro do orçamento geral do MEC, uma vez o quantitativo monetário para o primeiro semestre do *Projeto Minerva* ter sido favorável da ordem de Cr$ 280 mil (duzentos e oitenta mil cruzeiros) (*JORNAL DO BRASIL*, 04/10/1971, p. 14).

Sobre os custos por participante no *Projeto Minerva*, dessa vez no ano de 1973, o *Jornal do Brasil* (25/08/1973, p. 17) noticiou a entrevista do diretor do SRE/MEC, Avelino Henrique dos Santos, quando levou a público que, pelos cálculos do órgão, cada aluno durante o curso custaria ao MEC o valor de Cr$ 193,00 (cento e noventa e três cruzeiros). Esse valor incluía os gastos com a distribuição gratuita dos fascículos, que eram utilizados por um mês cada. Segundo o impresso, as aulas se limitavam à preparação dos participantes, já que desenvolviam as habilidades de audição, base de todo o curso.

A estrutura nacional de transmissão e distribuição do sinal da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), juntamente à estrutura física dos radiopostos, permitia que outros cursos pudessem ser aplicados no horário do *Projeto Minerva*, a exemplo do curso de formação continuada para professores leigos, que eram aqueles que atuavam sem a formação pedagógica/acadêmica necessária. Esta demanda se formara em função do elevado quantitativo de alunos adultos que necessitavam de escolarização na década de 1970, abrindo precedente para que professores das classes infantis fossem treinados para atuar também nas supletivas.

O curso intitulado *Capacitação ao Magistério Leigo/Capacitação ao Ginasial* (FEPLAM) teve como finalidade rever os conceitos básicos do antigo curso primário, servindo de preparação ao *Madureza Ginasial* (LEOBONS, 1984, p. 64). O público alvo eram os inscritos à conclusão do 1º Grau, juntamente aos professores leigos. O curso era composto por 100 aulas de 30 minutos, com 50 horas de carga horária total, sendo veiculado inicialmente de 6h às 6h30min e, posteriormente, de 20h às 20h30min. Os participantes tinham ao seu dispor dois tipos de recepção, a organizada e a controlada, porém, sem observância da monitoria. Segue o Quadro 5, com as disciplinas distribuídas por região:

Quadro 5 – *Curso Capacitação ao Magistério Leigo/Capacitação ao Ginasial*

Disciplinas	**Quantidade de aulas**	**Lançamentos**		
		1º: 11/1970 a 04/1971	2º: 09/1971 a 01/1972	3º: 05 a 10/1972
Português	30	Localidades: cidades no interior do Nordeste, Alagoas, Bahia,	Localidades: Alagoas Bahia Ceará Paraíba	Localidade: Acre
Matemática	30			
História	15			
Geografia	15			
Ciências	10			

Total de aulas	100	Ceará e Pernambuco	Pernambuco	
Quantitativo de emissoras transmissoras		59 emissoras comerciais, sendo 8 geradoras	237 emissoras comerciais, sendo 8 geradoras	Duas emissoras geradoras
Quantitativo de participantes pela recepção organizada		3.448	5.121	1.208
Quantitativo de participantes pela recepção controlada		Não houve contagem	1.050	Não houve contagem
Total de participantes		Inconclusivo	6.171	Inconclusivo

Fonte: produzido pela autora com dados em Leobons (1984, p. 64)[128].

Conjuntamente oferecido no horário do *Projeto Minerva*, o *Curso de Treinamento de Alfabetizadores pelo Rádio*[129] (MOBRAL/MEC/*PROJETO MINERVA*, 1972) teve sua divulgação realizada pela imprensa que informava sobre o início do primeiro treinamento de alfabetizadores do Mobral em combinação com o *Projeto Minerva* em cadeia radiofônica da Agência Nacional (*JORNAL DO BRASIL*, 27/07/1972, p. 3). A Figura 7 apresenta o material didático utilizado para o treinamento, como se fosse um manual:

Figura 7 – Treinamento do Mobral (1972)

Transcrição da legenda situada abaixo da imagem:

"MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – MOBRAL
GERÊNCIA PEDAGÓGICA – GEPED
MOBRAL / PROJETO MINERVA"

Fonte: acervo da BN.

[128] Os documentos originais do *Curso Capacitação ao Magistério Leigo/Capacitação ao Ginasial* não foram localizados.

[129] O exemplar pesquisado do manual do *Curso de Treinamento de Alfabetizadores pelo Rádio* (1972), ministrado pela equipe do *Projeto Minerva* em 1972 aos alfabetizadores do MOBRAL (1967-1985), foi localizado no acervo da Biblioteca Nacional. Pela *web* foi identificado o arquivo original do texto do manual, antes que ele tivesse sido editado e impresso, conservando, com isso, o mesmo conteúdo. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites /forumeja.org.br/files/7-curso-de-treinamento-de-alfabetizadores.pdf >. Acesso em: 24 mar. 2023.

Este treinamento para os alfabetizadores do Mobral significou a primeira experiência nesse sentido e, para isso, seriam utilizados 5.300 monitores que orientariam as aulas dos radiopostos a 100 mil alfabetizadores (*JORNAL DO COMMERCIO*, 15/07/1972, p. 3). Os jornais reportam-nos as representações que o Mobral e o *Projeto Minerva* estabeleceram para o MEC, conforme uma proposta com tom inovador. A divulgação como sendo o primeiro treinamento e a primeira experiência desse gênero, envolvendo uma grande quantidade de monitores participantes, estabelecia o elemento "sucesso" como grande motivador.

> No período de 1970 a 1972, o MOBRAL Central preparou, em todo o País, 785 alfabetizadores, mediante treinamento direto e, por efeito de multiplicação, atingiu um total de 43.829 outros alfabetizadores. Para sustentar a expansão dos cursos, o treinamento passou a ser feito por via radiofônica, obedecendo, numa 1ª fase, ao treinamento em técnicas de supervisão (58 supervisores estaduais). Numa 2ª fase, o treinamento compreendeu o conteúdo dos cursos de alfabetização para 14 técnicos do Mobral Central e mais aqueles supervisores da 1ª fase, que, por efeito multiplicador, proporcionaram treinamento direto a cerca de 5.300 monitores. Numa 3ª fase, entre 31 de julho e 12 de agosto de 1972, com recepção organizada em cerca de 5.300 radiopostos, em convênio com o *Projeto Minerva*, o Mobral treinou 100.000 novos alfabetizadores (RELATÓRIO MEC/CONFINTEA, 1973, p. 74-75).

A aliança entre o SRE/MEC/*Projeto Minerva* e o Mobral, ambos como veículos de difusão representativa do poder do Estado, tornou-se um elo para apropriação por parte dos leitores do jornal e de participantes do Mobral e do *Projeto Minerv*a, de credibilidade e grandiosidade do programa. A capacitação abarcou os monitores que já atuavam como alfabetizadores de adultos no Mobral e os candidatos à função. O material didático, que se parecia com um manual de instruções, foi constituído com 12 aulas, num total de 67 páginas. Precedendo a 1ª aula propriamente dita, a lição *Etapas a serem desenvolvidas numa aula no radioposto*, com o objetivo de direcionar o comportamento adequado dos cursistas nos três momentos do encontro: anteriormente, durante e posteriormente às transmissões do rádio, entre às 20h e 20h30m.

Fazia parte das instruções descritas no manual, a preparação do radioposto com as cadeiras arrumadas em semicírculo, de acordo com que todos pudessem visualizar o rádio. Outra determinação a ser seguida durante a transmissão era não haver conversas entre os participantes e nenhuma pergunta. Entende-se que este comportamento requerido encabulava qualquer iniciativa de formar vínculo entre os participantes ou de trocar opiniões. O manual se apresentava como um material que defendia o comportamento rígido, com regras a serem seguidas e sem diálogo, de forma geral. As instruções do manual reforçavam que ao término da

aula radiofônica, as dúvidas poderiam ser sanadas e as atividades sugeridas no material didático dos cursos teriam que ser executadas pelos participantes.

A 1ª Aula do *Curso de Treinamento de Alfabetizadores pelo Rádio* consistia em demonstrar a cada alfabetizador que o seu papel não se reduzia a ensinar a ler, escrever e contar, mas se estendia a fazer com que os alunos aprendessem a tirar vantagens do que haveria de ser ensinado e das novas possibilidades que essa aprendizagem lhes proporcionaria. Levar os alunos do Mobral a compreenderem que faziam parte de uma comunidade menor, a família, e que suas relações se alargavam com outras comunidades, em relação com a outra, assim ensinava-se a criar:

> [...] novos hábitos de trabalho, modificando-lhes atitudes, desenvolvendo sua criatividade, melhorando-lhes a vida, tornando-os participantes da comunidade que vivem. [...] cada professor do Mobral deve ser capaz de fazer seus alunos crescerem, pois é na medida do crescimento pessoal que as comunidades terão possibilidades de crescer. [...] o bairro onde ele mora é comunidade, o município é uma comunidade maior. Maior ainda é o Estado e o País. [...] Cada aluno do Mobral precisa entender que ele faz parte de uma comunidade, que é parte de uma comunidade. Por isso é importante que ele conheça a sua comunidade integrando-se em sua problemática e tentando encontrar soluções adequadas para todos os seus problemas (MANUAL DOS ALFABETIZADORES, MOBRAL/*PROJETO MINERVA*, 1972, p. 5).

Por meio da lição, os alfabetizadores recebiam a responsabilidade de fazer com que os participantes crescessem e se esforçassem a encontrar soluções adequadas a "todos os seus problemas", a partir da compreensão que faziam parte de uma comunidade menor que integrava uma outra comunidade maior, e assim por diante. Não havia nenhuma garantia de que os alfabetizadores guardassem e aplicassem esse princípio em suas vidas práticas, o que poderia dificultar a sua própria compreensão ao ensinamento. Não parecia ser tarefa fácil participar de treinamento a distância, sem contar as dificuldades e limitações pessoais que pudessem existir. A ausência de experiência prévia na prática de alfabetizar se transformava em outro agravante na labuta de aprender, pelo rádio, a ensinar a ler, escrever e a contar.

A quantidade dos monitores que passaram por este treinamento foi divulgada pelo *Jornal do Brasil* em dois momentos distintos: na primeira vez o periódico noticiou terem sido 108 mil os alfabetizadores participantes (12/08/1972, p. 5); e o ano seguinte 90.500 (01/03/1973, p. 17). Como observa-se, houve uma diferença sobre o total de participantes de pelo menos 18 mil monitores de um ano para o outro. A reportagem de página inteira, assinada por Mário Henrique Simonsen[130], presidente do Mobral (1969-1974), declarou que o importante

[130] Mário Henrique Simonsen (1935-1997), engenheiro, economista, professor e banqueiro, passou por três governos militares. No governo do Gal. Médici (1969-1974) exerceu a presidência do Mobral. Assumiu como

para a educação no interior do país seria suprir a carência de alfabetizadores, independentemente da preparação:

> [...] Quem conhece as condições do nosso interior há de compreender que seria impossível esperar que todos eles [alfabetizadores] dispusessem do preparo ideal. O que importa notar é que, pior que ter uma professora leiga é não ter nenhuma professora. É que o Mobral, atento ao problema, desenvolveu em meados do ano passado, em colaboração com o *Projeto Minerva*, um programa de amplo treinamento pelo rádio, com recepção organizada, e no qual foram treinados [grifos nossos] (*JORNAL DO BRASIL*, 01/03/1973, p. 17).

A falta de preparo para a atuação dos educadores no interior do país e, de certo modo, nas cidades, já vinha de longas datas; haja vista a solução para a educação dos adultos recair sobre a educação a distância pelo rádio, e pela contratação de monitores para cursos supletivos, incluindo o *Projeto Minerva* e o Mobral. A forma de pensar e de argumentar do Presidente do Mobral investia no convencimento de que qualquer pessoa conseguiria alfabetizar, independentemente de ter ou não formação pedagógica ou *now how*, frente ao grupo de analfabetos.

Pela nossa compreensão, o esperado para desenvolver o aprendizado junto aos analfabetos seria a atuação de professores com formação pedagógica e, de preferência, com experiência no ensino supletivo. Se fosse tão simples dar treinamento rápido a uma pessoa leiga para que esta conseguisse ensinar a outrem, o país já poderia ter reduzido seu percentual de analfabetismo em alguma medida. Leva-se em conta que a mentalidade em relação à seleção/preparação dos monitores que atuavam nos radiopostos do *Projeto Minerva* também girasse em torno da mesma forma de pensar do Programa Mobral. Afinal, a falta de professores para cobrir toda a extensão do país era fato recorrente.

2.3 Radiopostos e monitores: pilares do ensino supletivo pelo rádio

O quadro de pessoal vinculado diretamente ao *Projeto Minerva*, em dezembro de 1971, segundo o IPEA/IPLAN (1976, p. 136), contava com 58 empregados, sendo 1 gerente, 2 orientadores pedagógicos, 2 técnicos em educação, 19 atuantes na área de produção, 21 na recepção organizada (entre supervisores regionais e coordenadores estaduais) e 13 nas funções administrativas, além dos monitores que não tiveram o seu quantitativo informado. Conforme

---

Ministro da Fazenda no período de 16 de março de 1974 a 15 de março de 1979, no comando do Gal. Geisel. Em 1979, após a segunda crise do petróleo, ele assumiu o Ministério do Planejamento, já no governo do Gal. Figueiredo.

o *Projeto Minerva* foi avançando na instalação de radiopostos para além das cidades e estados iniciais, a equipe foi sendo expandida. Pimentel (1999, p. 64-65) afirma que havia no *Projeto Minerva* quatro coordenações, sendo a de Planejamento, Atividades Educacionais, Comunicação e Administração, que se dividiam em setores responsáveis por atividades específicas.

Em referência à presença de monitores no *Projeto Minerva*, na compreensão de Almeida (1974, p. 147), nem sempre os radiopostos foram munidos com monitores e, quando existiam, eram escolhidos muitas vezes entre os próprios participantes da sala do radioposto, formada por grupos de 30 a 50 pessoas. Entretanto, alguns autores (PINTO, 2013), (SANTOS, 2015) reportaram a existência de grupos menores e a presença de professores que atuavam como monitores. Segundo Almeida (1974, p. 147), apesar dos radiopostos terem sido uma constante em todo o período de existência do *Projeto Minerva*, os monitores não o foram. Para o autor, na Fase I (1970-1972) não houve o acompanhamento de monitores nos radiopostos.

Contrariamente à percepção de Almeida (1974), registros localizados em jornais indicavam a presença de monitores, além de treinamentos para os mesmos. Uma dessas ocasiões foi percebida na seção *Avisos e Editais*, do jornal *O Fluminense* (1973), sob o título *Minerva prepara monitores para supletivo de 1° grau*. O veículo de comunicação anunciava que o curso aconteceria em São Paulo com o objetivo de atender, num primeiro momento, 30 supervisores e, posteriormente, outros pares desse grupo, além de monitores.

> Com a duração de uma semana, o Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC, em colaboração com o Departamento de Ensino Supletivo do MEC, Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal e Formação Profissional e Secretaria de Educação do Estado, deu início, em São Paulo, ao curso de treinamento de 30 supervisores do *Projeto Minerva*, que orientarão as aulas do curso supletivo de 1º grau, a terem início a partir da primeira quinzena de maio. Segundo a Coordenação do Projeto, esse treinamento possibilitará que, em uma segunda fase, sejam preparados mais de 1.300 supervisores e 13.500 monitores. Os monitores treinados pelo *Projeto Minerva* atenderão, em radiopostos, cerca de 400 mil alunos do ensino supletivo, em 14 Estados e 2 Territórios, sendo que São Paulo reunirá maior contingente, ou seja, 220.000 alunos [...] tendo o apoio técnico do CENAFOR[131]onde se realizará o curso (*O FLUMINENSE*, 05/04/1973, p. 12).

Semelhantemente ocorreram treinamentos com os supervisores, coordenadores municipais e monitores ao longo de toda a década de 1970. Embora existissem capacitações recorrentes ao longo dos anos realizadas pelo SRE/MEC, esse órgão, entre outros, ainda não haviam chegado à conclusão do tipo ideal de treinamento a ser aplicado eficazmente para os

[131] CENAFOR: Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional.

profissionais do *Projeto Minerva* (MEC/GRUPO ESPECIAL, 1978). Além da deficiência nos treinamentos, outro agravante era apontado pela imprensa:

> [...] a equipe do *Projeto Minerva* considera a supervisão realizada pela rede estadual deficiente, mas não se esquecem de que o próprio *Projeto Minerva* também não tem condições de realizar as cinco visitas por curso (período de 14 meses) previstas em cada estado. A dois meses do final do 4º lançamento de curso de primeiro grau, segunda fase (antigo ginásio) os estados receberam apenas duas visitas neste período. A causa? Falta de verbas (*JORNAL DO BRASIL*, 28/10/1979, p. 9).

A falta de verba impedia o pleno trabalho de supervisão das atividades pelo território nacional, noticiava o impresso. Outro problema dizia respeito à baixa remuneração dos monitores, o que implicava na sua rotatividade e, em alguns municípios, prejudicava o sentido de continuidade nos grupos. Isso era parcialmente explicado pelos reduzidos salários oferecidos, juntamente à qualidade duvidável da supervisão. Foi detectado maior apoio aos núcleos centrais dos municípios em detrimento aos mais distantes; e percebidos problemas de relacionamento pessoal influenciando as funções básicas da recepção como informar, recrutar, motivar e avaliar (IPEA/IPLAN, 1976, p. 153).

A reportagem *Custo e Aproveitamento* indicava uma das prováveis motivações para o monitor ser a peça chave para alavancar o *Projeto Minerva*, era a mão de obra barata[132] (*JORNAL DO BRASIL*, 05/10/1975, p. 27). Um dos motivos para que os monitores passassem por treinamento era para que se mantivessem na função e aqueles que entrassem, recebessem a mesma instrução dos já atuantes. No período, a solicitação do Programa Nacional de Teleducação (Prontel) às secretarias de educação dos estados foi de que criassem, dentro de suas estruturas administrativas, núcleos de tecnologias educacionais, que englobassem "atividades de educação através do rádio (*Projeto Minerva*) e da televisão (programação de TV educativa)" (*JORNAL DO BRASIL*, 28/01/75, p. 10).

O jornal declarou que essa medida dita como integradora deveria "eliminar o problema de falta de engajamento dos Estados no *Projeto Minerva*, por enquanto encarado como 'uma iniciativa do Governo Federal colocada dentro do Estado, sem participação adequada das Secretarias de Educação'" [grifos do autor] (*JORNAL DO BRASIL*, 28/01/75, p. 10). Segundo o jornal, a coordenadora executiva do *Projeto Minerva*, professora Maria Eugênia Dias de Oliveira, declarava que dentro do novo formato, os departamentos de ensino supletivo dos estados poderiam utilizar os veículos como complementação às atividades. Esperava-se que

[132] Sobre os valores pagos aos monitores discutiremos adiante.

esses departamentos atuassem baseados no trabalho desenvolvido pelo Departamento de Ensino Supletivo (DSU), do MEC.

Esse conjunto de fatos denunciava a falta de profissionalismo que acometeu a ocupação da função do monitor no *Projeto Minerva*, que também poderia vir a sofrer falta de reconhecimento, uma vez que o cargo efetivo de professor por formação era preenchido pelo autor do fascículo. A partir desse ponto, a equipe de produção de rádio transformava os conteúdos didáticos em aulas radiofônicas e, dessa maneira, nem os monitores e nem os ouvintes mantinham contato com o professor-autor. Com base em entrevista concedida pela monitora de nome Souza (2004), o locutor de rádio que era reconhecido como professor: "Quando o professor terminava, que era um locutor e uma locutora" (SOUZA 02/12/2004 *apud* SANTOS, 2016, p. 108). Corrobora com a percepção da monitora Souza, a coordenadora do *Projeto Minerva,* Marlene Blois (2011), ao relatar que o participante não reconhecia o monitor como seu professor, mas sim o locutor das radioaulas como a figura do professor (BLOIS, 2011 *apud* PINTO, 2013, p. 9).

Pode-se concluir, então, que a figura do professor para os participantes não era preenchida integralmente: os locutores eram profissionais do rádio que apenas liam e interpretavam os *scripts*; os monitores não tinham formação docente, em geral. Segundo Pinto e Garnica (2014, p. 160), o monitor na recepção organizada ou era um professor ou uma pessoa com maior formação na localidade em que o radioposto era instalado. Entre a equipe interna do rádio que exerceu papel ou função no *Projeto Minerva* estiveram o organizador, Idelfonso da Silveira Brum, e a produtora, apresentadora de programas educativos e culturais, e a primeira coordenadora, Helena Theodoro (THEODORO, 2007, p. 153).

Segundo Marlene Blois (2007), citada por Milanez (2007, p. 143), compunha a equipe do rádio um grupo de professoras chamadas de "educomunicadoras", além de "um grupo de redatores, atores e locutores, diretores de estúdio, sonoplastas e operadores que encararam o desafio com seriedade e criatividade". Mantinham encontros diários nas dependências da Rádio MEC, a equipe do *Projeto Minerva* formada por supervisores, coordenadores e por profissionais em geral (PINTO, 2013, p. 5), além dos dubladores das radioaulas. A Figura 8 demonstra o ambiente da sede da Rádio MEC/RJ, com o *close* durante uma reunião da equipe do *Projeto Minerva*. São eles, da esquerda para direita: Marlene Blois, Maricéa Drumond da Silveira, Yeda Brandão, Benirah Azen, Ivone Vieira, Lourdes Favila, Solange Leobons e o psicólogo José Cavalieri, consultor do projeto" (MILANEZ, 2007, p. 153).

Figura 8 – Reunião da equipe do *Projeto Minerva*

Fonte: Milanez (2007, p. 153).

No período da coordenação de Marlene Blois no *Projeto Minerva*, Maricéa Drumond da Silveira exerceu cargo de chefia na área de Educação e Ondas Curtas da Rádio MEC. Em seu depoimento para Milanez (2007, p. 143), Silveira transmitia seu gosto e envolvimento com a equipe e traduzia a resposta recebida do público-alvo:

> Foi uma época áurea na Educação, com valorização do trabalho que se fazia, respeito às pessoas envolvidas, que se dedicavam cada vez mais porque acreditavam na educação a distância e porque os resultados obtidos provaram que não eram em vão os nossos esforços. (...) Visitamos radiopostos situados em regiões onde nem luz elétrica havia, mas os alunos não esmoreciam, levavam velas, não faltavam. (...) Havia, ainda, naquela época, reciclagem para a equipe central, ou melhor, para nós da Rádio MEC, para que pudéssemos estar sempre atualizadas (...). O *Projeto Minerva* foi avaliado pela UnB e seu êxito reconhecido (SILVEIRA, 2007 *apud* MILANEZ, 2007, p. 153).

Silveira (2007) demonstra seu contentamento pelo que ela presenciou e experimentou ao longo do trabalho. Nesse sentido, a representação (CHARTIER, 1990) do *Projeto Minerva* na visão de quem o comandava era extremamente otimista, baseado no sentimento apreendido por Silveira quando externalizou a "valorização do trabalho que se fazia, respeito às pessoas envolvidas" (SILVEIRA, 2007 apud MILANEZ, 2007, p. 153). Mediante a opinião expressa por Silveira (2007), era como se todos os obstáculos não fossem impeditivos, mas sim superáveis, apesar da falta de infraestrutura nos radiopostos relatada na mesma reportagem.

O investimento na produção dos programas em contrapartida à toda falta de incentivo por parte do Estado em construir prédios escolares e lançar editais de concursos para professores ingressantes, faz entender que esse movimento não era exclusivo do período da ditadura militar, mas era uma teoria lançada internacionalmente, contrária à escolarização. Tal fato foi constatado na ocasião em que o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho (1969-1974), representou o Brasil na 34ª Sessão da III Conferência Internacional de Educação (CONFINTEA) (1973), promovida pela UNESCO, em Genebra/Suíça.

A matéria do jornal *O Estado de São Paulo*[133] de 04 de outubro de 1973, sob o título *Passarinho conta o que o Brasil disse em Genebra*, publicizou a entrevista do Ministro a respeito do debate o qual ele havia participado acerca do seu repúdio, juntamente com representantes de outros países, ao tratar sobre o tema: *Tese de desescolarização*. A Tese defendida pelos teóricos Ivan Illich[134] (1926-2002), da Áustria, e John Holt (1923-1985), dos EUA, incentivava que se "desescolarizasse" a sociedade e que, para isso, a aplicação de recursos públicos, com vistas à escolarização, fosse evitada, entre outros pressupostos. Ivan Illich defendia que fossem alteradas as Constituições dos países com o objetivo de proibir o estabelecimento de educação como um princípio legal. De acordo com Jarbas Passarinho, todos os presentes foram contrários à Tese, exceto a autoridade da Suíça.

De acordo com a notícia do impresso, o Ministro explicou em entrevista que a Tese não propunha o fim da escola formal, mas a educação por outros meios, "conforme já vinha sendo exercido no Brasil por meio do *Projeto Minerva* através de radiopostos" e não constituía, em sua opinião, "uma desescolarização" (*O ESTADO DE SÃO PAULO*, 1973). A teoria levava a cabo o processo de desinstalação da instituição escolar como responsável pela aprendizagem dos indivíduos, tendo em vista que Illich (1973, p. 37) considerava que a maioria das pessoas adquiria grande parte de seus conhecimentos fora da escola. Ao atentar sobre o processo escolar pelo qual o Brasil passava com a promulgação da Lei nº 5.692/71, que estendia o tempo escolar obrigatório de 4 para 8 anos, era notável a forma contrária que as autoridades conduziam a questão, indo de encontro à teoria dos pensadores austríaco e norte-americano. Porém, pelas

[133] O recorte de jornal foi localizado entre os documentos do Portal do SIAN, com o teor "Confidencial", sem identificação da paginação do impresso. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_at4/0/0/0463/br_dfanbsb_at4_0_0_0463_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023. O periódico não se encontra catalogado pela Hemeroteca Digital.

[134] Ivan Illich é autor do livro *Deschooling Society* que foi publicado nos EUA em 1971, e no Brasil em 1973. A obra criticava a forma pela qual a sociedade institucional moderna da época abordava a educação. As ideias de Illich e de Holt foram embrionárias para a discussão atual da educação domiciliar, ou *homeschooling*, o que no Brasil não é reconhecido. C.f.: (VASCONCELOS, 2017).

palavras do Ministro da Educação, o radioposto significava um lugar com o sentido de escola, já que pela sua argumentação, os mesmos não constituíam uma "desescolarização".

Entende-se que o Ministro Passarinho considerava o radioposto do *Projeto Minerva* uma "escola" que usava outros meios (*O ESTADO DE SÃO PAULO*, 1973), entre eles o rádio e o material didático. Dessa forma, imagina-se que os monitores fossem encarados pelo Ministro como os "professores" e os fascículos como os "livros didáticos de aprendizagem". Indo ao encontro da declaração do Ministro Jarbas Passarinho à imprensa, estava o conteúdo do *Projeto Minerva* apresentado no Fascículo 9 (1973), na Aula 34, da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC).

A implementação das disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), nos ensinos de 1º e 2º graus e superior, respectivamente, aconteceu a partir da instituição do Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969[135]. As três disciplinas foram obrigatórias entre os anos de 1969 e 1993, e "substituíram" o conteúdo outrora ministrado nas disciplinas de Filosofia e Sociologia. Era ministrado em EMC preceitos de moralidade e civismo. A intenção da disciplina era "formar" (ou seria "formatar"?) a mentalidade e o comportamento dos alunos brasileiros, com base no que o regime militar considerava princípios morais, bons costumes e patriotismo, assim como orientá-los para obediência às leis, às regras e ao Estado.

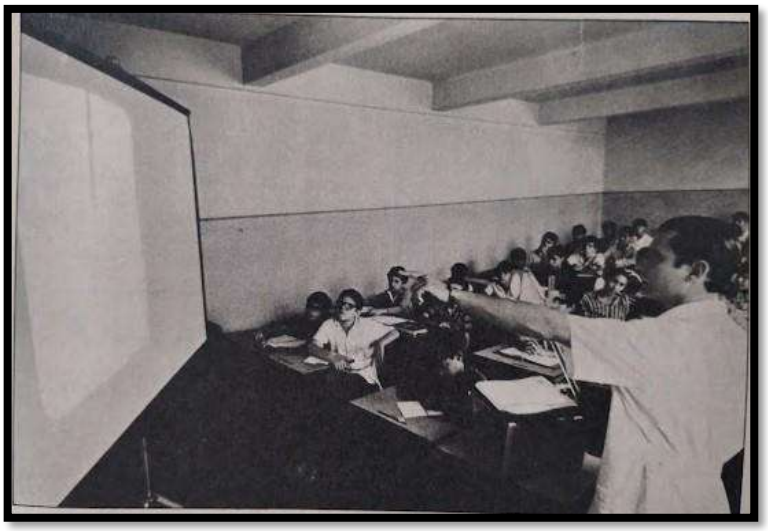
A lição da disciplina Educação Moral e Cívica (FASCÍCULO 9, 1973, Aula 34, p. 65-66), que tinha como título *A Escola*, dividia-se em três partes com os subtítulos: *A Escola como instituição social*, *A Função da Escola* e *A Escola em nossos dias*. A terceira parte da aula *Escola em nossos dias* apresenta a proposta da educação, realizada pela pasta da Educação naqueles dias. Juntamente com a parte inicial da lição, citada a seguir, foi colocada a fotografia de uma escola regular, apresentada na Figura 9, com a turma de crianças assistindo a aula com o professor:

> Tão importante é a função da escola, que o próprio Estado passou a se preocupar com ela. Hoje, a Educação é um dos objetivos prioritários de qualquer Governo. No Brasil, essa preocupação está nitidamente expressa na própria Constituição do país [...] Neste trabalho de levar a Educação a todos os brasileiros, destacam-se os esforços promovidos pelo Ministério da Educação e Cultura. Graças à sua atuação, a escola no Brasil vem sofrendo um processo de grandes transformações. Deixou ela de ter seu aspecto material valorizado, preferindo-se adotar medidas mais amplas e mais eficazes. A escola hoje é muito mais do que uma construção que abriga estudantes. Ela é parte integrante de um todo dinâmico, sem paredes que limitem sua função de

[135] C.f.: Decreto-Lei nº 869 de 12/09/1969 - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 mar. 2023.

> educar. Não é mais um simples prédio apenas, mas tudo o que possa ser transformado em veículo de educação [grifos nossos] (FASCÍCULO 9, 1973, Aula 34, p. 65).

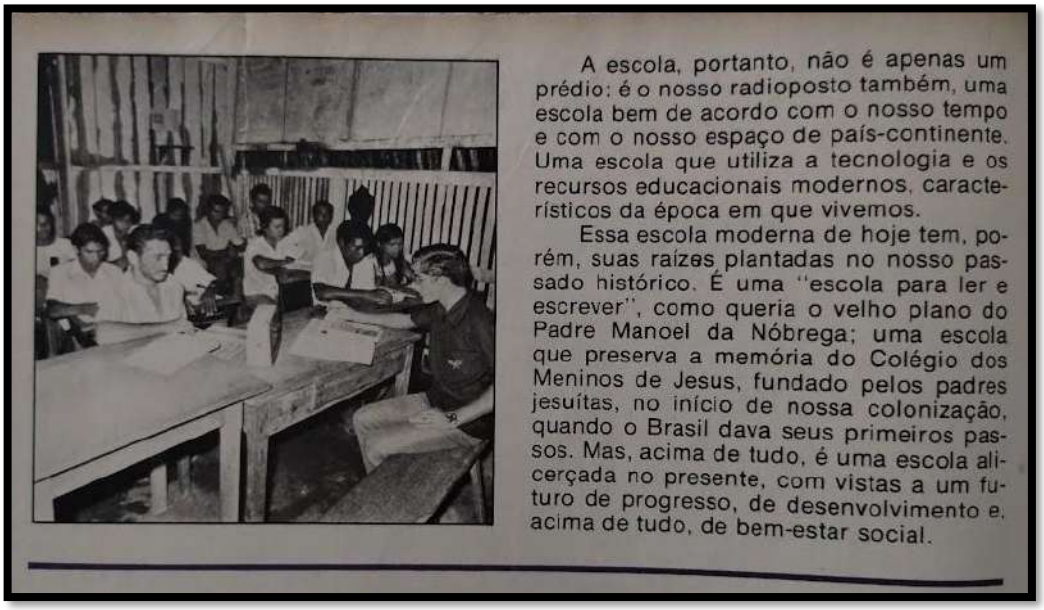
Figura 9 – Turma de crianças escola regular (FASCÍCULO 9, 1973, p. 65)



Fonte: acervo da Prof.ª Sônia Camara.

Ao observar as duas ilustrações, uma (acima) com a demonstração de uma turma regular de crianças, outra (abaixo) retratando o radioposto do *Projeto Minerva*, pode-se notar a diferença nas instalações e nas condições de aprendizagem oferecidos na classe da idade-série normal e na dos adultos. A transcrição do texto da Figura 10 se encontra na sequência:

Figura 10 – Radioposto[136] do *Projeto Minerva* (FASCÍCULO 9, 1973, p. 66)



Fonte: acervo da Prof.ª Sônia Camara.

[136] Não localizamos o endereço do radioposto fotografado.

TRANSCRIÇÃO:

"A escola, portanto, não é apenas um prédio: é o nosso radioposto também, uma escola bem de acordo com o nosso tempo e com o nosso espaço de país-continente [grifos nossos]. Uma escola que utiliza a tecnologia e os recursos educacionais modernos característicos da época em que vivemos.

Essa escola moderna de hoje tem, porém, suas raízes plantadas no nosso passado histórico. É uma 'escola para ler e escrever' [grifos do autor] como queria o velho plano do Padre Manoel da Nóbrega; uma escola que preserva a memória do Colégio dos Meninos de Jesus, fundado pelos padres jesuítas, no início de nossa colonização, quando o Brasil dava seus primeiros passos. Mas acima de tudo, é uma escola alicerçada no presente, com vistas a um futuro de progresso, de desenvolvimento e, acima de tudo, de bem-estar social" [grifos nossos].

Fonte: acervo da BN (1973-1979).

Na citação retirada da lição da disciplina de Educação Moral e Cívica destacamos algumas partes em que o Ministério da Educação e Cultura foi exaltado, apenas por cumprir seu papel: "Tão importante é a função da escola, que o próprio Estado passou a se preocupar com ela. [...] Neste trabalho de levar a Educação a todos os brasileiros, destacam-se os esforços promovidos pelo Ministério da Educação e Cultura. Graças à sua atuação" (FASCÍCULO 9, 1973, Aula 34, p. 65). Tentando promover um outro tipo de escola, a lição afirma que o Estado "[...] Deixou ela [escola] de ter seu aspecto material valorizado [...] Ela [escola] é parte integrante de um todo dinâmico, sem paredes que limitem sua função de educar" (FASCÍCULO 9, 1973, Aula 34, p. 65).

Parece-nos que o argumento sobre não valorizar o aspecto material e não se preocupar com os limites das paredes, literalmente, leva à fotografia do Radioposto (Figura 10). Com uma instalação bem simples feita de tábuas corridas e bancos de madeira sem encosto, com o chão de terra batida, apresentou-se o lugar. De acordo com a lição que dizia que a escola havia desvalorizado seu "aspecto material", preferindo "adotar medidas mais amplas e mais eficazes", compreendemos que a ilustração estivesse ali para respaldar este argumento, o que não parecia ser uma justificava plausível. No radioposto observamos a participação de treze adultos acompanhados pelo monitor com seu fascículo aberto sobre a mesa, ao lado do aparelho de rádio.

A argumentação de que a escola não era apenas um prédio, mas o "nosso radioposto também", trazia a ideia que o ele demonstrava o tipo de escola sem a aparência de prédio escolar. Teriam estas palavras a intenção de respaldar qualquer tipo de radioposto, por mais sem infraestrutura que tivesse? Justificar o radioposto como uma escola de acordo com o "nosso tempo", um "tempo moderno" significava dizer que o esse lugar marcava época como um "novo padrão de escola" que havia chegado para ficar, uma vez ser considerado pelos autores do fascículo como um espaço adaptado à vivência educacional do século XX. A lição tinha fim ao

escrever que o futuro esperado para o país era o "progresso" e o "desenvolvimento do bem-estar social".

O texto da aula era contraditório com a ilustração do radioposto, dado que não havia modernidade no ambiente e nos recursos contidos no abrigo feito de tábuas corridas, parecendo uma construção de pau-a-pique, como demonstra a Figura 10. Como comparar o radioposto a uma escola, se nem os critérios eram baseados no espaço e na infraestrutura física? Havia diferença se comparássemos entre a função social representada no radioposto com somente a figura do monitor como liderança sobre os participantes, e a escola com a equipe completa organizada hierarquicamente: diretor, coordenador, orientador, secretária escolar, professor, inspetor, merendeira e porteiro.

Situação anunciada pelo jornal nutria o desejo do radioposto e do programa do governo serem reconhecidos como escola. Nos festejos realizados no Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, a jovem de nome Tânia Maria Barroso, do Colégio Nossa Senhora das Graças, havia sido "eleita Miss Festejos de Maio, recebendo a faixa e a coroa do prefeito Feliciano Costa [...], em festa realizada na Sociedade Esportiva Friburguense". A candidata Denair de Oliveira foi a concorrente representante do *Projeto Minerva* (*O FLUMINENSE*, 01/06/1972, p. 3) frente às candidatas de outras instituições escolares. Significava dizer que a candidata do *Projeto Minerva* havia sido descoberta nas dependências do radioposto do município de Nova Friburgo, sendo este considerado uma "escola" pelos organizadores dos concursos e para as autoridades.

Em outra ocasião, alunos do Estado do Rio de Janeiro concorreram a prêmios no concurso de cartazes e entre eles esteve uma representante do *Projeto Minerva*. O concurso foi promovido pelo jornal *O Fluminense*, a Secretaria de Educação do Estado e as firmas Pinto de Almeida Engenharia, Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), Rotary Club e Lions Niterói. A "aluna do *Projeto Minerva*, do Colégio 1° de Maio, de Macaé" (*O FLUMINENSE*, 12/06/1973, p. 14) recebeu a premiação de Cr$ 200,00, recurso esse originário da CBEE, durante o almoço de comemoração que contou com a presença da aluna vencedora, Terezinha Carvalho, e dos outros concorrentes. Também este episódio sugere que a candidata do *Projeto Minerva* tenha sido selecionada no radioposto do município de Macaé, no Rio de Janeiro.

Em mais uma ocasião, na seção de *Cartas aos Leitores* do *Jornal do Brasil*, a notícia foi a respeito da mensagem escrita pelo diretor da SRE/MEC, Avelino Henrique dos Santos, em resposta ao Editorial publicado pelo impresso em 26 de fevereiro de 1972, sob o título *Teleducação*. O jornal elogiava a centralização da produção dos programas educacionais como sendo um dos fatores de sucesso do supletivo pelo rádio. Passado algum tempo, o diretor que

se apropriou da opinião positiva divulgada no jornal, respondia que existia uma razão a mais para estarem felizes, à parte dos resultados positivos que o Projeto alcançava, uma vez isso já ser motivo de orgulho: sentiam-se "satisfeitos e conscientes de que estamos, realmente, colaborando com os esforços do Governo para levar a educação a todos os brasileiros" (*JORNAL DO BRASIL*, 17/03/1972, p. 6).

A apropriação do Diretor Avelino Henrique dos Santos aos elogios proferidos pelo editorial do jornal, sendo ele representante do SRE/MEC, foi demonstrada ao responder por ele e por sua equipe, o quanto se sentiam "satisfeitos e conscientes". Ter havido um *feedback* em nome do *Projeto Minerva*, por intermédio da seção reservada aos leitores, fazia com que o ensino pelo rádio "tomasse corpo", como se pudesse ser "humanizado", "personificado" entre a população/participantes e o *Projeto Minerva*. Esta ação poderia levar o diretor do SRE a ser interpretado como sendo um homem de convívio comum, acessível, que lia e escrevia para a seção de cartas, conforme praticavam os leitores do jornal: representava ser um homem público preocupado com os brasileiros sem escolaridade.

Presentes na comunicação, similarmente, estavam os pronomes "nós", "nos", "nossos" e o advérbio "todos", além da intenção de semear o sentimento de pertença entre os envolvidos, como estivesse "colaborando com os esforços do Governo para levar a educação a todos os brasileiros". Ao *Projeto Minerva* era reservada a representação de estar bem perto dos seus leitores e em submissão, uma vez Avelino Henrique dos Santos ter dito que estava em sintonia, colaborando com o esforço realizado pelo governo brasileiro.

Os radiopostos instalados em território nacional ficavam sob a responsabilidade dos estados em relação às suas estruturas física e administrativa. Segundo Santos (2016, p. 93), os convênios necessários e os papéis que cada Estado precisaria desempenhar era de acordo com o governo federal. Os radiopostos poderiam estar localizados em quaisquer espaços escolhidos pelos organizadores do *Projeto Minerva* como centros sociais urbanos e rurais, escolas, presídios, Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e outros em que fosse possível colocar cadeiras e ligar um rádio (SANTOS, 2016, p. 101). Também em sindicatos, quartéis, igrejas, clubes e residências poderiam funcionar radiopostos, segundo Leobons (1984, p. 62).

Era incomum os jornais divulgarem os endereços dos radiopostos. Todavia, um dos ambientes que recebeu regularmente a programação do *Projeto Minerva* logo no começo da sua implantação foi o conjunto das penitenciárias do antigo Estado da Guanabara, sob o título *Alfabetização*. O jornal noticiou que:

> Em todas as penitenciárias da Guanabara, a Susipe[137], em colaboração com o Mobral e o *Projeto Minerva*, realizou a tarefa de alfabetizar todos os presos que ainda não sabiam ler e escrever. Além disso, os presos vêm recebendo instrução profissional, especialmente para se tornarem carpinteiros ou alfaiates após a libertação. Quadras de esportes tem sido construídas em todas as unidades (*JORNAL DO BRASIL*, 12/03/1972, p. 29).

Diante daqueles que liam o jornal ou que sabiam da expansão do *Projeto Minerva* por outros meios de comunicação, ou até mesmo pelos discursos de autoridades, a sua representação era de um programa educativo que chegava a todo lugar, sendo visto como um programa acolhedor. Os detentos recebiam instrução profissional e alfabetização ministrada pelo Mobral e *Projeto Minerva*. O supletivo pelo rádio também tomava para si a representação de parceiro da instituição prisional que oferecia um tempo de práticas esportivas e de lazer aos presidiários.

Sem manter compromisso com o tempo de permanência no mesmo endereço, o local do radioposto era utilizado, de acordo com Santos (2016, p. 104), sob a necessidade de permanência de determinado espaço para uma demanda de alunos atrelada. Decorrido o tempo de aplicação do curso, o *Projeto* reiniciava seu ciclo com o radioposto permanecendo no mesmo endereço ou não. Um dos critérios para a seleção do local seria o tamanho do ambiente e a clientela interessada. A Figura 11 foi extraída do jornal *Aurora* (1979, p. 20), apresentando a fachada do prédio da Câmara Municipal de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 11 – Fachada da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1979)

Fonte: Jornal *Aurora*[138] (1979, n. 1, ano 1, p. 20).

[137] Susipe: Superintendência do Sistema Penitenciário (GB).

[138] O jornal *Aurora* (1979), de denominação espírita, informava na capa sua filiação: "Órgão de divulgação da Associação Espírita Caírbar Schutel", desenvolveu a reportagem sobre a recepção organizada no Município de Duque de Caxias, em sua primeira edição (ano 1, n. 1), ocupando três páginas. A veiculação apontava elementos

Segundo a reportagem, no mesmo prédio da Câmara pública de Duque de Caxias funcionavam as seguintes instituições municipais: Teatro, Instituto Histórico e Biblioteca. Presume-se que neste radioposto pode ter havido um bom movimento de interessados, devido ao agrupamento de vários órgãos públicos no mesmo local. A matéria do jornal informava que o radioposto do *Projeto Minerva* naquele espaço teria vida útil de 18 meses, o que coincidia com o tempo estimado de um lançamento do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC).

O registro fotográfico a seguir demonstra o interior do radioposto, no momento em que estava em funcionamento, na Câmara Pública de Duque de Caxias, com sua capacidade máxima de lugares ocupada, uma vez não haver como visualizar o ambiente integralmente. Podemos observar a presença de dezenove participantes sentados, sendo seis homens e treze mulheres. Parece-nos que todos estão fazendo a leitura dos fascículos, mantendo a ordem e atenção. Contudo, o registro daquele momento não necessariamente traduziu a realidade do dia a dia do radioposto. Sabe-se que as fotografias podem significar o que se deseja dar destaque. Desse modo, a arrumação da sala e a disposição das pessoas pode ter sido intencional, garantindo uma combinação idealizada. Todavia, o *close* estampado na Figura 12 pode ter eternizado um momento único da aula, não tendo como afirmar nem uma e nem outra condição.

Figura 12 – Radioposto em Duque de Caxias/RJ (1979)

Fonte: Jornal *Aurora* (1979, n. 1, ano 1, p. 20).

a favor da Câmara Municipal de Duque de Caxias/RJ. Fonte retirada do acervo digital do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), da série da documentação revelada sobre a ditadura. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_jf/0/jbf/0248/br_dfanbsb_jf_0_jbf_0248_d0001de0001.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

A ideia lançada para as duas imagens correlacionadas do ambiente externo e interno da localidade do radioposto pode ter sido em função de justificar à população de que era o povo quem estava ocupando a Câmara Municipal, como o lugar dos caxienses por direito. A publicação informava que 250 pessoas adultas haviam sido atendidas no "teleposto" do *Projeto Minerva*, durante os meses do lançamento (*AURORA*, 1979, p. 20). Por vezes, os "radiopostos" eram chamados também pelo termo "telepostos", tanto pelos seus usuários, como pela imprensa ou pelas pessoas em geral, significando que as duas nomenclaturas, grosso modo, diziam respeito ao mesmo ambiente de aprendizagem.

Santos (2016, p. 101) afirma que os locais de maior incidência escolhidos para compor um radioposto foram as escolas públicas, estaduais e municipais, sempre dependendo da demanda. Apesar do autor não ter identificado nenhum logradouro onde os mesmos foram montados, segundo Santos, o interesse principal era manter o espaço do radioposto o mais próximo possível do público necessitado de instrução, como forma de incentivo (2016, p. 103) e de representação. Pelo relato da monitora "Souza" em entrevista a Santos (2016), houve radiopostos que foram instalados sem ao menos transmitir segurança aos seus frequentadores, conforme ocorreu na Cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe:

> Eu tinha 12 alunos. Esses 12 alunos eram fiéis. 10 mulheres e dois homens. As salas não tinham a menor estrutura da sala de aula, mas eu levava o rádio todos os dias, levava e trazia, com medo de deixar lá e ser roubado. Inclusive meu marido ia me levar e todos os dias ficava na porta, como se fosse um meu segurança particular, ficava no carro ali na porta, porque não era uma escola, era uma sala, um salão, onde existia o centro social (SOUZA, 28/09/2013 *apud* SANTOS, 2016, p. 110).

A monitora relatou que acompanhava 12 adultos, sendo 10 do gênero feminino. Percebe-se ao cruzar esta informação com outros dados compartilhados sobre a quantidade de homens e mulheres nos radiopostos, que as mulheres eram em maior número nas participações do *Projeto Minerva*. Muito por conta da maioria do grupo ser formado por mulheres, além da monitora, que tinha em seu marido a sua segurança particular de ir e vir, explica Souza. Ainda por causa da insegurança do logradouro, o rádio transmissor que poderia ficar guardado no radioposto, era levado para casa, todos os dias, pela monitora Souza. O aparelho de rádio, protagonista e de uso exclusivo para o *Projeto Minerva*, só possuía o *dial* responsável pela transmissão dos seus programas, como mostra a Figura 13:

Figura 13 – Aparelho de transmissão do *Projeto Minerva*

Fonte: atual acervo de Amilcar Landiosi Junior[139].

No aparelho transmissor observa-se a inscrição ao seu lado direito, em letra itálica, com os dizeres: "*Projeto Minerva* – MEC". Os termos mostravam-se sublinhados por uma barrinha verde oliva, uma das cores/símbolo do Brasil. Em cada radioposto o monitor ficava responsável pelo rádio transmissor, conforme relatou Souza (2013), que era utilizado para um propósito único: receber o sinal da EMBRATEL ou da Agência Nacional e retransmiti-lo. Foram dois os tipos de "recepção" do *Projeto Minerva*, importando apenas com qual frequência os inscritos compareciam aos radiopostos: na "recepção organizada" teria que comparecer de segunda à sexta-feira; na "recepção controlada", somente aos sábados. Na primeira opção, os participantes eram atendidos pelos monitores (LEOBONS, 1984), (PIMENTEL, 2009, p. 73), (PINTO, 2013); na segunda pelos supervisores (PIMENTEL, 2009, p. 73). Para Leobons (1984), o atendimento semanal também poderia ser realizado nos *Centros de Atendimentos Específicos* ou nos *Centros de Ensino Supletivo*.

Aqueles que estudavam autonomamente nos seus lares ou nos horários de trabalho, sem vínculo propriamente dito com o *Projeto Minerva*, dizia-se participar da "recepção livre ou isolada", já que não frequentavam os radiopostos ou qualquer instituição educativa, mas em geral, ouviam as aulas e liam os fascículos nas residências. Um outro tipo de participação no *Projeto Minerva* era a "recepção integrada" e se caracterizava pela utilização dos cursos ministrados pelas emissoras radiofônicas nos sistemas formais de ensino, com o professor

[139] Amilcar Landiosi Junior é o detentor do aparelho de rádio da Figura 13, conforme o vídeo publicado por ele no dia 30/12/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m4D7B-Ash28>. Acesso em: 24 mar. 2023.

dessas instituições aproveitando o conteúdo ou as radioaulas como atividade suplementar no ensino convencional[140] (LEOBONS, 1984, p. 63).

Para participar das recepções controlada e organizada, os candidatos deveriam se inscrever impreterivelmente nas coordenações regionais do *Projeto Minerva* (*O FLUMINENSE*, 09/05/1973, p. 13). Aos participantes das outras recepções não era obrigatória a inscrição, apesar de ser orientado que fosse também realizada, dada às coordenações serem a responsabilidade de organização e controle dos registros pessoais de cada participante, em prol de que fosse feito o monitoramento do quantitativo do público alcançado. Leobons (1984) entendeu que, pelo baixo número de inscritos divulgados nesta categoria, o público da "recepção livre" não tinha o hábito de se cadastrar.

Ao grupo inscrito no *Projeto Minerva* era facultado o direito de realizar os testes de aprendizagem, que não valiam a certificação, mas avaliavam o nível de aprendizado; além de receberem os fascículos gratuitamente pelas mãos do monitor ou do supervisor, nos radiopostos (LEOBONS, 1984, p. 63-64). Na recepção livre, os inscritos buscavam os fascículos dirigindo-se às secretarias de educação; caso contrário, os fascículos teriam que ser comprados nas bancas de jornais. Por isso, alguns fascículos do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC) (1973-1979) continham o preço estampado na capa de Cr$ 2,00 (dois cruzeiros) vendidos nos anos de 1973 e 1974, ao contrário do outro com a tarja "Venda proibida". Com a inflação, em agosto de 1978, o valor de cada fascículo[141] vendido nas bancas de jornais era Cr$ 12,00 (doze cruzeiros)[142] (*JORNAL DO COMMERCIO*, 08/08/78, p. 3).

Para Santos (2016, p. 88), os fascículos tinham o destino certo que eram os participantes da "recepção organizada", assistidos pela monitoria. O autor compreendeu ter sido o *Projeto Minerva* elaborado para os que participavam *in lócus* nos radiopostos. Tal constatação do autor pareceu-nos contraditória, se considerarmos que o ensino era via rádio, com características individuais e com o propósito de alcançar aqueles sujeitos que não tinham como estudar de forma regular (em turma) e que, por isso, optavam pelo *Projeto Minerva*. Para nós, os participantes do *Projeto Minerva* teriam que desenvolver autonomia para avançar nos estudos,

[140] Segundo Vargas (1984), os docentes dos *Centros de Estudos Supletivos* se utilizavam da "recepção integrada".
[141] Tanto os distribuídos gratuitamente quanto os vendidos eram os mesmos fascículos, com o mesmo conteúdo. A diferença era somente a forma de aquisição.
[142] O valor cobrado pelo fascículo do *Projeto Minerva*, em dezembro de 1973, era Cr$ 2,00 (dois cruzeiros), mesmo preço cobrado por uma revista-gibi muito popular à época, a revista da *Mônica e a sua Turma*, de autoria do Maurício de Souza. O formato do gibi era menor que os fascículos do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, e tinha mais páginas, em média 64, que o fascículo do Minerva com 44. Entretanto, por causa da inflação, em agosto de 1978 o gibi custava Cr$ 7,00 (sete cruzeiros), enquanto o fascículo custava Cr$ 12,00 (doze cruzeiros). C.f. sobre o gibi mencionado em: https://universohq.com/materias/do-cruzeiro-novo-ao-real-50-anos-de-economia-brasileira-com-a-revista-monica/. Acesso em: 26 mar. 2023.

sem levar em consideração o tipo de recepção. Os fascículos auxiliavam o método de ensino pelo rádio, uma vez os participantes poderem reler o material a qualquer hora.

Podemos considerar que de acordo como o momento das aulas radiofônicas fosse vivido pelos participantes, implicaria em uma ou outra forma de recepção e de apropriação daquilo que eles ouviam, liam e apreendiam. Para cada ação há uma dose própria de dinamismo e significância. Segundo Barros (2013), a recepção é também uma forma de produção, uma vez que não há passividade nessa ação. Destaca-se o participante do *Projeto Minerva*, o sujeito ordinário, como produtor de cultura. Apesar de serem consumidores e usuários da cultura hegemônica, não se apresentam nem de forma passível e nem dócil (CERTEAU, 1998, p. 38).

Segundo Certeau (1998), eles têm condições de fabricar, elaborar e fabular mesmo quando estão diante da televisão assistindo a um programa ou quando privilegiam a apreciação de imagens. Sendo assim, os fascículos e as radioaulas contribuiriam para que os participantes pudessem ir além em suas apreensões do conteúdo ministrado[143], de acordo com o autor. Os fascículos do *Projeto Minerva*, que ficavam sob a posse dos participantes, eram levados ao radioposto nos dias dos encontros; mesmo dessa forma, eles poderiam ser manuseados em casa, sem o auxílio dos monitores ou sem a presença dos colegas do grupo.

A leitura realizada nos radiopostos, junto aos monitores e ao grupo de colegas, tinha uma natureza distinta da realizada de forma autônoma pelo indivíduo. Entretanto, de uma forma ou de outra, de acordo com Barros (2005, p. 128), a leitura também se consolida como um momento de criação do leitor, igualmente como teria sido criativo o momento da escrita do fascículo pelos professores-autores. Tal observação denota que os ouvintes e leitores ressignificavam suas práticas e ações no *Projeto Minerva*; logo, esses sujeitos podem ser entendidos como ativos:

> [...] cada leitor recria o texto original de uma nova maneira – isto de acordo com os seus âmbitos de 'competência textual' e com as suas especificidades (inclusive a sua capacidade de comparar o texto com outros que leu, e que podem não ter sido previstos ou sequer conhecidos pelo autor do texto original que está se prestando à leitura). Desta forma, uma prática cultural não é constituída apenas no momento da produção de um texto ou de qualquer outro objeto cultural, ela também se constitui no momento da recepção (BARROS, 2013, p. 57).

As atividades nos radiopostos poderiam parecer, por um lado, engessadas e sem autonomia por parte dos monitores, no tocante às aulas serem guiadas pelos fascículos e pelas radioaulas. Entretanto, segundo Certeau (1998, p. 41), há muitas ideias e maneiras as quais os

[143] O estudo da Tese não consistiu em trabalhar com entrevistas de ex-participantes do *Projeto Minerva*.

usuários jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela. “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” [grifos do autor]. Assim consideramos que a interatividade nos diferentes tipos de recepção poderia ter repercussões variadas no aprendizado e no convívio individual e/ou coletivo dos participantes do *Projeto Minerva*.

Diversificados resultados finais de interação e de apreensão do conteúdo seriam percebidos, mediante o processo contínuo de socialização a que os participantes se submetiam. Uns participantes com mais facilidade em apreender no meio e no convívio dos colegas e monitores, e outros ao contrário, aperfeiçoando-se mediante o estudo individual. Conjuntamente, a qualidade no atendimento dos monitores aos participantes *in locus*, reverberava quanto às nuances da percepção e da aprendizagem. As aulas, as leituras, os encontros, os monitores, os saberes e cada um envolvido no processo apresentavam-se em diferentes níveis e estágios, vivências e culturas.

Os frequentadores dos radiopostos tinham a seu favor não somente a mensagem das radioaulas ou a visão imutável na leitura do material didático; sobretudo, eles faziam parte de encontros em que ações, reações e relações eram, dinamicamente, desenvolvidas e produzidas entre o grupo, monitor e supervisor. Segundo Certeau (1998, p. 44), com isso surge a necessidade de diferenciar as ações que se efetuam no interior da rede dos consumidores pelo sistema dos produtos, e estabelecer distinções entre as margens de manobra permitidas aos usuários pelas conjunturas nas quais exerceram a sua arte. O relacionamento junto à equipe do *Projeto Minerva*, de igual modo, poderia acrescentar ao processo formativo dos seus participantes.

Os monitores nos radiopostos acompanhavam as aulas com os participantes, ao cumprir o horário na recepção organizada, de segunda à sexta-feira, no intervalo entre 19 e 22 horas. Antes e depois do momento da aula transmitida pelo rádio (20 às 20:30min), os participantes liam o conteúdo dos fascículos e realizavam os exercícios contidos nos mesmos, nessa ordem, explicou a monitora Souza (2004):

> A partir das dezenove horas, eles já iam chegando e às vinte horas, logo depois da Voz do Brasil, a gente ligava o rádio. De dezenove às vinte horas a gente sempre debatia o assunto, passava ditado pra eles, dependendo da matéria que a gente tivesse fazendo naquele momento. Eu fazia um exercício, lia um texto, mas na hora do rádio parava tudo, se não tivesse terminado e íamos ouvir o rádio. Quando o professor terminava, que era um locutor e uma locutora. Eles tinham uma voz bonita […] nessa época me lembro, que a voz dela era meio rouca, mas bem nítida, então a gente retomava as atividades e a turma ficava até as 22 [horas] como se fosse o horário normal de aula da escola (SOUZA 02/12/2004 *apud* SANTOS, 2016, p. 108).

A atuação do monitor girava em torno de fazer uma revisão da aula passada e explanação do que seria tratado naquele dia. Às 20 horas, a radioaula era transmitida e acompanhada por todos, durante o intervalo de trinta minutos. Em sequência à transmissão, as "Atividades para depois da aula" contidas nos fascículos e, eventualmente, avaliações de aprendizagem, eram respondidas pelos participantes. A saída era estabelecida uma hora depois do término da transmissão radiofônica (BLOIS, 2011 *apud* PINTO, 2013, p. 14). Nos relatos da monitora Souza (2004) e da coordenadora Blois (2011) concedidos a Pinto e Garnica (2014), notou-se a semelhança dos procedimentos metodológicos adotados no *Projeto Minerva*, provavelmente baseado em orientações prévias da equipe pedagógica ao longo do tempo.

Fizemos um mergulho na direção de desvendarmos sobre a estrutura e funcionamento do *Projeto Minerva*, com destaque para a Fase I (1970-1972); entendemos quanto aos aspectos de desistência dos alunos na educação brasileira; e percebemos acerca do papel dos monitores nos radiopostos, e dos participantes em seus diferentes tipos de recepções. O desafio do Capítulo 3 *Integração Nacional, prossiga! Ações e práticas do Projeto Minerva – Fase II (1973-1979)* começa com a apresentação do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC) (1973-1979), ao contemplar seus quatro lançamentos em cadeia nacional (1973-1979). Na sequência, apreendemos acerca dos programas informativos-culturais e, em seguida, miramos na execução de dois lançamentos dos cursos na esfera do Estado do Rio de Janeiro.

3. INTEGRAÇÃO NACIONAL, PROSSIGA! AÇÕES E PRÁTICAS DO *PROJETO MINERVA – FASE II* (1973-1979)

> As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...] As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre 'a nação', sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma 'comunidade imaginada' [grifos do autor] (HALL, 2006, p. 50-51).

3.1 Os quatro lançamentos do *Curso Supletivo do 1º Grau* do SRE/MEC

Segundo o jornal *Correio da Manhã*, de 21 de março de 1973, a equipe técnica do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE/MEC) criou e produziu o *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (1973-1979), durante os anos de transmissão da Fase I (1970-1972). A notícia dizia que "O Conselho Federal de Educação aprovou, por unanimidade, o *Curso Supletivo de 1° Grau*, elaborado pelo *Projeto Minerva*" (1973, p. 2). O Curso teve sua aprovação em março de 1973 e teve seu primeiro lançamento em agosto do mesmo ano. Para que os fascículos pudessem ser elaborados e impressos em tempo hábil para o lançamento marcado para agosto de 1973, no mês de junho o diretor do SRE/MEC, Avelino Henrique dos Santos, juntamente ao Presidente da Comissão de Licitações, João Dantas Filho, tornaram público o edital a respeito da concorrência para a produção dos fascículos.

> O Diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC faz público, para conhecimento dos interessados, que realizará, nos termos do artigo 127 item 2 § 3° do Decreto nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, Tomada de Preços para coedição e distribuição de 1 folheto para o período Preparatório e 13 Fascículos, do Curso Supletivo de 1º Grau, fase II do *Projeto Minerva*. A Condição se destina à tiragem de 170 mil exemplares de cada um, sendo 150 mil para o SRE e 20 mil para comercialização. O edital e outras informações poderão ser obtidos no Serviço de Radiodifusão Educativa, à Praça da República, 141– A – 6º andar, das 10 às 16 horas, de segunda à sexta-feira (*JORNAL DO BRASIL*, 27/06/1973, p. 14).

Este edital sobre "Tomada de Preços nº 2/73" foi o primeiro a ser publicado. Nos anos subsequentes, outros editais vieram a ser divulgados em 20/11/1974, 11/04/1975 e 06/01/1977. A *Fundação Nacional de Material Escolar* (FENAME/MEC) e as editoras *Abril S.A. Cultural e Industrial* e *Bloch Editores S.A.* foram as responsáveis pela elaboração e distribuição dos fascículos. A imprensa divulgava que os fascículos podiam ser adquiridos nos Postos de Vendas da Fundação, que eram em torno de 250 espalhados pelo país. Outra opção seria pedi-los

diretamente à Empresa de Correios e Telégrafos, ao destinatário FENAME, localizado na "Rua Miguel Ângelo, 96 – Maria da Graça – Rio de Janeiro" (*JORNAL DO COMMERCIO*, 08/08/78, p. 3). Em 1979, o fascículo custava nas bancas de jornais o valor de Cr$ 12,00 (doze cruzeiros) (*JORNAL DO COMMERCIO*, 14/03/79, p. 24).

Aos compradores dos fascículos pela FENAME ou pelos Correios, era oferecida a aquisição por pacotes com quatro números, por exemplo, os fascículos de n.º 2, 3, 4 e 5, ao preço reduzido de Cr$ 36,00 (trinta e seis cruzeiros) (*JORNAL DO COMMERCIO*, 14/03/79, p. 24). A reportagem chamava a atenção quanto ao período de uso do material, de acordo com a transmissão nacional. Era possível acompanhar a ordem na qual as disciplinas seguiriam por semana, pois havia um quadro na parte final dos fascículos com a distribuição. Seriam duas disciplinas por dia, conforme demonstra o Quadro 6:

Quadro 6 – Disciplinas ministradas por semana

Dias da semana / horário	**Segunda-feira**	**Terça-feira**	**Quarta-feira**	**Quinta-feira**	**Sexta-feira**
Das 20h às 20h15min	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Informação Ocupacional e/ou Educação Física e/ou Educação Artística e/ou Educação Moral e Cívica
Das 20h15min às 20h30min	Estudos Sociais	Ciências	Estudos Sociais	Ciências	

Fonte: reproduzido da última página dos fascículos (1973), adaptado pela autora.

Cada fascículo era constituído por quarenta e oito aulas a serem acompanhadas no período de um mês. O tempo de duração da radioaula era de 15 minutos para cada disciplina, totalizando 30 minutos diários. As aulas em cada disciplina eram numeradas e seguiam a ordem crescente. As disciplinas ministradas foram Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências com a frequência de duas vezes por semana, de segunda a quinta-feira. Com a seleção de duas dessas disciplinas por dia – Informação Ocupacional, Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica – era composta a aula nos dias de sextas-feiras.

O *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC) foi veiculado, em cadeia nacional, em quatro lançamentos: 27/08/1973 a 11/12/1974; 07/04/1975 a 18/07/1976; 07/02/1977 a 19/05/1978 e 07/08/1978 a 21/12/1979. O Quadro 7 apresenta as informações pertinentes de cada edição em termos de números de participantes por tipo de recepção, total geral e quantitativo de rádios geradoras:

Quadro 7 – *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (1973-1979)

Lançamentos /términos	**Participantes por tipo de recepção**			**Número de participantes por lançamento**	**Transmissão pela agência nacional (+)**
	Organizada	**Controlada**	**Isolada ou Livre**		
27/08/1973 a 11/12/1974	76.858	4.583	355	81.796	30 geradoras
07/04/1975 a 18/07/1976	131.625	9.024	3.801	144.450	90 geradoras
07/02/1977 a 19/05/1978	81.206	15.935	369	97.510	90 geradoras
07/08/1978 a 21/12/1979	42.018	3.390	1.122	46.530	100 geradoras
Número total de participantes	**Por tipo de recepção**			**Total geral (1973-1979)**	
	331.707	32.932	5.647	370.286	

Fonte: produzido pela autora com dados (MEC/SRE/*PROJETO MINERVA*/RELATÓRIO DAS QUATRO VEICULAÇÕES[144], 1980 *apud* LEOBONS, 1984, p. 71-73).

Como para acompanhar as recepções organizada e controlada nos radiopostos era obrigatória a inscrição, esses tipos foram os que apresentaram o maior número de registros. O contato diário dos grupos nos radiopostos junto aos monitores também pode ter sido motivacional para que houvesse mais procura para a recepção organizada, em todos os lançamentos. Entretanto, não houve linearidade na quantidade de inscritos, pelo contrário, os números se alternaram, tendo sido o segundo lançamento o mais procurado. De acordo com Leobons (1984, p. 73), a quantidade de inscritos no primeiro lançamento foi de 81.796 (1973-

[144] O Relatório das quatro veiculações (1980) produzido pelo MEC/SRE/*Projeto Minerva* do *Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II* não foi localizado.

1974), com a participação de 144.450 no segundo (1975/1976). No ano seguinte, o quantitativo diminuiu para 97.510 (1977/1978), findando em 46.530 inscritos (1978/1979).

No que concerne ao número de estações geradoras atuantes em cada lançamento, o aumento foi progressivo de 30 para 100, entre os anos de transmissão (1973-1979). O aumento do quantitativo de estações apontava para um *Projeto* mais equipado e preparado. Afinal, em 1979 já eram contabilizados nove anos de transmissões e *now how* adquiridos. Não obstante, essa ação não se mostrou suficiente para que houvesse mais aderência de participantes no *Projeto Minerva*. Mediante o Quadro 7, o quarto lançamento foi o que teve o maior número de geradoras e o menor de inscritos.

O primeiro dia do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC) seria marcado pelo discurso, em cadeia nacional, do Ministro Jarbas Passarinho. Esta notícia surpreendeu a imprensa que na reportagem relatou que aquela seria a primeira vez de um Ministro da Educação no Brasil participando do lançamento de um curso de nível supletivo (*JORNAL DO BRASIL*, 05/08/1973, p. 14). Pela nossa compreensão, esse ato pode ter sido encarado pelos ouvintes de duas maneiras: como um ato inovador e promissor que valorizava o programa ou como um ato político. No mesmo dia da estreia do *Projeto Minerva – Fase II*, 27 de agosto de 1973, era anunciada a saída de Avelino Henrique dos Santos da direção do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE/MEC), que seria substituído pelo Brigadeiro Armando Tróia, anteriormente presidente do Instituto Nacional do Cinema (INC) (*JORNAL DO BRASIL*, 25/08/1973, p. 17).

Os estados contemplados com o *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, no primeiro lançamento foram: Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe (LEOBONS, 1984, p. 71). Os estados do Pará, São Paulo, Amazonas e Distrito Federal não foram contemplados com a Fase II (*JORNAL DO BRASIL*, 25/08/1973, p. 17) (*O FLUMINENSE*, 25/08/1973, p. 2), provavelmente porque os cursos da Fase I ainda ocupavam o horário do *Projeto Minerva* nesses estados.

No ano de 1975, o segundo lançamento foi ao ar, ao mesmo tempo em que o jornal anunciou na seção "Política e Governo" (*JORNAL DO BRASIL*, 11/04/1975, p. 4) o edital para compra de material tecnológico, assinado pelo Gerente do *Projeto Minerva*, José Candido de Carvalho. A notícia apresentava o cabeçalho: "MEC – Serviço de Radiodifusão Educativa – Sub-Grupo de Rádio *Projeto Minerva* – tomada de preços n° 1/75 – Sub-Grupo de Rádio *Projeto Minerva* - EDITAL – RESUMO". A lista publicada contemplava vários equipamentos:

> O Gerente do Sub-Grupo de Rádio *Projeto Minerva*, do Ministério da Educação e Cultura, faz público, para conhecimento dos interessados, que realizará nos termos do artigo 127 do Decreto-lei n.º 200 de 25 de fevereiro de 1967, Tomada de Preços para a aquisição dos seguintes Equipamentos: uma unidade master de duplicação de fita; uma unidade escrava para duplicado de fita, duas cabeças de gravação para unidade escrava; duas cabeças de reprodução para unidade master; duas fitas de alinhamento; dois circuitos impressos de gravação; dois circuitos impressos de reprodução; um misturador de sinais; duas máquinas de reprodução e gravação em fita; dois toca-discos; composto de motor e prato; braço, unidade Shure, pré-amplificador, gabinete, etc; uma caixa acústica; um conjunto gravador reprodutor, em proveito do *Projeto Minerva* (*JORNAL DO BRASIL*, 11/04/1975, p. 4).

A presença do Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga (1974-1978), ao lado do governador do Estado de São Paulo, Paulo Egídio Martins, foram confirmados pela imprensa a participarem da abertura oficial do segundo lançamento do Curso da Fase II, no dia 07 de abril de 1975. A informação baseou-se na entrevista concedida pela coordenadora do *Projeto Minerva*:

> Com a presença do ministro da Educação, será lançada, oficialmente, amanhã, em São Paulo, a segunda fase do Curso Supletivo de 1º Grau do *Projeto Minerva*, para atender 200 mil alunos [...] A informação é da Professora Maria Eugênia Dias de Oliveira, coordenadora executiva do *Projeto Minerva*, esclarecendo que a solenidade de abertura às 20 horas, será retransmitida simultaneamente, para todo o País, e assistida, também, pelo governador do Estado de São Paulo, Sr. Paulo Egídio Martins. [...] Maria Eugênia afirmou que os resultados têm sido surpreendentes, superando, inclusive, os da rede escolar tradicional, onde o aproveitamento tem sido da ordem de 65%, enquanto o *Projeto Minerva* atingiu até 75%[145] (*JORNAL DO COMMERCIO*, 06/04/1975, p. 8).

O evento de inauguração aconteceu no Estado de São Paulo, Capital, às 20 horas, na Escola de Hotelaria do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), situado à Av. Tiradentes nº 822, e contou com a presença de diversas autoridades como os diretores do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE/MEC), José Cândido de Carvalho[146] (1974-1976) e do Departamento de Ensino Supletivo (DSU/MEC), Professor Joaquim Viana. Artistas colaboradores dos programas culturais do *Projeto Minerva* também marcaram presença como: Cartola, Rosana Toledo, Johnny Alf, Gilberto Milfont, Paulo Tapajós, Lúcio Alves, Altamiro Carrilho e seu conjunto, entre outros (*JORNAL DO COMMERCIO*, 06/04/75, p. 5).

No segundo lançamento, o Distrito Federal e os estados do Maranhão, Santa Catarina e São Paulo juntaram-se aos anteriormente já engajados na transmissão desde o lançamento

[145] A respeito do aproveitamento crescente do *Projeto Minerva* superando, inclusive, os resultados obtidos na rede regular, conforme foi publicado pelo jornal, não houve confirmação por parte das fontes pesquisadas.

[146] José Cândido de Carvalho (1914-1989) com formação em Direito foi escritor brasileiro, jornalista e acadêmico eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1974. Durante dois anos foi diretor do SRE/MEC e responsável pelo *Projeto Minerva* (1974-1976). Ao sair da direção do SRE/MEC foi nomeado presidente da Fundação Nacional da Arte (FUNARTE).

inicial, aumentando, com isso, o alcance em cadeia nacional (LEOBONS, 1984, p. 71). A evidência da popularidade do *Projeto Minerva* no período de 1975 e 1976 pode ser notada com a promoção do edital assinado pelo diretor do SRE/MEC, José Candido de Carvalho, que chamava o público a criar uma "marca" que desse identidade ao *Projeto*. O periódico publicava que estava aberto o "concurso destinado à criação e à seleção de Marca-Símbolo do *Projeto Minerva*, aberto a alunos e diplomados da ESDI[147] e a todo o profissional radicado neste Estado" (*JORNAL DO BRASIL*, 24/05/1975, p. 14). Em tempo, o nome do vencedor do concurso da Marca-Símbolo do *Projeto Minerva* não foi localizado em nenhum periódico visitado.

Compreende-se que para o governo, o propósito era cada vez mais o *Projeto Minerva* tornar-se acessível. Segundo o *Jornal do Brasil*: "O *Projeto Minerva*, cujas audições diárias pelo rádio possivelmente já foram ouvidas pela maioria dos brasileiros pelo menos uma vez na vida, completou ontem cinco anos" (05/10/1975, p. 27). A notícia dava conta de aludir o alcance e audiência dos programas informativos-culturais nos fins de semana, para alunos e não alunos, os quais alcançavam grande sucesso.

No período 1975 a 1976, em especial, pelo programa ter alcançado o maior contingente de partícipes de todos os tempos e de estações geradoras (de 30 para 90), além de usar a figura do Ministro da Educação para prestar homenagem na inauguração dos lançamentos, entre outros aspectos, percebemos a representação do *Projeto Minerva* como agente do governo militar em relação aos seus receptores, como se estivesse no auge da abrangência. O programa educativo que se mostrava ativo e renovado por ter feito seu relançamento, demonstrava a força da cadeia nacional com a "união" das emissoras de rádio, mesmo que fosse por imposição da lei. Nesse sentido, a comunidade dos ouvintes do *Projeto Minerva* imaginar-se-ia como parte integrante dessa grande rede.

O terceiro lançamento datado entre os anos de 1977 e 1978, aconteceu nos estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe (LEOBONS, 1984, p. 72). Do segundo lançamento para este, o Estado do Amapá passou a integrar ao conjunto de Estados que recebiam a transmissão do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*. Entretanto, o estado de Roraima deixou de fazer parte. Apesar de quase todo o território

[147] Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI-UERJ) é uma unidade de ensino da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, embora tenha sido fundada em 1962 como entidade autônoma, pelo governador Carlos Lacerda, iniciou suas atividades apenas em 1963. É considerada a primeira instituição a oferecer um curso de graduação em *design* de nível superior no Brasil. Situa-se na Rua do Passeio, 80 – Lapa – Rio de Janeiro – RJ. Site: <www.esdi.uerj.br>.

brasileiro estar coberto pelo sinal em cadeia nacional, o número de inscritos reduziu de 144.450 para 97.510[148], de acordo com Leobons (1984, p. 71-73).

Percebe-se que não houve divulgação na imprensa escrita a respeito do terceiro lançamento, diferentemente, de como aconteceu nas edições anteriores, dando-nos pistas de que a popularidade do programa estivesse comprometida. A ausência da divulgação implicou-nos em refletir a partir de De Luca (2005, p. 140), no que concerne ao destaque conferido a algum acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação nos jornais. Nesse interim, o encolhimento do *Projeto Minerva* quanto ao seu tempo de duração foi cogitado com base na declaração do coordenador do Programa Nacional de Teleducação (Prontel/MEC), Luiz Antônio Souza Lima de Macedo. Seria estudada a possibilidade de se reduzir de 75 para 60 minutos os programas culturais de final de semana (*JORNAL DO BRASIL*, 21/05/1977, p. 14). As unidades federativas envolvidas no quarto lançamento do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, entre 1978 e 1979, são observadas na Figura 14:

Figura 14 – Mapa dos estados que transmitiram o *Projeto Minerva* (1979)

Fonte: produzido pela autora.

[148] Observa-se, que na reportagem do *Jornal do Brasil* de 28 de outubro de 1979, houve a indicação do número de 138.470 participantes no terceiro lançamento do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (07/02/1977 a 19/05/1978) (1979, p. 9). Contudo, consideramos o total de 97.510 inscritos que foi o divulgado em Leobons (1984, p. 72-73), baseado na fonte *MEC/SRE/Projeto Minerva/*Relatório das quatro veiculações (1980).

Participaram deste lançamento os estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Fernando de Noronha, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo e Sergipe (LEOBONS, 1984, p. 72). Nesse momento, o Estado de Santa Catarina deixou de transmitir o Curso do SRE/MEC, enquanto o Território de Fernando de Noronha e o Estado do Mato Grosso do Sul[149] passaram a fazê-lo. O mapa demonstra a extensão coberta pelo *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, no ano de 1979. Os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, segundo o IPEA/IPLAN (1976, p. 129), mantiveram o convênio com a Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM), o que já acontecia desde a Fase I do *Projeto Minerva*. Por causa disso, na Fase II, o horário gratuito para a transmissão de seus cursos educativos não foi creditado ao *Projeto*.

Caso semelhante aconteceu no Estado da Bahia que se manteve com transmissão pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), desde sua criação em 1969. Não obstante, foi a partir de julho de 1961 que a radiodifusão educativa no Estado da Bahia foi introduzida, através de convênio entre os governos federal e estadual (LEOBONS, 1984, p. 80). Entretanto, em alguns momentos como em 1972, a Bahia não conseguiu a liberação de nenhuma emissora para veicular a programação do *Curso Madureza Ginasial* (IRDEB). Dessa maneira, o Estado da Bahia transmitiu, naquele momento, o *Curso Madureza Ginasial*, porém, assinado por outra instituição, a Fundação Padre Anchieta (LEOBONS, 1984, p. 93), justificando, com isso, sua ausência na participação do *Projeto Minerva,* em cadeia nacional.

O quantitativo de participação no quarto lançamento do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* entre 1978 e 1979, foi ainda mais alarmante se considerarmos que o número de 46.530 inscritos, significava quase a metade da primeira edição, um terço da segunda e menos que a metade da terceira, incluindo todos os tipos de recepção. São muitas as especulações a respeito da trajetória descendente do público inscrito no Curso do SRE/MEC (1973-1979), durante os seis anos que vigorou. Uma das explicações para isso pode ser encontrada na divulgação do *Jornal do Brasil*, quando relacionou a diminuição do número de inscritos no último lançamento com a novidade do reembolso postal e do pagamento dos fascículos, não mais sendo distribuídos gratuitamente, como havia sido até ao lançamento anterior (28/10/1979, p. 9).

[149] O então presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar nº 31, em 11 de outubro de 1977, dividindo o Estado do Mato Grosso para criar o Estado do Mato Grosso do Sul.

Outro fator que pode ter contribuído para a diminuição de popularidade do *Projeto* foi a falta de renovação dos personagens e do curso em geral, como analisa Andrelo *et al* (2009, p. 86), prejudicando, assim, a aceitação pelo público. O professor e também produtor dos programas culturais do *Projeto Minerva*, Pedro Paulo Gil (2011), revelou que a resistência aos programas do *Projeto Minerva* acontecia de tal maneira, que a população o havia apelidado por "Projeto Me Enerva", fazendo um trocadilho com o seu nome. Na opinião do entrevistado, apenas os programas culturais dos finais de semana, com o passar do tempo, foram cativando o público em geral, a despeito desses mesmos sofrerem críticas e adaptações, ao buscar minimizar, ao máximo, as opiniões contrárias.

Em contrapartida, no ano de menor publicidade do *Projeto Minerva* nas mídias, houve propagação pela imprensa acerca da participação de cinco instituições brasileiras no *12º Concurso Internacional de Programas Educativos do Prêmio Japão* (1979): o Programa do Mobral; a Fundação Centro Brasileiro de Tv Educativa (TVE); a Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAN); a Fundação Padre Anchieta (FPA) e o Centro Paulista de Rádio e TV Educacional (TV2 Cultura); e o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE)/*Projeto Minerva* (*O FLUMINENSE*, 05/12/1979, p. 5). Serviria o *Projeto Minerva* como vitrine para o mercado exterior nesse momento? Não se descobriu até que ponto essa caravana rendeu frutos. O que se notou foi a diminuição de anúncio, publicação ou qualquer outro destaque sobre o *Projeto*, nos jornais pesquisados, a partir do ano de 1980, principalmente.

As opiniões contrárias ao *Projeto Minerva* foram identificadas durante todo o período pesquisado, a exemplo das que serão demonstradas a partir desse ponto. No 1º Caderno do *Jornal do Brasil*, na coluna *Carta aos Leitores*, foram duas as correspondências que criticaram o programa supletivo. A primeira recriminação foi direcionada ao conteúdo do *Projeto Minerva* que dizia:

> 'Ontem, 18 de novembro, ouvi o Programa do *Projeto Minerva*, o que acontece esporadicamente. Tratando de Regras de Acentuação Gráfica, o locutor aludiu à colocação do acento diferencial dando exemplos e explicando o porquê do mesmo... Tudo de acordo com o figurino, como se não houvesse sido aprovada a Lei nº 5.765[150] de 18 de dezembro de 1971, a qual aboliu tal acento, 11 meses após sua publicação. Silvio da Silva Delgado - Teresópolis (RJ)' [grifos do autor] (*JORNAL DO BRASIL*, 28/11/1972, p. 6).

A segunda carta (*JORNAL DO BRASIL*, 23/01/1973, p. 6) continha a reclamação do leitor Geraldo Branco de Miranda, da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, que começou a mensagem

[150] C.f.: sobre a convenção ortográfica a partir da Lei nº 5.765/71. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br /ccivil_03/leis/l5765.htm>. Acesso em: 24 mar. 2022.

exaltando a iniciativa educativa e cultural voltada aos adultos, porém, sentindo ser injusto o fato de pessoas cujo nível de instrução já fosse elevado serem obrigadas a manterem-se privadas do uso de seus rádios para lazer. Sua sugestão foi dispor os programas em mais de um horário, em estações diferentes, aumentando as possibilidades de acesso em variados momentos durante o dia, favorecendo também aqueles que se encontrassem impossibilitados de assistir ao programa no turno da noite.

Passível de crítica foi também o montante de conteúdo ministrado em um único dia do *Projeto Minerva*, segundo a seção *Informe JB* (*JORNAL DO BRASIL*, 19/03/1973, p. 10). O periódico noticiava que apesar do *Projeto Minerva* ter sido "uma ideia de ouro em matéria de educação da grande massa popular", havia sempre algo a reclamar. Por exemplo, a massa de informações do *Projeto Minerva* num mesmo programa era de tal forma tão intoxicante que outro dia "um dos alunos recitava o que aprendera momentos antes [...] 'Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, foi recebido pelo Marechal Deodoro da Fonseca e logo em seguida assinou a Constituição, enviada às cortes Espanholas pelo Pero Vaz de Caminha'" [grifos do autor].

De outra vez, na *Coluna do Zózimo*, o qual era um prestigiado jornalista e editor do *Caderno B* do *Jornal do Brasil*, foram apontados deslizes que ele interpretou como má qualidade de conteúdo do *Projeto Minerva*, algo que em seu ponto de vista era inadmissível. Até porque o que havia sido ministrado não tinha fundamentação:

> O *Projeto Minerva*, não se sabe sob orientação de quem, está dando perigosas deslizadas em sua programação. O programa, cuja conotação teria, obrigatoriamente, de ser a mais séria possível para cumprir seu objetivo cultural, está apresentando até piadas (de mau gosto) sem a menor razão de ser. Numa noite dessa semana, por exemplo, além de uma anedota sobre um bêbado norte-americano (porque não um brasileiro?), o conselho estarrecedor dos pedagogos e psicólogos do Projeto explicando que entre todos os vícios, inclusive o de tóxicos, o do álcool deve ser o preferido, pois é menos prejudicial que o outro. Boa coisa não se pode esperar de quem pretende ser educado pelo rádio (*JORNAL DO BRASIL*, 31/03/1973, p. 3).

A opinião do colunista Zózimo, que tinha uma extensa lista de leitores diários, provocava para que os ouvintes estivessem atentos e reflexivos acerca do assunto. Ademais a essas preocupações percebidas e apontadas pela imprensa, o *Projeto Minerva* era visto como um curso que não era bem acolhido nos grandes centros (*JORNAL DO COMMERCIO*, de 27/06/1973, p. 7). A reportagem trazia à baila que o programa havia sido a solução para as regiões do Norte e Nordeste do país, porque mesmo com toda a precariedade de material existente, ainda assim, eram apresentados resultados que superavam as expectativas. Isso se dava, segundo o periódico, pois, onde a televisão não chegava, o rádio de pilha era o grande comunicador.

Houve ainda manifestações contrárias ao modelo do *Projeto Minerva*, por meio da imprensa alternativa como, por exemplo, no jornal *O Brasinha*[151], escrito por estudantes, o qual tinha como símbolo, fazendo jus ao título, o desenho de um diabinho com tridente. Este jornal era mimeografado e distribuído gratuitamente, tratando com resistência às ações do governo militar. Vejamos um trecho do mesmo, com divulgação no ano de 1973:

> Todo mundo ficou indignado com tal acontecimento. Isso desestimula os outros alunos a estudarem 4 anos ginasiais. Muitos já estão dizendo 'Para que fazer o ginásio? Basta fazer o Projeto Minerva e pronto!'. É nossa firme opinião que isso é um escândalo, uma desmoralização do ensino brasileiro. Um professor consciente não aceita sem mais nem menos tamanho disparate. Até parece uma piada. É por isso que alguns dizem que a educação, no Brasil, é uma vergonha nacional. Aqui, em Porto Calvo, estamos a braços com esta vergonha [grifos do original] (*O BRASINHA* nº 104, 1973, p. 16).

O Jornal *O Brasinha* neste exemplar havia colocado em xeque não somente o modelo de ensino no qual o *Projeto Minerva* enquadrava-se, quanto ao professor que aceitava trabalhar no curso supletivo. Esta reportagem foi exposta na coluna intitulada "Gente e Coisas de Porto Calvo", município do Estado de Alagoas. A indignação do povo daquela cidade deu-se quando egressos do *Projeto Minerva* matricularam-se no Curso Pedagógico da cidade. A crítica estava em ex-participantes de um programa que pouco ensinava, na opinião deles, tornarem-se profissionais da educação. Em prol de reiterar o exemplar anterior, o de nº 105 também abordou o *Projeto Minerva*:

> [...] A nossa nota visa unicamente o próprio 'Projeto Minerva' em si mesmo. Ele é mal feito e por isso é altamente criticável. As respostas podem ser dadas corretamente por qualquer aluno do 4º ou 5º ano primário. Não é absolutamente necessário ter conhecimentos das matérias do ginásio. Praticamente, este 'Projeto Minerva' tem a intenção de promover um aluno das classes primárias para o curso pedagógico. Isso também significa que o pessoal do tal 'Projeto Minerva' dá pouco valor ao curso pedagógico dando a entender que um aluno com pouquíssimos conhecimentos pode cursar o Pedagógico [grifos do autor] (*O BRASINHA* nº 105, 1973, p. 6).

Em 1973, quando as críticas foram a público, a transmissão tinha somente três anos de existência. Essa ideia já vinha um pouco na esteira do descontentamento de tantos outros projetos supletivos que não foram em frente e nem deram resultados, ao invés do país desenvolver escolas, professores e infraestrutura para que a educação pudesse se solidificar. Leobons (1984, p. 40) analisa dois trabalhos acadêmicos acerca da educação de adultos, quando

[151] Os únicos recortes dos exemplares do jornal *O Brasinha* foram localizados no acervo do Arquivo Nacional. Em pesquisa na *web*, encontramos informações que o jornal era oriundo de Campinas/SP.

o primeiro apresentou as seguintes conclusões[152]: o *Curso Supletivo do Projeto Minerva – Fase II* não atendeu às necessidades da clientela, devido à falta de adequação do conteúdo à realidade daqueles que o procuravam. Também porque houve falhas na distribuição dos fascículos e má qualidade do som; e ainda elevados índices de repetência e evasão (1984, p. 14). O segundo trabalho apresentou os seguintes resultados[153]: má definição de objetivos, inexistência de dados para uma correta avaliação e, ainda, a presença de dúvidas acerca da transmissão nacional. A partir desse momento, a autora trouxe à sua reflexão alguns pontos focais: "centralização da utilização e não diversificação de horários e programação, o que vai gerar certamente, o não atendimento aos interesses e necessidades da clientela tão diversificada e que se localiza por todo o País" (1984, p. 14).

Em contrapartida, a reportagem do periódico *Jornal do Brasil* do dia 23 de março de 1975, sob o título *Educação descobre os problemas,* pontuava que a educação de adultos poderia contar com o ensino pelo rádio para garantir o êxito na empreitada educativa. A entrevista da Subsecretária de Estado de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, a professora Edilia Garcia, no sétimo dia completo da Fusão Rio-Guanabara realizada em 01º de março de 1975, chamava a atenção para os vários problemas encontrados a respeito da educação. Entre eles estavam a falta de professores e a necessidade de reajustes e de treinamento aos profissionais; escolas em más condições; e falta de vagas na rede pública, o que era geralmente solucionado com a distribuição de bolsas de estudos em escolas particulares:

> [...] São metas definidas também a reformulação do ensino supletivo (a professora Edilia Garcia, subsecretária, tem ideias conhecidas a respeito, considerando que supletivo não é ensino regular de segunda categoria), como a difusão de meios auxiliares como a televisão (continuação da novela João da Silva) e do rádio (nova etapa do *Projeto Minerva*) (*JORNAL DO BRASIL*, 23/03/1975, p. 15).

As bolsas de estudos não eram direcionadas ao público adulto, o que fazia a professora se mostrar esperançosa em abranger esse grupo pelos programas educativos-culturais via rádio e televisão. Contudo, um fenômeno recorrente apontado pelo diretor do Centro de Produções do *Projeto Minerva,* Allan Lima, em reportagem ao *Jornal do Brasil* do dia 28 de outubro de 1979, causava-lhe preocupação. A participação nos radiopostos, quase que na totalidade, era representada por trabalhadores, os quais ele chamou de "clientes do *Projeto Minerva*". Por isso, o comparecimento dos trabalhadores por cinco vezes/semana no radioposto, onde permaneciam

[152] *Projeto Minerva Fase II: Problema e Alternativas de Soluções*, de autoria de Maria Cândida Albuquerque Lima e Sílvia M. Velho (s.n.t.).
[153] *Teleducação em Larga Escala: O Caso do Projeto Minerva*, de autoria de João Batista Oliveira e François Orivel (s.n.t.).

por mais de duas horas/dia, ficava prejudicado, devido muitos serem chefes de família (1979, p. 9).

Findados dez anos do início das transmissões do *Projeto Minerva*, em 1979, a imprensa seguidamente colocava-se contra à programação educativa radiofônica compulsória. A queixa ia de encontro aos horários usurpados do rádio e da televisão para que fossem transmitidos 60 minutos de *Hora do Brasil* e 30 minutos de *Projeto Minerva,* logo a seguir. A reportagem chamava a atenção de todo esse movimento ter sido desencadeado a partir de um simples decreto e que, em época de eleições, o famoso horário reservado à campanha eleitoral representava outro "exemplo de tempo mal-empregado e de arbítrio em relação a uma atividade econômica" (*JORNAL DO BRASIL*, 07/10/1979, p. 9).

Sem contar que a dificuldade em acompanhar as aulas também se mostrava desafiadora e, por isso, similarmente, virava notícia. O diretor do *Projeto Minerva*, Allan Lima, explicou ao jornal que não havia como pré-requisito prova ou teste aplicado antes do ingresso, pois não era a intenção do *Projeto Minerva* avaliar o grau de conhecimento do candidato (*JORNAL DO BRASIL*, 28/10/1979, p. 9). Da mesma forma, o diretor deixou claro que não fazia parte do seu desejo, e nem da equipe do SRE/MEC/*Projeto Minerva*, fazer um curso mais fácil: "Nós não estamos preocupados com índice de aprovação, mas ensinar. Fazer um curso mais fácil seria um desserviço". O diretor Allan Lima citou fatores de ordem psicológica que contribuíam, na sua opinião, para a desistência dos inscritos, e um deles era: "o cliente que desiste por vergonha de ter dificuldades para compreender situações facilmente apreendidas pelos filhos" (28/10/1979, p. 9).

Vejamos que o *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC) era representado pelo diretor do *Projeto Minerva* como um curso com o nível de dificuldade de forma justa, já que ele e sua equipe não o modificaria para que ficasse fácil e nem se importaria quanto à relação do índice de aprovação/reprovação. Os percentuais de abandono ou de evasão do *Projeto Minerva* eram elevados, o que no nosso entendimento deveria ter sido motivo suficiente para que houvesse uma reformulação do método ou conteúdo. Por mais uma vez, a falta de continuidade do curso supletivo recaía sobre os ombros do sujeito participante e de sua família, ao relacionar o insucesso do *Projeto Minerva* unicamente ao "cliente" e sua força de vontade.

Essas e outras apreciações puderam ter servido como as responsáveis pelo esvaziamento do *Projeto Minerva* ao longo do tempo. Contudo, ainda houve mais uma suspeita para ter ocorrido o declive de participação no final da década de 1970, que foi a respeito do emprego de recursos e de *now how* tecnológico insatisfatórios. O diretor Allan Lima deixou algumas

sugestões e, entre elas, que a distribuição gratuita do fascículo pudesse voltar a ser feita, já que na sua opinião a clientela era carente de recursos ou que, pelo menos, o material se mantivesse mais acessível.

A partir do final do quarto lançamento consecutivo do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC) (1978-1979) um novo formato na transmissão foi implementado: o curso foi dividido em duas etapas, sendo a primeira composta das aulas da área de Ciências (Matemática e Ciências Físicas e Biológicas), enquanto a segunda foi realizada pelas áreas de Estudos Sociais e Língua Portuguesa. A primeira etapa aconteceu de 21 de janeiro de 1980 a 12 de junho de 1980, com 50 horas de transmissão; e a segunda de 16 de junho de 1980 a 28 de novembro de 1980, com 52 horas e 30 minutos (LEOBONS, 1984, p. 72).

O horário de veiculação respeitou o mesmo utilizado, com a transmissão da Agência Nacional e mais 48 emissoras comerciais. As emissões do curso de forma separada aconteceram mediante o atendimento nas recepções organizada e controlada. O número total de inscritos por etapa resultou em 24.247 participantes na primeira etapa e 25.998 na segunda (LEOBONS, 1984, p. 72). Paralelamente à transmissão do quarto lançamento do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC), estava sendo criado o *Curso Supletivo de 2º Grau do Projeto Minerva*, de autoria do mesmo órgão, com o objetivo de alcançar os adultos com 19 anos completos ou mais. Contudo, esse projeto não foi à frente por ter sido encampado pela Fundação Roberto Marinho.

3.1.1 Telecursos de 1º e 2º graus da Fundação Roberto Marinho

Inicialmente, o *Curso Supletivo de 2º Grau* (SRE/MEC/*Projeto Minerva*) foi planejado para ser aplicado em duas etapas, em caráter experimental. Sendo assim, a primeira delas foi transmitida no período de 07/09/1978 a 09/03/1979 (LEOBONS, 1984, p. 75), para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, utilizando-se de 5 emissoras comerciais. Contudo, alegando problemas de ordem financeira, o SRE/MEC não levou à frente a segunda etapa do curso de 2º Grau tendo sido, desse modo, seu lançamento suspenso. Segundo Leobons (1984, p. 75), os recursos para a produção e veiculação dos cursos de 1º e 2º graus desenvolvidos pelo SRE/MEC eram oriundos do Tesouro Nacional, porém não se apresentavam suficientes, dada a verba direcionada ao orçamento do MEC ser limitada.

Meses depois da suspensão do *Curso Supletivo de 2º Grau* (SRE/MEC), o diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), Heitor Salles, esteve em contato com o representante da Fundação Roberto Marinho (FRM) em Brasília, no *7º Encontro Nacional de Dirigentes de*

Órgãos do Ensino Supletivo (1979), onde discutiram sobre as prioridades do *Projeto Minerva* para seus vindouros cinco anos (*JORNAL DO BRASIL*, 28/10/1979, p. 9). Uma das questões abordadas na conversa pelo jornal, perpassava acerca do *Projeto Minerva* ter deixado de distribuir os fascículos gratuitamente no quarto lançamento do seu curso supletivo, através de editores particulares (Bloch e Abril), uma vez já possuírem expertise para isso. A justificativa dada por Heitor Salles foi encarada pela jornalista Mara Caballero, como uma desculpa recorrentemente utilizada: "falta de verbas" (*JORNAL DO BRASIL*, 28/10/1979, p. 9). A extensa reportagem continuava denunciando pontos de conflitos:

> Mas o que se podia esperar depois de a educação decrescer de prioridade, ficando à sua frente o transporte? – Lembra o coordenador do Centro de Produções do *Projeto Minerva*, Allan Lima. Não houve cortes, só no *Projeto Minerva*. E o diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa, Heitor Salles, garante que o *Projeto Minerva* não foi abandonado. Apenas não teve sucesso nas mudanças realizadas. A falta de verbas foi duramente sentida (a deste ano foi de Cr$ 48 milhões e, de acordo com o Heitor Salles, seriam necessários mais de 20%). Como disse um funcionário durante o encontro nacional realizado em fins de junho do ano passado, havia Cr$ 30 milhões para o lançamento do curso de primeiro grau, segunda fase (antigo ginásio) em agosto, o que equivalia a um terço do necessário. A saída foi um sistema de coedição com a FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar) e o MEC, com os Correios fazendo o levantamento do potencial da clientela. O ***feedback***, no entanto, ficou aquém do esperado havendo inclusive um encalhe dos fascículos. O diretor Heitor Salles diz que o encalhe não foi muito grande, pois os fascículos eram editados aos poucos (cada fascículo custa Cr$ 9 por reembolso postal e serve para um período de um mês. São vendidos de quatro em quatro, nas bancas, ao custo de Cr$ 12) [grifo do autor] (*JORNAL DO BRASIL*, 28/10/1979, p. 9).

Vários outros tópicos foram discutidos no Encontro em Brasília, inclusive a de aceitar ajuda de entidades particulares (seria publicado uma propaganda no fascículo em troca de uma nota citando a entidade como colaboradora) (*JORNAL DO BRASIL*, 28/10/1979, p. 9). Porém, o jornal noticia que o diretor do SRE/MEC/*Projeto Minerva*, Heitor Salles, não considerava esta alternativa como a saída ideal, pois as agências de publicidades que detinham as contas de grandes empresas não viam nos fascículos do *Projeto Minerva* um bom veículo de propagandas, dado que o público atingido não era de elevado poder de consumo.

Nesse momento, Heitor Salles argumentou que havia quatro anos da tentativa de firmar um acordo com a Copersucar[154] para financiar o *Projeto Minerva*. A empresa nacional de açúcar e etanol que havia ficado famosa pelo patrocínio à equipe brasileira de Fórmula I, estaria disposta a investir 1 milhão de cruzeiros no programa supletivo. Contudo, conforme a

[154] A empresa Copersucar na década de 1970 despontava no mercado e se tornava a patrocinadora da equipe brasileira automobilística de Fórmula 1, dos pilotos brasileiros Emerson Fittipaldi e Wilson Fittipaldi Jr, conhecida como escuderia Copersucar-Fittipaldi, com estreia no Grande Prêmio (GP) da Argentina (1975). Atualmente a Copersucar S/A é a maior cooperativa brasileira de açúcar e etanol e uma das maiores exportadoras globais destes produtos.

Copersucar havia sido a única empresa interessada, concluiu-se que a citação de um único nome de apoio no material didático pareceria haver apenas um responsável pelo financiamento de todos os fascículos, o que não seria desejável (*JORNAL DO BRASIL*, 28/10/1979, p. 9).

Nota-se nos argumentos do diretor Heitor Salles que a União não demonstrava interesse em continuar à frente da iniciativa supletiva. Fatalmente, mais esse programa educativo estava sendo deixado de lado, conforme havia acontecido com outros já mencionados anteriormente. Nem o Estado investia o recurso suficiente, nem aos patrocinadores foi oferecido uma proposta atraente e nem tampouco outra solução apareceu por parte do SRE/MEC para que pudesse manter-se na liderança do *Projeto Minerva*. Assim, "A solução encontrada foi a ajuda da Fundação Roberto Marinho, que já financiava a edição e a distribuição dos fascículos do segundo grau" (*JORNAL DO BRASIL*, 28/10/1979, p. 9).

Entretanto, o que a imprensa não noticiou, haja visto o governo militar ter mantido como "documentação confidencial"[155], relacionava-se com a Fundação Roberto Marinho ter encaminhado ao MEC, em abril de 1979, o Projeto SPG (FRM), pleiteando o apoio financeiro do Estado ao seu curso de 1º Grau. A solicitação que foi analisada pela equipe técnica da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus (SEPS), órgão subordinado à Subsecretaria de Ensino Supletivo (SES), apontou, entre outras deficiências técnicas e legais, "o elevado custo do *Projeto*, com previsão de investimentos na ordem de Cr$ 366.000.000,00, quando todo o orçamento da Subsecretaria de Ensino Supletivo, no mesmo ano, era de Cr$ 174.925.000,00" (RELATÓRIO UnB, 1983, p. 12).

A solução encontrada durante o governo do General João Figueiredo (1979-1985) foi promulgar o Decreto Presidencial nº 84.639, autorizando a abertura de Crédito Suplementar no valor de Cr$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros) em favor da Secretaria Geral do MEC. O Ministério da Educação chefiado por Eduardo Portella (1979-1980) ficaria responsável por repassar a quantia em dinheiro estimada à Fundação Roberto Marinho. Dessa forma, o aumento orçamentário da União, solução encontrada pelo poder público para investir no ensino supletivo, não considerou continuar produzindo e coordenando o curso supletivo do *Projeto Minerva* (SRE/MEC), mas sim entregar à Fundação Roberto Marinho a "missão".

Foram injetados bilhões de cruzeiros na Fundação Roberto Marinho para que se mantivesse à frente da educação de adultos, por meio dos veículos rádio e televisão. Sobretudo ao apoio financeiro recebido pelo MEC, a FRM lucrou demasiadamente com a oportunidade da

[155] C.f.: documento em caráter "Confidencial" que trata sobre o "SPG – Supletivo de Primeiro Grau – Relatório da Avaliação dos Resultados – Período 81/82". Fonte retirada do acervo digital do SIAN. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/84045471/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84045471_an_01_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

exploração comercial por meio da venda dos fascículos e da veiculação de propagandas e comerciais, utilizando-se da comunicação feita pelo jornal escrito, rádio e televisão. Uma vez a criação da Fundação ter sido anunciada em novembro de 1977[156] pelo jornalista Roberto Marinho como privada e sem fins lucrativos, desde então, desenvolve atividades nas áreas da educação, patrimônio e meio ambiente, entre outras.

Segundo Oliveira (2011), a Fundação Roberto Marinho, pertencente ao Grupo Globo, se traduziu em uma organização milionária a qual apostou em seu curso, o *Projeto Supletivo de Segundo Grau* (SSG/FRM), para manter a imagem de que suas atividades visavam o bem-estar do cidadão e não o lucro, com serventia à atender a demanda da população. Dessa forma:

> [...] o projeto serviu como elemento legitimador da posição privilegiada de Roberto Marinho no campo midiático nacional, o que possibilitou ao empresário incrementar a sua ligação com o regime militar e deslegitimar as críticas quanto à condição quase monopolizadora da Rede Globo no campo televisivo brasileiro, assegurando para a sua emissora uma imagem de prestadora de serviço social e comprometida com a instrução pública da sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2011, p. 8).

Ações do curso *Telecurso de Primeiro Grau – SPG* (FRM) se assemelharam ao supletivo de 1º Grau concebido pelo SRE/MEC. A considerar que cada emissão do curso da FRM tinha a duração de 18 meses, era dividida em três fases e, em cada uma delas, duas disciplinas eram transmitidas e agrupadas da seguinte maneira: Língua Portuguesa/História; Geografia/Ciências; e Matemática/Organização Social e Política Brasileira (OSPB)/Educação Moral e Cívica (EMC). Os Estudos Complementares constituídos de Saúde, Arte, Esporte e Trabalho, permeavam as três fases (RELATÓRIO UnB, 1983, p. 4-5).

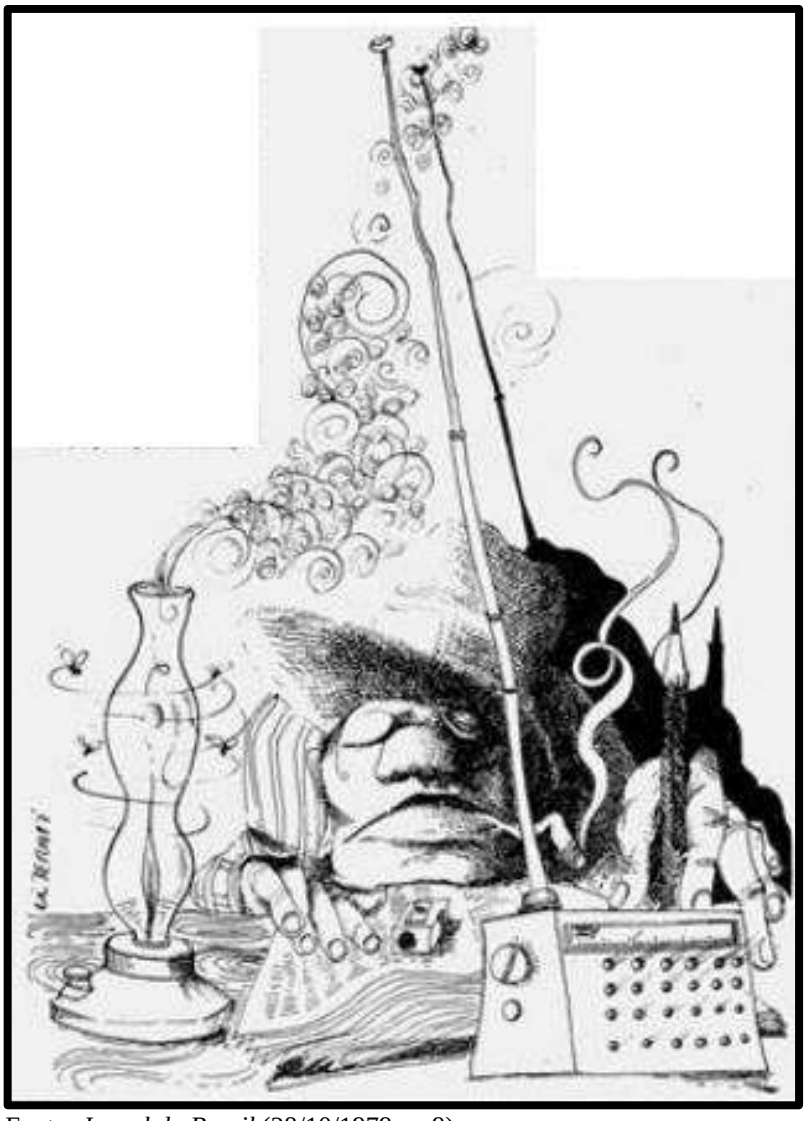
O diretor do Centro de Produções do *Projeto Minerva*, Allan Lima, em entrevista ao *Jornal do Brasil de* 28 de outubro de 1979, declarava que para a exploração do curso supletivo de 1º Grau pelo rádio, seriam aproveitados os textos já utilizados nos fascículos, com ligeiras modificações, do supletivo pela TV, o *Telecurso de Primeiro Grau – SPG* (FRM), evitando-se assim, a duplicidade de esforços (1979, p. 9). Entendemos que ao interromper as transmissões do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC), a fim de passar a transmitir os telecursos da Fundação, haveria nisso um retrocesso. Enquanto os programas radiofônicos e os fascículos do SRE/MEC eram específicos para o rádio, os da Fundação Roberto Marinho eram voltados à televisão tendo, desse jeito, que serem adaptados aos ouvintes do rádio.

---

[156] Nota-se a proximidade das datas de criação da Fundação Roberto Marinho (1977) e do início das suas investidas no curso supletivo do *Projeto Minerva* (1978). Teria sido propositalmente a concepção de uma Fundação, dado seu caráter exclusivo e sem concorrência para assumir o ensino supletivo pelo rádio e pela TV brasileira?

Acompanhava a reportagem intitulada "*Projeto Minerva*, a educação em crise" (*JORNAL DO BRASIL*, 28/10/1979, p. 9) uma charge apresentada na Figura 15, na tentativa de traduzir a crise pela qual passava o ensino de adultos pelo rádio, representada pelo jornal como "enfadonho". Para o diretor Allan Lima, fazer mudanças nos fascículos seria positivo, uma vez que exigir-se-ia mais dos participantes ao pedir que preenchessem lacunas do fascículo ou fizessem um traço na frase. Para ele, essas ações evitariam que o participante dormisse, já que ele considerava que naquele momento o material impresso do SRE/MEC era como se fosse a réplica do que era dito pelos locutores de rádio (*JORNAL DO BRASIL*, 28/10/1979, p. 9).

Figura 15 – Charge ilustrativa da reportagem



Fonte: *Jornal do Brasil* (28/10/1979, p. 9).

Nota-se que a charge representava um trabalhador sonolento, uma vez o diretor Allan Lima defender que geralmente o "cliente" vinha de um dia de trabalho ou morava longe, aspectos esses que corroboravam com seu desinteresse. O *Jornal do Brasil* de 28 de outubro de

1979 apresentava o homem trabalhador que usava um tipo de chapéu característico do "homem do campo", trajando uma camisa listrada com mangas compridas. Sua expressão de sonolência por cima do fascículo, com os olhos fechados, segurava o lápis de ponta para cima, ao invés de estar com a ponta apoiada no fascículo ou no caderno, inerte na ação da escrita. O apontador de lápis "descansava" sobre o fascículo aberto, uma vez a ponta do lápis estar feita e sem uso. O desenho parecia chamar a atenção para um momento de esforço da parte do trabalhador, que mesmo cansado ao fim do dia, com um lugar pouco apropriado para a leitura, mantinha-se à mesa sobre o material do *Projeto Minerva*, em contrapartida ao programa chato e desinteressante, crítica essa de grande parte da opinião pública, conforme o periódico denunciava naquele momento (*JORNAL DO BRASIL*, 1979, p. 9).

Pela representação da charge notamos o programa pelo rádio sendo ouvido através de um aparelho, que poderia ser de pilha, demonstrando uma antena grande e torta, sendo refletida pela sombra na parede, por meio da luminosidade que vinha de uma lamparina. O homem mantinha aceso em sua boca um cigarro torto que parecia ser de rolo, que soltava fumaça. O ambiente parecia ser bem humilde, dada à luz não ser elétrica e os insetos fazerem parte do ambiente, ao redor da chama. A fumaça da lamparina unia-se à antena e à sombra na parede, esvaindo-se pelo ar.

Ficava a dúvida: seria a Fundação Roberto Marinho favorecida pela crítica e rejeição já existente do público ao programa? Ou tudo isso foi criado/imaginado para haver uma necessidade/urgência na transposição da coordenação do SRE/MEC para a FRM? Não por acaso, a Rede Globo sempre se mostrou próxima às entidades públicas de educação no Brasil. Apoiada pelas notícias divulgadas na imprensa (*O FLUMINENSE*, 11/04/1973, p. 9) e (*CORREIO DA MANHÃ*, 20 e 21/04/1973, p. 2), a empresa privada do empresário Roberto Marinho já participava de encontros com autoridades públicas desde antes de lançar os telecursos nos anos 1979/1980.

Na *I Semana de Comunicações Audiovisuais na Educação*, participaram do evento a Rede Globo de Televisão, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República, o Instituto Nacional do Cinema (INC), o *Projeto Minerva* (SRE/MEC), a Universidade Federal Fluminense (UFF), entre outros. O evento ocorreu entre os dias 23 e 27 de abril de 1973, no Salão Nobre da Faculdade Cândido Mendes (RJ), teve como objetivo a divulgação dos meios de comunicação de massa para a melhor utilização no sistema educativo, informava a reportagem (*O FLUMINENSE*, 11/04/1973, p. 9) (*CORREIO DA MANHÃ*, 20 e 21/04/1973, p. 2).

Em caráter experimental, o programa televisivo *Telecurso 2º Grau* foi levado ao ar pela primeira vez, em São Paulo, em janeiro de 1978. "Em abril do mesmo ano o programa atingia o Distrito Federal, em maio o Rio de Janeiro, e, em julho, o restante do Brasil. Em agosto, valendo-se da estrutura do *Projeto Minerva*, o programa é adaptado para o rádio" (BARRETO, 1986, p. 127 *apud* HADDAD, 1991, p. 345). O *Telecurso 2º Grau* era composto por três fases, sendo a primeira constituída pelas disciplinas de História, Geografia e Língua Portuguesa/Literatura Brasileira. A segunda fase incluía Matemática, Inglês, e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) ou Educação Moral e Cívica (EMC). Por fim, entravam as disciplinas Química, Física e Biologia. O *Telecurso 2º Grau* fez parte da programação televisiva e radiofônica, entre os anos de 1978 a 1985[157], tendo sido transmitido por 52 emissoras filiadas à Globo e pelas TVs Educativas (HADDAD, 1991, p. 345).

Foi assim que em 25 de junho de 1980, o MEC e a FRM assinaram um Acordo de Cooperação e Amparo Técnico e Financeiro nº 01/80, para apoio e ampliação do *Projeto Supletivo do Primeiro Grau (SPG) – Telecurso 1º Grau*, que vinha sendo desenvolvido pela FRM, com a finalidade de suprir a terminalidade de 1º Grau para o público adulto. Ao MEC cabiam as responsabilidades de garantir o horário gratuito do *Projeto Minerva* e a sua divulgação (MEC/FRM, 1982, cláusula 2ª), bem como manter o apoio financeiro e a elaboração dos programas de rádio, de acordo com os fascículos e as aulas criadas para a TV, dos programas telecursos de 1º e 2º graus (MEC/FRM, 1982, cláusula 3ª).

Já a Fundação Roberto Marinho, baseada no Acordo nº 01/80, comprometia-se a criar o material didático impresso de apoio aos programas de rádio e de televisão, além de assumir a coordenação pedagógica do *Projeto Minerva*, que passariam a transmitir os telecursos de 1º e 2º graus. Em caráter complementar, em 18 de fevereiro de 1982 foi estabelecido um Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação e Amparo Técnico-Financeiro nº 01/80, com o objetivo de assegurar a efetiva expansão e consolidação do *Projeto Supletivo de Segundo Grau (SSG) – Telecurso 2º Grau* (FRM). O curso do 2º Grau foi desenvolvido em três etapas, com o total de 175 horas/aula. A primeira etapa do SSG contava com 24 semanas, e as segunda e terceira etapas com 23 semanas cada, totalizando 70 semanas, com a estreia marcada para o dia 14 de janeiro de 1980. O material de apoio inicialmente foi constituído por fascículos semanais, o qual depois passou ao formato de livro, dividido por disciplinas. Ambos eram adquiridos nas bancas de jornais ou pelo reembolso postal (LEOBONS, 1984, p. 75).

[157] Em 1986, a Fundação Roberto Marinho criou uma nova versão do Telecurso 2º Grau em parceria com a Fundação Bradesco. Os cursos da FRM voltados à EJA, através de diversas nomenclaturas e parcerias, mantêm-se atuantes desde o final da década de 1970 até os dias de hoje, sendo disponibilizados, na íntegra, em um portal gratuito na *internet*.

O *Curso Supletivo de 1º Grau – SPG* (FRM) teve sua estreia um ano após o lançamento do curso do 2º Grau, no dia 16 de março de 1981, em convênio com a Universidade de Brasília (UnB) e com apoio técnico e financeiro do MEC. A despesa realizada pelo MEC com os dois acordos foi de Cr$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros) (MEC/ACORDO DE COOPERAÇÃO nº 01, 1980, p. 2). Articulando o valor estipulado para ser usado em comparação com a justificativa pela qual houve a suspenção dos cursos veiculados pelo *Projeto Minerva* (SRE/MEC), que foram por insuficiência na provisão do recurso financeiro por parte do poder público, surgiu-nos uma questão. O que foi firmado entre o MEC e a Fundação Roberto Marinho, pelo Acordo nº 01/80, não foi justamente o que o MEC se negou a fazer, ou seja, prover os recursos para que o ensino supletivo continuasse no ar?

Em 1981, o Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquette Pinto (CBRERP), ligado à Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FUNTEVÊ), passou a produzir o *Curso Supletivo de 1º Grau – SPG* (FRM) via rádio. Não há informações que esclareçam as causas da substituição dos produtores, sobretudo que enquanto a Fundação Roberto Marinho responsabilizou-se pela produção do programa de televisão, coube à FUNTEVÊ, através do CBRERP, a produção dos programas de rádio. Ambos eram elaborados com base nos textos fornecidos pela FRM (HADDAD, 1991, p. 356).

Apesar da abrangência nacional, o *Projeto Minerva* atendia a um quantitativo restrito de pessoas no início da década de 1980. Somavam-se apenas 37.753 inscritos em todo o Brasil, no ano de 1981 (HADDAD, 1991, p. 339). Em 1985, a Fundação Roberto Marinho se voltou para a produção de um novo telecurso em parceria com a Fundação Bradesco. Segundo a própria FRM, os objetivos, as metas e o público a atingir continuavam os mesmos, só o que mudava era "a proposta pedagógica: motivar o aluno a se tornar o autor de seu próprio processo de aprendizagem" (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 1987, p. 14 *apud* HADDAD, 1991, p. 345-346). Assim, ao longo da década de 1980, o rádio foi perdendo espaço bem como o *Projeto Minerva*, até que no ano de 1989 a programação saiu definitivamente do ar.

3.2 Programas informativos-culturais: parte diversificada do ensino de adultos

Nas manhãs de domingo, a programação cultural do *Projeto Minerva* acontecia no horário de 10h às 11h45m[158], em cadeia nacional. O objetivo dos programas e a forma de recepção por parte dos ouvintes era bem diferenciada da programação de segunda à sexta-feira. Se nos dias úteis os participantes tinham a opção de serem assistidos pelos monitores nos

[158] Há registros que divulgam a programação de domingo para o horário de 8h30min às 9h45min.

radiopostos ao integrarem um grupo, na programação de domingo não havia tal alternativa, em virtude de a população escutar a programação pelo rádio de suas próprias residências e, de maneira geral, sem se encontrarem, como era o usual de segunda à sexta-feira. A programação durante os nove anos que decorreram a pesquisa se mostrou sobremaneira diversificada:

> O serviço de Radiodifusão Educativa, dando sequência ao *Projeto Minerva*, executou no período de 24/04/78 a 07/05/78 uma programação radiofônica extensa e variada através de emissoras brasileiras. Literatura, música popular e erudita, esporte, educação, história e civismo foram os temas abordados pelos programas transmitidos para todo o País com o objetivo de levar ao povo cultura e informação. O modernismo de Mário de Andrade, o chorinho com Ernesto Nazareth, vida e obra do Padre José Maurício, Amadeu Amaral e o folclore, a Revolução Pernambucana e a música do Padre José Maurício, testes de cultura geral, música sertaneja, vida e obra do compositor Luiz Gonzaga foram, entre outros, temas que constaram da programação do *Projeto Minerva* (*JORNAL DO COMMERCIO*, 14 e 15/05/1978, p. 2).

A programação informativa e cultural era regularmente noticiada pela imprensa escrita. A listagem dos temas da programação cultural reunia produções artísticas de autores diversos. A compilação dos títulos dos programas está apresentada no Quadro 8, baseada nos dados extraídos do documento *Programação Informativo-Cultural* (1979) (SRE/MEC/*Projeto Minerva*) com data de transmissão dos programas entre 04 de outubro de 1970 e 15 de maio de 1979[159]. Neste sentido, percebemos a diversidade das áreas informativas e culturais:

Quadro 8 – Áreas de abrangência das *Séries Informativo-Culturais*[160]

Nº	Área de Abrangência	Quantidade de Programas
1 -	Música Popular	700
2 -	Música Erudita	420
3 -	Literatura	240
4 -	Educação	417
5 -	Folclore	277
6 -	Esporte	52
7 -	Assuntos Gerais	406
8 -	História do Brasil	30

Fonte: produzido pela autora com dados do documento *Programação Informativo-Cultural* (1979).

O documento analisado comportou os nove anos das produções culturais do *Projeto Minerva* (1970-1979), período este coordenado pelo Serviço de Radiodifusão Educativa/MEC,

[159] O documento original datilografado se encontra no acervo da Biblioteca Nacional.
[160] A ordem das séries na listagem segue conforme sua disposição no documento original.

registrando a realização de 54 séries distintas, com a apresentação de 2.522 programas com a especificação: *Séries Informativo-Culturais*[161]. A duração de cada programa variou entre 15, 30, 45 ou 75 minutos, com um ou dois produtores responsáveis[162]. Podemos citar para a área de abrangência do folclore brasileiro, dois programas que foram produzidos: "Minerva em Ação Cultural" e "Era uma vez...", sob a produção de Clovis Paiva e João Augusto M. Soares, nessa ordem. Nota-se o esforço por parte do planejamento no intuito de abordar a música popular brasileira (MPB), além de outros estilos, como música folclórica, clássica, orquestrada, samba, entre outros. Como premissa, as canções com vocal e instrumental teriam de ser brasileiras em sua essência cultural, do contrário, deveriam ser apenas instrumentais. Dessa forma, promovia-se a identidade nacional com alcance a longas distâncias.

Segundo Santos (2016), a programação cultural poderia ser produzida pelo SRE/MEC, em caráter nacional, ou mesmo a critério da unidade federativa que se interessasse em produzir algo mais específico. Contudo, a autonomia dos estados nessas produções era limitada, pois deveriam submeter a programação cultural ao crivo do SRE/MEC, que autorizava ou não sua veiculação. "Sendo o SRE responsável pela produção da programação cultural para todo o território nacional, poderia rejeitar com segurança as programações locais, uma vez que tinha disponível uma programação a nível nacional" (2016, p. 95).

Um dos programas veiculados em caráter regional aconteceu em São Paulo sob o título *Brasil de Todos os Cantos*, produzido pelo radialista José da Silva Vidal, da Rádio Bandeirantes, durante cinco anos[163] (SILVA, 2011, p. 21). Para a autora, o maior objetivo profissional do produtor foi educar musicalmente o povo ouvinte do *Projeto Minerva* em SP, uma vez que em seus programas só entrava a música brasileira de qualidade, afirmava o músico em entrevista à autora. Em nível nacional, ao menos sessenta nomes distintos de produtores, entre homens e mulheres, foram responsáveis por criarem as *Séries Informativo-Culturais* do *Projeto Minerva* (1970-1979), apresentados no Apêndice 2.

Entre os produtores estiveram alguns autores e compositores consagrados no meio artístico como: Paulo Tapajós, Ricardo Cravo Albin, Rosinha de Valença, Sergio Cabral, Maestro Cesar Guerra Peixe, entre outros. Percebe-se a multiplicidade de conhecimentos, informações e saberes que se formaram, a partir das séries dos finais de semana do *Projeto Minerva*. No entendimento de Pimentel (2009), os programas culturais de entretenimento foram

[161] A quantidade de cada programa das *Séries Informativo-Culturais* e o tempo especificado de duração, respectivamente, estão sistematizados no Apêndice 1.
[162] As sinopses e produtores de cada uma das *Séries Informativo-Culturais* do *Projeto Minerva* (1970-1979) estão sistematizados no Apêndice 2.
[163] Não houve precisão por parte de Silva (2011) a respeito do período em que Vidal desenvolveu os programas no *Projeto Minerva*.

um dos pontos mais positivos na condução do *Projeto Minerva*. Pela percepção do autor, a audiência do curso do *Projeto Minerva* de segunda a sexta-feira era menor em relação à programação cultural dos finais de semana, tamanha a aceitação dos ouvintes.

Entende-se quanto ao esforço do *Projeto Minerva*, como fruto do governo militar, de municiar-se com a presença de artistas reconhecidos pelos veículos de comunicação. Eram produtores, autores, cantores e professores que contribuíram com apresentações ou na produção das séries, o que nos leva a inferir uma tentativa do SRE/MEC de estabelecer uma representação da *Projeto Minerva*, como um programa formado por uma equipe já consagrada e de sucesso, legitimando a eficiência do curso supletivo e da parte diversificada, a informativa-cultural. Assim, também, a apropriação de cada artista envolvido e integrante do *Projeto Minerva* estaria no *roll* de um fator social individual, no qual cada sujeito construía sentidos próprios à interpretação do que era representado (CHARTIER, 1990, p. 26).

Um dos 13 programas, de 30 minutos de duração cada, da série *Música Popular* do *Projeto Minerva*, teve como título *Eles escolheram a música*. O programa que era de entrevistas e que teve como criadora e apresentadora a cantora e compositora, Rosinha de Valença (1941-2004), recebeu o jovem talento musical, Caetano Veloso, no ano de 1974, quando ele ainda tinha 32 anos de idade. O entrevistado falou da carreira e das composições que, em sua opinião, haviam marcado dois momentos distintos de sua vida. Provavelmente se referindo ao tempo em que ficou exilado em Londres (1969-1972), decisão essa contra sua vontade, devido ao fato de ter sido uma das vozes de maior resistência contra a ditadura militar no país.

As músicas escolhidas pelo artista para mostrar as nuances ocorridas em sua trajetória foram “Coração Vagabundo” e “Paisagem Útil”. O compositor declarou que a canção “Paisagem Útil” havia sido escrita no ano de 1966, no momento em que ele pretendia ser mais “agressivo em suas letras”, diferentemente do período em que criou “Coração Vagabundo”, quando buscava a inspiração no estilo Bossa Nova. Caetano Veloso, pessoa pública que não era somente pelo repertório musical, mas também pela causa política que defendia a favor da democracia, ao pisar nos estúdios do *Projeto Minerva*, contribuía para deixar no ar algo para reflexão.

A partir do entendimento de Chartier (1990, p. 26), no qual cada sujeito construía sentidos próprios à interpretação, ponderamos que assim como Caetano Veloso, entre outros artistas militantes que aceitou participar do programa supletivo identificado como produto do governo militar, havia aquilo que “escapava” do discurso e do entendimento. Então, isso significa estar atento mais ao que “não foi dito” do que ao que “foi dito”, por exemplo, pelos convidados em seus encontros com Rosinha de Valença. Nas entrelinhas das letras de música,

das obras expostas, das conversas "sem propósito" daqueles que faziam resistência, os ideais de liberdade política se fortaleciam pouco a pouco, mesmo dentro do *Projeto Minerva*. Foram muitos os artistas, cantores, compositores perseguidos pela ditadura que não se intimidaram e ainda marcaram presença no *Projeto Minerva*.

Segundo Thiago Guimarães (2022), colaborador do *Programa Rádio Memória*[164] (Rádio MEC/RJ), o programa com Caetano Veloso (1974) foi gravado e produzido no período das férias de verão[165], a fim de passar a ideia ao público ouvinte que o *Projeto Minerva* não descansava nem mesmo nesses momentos. Observa-se a intenção de passar a imagem de estar ativo e operante em todos os sentidos e momentos, sem paradas para descanso ou ócio; o povo poderia se valer do programa o ano inteiro, pois sua produção assim também era.

Tratando-se da dimensão cultural, Barros (2013) remete-se a ela como "múltipla, plural, complexa, e que pode gerar diversas aproximações diferenciadas" (2013, p. 59). Para o autor, uma das abrangências da cultura é a comunicação, considerando-se que "'Comunicar' é produzir Cultura, e de saída isto já implica na duplicidade reconhecida entre Cultura Oral e Cultura Escrita" (2013, p. 57). Aproximando o modelo do *Projeto Minerva* ao que o autor compreende, percebe-se as *Séries Informativo-Culturais* e as radioaulas cumprindo o papel da comunicação, de certa maneira realizada pela Cultura Oral, e a leitura dos fascículos como aquela que a Cultura Escrita se refere.

"O ser humano também se comunica através dos gestos, do corpo, e da sua maneira de estar no mundo social, isto é, do seu 'modo de vida'" [grifos do autor] (BARROS, 2013, p. 57); dimensão essa que assume os bens culturais, a partir das práticas e dos discursos. O autor analisa que ao escrever um livro ou elaborar uma aula, ou criar uma produção artística, o seu autor está incorporando o papel de produtor de cultura. No entanto, pelas teorias modernas da comunicação, ao ler o livro ou o fascículo, ouvir uma aula ou um programa informativo-cultural, um leitor/ouvinte/participante do *Projeto Minerva* também estaria a produzir cultura. Por fim, o autor compreende à luz de Chartier (1990) que a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos e significações, considerando a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la (p. 23).

---

[164] *Programa Rádio Memória* (MEC/RJ) de 10/08/2022, o qual trouxe a pesquisa de Thiago Guimarães e o trecho do programa *Eles escolheram a música* (1974), do *Projeto Minerva*, com o entrevistado Caetano Veloso. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/radio-sociedade/2022/08/radio-memoria-traz-entrevista-de-caetano-veloso-de-1974>. Acesso em: 26 mar. 2023.

[165] Thiago Guimarães, atual pesquisador do Acervo Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no Rio de Janeiro, e colaborador do *Programa Rádio Memória* (Rádio MEC/RJ), expõe um trecho do programa *Eles escolheram a música* (1974), ao conversar com o apresentador Dylan Araújo.

Nesse sentido, a audição das aulas, leitura dos fascículos do *Projeto Minerva* e o acompanhamento dos programas informativos-culturais podem ser vistos como práticas culturais, uma vez que as representações são produtoras de práticas. Pensando pela ótica do leitor, seria necessário investigar qual foi a sua apropriação[166], uma vez que a intenção daquele que escreveu e produziu foi posta e, a partir desse ponto, as interpretações e apreensões são diversas. Para Chartier (1990, p. 51), as modalidades das práticas, dos gostos e das opiniões são mais distintivas do que essas obras, as maneiras como um indivíduo ou um grupo apropria-se de um motivo intelectual ou de uma forma cultural são mais importantes do que a distribuição estatística desse motivo ou dessa forma.

Considerando-se que não há mensagem neutra, supõe-se que havia todo um interesse na intenção de doutrinar e formular o pensamento do povo brasileiro, a partir da programação radiofônica e do material didático impresso do *Projeto Minerva*. Faz-se mister que o interesse pela divulgação de uma escrita da história nacional através dos fascículos se desenhou na perspectiva de consolidar o Estado Nacional (BARROS, 2013, p. 57). Entretanto, conforme trouxemos anteriormente, a exemplo da participação de Caetano Veloso na série cultural do *Projeto Minerva*, outras ideias poderiam circular e arejar aqueles que assistiam aos programas informativos-culturais e que frequentavam os radiopostos, igualmente. Como uma via de mão dupla, as fabulações e as trocas, individualmente ou em grupo, a partir do conteúdo do programa, de exposições das aulas ou de conversas, tomavam rumo sem direção, para além das ondas do rádio.

Mas, a partir do que foi proposto pelo *Projeto Minerva* e que foi apreendido pelos sujeitos, pode haver diferenças. Para Certeau (1998, p. 38-39), há sempre uma ordem dominante que exerce o seu poder, o qual os "consumidores", que no nosso caso são os participantes do *Projeto Minerva*, não teriam como recusar. Entretanto, a esse poder escapavam, tendo na força da sua diferença a manutenção dos procedimentos de "consumo". Assim sendo, pode-se considerar que dentro da sociedade brasileira na década de 1970, os participantes do *Projeto Minerva* fizeram uso dos meios ditos populares e das culturas difundidas e impostas pelas elites produtoras da linguagem, reinterpretando-os e/ou ressignificando-os. Nesta direção, Certeau (1992) afirma que:

> A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não

[166] Não foi o objetivo da Tese pesquisar ou entrevistar os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, como foram os leitores/ouvintes dos fascículos/radioaulas do *Projeto Minerva*. Entretanto, houve investimento na pesquisa quanto à repercussão do coletivo de participantes, levando-se em conta a análise dos dados de evasão, abandono e aprovação nos exames do *Projeto Minerva*.

> indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização (1998, p. 39).

Baseado na análise de Certeau (1998) e Barros (2013), os sujeitos atravessados pelo *Projeto Minerva* tiveram suas próprias experiências e apreensões. A cultura hegemônica que se fazia presente nos seus programas culturais de domingo, nos quais eram difundidas como MPB, choro, samba, marchinha, músicas folclóricas ou mesmo recitais de orquestras sinfônicas passavam por uma ressignificação, a partir do momento em que entravam no ambiente residencial e juntavam-se às relações sociais das famílias. No consumo, os ouvintes do *Projeto* elaboravam e reelaboravam o que viam, ouviam, liam e escreviam. Para Certeau (1998), o sujeito tem capacidade para transformar e atribuir à exclusão, a qual ele poderia sentir-se parte, com novos sentidos.

> A música contemporânea domina todo o concerto para juventude que será ouvido em todos os Estados, através do *Projeto Minerva* da Rádio Ministério da Educação e Cultura, a partir das 10 horas de hoje. Sob a regência do maestro Rinaldo Rossi (que é também um dos compositores programados), a Orquestra Sinfônica Nacional fará ouvir as seguintes obras *(JORNAL DO COMMERCIO*, 20/12/70, p. 11).

Anúncios similares a esse, que divulgavam as séries culturais, como era o caso do *Concertos para Juventude* na programação de domingo do *Projeto Minerva*, fizeram parte das publicações na imprensa, não somente no *Jornal do Commercio*, mas também em outros periódicos. O público acompanhante das orquestras sinfônicas ou do samba de raiz na programação cultural teria acesso a variados estilos entrando em seus lares, mexendo com as emoções e convívio familiar. Poderiam ser agradáveis ou desagradáveis aos ouvidos, mas haveria alguma reação do corpo físico ou emocional, a partir das melodias e notas musicais tocadas/ouvidas. O gosto musical poderia estar sendo apurado neste sentido.

Assim, no dia 27 de dezembro de 1970, em reportagem do *Jornal do Commercio,* era anunciado que o programa de domingo começaria com o "Concerto Grosso em lá menor de Vivaldi", e terminaria com "peças do Dinicu-Heifetz (Hora Staccatto), Kreixler e Schubert, em arranjos de Giancario Pareschi" (1970, p. 11), entre outras obras musicais clássicas[167]. As programações culturais de grandes concertos eram divulgadas com frequência nas páginas do *Jornal do Commercio, O Fluminense* e *Jornal do Brasil*. Os programas culturais desta natureza eram transmitidos ao vivo, baseado na publicação:

[167] O *Jornal do Commercio* divulgou programação de grandes concertos nos dias: 17/01/71 (p. 13), 23/01/71 (p. 11), 06/03/71 (p. 10) e 21/03/71 (p. 12).

> Em virtude das férias dos músicos da Orquestra Sinfônica Nacional e da Orquestra de Câmara da Rádio Ministério da Educação e Cultura, os programas Concertos para Juventude não serão apresentados ao vivo, durante o mês de fevereiro. Para não interromper a rede nacional de cultura, através do *Projeto Minerva*, que leva esse programa ao ar todos os domingos, no horário das 10 às 11h15min, serão apresentadas gravações (*JORNAL DO BRASIL*, 05/02/71, p. 3).

Outros programas culturais eram transmitidos, a exemplo do Recital pela Rádio MEC de "Darcy Villa Verde – Vencedor do Grande Prêmio de Interpretação no VIII Concurso Internacional de Violão da França" em meio à participação de 1.600 concorrentes (*JORNAL DO BRASIL*, 14/04/72, p. 3). O jornal informava que estavam planejadas a serem reproduzidas "as obras de Villa-Lobos, Tom Jobim e Chico Buarque de Holanda". O folclore também se fazia presente na programação domingueira, até mesmo quando se aproximavam as festas natalinas, o que tradicionalmente não era comum na programação radiofônica e televisiva de fim de ano, de maneira geral. "O *Projeto Minerva* vai transmitir um programa especial sobre o Natal no dia 24. Mas Natal Brasileiro: em vez de Papai Noel, neve e pinheiros, serão apresentados o Auto da Lapinha e o Bumba-Meu-Boi." (*JORNAL DO BRASIL*, 13/12/73, p. 10).

A concepção do *Projeto Minerva* foi realizada com base numa proposta popular, no sentido de alcançar a camada adulta que necessitava da escolarização, mas não somente, uma vez os programas informativos-culturais serem bem divulgados na imprensa. A diversidade dos elementos constitutivos da programação e produção cultural nos levam a entender que foram selecionados de origens diversas, ao analisar os acontecimentos à luz de Chartier (1990, p. 56). O saber de origem erudita estava embutido no modelo do *Projeto Minerva*, nos períodos de música clássica oferecidos aos finais de semana pelo rádio. Entretanto, surgiu-nos o questionamento do que chamar-se *popular*: ao que é criado pelo povo ou aquilo que lhe é destinado? Importante, antes de mais nada, identificar a maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, cruzam-se e se imbricam diferentes formas culturais. Assim, para Chartier:

> [...] Não é simples identificar um nível cultural ou intelectual, que seria o do popular, a partir de um conjunto de objectos [sic] ou de práticas. Por outro lado, todas as formas culturais nas quais os historiadores reconhecem a cultura do povo surgem sempre, hoje em dia, como conjuntos mistos que reúnem, numa meada difícil de desembaraçar, elementos de origens bastante diversas (1990, p. 55-56).

Como conjuntos mistos que reuniram elementos de diversas origens, notamos mudança nos estilos musicais nas programações do *Projeto Minerva*, nos anos de 1974, 1975 e 1976.

Quanto ao primeiro estilo musical que teve como temática a música popular brasileira (MPB), a crítica se mostrou favorável: "Melhor programa musical do rádio no momento é, sem dúvida o 'Projeto Minerva' em sua audição dominical, às 10 horas. Músicas brasileiras de todos os tempos" (*JORNAL DO COMMERCIO*, 23/03/1974, p. 12). Corroborando com essa notícia, o produtor de discos, Plínio Marcos, e o teatrólogo/produtor de shows de música popular, Paulo Tapajós, emitiram sua opinião positivamente acerca do assunto:

> Para Marcos Pereira, essa preocupação do Governo (já responsável pelo lançamento do chamado *Projeto Minerva*), aliada a iniciativas particulares como a da 'Rádio Jornal do Brasil' com sua série 'Especial', da Rádio e TV Globo com sua 'Abertura' e programa de Adelzon Alves, na TV Bandeirantes de São Paulo com a série 'Documentos', revelam uma tomada de consciência da necessidade de registrar o que se poderia chamar de 'memória nacional na área da cultura popular urbana'. [...] 'Nos domingos de manhã', diz Plínio Marcos, 'quando ligo o rádio e ouço a voz do Paulo Tapajós[168] contando histórias da música popular no *Projeto Minerva* [...], chego à conclusão de que nem tudo está perdido' [grifos do autor] (*JORNAL DO BRASIL*, 28/12/74, p. 5).

Em 1975, mais uma novidade na programação cultural do *Projeto Minerva* integrou a grade musical. Além da produção de um outro estilo musical, houve o ineditismo do público alvo: os programas tinham como protagonistas crianças dos seis aos treze anos. "Até o dia 11 de março o *Projeto Minerva*, do MEC, está levando ao ar, aos domingos e terças-feiras, o programa 'A Criança, o Maestro e a Música' que foi idealizado [...] pelo Maestro Carlos Eduardo Prates[169], sob o patrocínio do Programa de Ação Cultural do MEC" (*JORNAL DO COMMERCIO*, 29/01/1975, p. 5). A imprensa informava que o programa "A Criança, o Maestro e a Música" havia sido inicialmente apresentado na Casa de Rui Barbosa, no Bairro de Botafogo/RJ, e visava colocar a criança em contato com o mundo dos instrumentos e das orquestras de música erudita, além de informar culturalmente as novas gerações, proporcionando condições de desenvolvimento de talentos artísticos (*JORNAL DO COMMERCIO*, 29/01/1975, p. 5).

Entendeu-se como uma iniciativa de grande valor levar a cultura erudita para crianças de todas as partes do país, quer fossem da zona rural ou urbana, norte ou sul; assim como de todas as classes sociais, uma vez as mais pobres sofrerem da falta de poder aquisitivo e/ou de oportunidades para frequentar espaços e concertos dessa natureza. Embora os grupos de 200 a

---

[168] Paulo Tapajós (1913-1990) foi cantor, compositor, produtor e radialista. Por vários anos apresentou, produziu e dirigiu o programa radiofônico *Domingo Musical*, do *Projeto Minerva*.

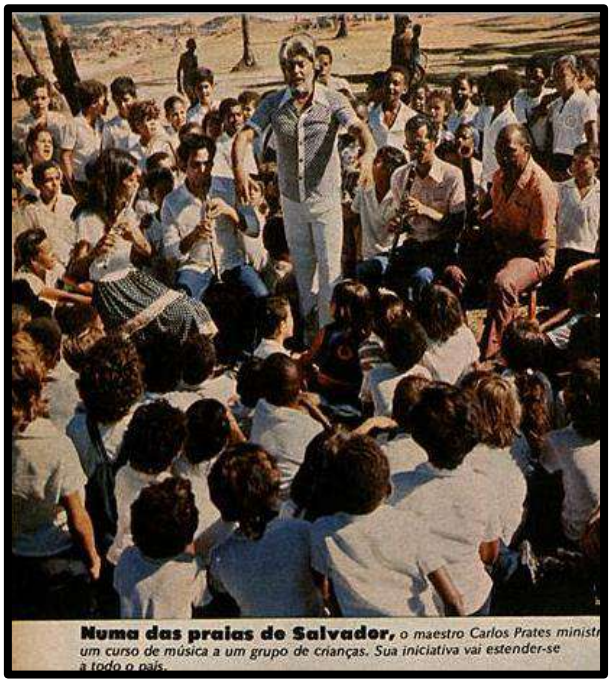
[169] Carlos Eduardo Prates (1934-2013) foi um maestro brasileiro muito reconhecido no meio musical, com formação na Europa, junto a músicos clássicos renomados. No Brasil, foi regente titular da Orquestra Sinfônica Nacional da Rádio MEC, do Coral da Rádio MEC, membro do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e colaborador da parte cultural do *Projeto Minerva*.

300 crianças integrassem as aulas presenciais com o maestro pelo Brasil afora, as crianças e os adultos ouvintes do *Projeto Minerva* experimentavam de forma diferenciada. Isso se dava por não estabelecerem contato efetivo com os instrumentos ou com as aulas práticas, pois suas tomadas de conhecimento da música erudita não se faziam presenciais, mas sim a distância pelo rádio.

Inclusive houve a notícia a respeito do curso "A Criança, o Maestro e a Música" como aquele programa que havia sido criado para o público infantil, mas que era de igual modo de interesse para o adulto (*JORNAL DO COMMERCIO*, 17/01/75, p. 10). Mesmo os indivíduos tendo a oportunidade de fabularem e produzirem a partir do anunciado e do assistido nos programas (CERTEAU, 1998), entende-se como estratégica a inclusão do público de outra faixa etária na participação do *Projeto Minerva*: a parte educativa se voltava ao supletivo enquanto a informativa-cultural se estendia a toda família. Estava, assim, o *Projeto Minerva* sendo representante de uma iniciativa cultural para propiciar a participação e estreitar as relações familiares, e não somente ser visto como programa para os adultos ou para os não escolarizados.

De acordo com a revista *Manchete* de 06 de maio de 1975, o curso infantil já era um sucesso nas transmissões pelo *Projeto Minerva*. "A Criança, o Maestro e a Música" era um curso dividido em duas partes: a primeira era chamada de "A Criança, o Maestro e a Orquestra", enquanto a segunda ficou conhecida como "A Criança, o Maestro e a Ópera" (1975, p. 136). A Figura 16 demonstra a aula ministrada nas areias da praia:

Figura 16 – O maestro e as crianças



Fonte: Revista *Manchete* (06/01/1975, p. 136).

Transcrição da legenda da imagem:

"**Numa das praias de Salvador**, o maestro Carlos Prates ministra um curso de música a um grupo de crianças. Sua iniciativa vai estender-se a todo o país" [grifo do autor].

Baseado na análise de Chartier (1990, p. 20), por um lado, a representação se dá ao "ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado". O que podemos ver na Figura 16, que segundo o autor se mantém ausente, seria a falta do rigor de um teatro ou de uma sala de concerto, como um lugar acústico ou "normalmente apropriado": a aula era ministrada nas areias da praia, o que quebrava qualquer paradigma da música clássica ou orquestrada, de precisar, impreterivelmente, um lugar único e/ou um público único. Por outro lado, a representação se dá como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém (CHARTIER, 1990, p. 20), como demonstra a Figura 16. O maestro está em pé nas areias da praia em Salvador, Estado da Bahia, rodeado por crianças e músicos (*MANCHETE*, 06/05/1975, p. 136), como representante de um acontecimento eclético para a maioria do público telespectador e que fazia parte da programação inédita do *Projeto Minerva*.

Mantendo-se a ordem das gravações de ambas as partes do curso infantil, o maestro anunciava na reportagem da revista *Manchete* de 06 maio de 1975, que o *Projeto Minerva* transmitiria toda a série em sua futura programação de domingo (1975, p. 136). Havia ainda a promessa que logo na sequência das gravações e lançamento da coleção de programas, a mesma seria posta no mercado para que escolas e professores particulares e públicos pudessem utilizá-las em suas salas de aula (*JORNAL DO BRASIL*, 24/11/74, p. 25).

Corroborando com a compreensão de Chartier (1990) acerca dos conjuntos mistos que reuniram elementos de diversas origens para integrar o que se poderia considerar como popular, nas programações do *Projeto Minerva* é mister demonstrar a mudança do estilo musical a partir do ano de 1975. A programação cultural, nesse período, sofreria um grande destaque, a partir das gravações dos quatro shows didáticos apresentados e organizados por Ricardo Cravo Albin[170], no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) no Estado do Rio de Janeiro, sobre música popular brasileira (MPB). A ideia das apresentações de MPB no rádio surgiu quando um desses shows foi assistido pelo diretor do SRE/MEC, José Cândido de Carvalho (1974-1976) e pela coordenadora do *Projeto Minerva*, Maria Eugênia Dias de Oliveira, quando lhe fizeram o convite (*JORNAL DO BRASIL*, 03/07/75, p. 5).

A ideia de reunir os programas em discos foi oferecida a várias gravadoras, sendo aceita pela gravadora Tapecar. Da tiragem de cada *long play* (LP), mil exemplares seriam entregues ao *Projeto Minerva* para distribuição entre os radiopostos (*JORNAL DO BRASIL*, 03/07/75, p.

[170] Ricardo Cravo Albin, nascido em 1940, na Cidade de Salvador (BA), é advogado, jornalista, historiador, crítico, radialista e musicólogo brasileiro, sendo considerado um dos maiores pesquisadores da MPB no país. Foi o primeiro diretor do Museu da Imagem e do Som (MIS) e presidente do Instituto Nacional do Cinema (INC) e da Empresa Brasileira de Filmes S.A. (Embrafilme).

5). A reportagem anunciava as vantagens promocionais para a gravadora que eram receber a produção pronta, sem, com isso, gerar despesas nesse campo, além de não pagar intérpretes, acompanhadores ou produtores, restando os direitos autorais sobre a vendagem.

Dessa maneira, no dia 03 de julho de 1975, o *Projeto Minerva* e a Tapecar Gravações lançaram três LPs da série "100 Anos de Música Popular Brasileira" produzidos por Ricardo Cravo Albin, na Sala "Corpo e Som", do Museu de Arte Moderna (MAM) (*JORNAL DO COMMERCIO*, 09/07/75, p. 9). A idealização inicial de produzir alguns *longs plays* intitulados "MPB-100" foi desenvolvida até chegarem ao quantitativo de 17 volumes[171], contando a história de um século da música popular brasileira. O jornal destacou o dia do lançamento em que estiveram presentes diversas autoridades, entre eles cantores e compositores da MPB que participaram da gravação como Cartola, Paulo Tapajós e Johnny Alf e a imprensa em geral.

A trilha sonora da série de programas produzidos por Ricardo Cravo Albin recebeu elogios da imprensa. Isso representou a afirmação por parte do *Jornal do Brasil* (18/08/75, p. 2) que a programação cultural do *Projeto Minerva* da série de MPB estava sendo apoiada pela crítica e que se constituía, naquele momento, a única iniciativa eficaz do governo no sentido de difundir alguma informação musical brasileira. As músicas selecionadas para compor os discos de vinil eram conhecidas e cantadas por gerações e que, por causa disso, eram consideradas apropriadas para serem incluídas na coleção. Essa ação corroborava acerca do conceito de Anderson (2018, p. 204) que compreende uma comunidade imaginada também a partir das canções cantadas por pessoas desconhecidas, porém, em um mesmo momento e propósito:

> Como parece desprendido esse uníssono! Se sabemos que, além de nós, há outras pessoas cantando essas canções exatamente no mesmo momento e da mesma maneira, não temos ideia de quem podem ser, ou até onde estão cantando, se fora ou não do alcance do ouvido. Nada nos liga a não ser um som imaginado (ANDERSON, 2018, p. 204).

As canções eram recorrentemente cantadas ou cantaroladas por aqueles que as conheciam ou que passaram a conhecer. Outra iniciativa que reforçou o som uníssono dos programas culturais caracterizou-se pelo convite vindo do Palácio do Itamaraty, à gravadora Tapecar, por intermédio da coordenadora executiva do *Projeto Minerva*, Maria Eugênia de Oliveira. Foi encomendada à SRE/MEC uma tiragem de 1.000 discos MPB a serem distribuídos no exterior entre embaixadas, universidades e bibliotecas públicas (*JORNAL DO*

[171] C.f.: os 17 *longs plays* intitulados "100 Anos de Música Popular Brasileira". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wkmB3CeMwDQ>. Acesso em: 25 mar. 2023.

COMMERCIO, 09/07/75, p. 9). O *Projeto Minerva*, nesse ímpeto, alavancaria, inclusive, para o mercado externo.

Em seguida foi a vez do diretor do *Projeto Minerva*, José Cândido de Carvalho, ser comunicado que os primeiros programas de MPB, divulgados oficialmente no exterior, seriam do *Projeto Minerva* em versões para inglês e francês (*JORNAL DO BRASIL*, 28/05/75, p. 3). Em junho do mesmo ano, foi assinado o acordo entre os ministros da educação, Nei Braga (1974-1978), e das relações exteriores, Azeredo da Silveira (1974-1979), para a exportação de 5 mil fitas gravadas com a história da MPB, as quais foram preparadas pela equipe do *Projeto Minerva.* Diferentemente do que havia sido inicialmente divulgado pela imprensa, as fitas foram gravadas com traduções em 9 idiomas (*JORNAL DO BRASIL*, 14/06/75, p. 3).

No ano de 1975, a nova grade da programação cultural do *Projeto Minerva* era divulgada e entre as séries haveria uma denominada "No mundo da ópera", com produção de Zito Batista Filho (*JORNAL DO COMMERCIO*,15/12/75, p. 12). O objetivo girava em torno de explicar detalhadamente e com linguagem acessível a história das grandes óperas. "Música puxa Conversa", com produção de João Roberto Kelly, foi criada a fim de tecer análise e comentários da moderna MPB, a partir dos anos de 1950. "Concerto brasileiro" teria o maestro César Guerra Peixe à frente da produção com músicas raízes e seus principais compositores e intérpretes (1975, p. 12).

Outros programas, de igual modo, seriam transmitidos no horário cultural do *Projeto Minerva*, segundo o *Jornal do Commercio* dos dias 15 e 16 de novembro de 1975. "Como ouvir e entender músicas", o qual esclareceria sobre a música erudita, tendo como produtor responsável o maestro Carlos Eduardo Prates. "Dúvidas de português" e "O Céu do Brasil", programas informativo-culturais de 15 minutos, propiciavam que as dúvidas na Língua Portuguesa pudessem ser enviadas pelos ouvintes e respondidas em conversa com o professor Aurélio Buarque de Holanda e que os conhecimento e orientações quanto à maneira de observar e interpretar os fenômenos astronômicos fossem aprendidos com o astrônomo Ronaldo de Freitas Mourão (1975, p. 12). No mês abril de 1976, foi a vez do samba fazer história na programação de domingo, entretanto, com destaque para uma crítica negativa:

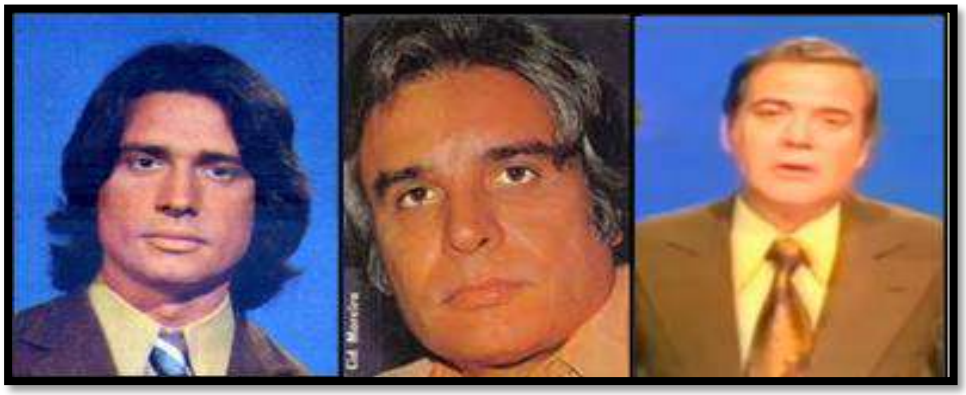
> Depois do *Projeto Minerva* ter sofrido uma forte queda de qualidade, com uma invasão de sambas em sua programação, a TV Educativa do Rio, que está transmitindo em caráter experimental, se está mostrando presa fácil de uma futebolmania. [...] tem a cada dia mais jogos, como se a emissora fosse templo de uma festa pagã. No Brasil pode-se fazer muita coisa direito. Não é preciso insistir tanto em samba e futebol (*JORNAL DO BRASIL*, 03/04/1976, p. 8).

O *Projeto Minerva* se mostrou ser um programa com força no meio da comunicação pelo rádio, uma vez a programação se estender para além da grade do horário obrigatório de transmissão nos dias úteis, das 20h30min. De acordo com a notícia do *Jornal do Commercio* de 03 agosto de 1977, todas as sextas-feiras, após o término da aula, um programa da série informativo-cultural, denominado "Os Caminhos da Música", seria levado ao ar. Sem o requisito de cadeia nacional, no Estado do Rio de Janeiro, esse programa seria transmitido pelas Rádios Jornal do Brasil (JB), Eldorado e Roquette-Pinto. Excetuando-se a última emissora que era propriedade pública do governo do Estado, as rádios JB e Eldorado eram empresas privadas, sendo esta última pertencente às Organizações Globo, do empresário Roberto Marinho. Também eram da mesma empresa os três locutores dos programas do *Projeto Minerva*, Sérgio Chapelin, Cid Moreira e Heron Domingos que ficaram populares por serem também contratados da TV Globo:

> O *Projeto Minerva* que transmitia, até há pouco tempo, apenas aulas radiofônicas, está ampliando sua programação cultural, com a colaboração de consagrados profissionais do Rádio e da Televisão brasileira. Ali são incluídos programas sobre a história da música, folclore, depoimentos prestados no Museu da Imagem e do Som, música de seresta e outros gêneros. Os principais locutores desses programas: Sérgio Chapelin, Cid Moreira e Heron Domingues (*CORREIO DA MANHÃ*, 28/05/1974, p. 6).

De acordo com a notícia divulgada pelo *Correio da Manhã* de 28 de maio de 1974, os três locutores mais populares do *Projeto Minerva*, na década de 1970, foram Sérgio Chapelin, Cid Moreira e Heron Domingues, registrados na Figura 17, da esquerda para a direita. Eles ficaram marcados pelo tom grave de suas vozes, ao anunciar o tema e o título das radioaulas, nos dias de semana, e ao narrar a programação informativa-cultural.

Figura 17 – Locutores do *Projeto Minerva* na década de 1970



Fonte: *sites* da *web*.[172]

[172] C.f.: o primeiro da esquerda é o locutor Sérgio Chapelin. Disponível em: < https://bityli.com/h1kG0C>. Acesso em: mar. 2022. O locutor do meio é Cid Moreira. Disponível em: <https://bityli.com/gguv3k>. Acesso em: mar. 2022. Heron Rodrigues é o da direita. Disponível em: <https://bityli.com/AAeG3N>. Acesso em: mar. 2022.

Ao mesmo tempo em que trabalhavam para o *Projeto Minerva*, os três apresentadores da TV Globo adquiriram popularidade por suas apresentações nos noticiários e programas da empresa de televisão. Na circulação dos dois ambientes antagônicos, da rede pública radioeducativa e da rede privada de televisão, existia uma troca de representações enviadas aos ouvintes e aos telespectadores, independentemente. Aos ouvintes do *Projeto Minerva* que sabiam do trabalho deles na Rede Globo podiam se sentir assistidos profissionalmente, sendo eles partes integrantes do maior conglomerado de mídia e de comunicação do Brasil. Para os telespectadores que os ouviam no *Projeto Minerva*, passava a ideia que a TV Globo cumpria seu papel social também a partir dos locutores, já que trabalhavam no ensino supletivo gratuito.

3.3 O *Projeto Minerva* no Estado do Rio de Janeiro sob a lente de observação

No ano de 1972, no Estado do Rio de Janeiro, o resultado conquistado no exame madureza, que havia sido prestado por 7.989 candidatos, foi de 2.198 aprovados (*O FLUMINENSE*, 22 e 23/07/1973, p. 29), ou seja, 28% do número total. Notou-se o alto índice de reprovação dos 5.791 inscritos, significando 72%, que retratava o baixo nível de instrução dos candidatos, servindo de alerta para aqueles que pretendessem conseguir êxito nos próximos exames. No mesmo período, o estado mantinha ativas cinco estações de rádio governamentais – Rádio Nacional, Mauá, MEC, Roquete Pinto e Rural – e era a unidade federativa que possuía "o maior número de radiopostos instalados e em funcionamento para as aulas de recepção ligadas ao *Projeto Minerva*" (*O FLUMINENSE*, 01/12/1972, p. 12).

Paralelamente, a imprensa anunciava o evento que estava por vir: o *IV Seminário Brasileiro de Tele-Educação*, que aconteceria em Brasília, entre os dias 3 e 10 de dezembro de 1972, com representação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC) do Estado do Rio de Janeiro, entre outros estados (*O FLUMINENSE*, 01/12/1972, p. 12). A coordenação do Seminário se deu pelo Programa Nacional de Teleducação (Prontel/MEC) e pela Associação Brasileira de Telecomunicações (TELEBRASIL). A matéria informava sobre a disponibilidade de aparelhagem de circuito interno de TV-Educativa, em conjunto com a integração dos quadros do Centro de Treinamento de Professores (CETRERJ[173]), restando apenas o quesito

[173] A criação do Centro de Treinamento de Professores do Estado do Rio de Janeiro (CETRERJ) se deu em 1971. Em setembro de 1973, a Faculdade de Formação de Professores (FFP) começou a funcionar no campus do CETRERJ, no Município de São Gonçalo/RJ, oferecendo os cursos de Licenciatura de 1º Grau nas áreas de Letras, Ciências e Estudos Sociais. Em 1975, o CETRERJ teve seus objetivos ampliados, passando a se chamar Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Educação e Cultura (CDRH), sendo a FFP mantida em sua estrutura básica. Da união do CDRH com a Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Rio de Janeiro (FIDERJ), nasce, em junho de 1980, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

"recolhimento de subsídios", que seria feito no encontro (*O FLUMINENSE*, 01/12/1972, p. 12), para que fossem iniciados os treinamentos que se fizessem necessários, incluindo à equipe constituinte do *Projeto Minerva*.

Ao longo das duas fases do *Projeto Minerva*, treinamentos propostos em âmbitos nacionais, estaduais e municipais, abrangendo as equipes do *Projeto Minerva*, foram divulgados pela imprensa carioca. Uma dessas ocasiões foi no jornal *O Fluminense* de 26 de julho de 1973, quando cerca de 200 monitores que estavam orientando as turmas – antigo primário – da Fase I (1970-1972) estariam frequentando um curso de treinamento, no período de 30 de julho a 31 de agosto de 1973, para atuarem nas turmas – antigo ginásio – Fase II (1973-1979), no Estado do Rio de Janeiro (26/07/1973, p. 29).

Informava a reportagem que o pessoal que trabalhava na função de monitor fazia parte do quadro de professores primários do Estado do Rio de Janeiro (*O FLUMINENSE,* 26/07/1973, p. 29), o que já se apresentava como um diferencial se compararmos a ausência desses profissionais nos radiopostos do interior das unidades federativas, sendo muitas vezes levantado um monitor entre os próprios participantes do grupo. Também na publicação do IPEA/IPLAN (1976), era reforçada a ideia das formações continuadas aplicadas aos monitores e a todos os profissionais envolvidos no *Projeto Minerva* (p. 153).

No início do ano de 1973, ainda no período do *Projeto Minerva – Fase I*, o número de monitores atuantes no Estado do Rio anunciados pelo jornal era de 278, mesmo quantitativo de radiopostos distribuídos (*O FLUMINENSE*, 06/01/1973, p. 3). A reportagem trazia uma estimativa da "clientela" do *Projeto Minerva*, contendo pessoas entre 15 e 60 anos, inclusive com a presença de alguns vereadores que já atuavam na vida pública, embora não tivessem o certificado do 1º Grau de ensino. A coordenadora do *Projeto Minerva* no Rio de Janeiro, professora Julcelina Friaça Teixeira, declarava que haviam se inscrito no programa supletivo pelo rádio cerca de "dez mil alunos em território fluminense" (1973, p. 3).

O apoio da Secretária de Estado de Educação e Cultura (SEEC/RJ), professora Marília Veloso[174], havia sido crucial para determinar a aplicação das provas no ano de 1973, em regime de supletivo, de forma experimental, através do Departamento de Educação Complementar (DEC). Os exames anunciados para a segunda quinzena de fevereiro, abrangeriam as disciplinas de "Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira, Português, Matemática, Ciências, História e Geografia" (*O FLUMINENSE*, 06/01/1973, p. 3).

(FAPERJ), mantendo a FFP em sua estrutura. Em março de 1983 a FFP é desvinculada da FAPERJ e incorporada, definitivamente, à UERJ. Disponível em: <http://www.ffp.uerj.br/attachments/article/28/Catalogo_Observatorio_FFP_UERJ_2010.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

[174] A Prof. Marília Veloso tomou posse no cargo de Secretária de Educação do Estado Rio de Janeiro no dia 23/10/1972, período esse de gestão do Governador Raimundo Padilha (*CORREIO DA MANHÃ*, 24/10/1972, p. 2).

A notícia sobre a realização dos exames do *Projeto Minerva* no Estado do Rio de Janeiro se espalhou, tendo as edições posteriores do jornal *O Fluminense* sido esclarecedoras acerca do assunto. A Coluna "Municípios", correspondentemente à Baixada Fluminense, informava que dia 25 de janeiro aconteceria a abertura das inscrições para as provas do Curso Supletivo que seriam aplicadas no dia 18 de fevereiro. "Para inscrição, os candidatos deverão apresentar dois retratos 3x4, fotocópia da carteira de identidade, fotocópia da quitação com serviço militar, título de eleitor e certidão de casamento" (*O FLUMINENSE*, 25/01/1973, p. 6). Destacava ainda que as inscrições deveriam ser realizadas na Divisão de Ensino Especializado, do Departamento de Educação Complementar (DEC/RJ), de 13h às 18 horas, ou então na Inspetoria de Ensino de Nova Iguaçu, de 9h às 15 horas" (*O FLUMINENSE*, 28/01/1973, p. 25).

Segundo o jornal *O Fluminense* de 31 de janeiro de 1973, os interessados em prestar as provas de certificação do *Projeto Minerva* naquele ano, no Estado do Rio de Janeiro, haviam superado a previsão inicial que teria sido 10 mil. De acordo com a matéria, o número alcançado foi de aproximadamente 12 mil candidatos inscritos. As vagas para a realização das provas eram direcionadas ao público inscrito no *Projeto Minerva*, distribuídos em 325 radiopostos existentes pelo Estado, além do montante de ouvintes que participava a domicílio (31/01/1973, p. 13).

Os participantes dos três tipos de recepção – organizada, controlada e livre – tinham direito à realização do exame, sendo as inscrições feitas junto às supervisoras municipais do *Projeto Minerva*. As provas seriam aplicadas no domingo, dia 18 de fevereiro de 1973, das 11h às 17 horas, com a chegada antecipada aos locais de prova em meia hora, "nas sedes das 11 regiões escolares do Estado do Rio e mais em São Gonçalo, Volta Redonda, Três Rios, Miracema e São Fidélis" (*O FLUMINENSE*, 16/02/1973, p. 3), totalizando 16 municípios. A relação dos municípios aprovados para sediarem os exames supletivos do *Projeto Minerva* eram autorizados pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de acordo com o Quadro 9:

Quadro 9 – Regiões Escolares do Estado do Rio de Janeiro (1973)

Sede	Municípios
1ª Região Escolar	Niterói e São Gonçalo
2ª Região Escolar	Duque de Caxias
3ª Região Escolar	Nova Iguaçu
4ª Região Escolar	Barra do Piraí
5ª Região Escolar	Barra Mansa
6ª Região Escolar	Angra dos Reis
7ª Região Escolar	Petrópolis e Três Rios

8ª Região Escolar	Nova Friburgo e Itaocara
9ª Região Escolar	Macaé
10ª Região Escolar	Campos e São Fidélis
11ª Região Escolar	Itaperuna e Miracema

Fonte: Jornal O *Fluminense* (16/02/1973, p. 3).

O exame do *Projeto Minerva*, no Estado do Rio de Janeiro, foi composto por 100 questões de múltipla escolha, correspondentemente às quatros últimas séries do 1º Grau. O exame foi organizado para a aplicação de seis provas constituídas por "40 questões de Matemática e Ciências, 30 de Português – Comunicação e Expressão – e 30 de Estudos Sociais, incluindo História, Geografia, Ciências e Organização Política e Social do Brasil" (*O FLUMINENSE*, 16/03/1973, p. 3).

O direito ao certificado recaía sobre aqueles que conseguissem 50% de acertos em cada prova prestada por disciplina ou por grupo de disciplinas. Após a realização dos exames fluminenses, o comentário que se ouviu da maioria dos candidatos foi que as provas haviam sido relativamente fáceis (*O FLUMINENSE*, 20/03/1973, p. 3). As provas, que estavam sendo corrigidas pelos computadores do Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio, estavam previstas para terem o resultado divulgado dentro em breve, segundo informou a coordenadora do exame "Projeto Minerva Ginasial", a professora Méris Gaudard Cortes (20/03/1973, p. 3).

As edições diárias do jornal *O Fluminense* que se sucederam ao exame do *Projeto Minerva* no ano de 1973, trouxeram notícias sobre a aplicação das provas espalhadas pelo Estado. Por exemplo, os dirigentes e professores do *Projeto Minerva* no Município de Nova Friburgo queixaram-se do tratamento dispensado pela equipe da Coordenação Estadual do Programa. O ocorrido deu-se quando eles não foram autorizados a manterem-se como fiscais de corredor, conforme haviam sido designados precedentemente. Segundo o jornal *O Fluminense* de 23 de fevereiro de 1973, as palavras dos dirigentes e professores friburguenses não escondiam sua indignação: "uma afronta à nossa própria dignidade profissional" (1973, p. 6), diziam os reclamantes.

De acordo com a reportagem, as mestras friburguenses se sentiram obrigadas a solicitarem a intervenção da professora Anita da Cunha Lima Leal, coordenadora do *Projeto Minerva* na 8ª Região, que no momento do exame se encontrava no Colégio Estadual, sede do exame (*O FLUMINENSE*, 23/02/1973, p. 6). O fato provocou descontentamento entre as professoras que, por causa disso, ameaçaram não mais colaborar com o *Projeto Minerva* naquele ano. O Município de Itaperuna contou com 600 inscritos para a realização do exame

que aconteceu sem intercorrência. A fiscalização atuante nas provas ficou "sob a responsabilidade de professoras de Niterói e de supervisoras do *Projeto Minerva* e da Prefeitura de Itaperuna" (26/02/1973, p. 26).

A partir da Lei 5.692/71, os exames aplicados, outrora chamados de madureza, tornaram-se os Exames Supletivos de Educação Geral. Alguns estados, além de aplicarem esses exames, prosseguiram conjuntamente com a aplicação de outro, específico aos candidatos do *Projeto Minerva.* A diferença entre os dois exames dizia respeito àquele já ter a aplicação autorizada em todo o território nacional; enquanto este, por ser de esfera estadual, necessitava ser autorizado pelo Conselho Estadual de Educação. A partir de agosto de 1973, com a nova programação disponibilizada em todo Brasil – o *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC) – o Estado do Rio de Janeiro foi um dos estados que se manteve oportunizando os dois tipos de exames.

Até chegar ao lançamento do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC), os radiopostos avançaram no interior do Estado do RJ, como ocorreu nos municípios de Resende e Miracema (*O FLUMINENSE*, 09/03/1973, p. 12). De modo respectivo, a 5ª região escolar do Rio de Janeiro oferecia cinco vagas para compor a equipe do *Projeto Minerva*. Para o crescimento do setor educacional municipal, "seriam construídas novas unidades escolares em várias localidades do interior miracemense, ao mesmo tempo em que se desenvolverá maior apoio aos movimentos do *Projeto Minerva* e Mobral" (15/03/1973, p. 26).

As novas unidades educativas espalhadas pelo Rio de Janeiro, assim como em todo o país, demandavam o aumento do número de radiopostos e de monitores, consequentemente. Da mesma forma, a expansão do *Projeto Minerva* havia criado a necessidade de treinamento de pessoal para implantar a recepção organizada do *Curso Supletivo do 1° grau - Fase II*, em todo o território brasileiro. De acordo com o jornal *O Fluminense* do dia 02 de agosto de 1973, esse treinamento, devido ao volume de pessoas envolvidas e à extensão territorial abrangida, exigia uma forma descentralizada de atuação, através de elementos multiplicadores, no caso, os supervisores municipais e estaduais (1973, p. 6).

A notícia indicava que os supervisores deveriam ser preparados de forma a assegurar uma uniformidade de atuação. Para isso, os supervisores responsáveis pelos monitores integraram o treinamento em âmbito nacional, com o objetivo de se instrumentalizarem e, posteriormente, realizarem a capacitação dos monitores. Segundo o jornal *O Fluminense* de 02 de agosto de 1973, os responsáveis pelas ministrações foram as equipes do *Projeto Minerva* e da Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional

(CENAFOR), com um total de 40 horas-aula, entre os dias 31 de julho e 04 de agosto de 1973 (1973, p. 6).

No Estado do Rio de Janeiro, o curso foi sediado no Município de Niterói, no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Hidroelétrica, no centro da cidade. Cerca de 40 supervisores municipais, consecutivamente, treinariam 1.000 monitores, em nível estadual. A estimativa nacional recaía sobre os 500 supervisores municipais que seriam treinados, levando seus conhecimentos especificamente a 5.000 monitores espalhados pelo território nacional (*O FLUMINENSE*, 02/08/1973, p. 6).

Em 1975, eram em número de 10 estados os que emitiam os certificados de 1º Grau de conclusão do *Projeto Minerva* (*JORNAL DO BRASIL*, 05/10/1975, p. 27). O jornal não informava o nome dos estados, porém, o Estado do Rio de Janeiro era um dos que ofereciam os exames de terminalidade: "O *Projeto Minerva* 75/76 conferiu aos alunos certificados de conclusão de 1º grau, através de avaliação dentro do processo ensino-aprendizagem, de acordo com o parecer 64/75 do Conselho Estadual de Educação" (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ 1977/1978).

O Parecer 64/75 do Conselho Estadual de Educação (CEE/RJ) havia aprovado os critérios de avaliação propostos pelo Centro de Tecnologias Educacionais (CTE) da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC/RJ). Nesse caso, os Relatórios de Resultados da SEEC/RJ deveriam ser encaminhados àquele órgão após o término de cada lançamento. Estes tinham por finalidade cumprir a exigência do Parecer, que era o órgão a ser comunicado acerca dos resultados da experiência realizada (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ, 1975/1976, p. 1).

Com isso, o primeiro Relatório de Resultados (SEEC/RJ) produzido se referiu ao 2º lançamento nacional do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, que aconteceu entre maio de 1975 e julho de 1976. O segundo Relatório de Resultados (SEEC/RJ) foi referente ao 3º lançamento acontecido de março de 1977 a julho de 1978. Para que a equipe organizacional e operacional do *Projeto Minerva* para o 2º lançamento (1975/1976) pudesse ser formada para atuar, tomou-se como base para cálculo os inscritos no 1º lançamento (1973/1974) do *Projeto Minerva – Fase II*, no estado fluminense. Os dados demonstrados no Quadro 10 quantificam o número desses inscritos com a quantidade referente para o período de supervisores, radiopostos e monitores, por cada Região Escolar (RE) do Rio de Janeiro:

Quadro 10 – Inscritos (1973/1974) e equipe pertinente ao *Projeto Minerva* (1975-1976) no RJ

Região Escolar (RE)	**Inscritos ou Equipe**	**Inscritos**	**Supervisores**	**Radiopostos**	**Monitores**
	Lançamento:	**(1973/1974)**	**(1975/1976)**	**(1975/1976)**	**(1975/1976)**
1ª	**Municípios integrantes:** Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Rio Bonito	1.220	8	36	36
2ª	Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti	2.450	9	71	71
3ª	Nova Iguaçu, Nilópolis, Itaguaí	1.060	6	32	32
4ª	Barra do Piraí, Piraí, Valença, Vassouras, Miguel Pereira	430	6	14	14
5ª	Barra Mansa, Volta, Redonda, Resende	2.000	7	49	49
6ª	Angra dos Reis, Parati	250	2	7	7
7ª	Petrópolis, Três Rios, Paraíba do Sul, Sapucaia	1.390	7	41	41
8ª	Nova Friburgo, Cantagalo, Itaocara	320	4	10	10
9ª	Macaé, Cabo Frio, Cachoeira de Macabu, Trajano de Morais, São Pedro D'Aldeia	1.110	7	37	37
10ª	Campos (Norte), Campos (Sul), Cambuci, São Fidélis, São João da Barra	720	5	23	23
11ª	Miracema, Itaperuna, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, Lage de Muriaé, São Jesus de Itabapoana	1.250	8	40	40
Subtotal		12.180	69	360	360

Fonte: produzido pela autora com dados do documento *Relatório de Resultados* SEEC/RJ (1975/1976).

Baseado nos dados do 1º lançamento (1973/1974) do *Projeto Minerva* no RJ, conforme a meta traçada pelo estado fluminense para compor o número de inscritos no 2º lançamento (1975/1976) foi de 14.600 pessoas, com a inauguração do *Curso Supletivo de 1º Grau – Fase*

II no dia 07/05/1975. Para a adequação da equipe ao número projetado de inscritos, ficou estabelecido que fossem providenciados maior número de contratados para atuarem na aplicação do 2º lançamento. No Quadro 11, demonstra-se o aumento na quantidade de localidades e suas RE correspondentes, de inscritos, supervisores, radiopostos e monitores:

Quadro 11 – Inscritos (1975/1976) e equipe do *Projeto Minerva* (1975/1976) no RJ

Região Escolar (RE)	**Localidade**	**Quantidade dos acréscimos de:**			
		Inscritos (1975/1976)	**Supervisores (1975/1976)**	**Radiopostos (1975/1976)**	**Monitores (1975/1976)**
8ª	Penha	160	1	4	4
	Vigário Geral	200	1	5	5
10ª	Marechal Hermes	200	1	5	5
11ª	Ricardo de Albuquerque	200	1	5	5
	Anchieta	200	1	5	5
12ª	Jacarepaguá	280	1	7	7
13ª	Realengo	200	1	5	5
	Bangu	240	1	6	6
14ª	Campo Grande	280	1	7	7
15ª	Santa Cruz	240	1	6	6
	Deodoro	200	1	5	5
Subtotal dos acréscimos		2.400	11	60	60
Subtotal no curso anterior 1973/1974		12.180	69	360	360
Total Geral 2º lançamento 1975/1976		14.550[175]	80	420	420

Fonte: produzido pela autora com dados do documento *Relatório de Resultados* SEEC/RJ (1975/1976).

Contudo, as inscrições efetuadas para o 2º lançamento (1975/1876) no Estado do Rio de Janeiro sobejaram ao planejamento inicial com um total de 18.385 inscritos. Além disso, durante a realização, ainda foram aceitas mais 1.354 inscrições novas, totalizando o número de 19.739 inscritos. Esse 2º lançamento foi o primeiro que se utilizou da avaliação "dentro do processo de ensino-aprendizagem", segundo o Relatório (1975-1976). O resultado se deu quando ao final do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (1975/1976) e das avaliações compiladas, daqueles 19.739 inscritos, apenas 8.867 foram considerados

[175] O documento apresenta o total de 14.600, ao invés de 14.550, sem justificativa para tal disparidade.

concluintes, com o montante de 11.072 participantes evadidos ou não concluintes (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ, 1975/1976, p. 5).

Logo, no Estado do Rio de Janeiro, na edição (1975/1976) foram aprovados 43,9% dos inscritos que se submeterem à avaliação dentro do processo de aprendizagem do *Projeto Minerva*, sendo reprovados ou evadidos o percentual de 56,1%. Não foram localizadas fontes que informassem os percentuais de concluintes, não concluintes ou evadidos em nível nacional, dos lançamentos do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (1973-1979).

Ao fazer a relação entre o número dos inscritos para a recepção organizada de todo o território nacional no 2º lançamento (1975/1976) do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, com o montante inscrito no Estado do Rio de Janeiro para a mesma recepção, apuramos os números de 131.625 em nível nacional (MEC/SRE/*PROJETO MINERVA*/ RELATÓRIO DAS QUATRO VEICULAÇÕES, 1980 *apud* LEOBONS, 1984, p. 71-73) e de 19.739 em nível estadual (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ, 1975/1976, p. 2); significando 14,9% do total de público nacional, o quantitativo dos inscritos do RJ.

Nesse lançamento, na esfera estadual, foram distribuídos 202.957 fascículos e 329.903 testes. O orçamento se pautou em Cr$ 10.694.748,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e setecentos e quarenta e oito cruzeiros), recurso esse do tesouro estadual. Outra característica do lançamento (1975/1976) foram os critérios para a avaliação de aprendizagem propostos pelo Centro de Tecnologias Educacionais (CTE) e aprovada pelo Parecer 64/75 do CEE, caracterizada pelos apontamentos na "Ficha de observação do telealuno[176]" e na "Ficha de avaliação da aprendizagem" (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ, 1975/1976, p. 5).

A primeira ficha continha dados sobre os inscritos e o percentual de assiduidade, para fins de aprovação. A segunda delas dizia respeito ao registro das notas obtidas nos testes trimestrais (em número de 4), por área de estudos, elaborados pela equipe central do *Projeto Minerva*. A média final dos testes trimestrais somados à nota final e à média global do aluno, foi proposta com o objetivo de favorecer o acompanhamento e controle do rendimento, em conjunto à apuração das condições mínimas na obtenção do certificado de conclusão do 1º Grau do ensino supletivo (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ, 1975/1976, p. 5).

No Estado do Rio de Janeiro, o participante do *Projeto Minerva* obteria aprovação por área de estudos se alcançasse nota igual ou superior a 40 nos testes trimestrais e na média final. Com relação à frequência, ficou estabelecido para a aprovação que: o participante deveria ter

[176] Os relatórios se referiram aos inscritos pelos termos "alunos" ou "telealunos". Telealunos faziam referência àqueles participantes de cursos não presenciais ou do rádio ou da televisão.

frequência igual ou maior a 50% e alcançar nota igual ou superior a 50. Se caso a frequência fosse inferior a 50%, deveria ter a nota igual ou superior a 70. Se porventura o participante não lograsse aprovação numa determinada área de estudos, ser-lhe-ia concedido o direito de prestar exame supletivo fora do processo naquela área, mediante proposta escrita do monitor ou supervisor, baseada nas fichas de "observação do telealuno" e de "avaliação da aprendizagem" (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ, 1975/1976, p. 5).

A análise final trazida pelo Relatório de Resultados (SEEC/RJ, 1975/1976) acerca da expansão da meta prevista de 14.600 inscritos para 19.739, efetivamente, foi utilizada para justificar a aceitação do *Projeto Minerva* como um recurso de extensão da ação pedagógica que procurava satisfazer às necessidades da população adulta carente de ensino (p. 14). Outrossim, esse fato não significava uma certeza ao nosso ver, uma vez que os inscritos no *Projeto Minerva* sofriam, de fato, da falta de vagas nas classes noturnas. Para driblar esse fato, supõe-se que tenha havido o aumento de inscrição nos cursos supletivos, não significando, dessa forma, a aceitação do *Projeto Minerva* como recurso pedagógico, mas a falta de outras alternativas.

A maior procura do *Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II* (1975-1976) ocorreu na 1ª Região Escolar (RE) (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu): cerca de 210% além da meta prevista. A 2ª Região Escolar (Duque de Caxias, Magé e São João do Meriti) e a 3ª Região Escolar (Nova Iguaçu, Nilópolis e Itaguaí) apresentou o aumento de mais de 50% das inscrições previstas. No entanto, durante o processo, ocorreu 55% de evasão, o que teve como indicadores, segundo relatórios respondidos pelos supervisores e monitores, a "incompatibilidade do horário de trabalho com o do *Projeto*; incapacidade para alcançar o nível do *Projeto*; frequência irregular; reprovação nos testes trimestrais; transferência para outros Projetos; mudança de residência" (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ, 1975/1976, p. 14).

Considerar que a "transferência para outros Projetos" tenha sido apontada como um dos impeditivos à continuidade do indivíduo no *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, reforçou a nossa compreensão acerca da falta de escolas e de vagas para o público adulto se matricular. Além disso, segundo o Relatório de Resultados, 882 alunos (cerca de 8%) deixaram o *Projeto Minerva* por haverem obtido aprovação nos exames supletivos. A maior evasão ocorreu nas seguintes Regiões Escolares: 5ª RE (Barra Mansa, Volta Redonda e Resende) com 64%; 3ª RE (Nova Iguaçu, Nilópolis e Itaguaí) com 61%; 4ª RE (Barra do Piraí, Piraí, Valença Vassouras e Miguel Pereira) com 58%; e 2ª RE (Duque de Caxias, Magé e São João do Meriti) com 57%.

Mais um fato em relação aos radiopostos que eram 481 os implantados até o ano de 1974, foram fechados 103 no período de 1975/1976. Tal acontecimento ocorreu por desistência de monitores e evasão de inscritos. Os municípios com maior incidência de radiopostos fechados foram: Duque de Caxias, 15; Niterói, 12; Rio de Janeiro, 9; São Gonçalo, 8; Nova Iguaçu, 6; Volta Redonda, 6. A média final de participantes por radioposto foi de 23 pessoas, sendo que o nível de aproveitamento aferido pelas notas nas áreas de estudo situou-se entre 50 e 70 pontos (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ, 1975/1976, p. 15). Por fim, o texto descrito no item "conclusão" nos trouxe a ideia de quais procedimentos deveriam ser adotados:

> A análise dos critérios de avaliação, propostos e aprovados em caráter experimental, demonstra que os mesmos contribuíram para aumentar a taxa de evasão ao promover a reprovação ao longo do processo. Daí a necessidade de se proceder a sua reformulação. No que se refere ao problema de frequência como fato a ser levado em consideração na aprovação, em cursos dessa natureza, convém citar o Parecer 09/76 do CEE: 'A frequência é necessária. Mas considerada a natureza da clientela de certos cursos supletivos, por *frequência* deve-se entender, não única e estritamente a presença diária e obrigatória, mas também outros tipos de participação responsável, de acordo com a dinâmica do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Assegurará a efetividade dessa participação o acompanhamento do estudante, no processo de sua aprendizagem, auto ativa, mas com a necessária assistência e orientação' [grifos do autor] (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ, 1975/1976, p. 15).

Não houve esclarecimentos a respeito dos outros tipos de participação aos quais o Parecer se referia e o Relatório de Resultados interpretava como válido. Da mesma forma foi sugerida que a "Ficha de observação do telealuno" fosse substituída, uma vez que os dados preenchidos pelo monitor não permitissem que o participante efetuasse, por si mesmo, uma análise de seu comportamento, de seus progressos e dificuldades, esclarecia o Relatório. Em relação à "Ficha de avaliação da aprendizagem", foi apontada como alvo de alteração, de modo a torná-la mais adequada às características dos cursos supletivos. Por último, foi observado que os critérios para verificação de aproveitamento e expedição de certificados fossem reformulados de modo a corrigir as distorções detectadas para sua aplicação no *Projeto Minerva – Fase II* (1975/1976).

O 3º lançamento do *Projeto Minerva – Fase II,* que iniciou em março de 1977 e terminou em julho de 1978 para todo o país, apresentou no Estado do Rio de Janeiro a seguinte composição de equipe: coordenador estadual (1), gerente (1), coordenadores regionais (12) e municipais (70); que eram professores do quadro da SEEC/RJ. Apesar do Estado do Rio de Janeiro ter se utilizado de monitores sem formação pedagógica na Fase I *do Projeto Minerva*, isso não parece ter durado muito tempo. Uma dessas situações aconteceu em 1972, na Penitenciária Milton Dias Moreira, no Município de Japeri, no Estado do Rio de Janeiro,

quando foram elevados ao cargo de monitor, 9 dentre o quantitativo de 138 presos que haviam recebido o diploma de conclusão do Curso de 1º Grau da Fase I (*JORNAL DO BRASIL*, 30/03/1972, p. 5).

Entretanto, no *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, o Relatório de Resultados (SEEC/RJ) demonstra que os monitores poderiam ser recrutados de três maneiras: professores remanejados do Departamento de Educação – Coordenação de Ensino Supletivo (ECES) da SEEC/RJ (15); contratados pela SEEC/RJ (330); ou cedidos por entidades diversas (55) (1977/1978, p. 21). Entende-se que os professores concursados da SEEC/RJ eram remanejados para trabalhar no *Projeto Minerva* mantendo seus salários normalmente. Outra opção para atuar como monitor, segundo *O Fluminense* dos dias 03 e 04 de abril de 1977, era ser estudante que já tivesse concluído pelo menos o 2º ano do curso superior (1977, p. 19).

Apurando sobre os valores recebidos pelos monitores foi perceptível a variação: "O salário de um monitor do Minerva no Estado do Rio é de Cr$ 1.100.00" (*O FLUMINENSE*, 21/11/1975, p. 4). "Seus salários são de Cr$ 100,00, em cidades do interior nordestino, até Cr$ 1 mil, no Rio de Janeiro (*JORNAL DO BRASIL*, 19/06/1976, p. 6). Um outro problema observado no RJ foi o atraso no pagamento dos monitores contratados que já durava seis meses (*JORNAL DO BRASIL*, 14/09/75, p. 8). Esse atraso fazia com que os monitores contratados ocupassem um lugar de desprestígio, inclusive com a grande imprensa anunciando que o método do *Projeto Minerva* era "barato" e quase nem era preciso do "professor/monitor", já que o material didático e os testes já vinham prontos (*JORNAL DO BRASIL*, 05/10/1975, p. 27).

Essa conclusão vinha na esteira do *Projeto Minerva* não exigir muito dinheiro, pois, ao mesmo tempo, conseguia reunir, numa mesma hora, em todo o país, um grande número de alunos quanto ao aspecto da simultaneidade. O periódico afirmava que o ensino tinha o mesmo nível, mesmo nas regiões mais inacessíveis, onde se tornava difícil manter um bom professor (*JORNAL DO BRASIL*, 05/10/1975, p. 27). Além dos baixos salários dos monitores e do pessoal em geral desde os anos iniciais do *Projeto Minerva*, conforme foi apontado pela imprensa, os monitores também sofreram com atraso no pagamento, responsabilidade essa dos governos estaduais ou municipais (*JORNAL DO BRASIL*, 05/10/1975, p. 27). Após dois meses, o mesmo jornal insistia na notícia do atraso de pagamento com a manchete "Monitores do Minerva sem pagamento desde maio podem ficar sem salários". Conforme os monitores deparavam-se com a ausência do pagamento, muitos desistiam da monitoria:

> Cerca de 2 mil monitores contratados para as aulas do *Projeto Minerva* no interior do Estado do Rio estão sem receber seus pagamentos desde maio, arriscando-se, também,

> a terem seus vencimentos contados somente a partir de agosto, quando passaram a trabalhar, oficialmente, sob contrato assinado. A Secretaria de Educação, que tem a responsabilidade do pagamento [...]. As professoras contratadas pelo MEC como monitoras começaram a trabalhar em maio, mas sem assinar a documentação, pois 'um diretor alegou que não estava pronto ainda'. Em agosto, quando ameaçaram parar de dar aulas - noturnas, das 19 às 22 h - o *Projeto Minerva* convocou todos os monitores para a assinatura do contrato, informando, ainda, que receberiam os atrasados até o dia 22 deste mês, através da agência do Banco do Estado mais próxima do local de trabalho de cada um. Mas o dinheiro não foi depositado 'e agora não sabemos a quem recorrer, pois a direção do Projeto, na Rádio MEC, nada informa e a Secretaria de Educação também desconhece o problema', como explicou uma monitora, que pediu para não ser identificada, com medo de ser 'demitida e não receber os Cr$ 1 mil e 100[177] mensais a que tenho direito' (*JORNAL DO BRASIL*, 31/12/1975, p. 8).

O atraso na remuneração dos monitores foi noticiado pela imprensa do Estado do Rio de Janeiro no último dia do ano de 1975. Porém, o impresso mineiro igualmente trazia a público acerca do mesmo atraso, logo no começo do ano seguinte, o qual já perduravam 10 meses (*JORNAL ESTADO DE MINAS*, 17/01/1976, p. 8). A despeito do atraso dos salários dos monitores, não só no Estado do Rio de Janeiro, mas também em outras unidades federativas, ainda aconteceu um outro tipo de problema.

A ausência do monitor no radioposto por desistência, por exemplo, não acarretava em substituição. Isso foi relatado nos lançamentos de 1975/1976 e de 1977/1978: "[...] apesar da promessa de uma substituta, o ano [1975] terminou sem que outra professora viesse. Como resultado, os alunos não puderam formar-se, em vez do diploma receberam um certificado de que tinham cursado a quinta série" (*O FLUMINENSE*, 25/05/1977, p. 3). Mais uma notícia relacionada à insatisfação dos monitores, sob o título *Professor vende pipoca na rua*, ocorreria no Município da Penha, no Estado do Rio de Janeiro.

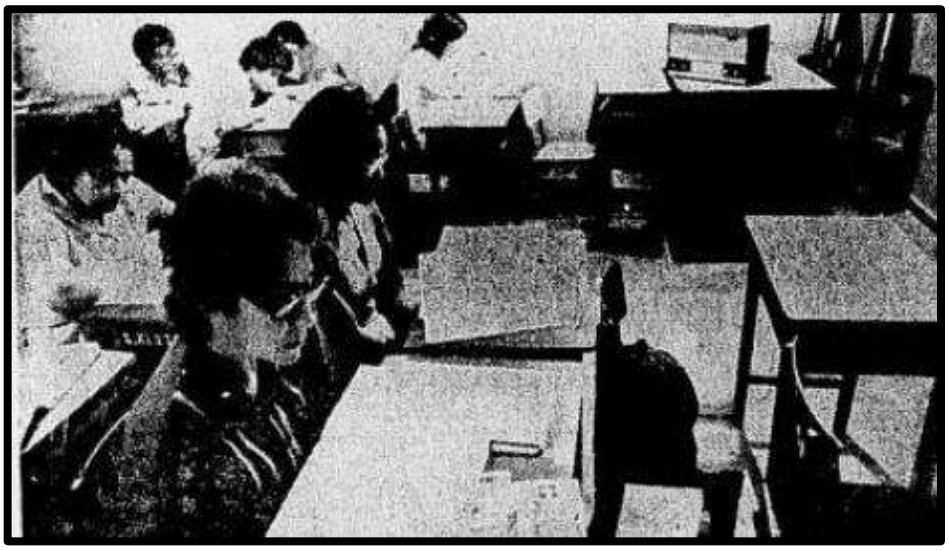
O *Jornal do Brasil* de 05 de outubro de 1975 tratava mais uma vez sobre atraso no pagamento dos monitores, ao fazer menção da abdicação do monitor em trabalhar no radioposto, para ocupar, do lado de fora, a carrocinha de pipoca. Percebe-se a tática de "sobrevivência" da qual o monitor valeu-se, uma vez ele já ser conhecido pelo grupo do radioposto, por ter sido monitor. Apesar do veículo de comunicação ter anunciado o nome do pipoqueiro, o fato retratava o atraso no salário de monitores e supervisores, notando-se que o acontecimento não era isolado, mas generalizado (05/10/1975, p. 27). Na Figura 18, pode-se observar o espaço do radioposto:

> São 560 monitores e supervisores sem receber um tostão. [...] O monitor Hidemburgo Magaldi da Silva, de 24 anos, aluno do 3° ano de Biologia, partiu para uma solução imprevisível: comprou uma carrocinha e quase todo dia vende pipoca na porta da

[177] O valor do salário mínimo em janeiro de 1975, era de 376,80 (trezentos e setenta e seis cruzeiros e oitenta centavos) e em 12/1975 era de Cr$ 532,80 (quinhentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta centavos).

> escola. Ele deixou de ensinar no curso pré-técnico do supletivo, na Penha, atraído pelas promessas do *Projeto Minerva*. Agora os alunos o chamam de 'professor pipoqueiro' (*JORNAL DO BRASIL*, 05/10/1975, p. 27).

Figura 18 – Radioposto do Bairro da Penha/RJ



Fonte: *Jornal do Brasil* (05/10/1975, p. 27).

Para a comunidade imaginada do *Projeto Minerva*, com base no conceito de Anderson (2008, p. 64-65), não há importância na identidade de um sujeito que tenha sofrido o problema, como aconteceu com o monitor pipoqueiro. Para a imaginação da comunidade, o que importa é o corpo representativo, não a vida pessoal (p. 65). O fato de o "professor pipoqueiro" ter trocado o curso pré-técnico supletivo em que lecionava pelas "promessas do *Projeto Minerva*", justamente porque ele creu no que viu ou ouviu acerca do programa, reforçava a ideia de o Estado produzir imagens, enquanto o indivíduo se imagina nelas (ANDERSON, 2008). O *close* do periódico demonstrou a cadeira vazia do possível ex-monitor, já que a notícia girava em torno dele haver trocado a monitoria pela carrocinha de pipoca, por causa da falta de salários.

Sobre a mesa, encontrava-se o aparelho do rádio transmissor para que a radioaula fosse ouvida. A legenda original da imagem dizia: "Alunos da Penha, sérios e atentos, ouvem o rádio e leem os fascículos" (*JORNAL DO BRASIL*, 05/10/1975, p. 27). A imprensa empreendia com a manchete o que de melhor o Estado poderia esperar de um grupo de aprendizes, além de significar o formato mais barato: o ensino não precisar de um mediador, já que eles demonstravam "atenção, seriedade e habilidade" em lerem e ouvirem sozinhos a ministração do curso (reforço ao autodidatismo). Em concordância à manchete, o *close* da Figura 18 sugere a desvalorização da figura daquele que ensinava, mesmo sem poder considerá-lo como

professor por formação. Era o reforço ao ensino individualizado, realizado autodidaticamente, preconizado pelos projetos e programas supletivos[178].

O Relatório de Resultados (SEEC/RJ) (1977/1978, p. 21) registrou o salário do monitor com o valor de Cr$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros). O valor de investimento no *Projeto Minerva* em nível estadual girou em torno de Cr$ 12.034.000,00 (doze milhões e trinta e quatro mil cruzeiros), tendo como fonte de recursos a Secretaria de Estado de Educação e Cultura/RJ. O segundo relatório (1977/1978) apontou mais enfaticamente o ensino supletivo baseado na "Teleducação" como complementar às necessidades educacionais do Estado do RJ, justificando que o "ensino supletivo formal"[179] não apresentava condições de atender plenamente as necessidades do segundo ciclo do 1º Grau (5ª a 8ª série).

O documento apontava quanto à inoperância do "ensino supletivo formal", principalmente, no interior do RJ, ocasionando o êxodo rural para a área metropolitana. Baseado no Relatório (1977/1978), ao fixar o *Projeto Minerva* nas regiões mais distantes e inacessíveis, o poder público entendia que haveria a fixação do homem na sua região de origem e, por causa disso, considerava a iniciativa do supletivo pelo rádio como exitosa.

Ao fazer a relação entre número dos inscritos para a recepção organizada de todo o território nacional no 3º lançamento (1977/1978) do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II,* com o montante inscrito no Estado do Rio de Janeiro para a mesma recepção, apuramos os números de 81.206 em nível nacional (MEC/SRE/*PROJETO MINERVA*/RELATÓRIO DAS QUATRO VEICULAÇÕES, 1980 *apud* LEOBONS, 1984, p. 71-73) e de 14.500 em nível estadual (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ, 1977/1978, p. 20); significando este 17,8% do total de público daquele.

O *Projeto Minerva* no 3º lançamento (1977/1978) no Estado do Rio de Janeiro foi orçado em Cr$ 12.034.080,00 (doze milhões, trinta e quatro mil e oitenta cruzeiros), recurso esse do tesouro estadual, tendo sido sua aplicação dividida para usos específicos. Em pessoal e encargos sociais foram investidos Cr$ 11.486.750,00 (onze milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil e setecentos e cinquenta cruzeiros); em recursos materiais o valor foi de Cr$ 297.330,00 (duzentos e noventa e sete mil, trezentos e trinta cruzeiros); e o gasto com outros recursos somou o montante de Cr$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) (RELATÓRIO DE RESULTADOS SEEC/RJ, 1977/1978, p. 20).

A divulgação pela imprensa fluminense acerca da disponibilidade de inscrições dos participantes das recepções organizada, controlada e livre, realizada ao final do 3º lançamento

[178] Nos dias de hoje, prática muito comum se tornou o estudo por meio de cursos na modalidade de educação a distância (EAD), enfatizando o ensino individualizado (autodidatismo).
[179] O documento se referiu ao ensino supletivo que era feito nas escolas com aulas regulares de "supletivo formal".

do *Projeto Minerva*, ocorreu em várias edições dos jornais diários. Em especial, no *Jornal do Commercio* dos dias 09 e 10 de julho, 04 de agosto e 17 de setembro, ambos no ano de 1977 e na página 14, divulgaram aos candidatos para comparecerem a um dos radiopostos até o dia 30 de outubro para se inscrevessem e prestarem os testes de avaliação que estavam marcados para novembro de 1977 e junho de 1978. Entretanto, houve divergência entre o valor mínimo de nota exigido para que o candidato fosse considerado apto a receber o certificado de conclusão do 1º Grau pelo *Projeto Minerva.*

As notas mínimas de aprovação foram divulgadas em 60 pontos (*O FLUMINENSE*, 1977, 17/09/1977, p. 14) e 50 pontos (*JORNAL DO COMMERCIO*, 10/07/1977, p. 14), sem nos dar certeza qual foi o mínimo percentual válido. Para os interessados, escolheriam o radioposto de acordo com seus logradouros residenciais. O Quadro 12 apresenta na primeira coluna da esquerda para a direita, o endereço do Distrito Educacional divulgado pela imprensa, a identificação do prédio público à época e a instituição que funciona atualmente no endereço:

Quadro 12 – Distritos Educacionais do Município do Rio de Janeiro (1977)[180]

Nº	**Distritos Educacionais**	**Prédio público identificado**	**Atualmente o que funciona**
1	Rua Edgar Gordilho, 63, Centro	Sede da 1ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) da Secretaria Municipal de Educação (RJ)	Idem
2	Rua Dona Mariana, 148, Botafogo	Escola Municipal Joaquim Nabuco	Colégio Estadual México - Rio de Janeiro (após 2008)
3	Avenida Professor Abelardo Lobo, 5, Lagoa	Escola Municipal Pedro Ernesto	Idem
4	Rua Aguiar Moreira, 652, Bonsucesso	Escola Municipal Ruy Barbosa	Idem
5	Avenida Vinte e Oito de Setembro, 109, Vila Isabel	Colégio Estadual João Alfredo	Idem
6	Rua Santa Fé, 50, térreo, fundos, Méier	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro	Idem

[180] O Quadro 12 foi elaborado a partir de publicações retiradas do *Jornal do Commercio*, nos meses de julho, agosto e setembro de 1977.

7	Rua 24 de Maio, 931, fundos, Engenho Novo	Escola Municipal Sarmiento	3ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) da Secretaria Municipal de Educação (RJ)
8	Rua Leopoldina Rego, 574, Penha	Não identificado	Prédio privado residencial construído
9	Rua Miranda e Brito, 199, Irajá	Escola Estadual de Ensino Supletivo Mato Grosso	Escola Municipal Mato Grosso (após 1998)
10	Rua Juriari, 238, Marechal Hermes	Colégio Estadual Marques Rebelo	Idem
11	Rua do Antúrio, s/nº, Anchieta	Escola Municipal Cyro Monteiro	Idem
12	Avenida Geremário Dantas, 48/203, Jacarepaguá	Não identificado	Prédio privado residencial construído
13	Praça Rosa da Fonseca, 30[181]	Não identificado	Não identificado
14	Rua Augusto Vasconcelos, 212, Campo Grande	Não identificado	Prédio privado residencial construído
15	Rua Fernanda, 155, Santa Cruz	Administração Regional de Santa Cruz	Idem

Fonte: produzido pela autora com dados nas publicações no *Jornal do Commercio* (meses 07, 08 e 09 de 1977).

Apesar de existirem outros logradouros dos radiopostos espalhados por todo o território estadual que serviriam aos interessados em inscreverem-se e submeterem-se aos testes finais, não houve divulgação nos jornais pesquisados. Outra observação se deu em relação ao último lançamento do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC): não houve reportagem quanto à estreia ou andamento do 4º lançamento, que teve início no dia 07 de agosto de 1978 e término em 21 de dezembro de 1979, em nível nacional, nem tampouco o Relatório de Resultados (SEEC/RJ) (1978/1979) foi localizado.

Durante os seis anos de atuação do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC), no Estado do Rio de Janeiro (1973-1979), foram muitas as convocações para realizar treinamento aos coordenadores, supervisores e monitores ao programa, além também de chamadas voltadas às capacitações de atualização para o pessoal já engajado na

[181] Supõe-se que o endereço publicado no jornal possa estar errado, tendo duas possibilidades de localizações. Pode ser que o correto seja "Rua Rosa da Fonseca, nº 30 – Manguinhos", atualmente sendo um prédio; ou então pode ser "Praça Marechal, 30, Vila Militar", sendo o logradouro da Escola Municipal Rosa da Fonseca.

equipe do *Projeto Minerva*. Um desses encontros teve sua programação entre 26 e 31 de janeiro, no Hotel das Paineiras[182], intitulado *III Encontro Nacional de Coordenadores do Projeto Minerva* (1975), a fim de tratarem assuntos referentes ao trabalho de Teleducação através do rádio pelo *Projeto Minerva* (*JORNAL DO COMMERCIO*, 26/01/75, p. 5).

No *III Encontro Nacional de Coordenadores do Projeto Minerva* (1975), de acordo com o *Jornal do Brasil* de 28 de janeiro de 1975, os representantes de cada Estado ficaram responsáveis por fazerem o planejamento para suas áreas, em conjunto ao levantamento das necessidades locais, numa tentativa de promover maior integração e participação das secretarias estaduais de educação com o *Projeto Minerva* (1975, p. 10). O primeiro dia da programação contou com a presença do diretor do SRE, José Cândido de Carvalho (1974-1976), juntamente a outras autoridades ligadas à educação (*JORNAL DO COMMERCIO*, 26/01/1975, p. 5). Entre os problemas comuns apresentados pelos participantes do Encontro estava:

> [...] o da baixa remuneração dos monitores de turma – professores leigos, que tenham o 1º grau completo para as turmas do supletivo de primeira fase e 2º grau ou curso universitário, para as turmas da segunda fase. No Ceará, por exemplo, eles ganhavam Cr$ 75,00 por mês, por duas horas e meia diárias de trabalho, à noite, e este ano vão passar a ganhar Cr$ 250,00 (o salário mínimo é de CR$ 263,00). Em Maceió eles ganham Cr$ 150,00 por mês, e nos territórios os salários dos monitores ficam em torno de Cr$ 50,00 (*JORNAL DO BRASIL*, 28/01/75, p. 10).

Outro tema problemático tratado no *III Encontro Nacional de Coordenadores do Projeto Minerva* (1975), segundo o jornal, foi em relação ao horário de transmissão do *Projeto Minerva*. O representante do Estado do Amazonas se manifestou dizendo que no interior amazonense, o ideal seria passar as aulas para as seis da manhã, justificando que a noite os trabalhadores já chegavam cansados demais para prestar atenção. A coordenação do *Projeto Minerva* estava, com isso, em contato com a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) para tentar conseguir novas opções de horários para as transmissões.

"Alguns coordenadores queixaram-se de falta de integração e compreensão dos departamentos de ensino supletivo para com *Projeto Minerva*" (*JORNAL DO BRASIL*, 28/01/75, p. 10). Eles também criticaram acerca da música tocada nos intervalos das aulas, identificada durante o tempo que os participantes tinham para fazerem os exercícios. Segundo o relato dos coordenadores, às vezes a música apresentava-se suave demais, o que induzia o

[182] O Hotel das Paineiras foi inaugurado no dia 9 de outubro de 1884, sendo reconhecido pelo seu requinte arquitetônico e pela presença de hóspedes ilustres, como foram os presidentes Washington Luís, Getúlio Vargas e Café Filho; além de ter servido como local de concentração para a Seleção Brasileira de Futebol e para as equipes do Botafogo, Vasco e Fluminense. Atualmente recebe o público no caminho para o Corcovado, como Centro de Visitantes Paineiras. Disponível em: <https://grupocataratas.com/curiosidades-sobre-o-centro-de-visitantes-paineiras/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

grupo a ficar com sono, e em outras vezes era muito animada, desviando sua atenção. Comentaram ainda que muitas pessoas haviam realizado a inscrição nos cursos do *Projeto Minerva* unicamente para ganhar carteira de estudante e pagar meia entrada nos cinemas, noticiava o periódico.

Para o *V Encontro Nacional do Projeto Minerva* (1978)[183], ocorrido na Cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 27 e 30 de julho, o local selecionado como sede do evento foi o Hotel Glória[184], contando com o apoio do Serviço de Radiodifusão Educativo, do Ministério da Educação e Cultura e da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro (SRE/MEC/PM). A Figura 19 demonstra o *close* realizado pelo fotógrafo, com os participantes à frente do prédio:

Figura 19 – *V Encontro Nacional do Projeto Minerva* – RJ (1978)

Fonte: Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

Na época do evento, o Hotel Glória era um dos ícones da Cidade do Rio de Janeiro, como expressão de *glamour* e poder. O grupo de coordenadores parecia bastante extenso, em que se encontram reunidas 51 pessoas, sendo 4 homens em meio a 47 mulheres. As fileiras estão distribuídas em número de 5, com alguns sentados no chão e outros em pé. Deduz-se que

[183] Não foram localizados registros acerca do *I, II* e *IV Encontro Nacional do Projeto Minerva*, e nem se houveram outros, a *posteriori*.

[184] O Hotel Glória foi o primeiro prédio em concreto armado da América do Sul e o primeiro hotel a receber a classificação de cinco estrelas do Brasil. Inaugurado no dia 15/08/1920, foi construído para a realização da Exposição Nacional em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil, em 1922. A proximidade com o centro cultural, financeiro e político da capital do Brasil, a Cidade do RJ, fez com que o estabelecimento caísse nas graças dos artistas do cinema, cantores, políticos e chefes de Estado. Seu fechamento se deu no ano 2000.

houve notoriedade em torno do Encontro quando a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)[185], na pessoa de sua Presidente, Maria Sabina de Albuquerque, enviou ofício à direção do *Projeto Minerva*:

> Sr. Diretor, Esta Federação tem conhecimento de que de 26 a 29 do mês corrente haverá no Hotel Glória um encontro dos coordenadores do *Projeto Minerva*. Muito agradeceríamos a Vossa Senhoria se examinasse a possibilidade da realização de uma mesa-redonda com representantes desta Federação, num dos dois dias marcados para o encontro. A Aliança Internacional de Mulheres, à qual a Federação está filiado, tem mostrado interesse em promoções de caráter educacional, especialmente de educação não formal. Aguardando a gentileza de uma resposta com a possível brevidade, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos de nossa estima e consideração (OFÍCIO DA FBPF, 1978).

A FBPF, com sede no Rio de Janeiro, já possuía histórico de ter travado embates pela defesa e igualdade de direitos, entre homens e mulheres, além de ter lutado pelo acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho, assim como para a conquista do voto feminino. Pelo teor do ofício e da atuação da Federação, entende-se que o *Projeto Minerva*, sendo gratuito com ensino pelo rádio, caracterizava-se como uma alternativa cabível à inclusão das mulheres no ensino supletivo, aumentando assim suas chances diante à ocupação das vagas de emprego. A apropriação na qual a FBPF demonstrou ao enviar a correspondência ao diretor do *Projeto Minerva* se apresentava como um programa a favor do desenvolvimento cognitivo e intelectual das mulheres. Essa representação fazia com que o *Projeto Minerva* fosse encarado como um recurso de relevância para democratizar o acesso à educação moderna e atualizada.

Após o passeio panorâmico pelos quatro lançamentos em cadeia nacional do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC) (1973-1979) e do entendimento que englobou a variedade de gêneros e estilos da programação informativa-cultural, focamos, por fim, nas práticas e ações da esfera do Estado do Rio de Janeiro. Passaremos ao Capítulo 4, observando os fascículos em sua materialidade, estrutura e conteúdo, o que foi relevante e imprimiu sentidos às representações compreendidas do *Projeto Minerva*. As capas e primeiras páginas, além das lições de "Educação Moral e Cívica" e "Informação Ocupacional", em especial, deram base para fazermos o reconhecimento e análise de significações.

[185] Bertha Maria Júlia Lutz foi ativista feminista, bióloga, educadora, diplomata e política brasileira e fundou a FBPF, em 09/08/1922. C.f.: *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)* no Verbete do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>. Acesso em: 26 mar. 2023.

4. PROJETO IMAGINADO MINERVA, CONQUISTE! FASCÍCULOS – FASE II – COM PROPÓSITOS E SIGNIFICADOS

> [...] a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros: ela é uma 'caça furtiva', no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada. Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la [grifos do autor] (CHARTIER, 1990, p. 123).

4.1 Leitura e escrita para o período preparatório

A coordenadora executiva do *Projeto Minerva*, professora Maria Eugênia Dias de Oliveira, no *III Encontro Nacional de Coordenadores do Projeto Minerva*, organizado no ano de 1975, afirmava que os fascículos no primeiro lançamento da Fase II havia sido apenas uma repetição das aulas transmitidas pelo rádio. Segundo a coordenadora, essa medida havia sido adotada em face da insegurança inicial dos monitores de turma e dos participantes, que preferiam se prender às informações já ouvidas, mas de forma escrita, já que não confiavam no rádio como veículo de instrução (*JORNAL DO BRASIL*, 29/01/75, p. 10). Nota-se que essa declaração por parte dos monitores teria ocorrido após o período de cinco anos de transmissão dos cursos pelo rádio.

A suposta insegurança por parte dos monitores na condução do grupo de participantes tinha relação com problemas técnicos que habitualmente ocorriam na transmissão dos programas de rádio para regiões no interior dos estados, como noticiava o *Jornal do Brasil* de 30 de janeiro de 1975. Alguns desses imprevistos referiam-se às condições desfavoráveis de captação na frequência operacional das emissoras, à dificuldade dos monitores em manejar os receptores para a audição das aulas, à falta de expertise para posicionar corretamente o aparelho receptor ou a antena na sala, entre outros aspectos (1975, p. 19). Por esses e outros motivos, os fascículos de acompanhamento por muitas vezes eram o que se tinha de concreto para serem manuseados e estudados pelos participantes do *Projeto Minerva*.

De acordo com a entrevista da professora Maria Eugênia, era pretensão da equipe de planejamento do *Projeto* que no lançamento vindouro do *Curso Supletivo de 1º Grau*, os fascículos fossem "transformados em uma complementação das aulas com figuras, mapas, gráficos e informações diversas das transmitidas pelo rádio, embora dentro do mesmo assunto

e conteúdo". Todavia, a mudança proferida poderia suscitar alguma dificuldade no sentido de os monitores ministrarem as aulas (*JORNAL DO BRASIL*, 29/01/1975, p. 10)[186].

Tendo em vista o material impresso ter sido criado no período do governo militar, foi possível reconhecer que para cada época, meio e contexto, uma prática de escrita e leitura foi desenvolvida, na qual identificavam-se as modalidades partilhadas do ler e do ouvir, "as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais, e que coloca no centro da sua interrogação os processos pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação" (CHARTIER, 1990, p. 121).

O primeiro caminho para perceber-se uma determinada realidade social no processo dinâmico de construção, diz respeito "às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real" (CHARTIER, 1990, p. 17). Nesse sentido, "são estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado". A partir dessa perspectiva, as representações são desveladas e trazem ao objeto e aos sujeitos interpretações sobre a instituição.

O *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* foi dividido em três partes: a primeira de nome "Período Preparatório" visava desenvolver as habilidades específicas de leitura e interpretação, com duração de 2 semanas, composta por 10 aulas, correspondendo a um fascículo. Esse primeiro fascículo tinha a função de rememorar a matéria básica a qual seria necessária para o candidato fazer a leitura do material didático impresso já que, por vezes, fazia autodidaticamente. Em paralelo à revisão de conteúdo, o fascículo inicial também serviria como um meio de adaptação dos participantes ao regime à distância nas recepções controlada e livre, e ao regime semipresencial na recepção organizada.

A segunda parte englobava o "curso propriamente dito", com o objetivo de proporcionar ao educando a formação geral em nível das quatro últimas séries do ensino de 1º Grau (5ª a 8ª série), tendo a duração de 53 semanas e a composição de 535 aulas contidas em 13 fascículos, os quais eram acompanhados no período de 12 meses e 1 semana. A terceira e última parte do curso supletivo (SRE/MEC) chamava-se "Plano de Reforço" e constituía-se de um único fascículo com o título "13-Reforço". Esse continha as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, sob o objetivo de fortalecer o aprendizado ministrado durante o curso.

No mês de outubro de 1973, quando o *Projeto Minerva* completou três anos de transmissão, o programa educativo da segunda fase já estava em plena propagação. Isso em

[186] Em nenhuma das fontes localizamos informação a respeito de troca de material didático no *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC), durante os seus seis anos de vigência.

razão do seu primeiro lançamento ter sido em agosto de 1973. "O *Projeto Minerva* [...] festejando seus três anos de atividades [...] tem contribuído para divulgar Educação e Cultura a brasileiros que, na idade própria, não puderam frequentar sala de aula nos moldes tradicionais" (*CORREIO DA MANHÃ*, 04/10/1973, p. 2). A reportagem complementava sobre a transmissão em cadeia nacional já abarcar mais de mil estações de rádio, com lições abordando as matérias tradicionais e de cunho informativo profissional, ocupacional, de saúde e de formação de atitudes para o trabalho.

Decifrar os fascículos torna-se um procedimento que amplia as possibilidades de interpretação, uma vez que permite modificar o que se pode perguntar à fonte (BICCAS; RODRIGUES, 2015). Os autores destacam a importância da desconstrução e reconstrução, da decifração, de tentar encontrar para além dos próprios enunciados discursivos, explicitados na fonte, as teias que o sustentam, o que possibilita questionar e aparecer. Por isso, a compreensão das capas, primeiras páginas[187] e de parte do conteúdo dos fascículos se tornou primordial, com o intuito de arrancar deles o que não está explícito e o que deve ser pensado.

Ao apreciar a materialidade[188] dos fascículos de ensino, notou-se cada um deles ser composto por 44 páginas, com volumosa indicação de conteúdo. O seu papel de confecção pareceu-nos de boa gramatura, sendo o material da capa de outra textura, se comparado às folhas internas que eram mais lisas e com coloração levemente amarelada. A despeito do desgaste do tempo, entende-se que o amarelamento das folhas poderia ter relação com o material que eram elaboradas, o qual impedia que houvesse reflexão da luz, tornando a leitura mais confortável à vista. As imagens e fotografias contidas na capa e no interior dos fascículos eram em preto e branco, provavelmente para a produção com custos mais baixos.

As únicas partes coloridas eram o título "PROJETO MINERVA" em destaque no alto da capa e a especificação na parte de baixo "PRIMEIRO GRAU/SEGUNDA FASE", ambos sempre da mesma cor, em fonte de tamanho grande. A capa e o verso dos fascículos mantinham as margens coloridas (laterais superior, posterior e lateral externa) no mesmo tom das letras dos títulos, com a espessura de meio centímetro. Em todas as capas, as siglas "MEC" e "SRE" marcavam presença na parte superior esquerda, ao lado do título, estrategicamente posicionadas, uma vez a leitura seja feita da esquerda para a direita, ficando bastante evidenciado sua ligação com os órgãos públicos SRE e MEC, representantes legais do governo. A Figura 20 demonstra a capa do fascículo introdutório, intitulado "Período Preparatório":

[187] O estudo das capas e primeiras páginas foi desenvolvido a partir da coleção do acervo da Biblioteca Nacional.
[188] A percepção tátil da materialidade dos fascículos e o estudo do conteúdo das lições foram produzidos baseado em amostragem, devido termos em mãos apenas 5 fascículos do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (nº 2, 9, 10, 12 e 13), dentre os 15 existentes. O acervo pertence à Prof.ª Sônia Camara.

Figura 20 – Fascículo “Período Preparatório”

Fonte: acervo da BN (1973)[189].

A variedade de cores nos títulos em cada fascículo, o uso de imagens que se aproximavam do público e a utilização de um desenho moderno para a época, funcionavam como forma de atrair o leitor (COCKELL; MONACO, 2020). Assim, tanto as capas quanto as primeiras páginas eram sugestivas e carregadas de sentido. As capas dos fascículos estando na condição de primeiro contato entre leitores e conteúdo, poderiam ser examinadas como aquelas pensadas com o poder de atração, levando em conta que a primeira impressão tem o seu significado. Ao observar as motivações, apropriações e estratégias utilizadas por agentes inseridos e articulados num contexto de produção específica, que cumpre uma finalidade, ponderamos que essas ações são práticas culturais (CHARTIER, 1990). Segundo o autor, o principal foco gira em torno da tessitura das singularidades históricas no campo da educação, acerca de um conjunto material escrito, conforme eram os fascículos.

A respeito do radioposto retratado na capa do Fascículo “Período Preparatório”, conforme a Figura 20 demonstra, pareceu-nos bastante sugestivo, como se fosse a representação

[189] Para referenciar o ano das citações das capas, páginas e trechos dos fascículos, nos utilizaremos do ano registrado nas contracapas dos fascículos do *Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II*, ou seja, 1973.

(CHARTIER, 1990) de um lugar de inclusão e/ou de aproximação, se não pelo encontro presencial entre similares, pela imaginação projetada aos leitores/acompanhantes para se sentirem parte de um só propósito: a terminalidade dos estudos. Ou seja, mesmo aqueles que não frequentavam um radioposto, como os que participavam da recepção livre, teriam a oportunidade de conhecê-lo, por fotografia, e de imaginarem-se partícipes da comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) do *Projeto Minerva*.

A inserção do conteúdo pertencente ao fascículo introdutório do *Projeto* nos fez reparar a preocupação do programa com os sujeitos adultos que, porventura, estivessem fora da escola há muito tempo e que pudessem apresentar deficiência quanto às noções básicas de leitura, escrita e interpretação. O aperfeiçoamento dessas habilidades era extremamente importante à vida de quem teria que, minimamente, dominar a leitura, escrita e interpretação nas áreas de linguagem, humanas, ciências e matemática, com conceitos e operações específicas. Ao apreciar o sumário do fascículo transcrito no Quadro 13, foi possível observar a distribuição das aulas com o objetivo de preparar os leitores para a interpretação dos conteúdos por áreas de conhecimento. Sendo assim, esse primeiro período do Curso servia para acolher os participantes, fazendo com que eles pudessem ir gradativamente relembrando e se adaptando ao modelo não presencial, do qual lhe era demandado a habilidade do autodidatismo.

Quadro 13 – Transcrição do Sumário do Fascículo "Período Preparatório"

Aula 1: Audição (I) ..... página 5 – Importância da audição na vida diária – Os meios de comunicação – Aprendendo a ouvir – Situações de audição na vida diária – Atividades para depois da aula	Aula 11 A leitura e suas diferentes finalidades... página 47 – Finalidade da leitura – Adaptação da velocidade
Aula 2 Audição (II) ..... página 10 – Introdução – Atividades de revisão – Regras do bom ouvinte – Atividades para depois da aula	Aula 12 Leitura para estudo ..... página 51 – Importância dos hábitos fundamentais da leitura – A leitura para fins de estudo – Condições para eficiência na leitura – Atividades para depois da aula
Aula 3 Meios de comunicação e expressão além das palavras ..... página 14 – Isto também é comunicação – Conclusão – Atividades para depois da aula	Aula 13 Leitura de estudos sociais ..... página 54 – Ideias gerais – Conteúdo de Estudos Sociais – Leitura em Estudos Sociais – Habilidades de leitura – Atividades para depois da aula

Aula 4 Meios de comunicação e expressão/linguagem e língua ..... página 18 – Formas de linguagem – Linguagem falada – Importância das palavras: sua colocação na frase – Língua – Recursos para o estudo de palavras – Atividades para depois da aula	Aula 14 Leitura em ciências físicas e biológicas .....página 58 – Ideias gerais – Habilidades de leitura – Atividades para depois da aula
Aula 5 Linguagem escrita ..... página 23 – Formas de representação gráfica das palavras – Letras, alfabeto – Vantagens do alfabeto – Atividades para depois da aula	Aula 15 Leitura em matemática ..... página 62 – Ideias gerais – Habilidades específicas de leitura
Aula 6 A escrita .....página 26 – Importância da escrita – Tipos de escrita – Qualidade da escrita – Medidas para melhorar a escrita – Atividades para depois da aula	Aula 16 Fontes de informação: o livro ..... página 65 – Fontes de informação – O livro: livros sobre diferentes disciplinas – Partes de um livro – Uso do livro – Atividades para depois da aula
Aula 7 Ortografia (I) ..... página 30 – Importância – Recursos para melhorar a ortografia – Fontes das palavras para o estudo ortográfico – Métodos de estudos da ortografia – Atividades para depois da aula	Aula 17 Fontes de informação: dicionário, enciclopédia (I) ..... página 72 – Usos do dicionário – Organização do dicionário – Atividades para depois da aula
Aula 8 Ortografia (II) ..... página 33 – Dificuldades ortográficas – Sufixos no estudo da ortografia – Sugestões de atividades – Atividades para depois da aula	Aula 18 Fontes de informação: dicionário, enciclopédia (II) ..... página 76 – Usos do dicionário – Organização da enciclopédia – Atividades para depois da aula
Aula 9 Formação de hábitos de leitura (i) ..... página 37 – Importância da leitura – Hábito de leitura – Atividades para depois da aula	Aula 19 Organ. das informações: esquemas .....página 80 – Ideia geral dos textos simples – Tópicos e parágrafos – Atividades para depois da aula
Aula 10 Formação de hábitos de leitura (II) ..... página 41 – Velocidade da leitura – Bons hábitos de leitura – Atividades para depois da aula	Aula 20 Organização informações: pesquisas.... página 88 – Ideia geral de textos simples – Tópicos, subtópicos – Atividades para depois da aula

Fonte: produzido pela autora com dados do Fascículo “Período Preparatório” (1973).

A sucessão pedagógica do conteúdo programático iniciava-se pelo ensino da audição, provavelmente, porque o ensino era pelo rádio. Na sequência, a matéria ministrada era a respeito das linguagens falada (verbal), não falada (não verbal) e escrita. Duas aulas abordavam sobre ortografia, a qual havia sofrido a Reforma Ortográfica do Português imposta pela Lei Federal 5.765, de 18 de dezembro de 1971[190]. Seguiu-se no programa o ensinamento sobre formação de hábitos de leitura e sua finalidade, e leitura de diferentes áreas de conhecimento. Adiante, as lições estimulavam a desenvolver habilidades para consulta a diferentes tipologias de fontes como no caso de livros, dicionários e enciclopédias. A partir desse ponto, abordaram a organização das informações por meio de esquemas ou de pesquisas. Ao final de cada uma das vinte aulas programadas, eram propostas "Atividades para depois da aula".

Ao abrir o Fascículo "Período Preparatório", o participante deparava-se na primeira página com o título "**NOSSA CAPA**", escrito em caixa alta e negrito, seguido de um texto que separamos em duas partes. A primeira delas se repetia nos 15 fascículos, dizendo:

> **NOSSA CAPA**. Há uma oportunidade nova para você que não teve chances para estudar no tempo devido. Para aprimorar seus conhecimentos e se apresentar ao mercado de trabalho com maiores aptidões. Mesmo que necessite trabalhar durante o dia, existe agora a possibilidade de aprender à noite pelo rádio, estudando pelo fascículo o que lhe foi ensinado pela transmissão radiofônica. É uma técnica bem nova, bem moderna, que o Ministério da Educação e Cultura resolveu adotar para que fossem beneficiados milhares de brasileiros que não tiveram ou não alcançaram, ainda, condições para frequentar a escola regular [grifos do autor] (FASCÍCULOS *PROJETO MINERVA – FASE II*, 1973, p. 1).

O texto introdutório anunciava: "Há uma oportunidade nova [...] É uma técnica bem nova, bem moderna". Conforme exposto nos capítulos anteriores, as radioaulas e o acompanhamento por fascículos já faziam parte dos métodos educativos no Brasil desde a década de 1940. Segundo Le Goff (1990, p.173), o sentido do emprego do termo "novo" implica em nascimento e em começo. Mais do que uma ruptura com o passado, "novo" significa um esquecimento, uma ausência do passado, com a essência de um recém-aparecido e puro. Entendeu-se que a utilização do termo "novo", nesse sentido, rumou ao encontro de discursos sob a vantagem de utilizar-se de uma iniciativa pioneira na educação brasileira.

Dando continuidade a este texto introdutório na primeira página, a segunda parte se mostrava diferenciada e com objetivo de correlacionar-se à fotografia e ao significado da capa do fascículo, como ocorreu no Fascículo "Período Preparatório"[191], referindo-se àquela que continha a imagem do radioposto do *Projeto Minerva*:

---

[190] C.f.: acerca da Lei Federal 5.765, de 18 de dezembro de 1971. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1971-12-18;5765>. Acesso em: 26 mar. 2023.

[191] Doravante apresentaremos somente a parte diversificada de cada fascículo, correlacionada à imagem da capa.

> A nossa capa mostra um radioposto do *Projeto Minerva*. É o lugar onde se reúnem as pessoas que desejam estudar e melhorar seu padrão de vida. Elas escutam as aulas pelo rádio, estudam pelos fascículos e são monitorados por uma pessoa treinada, antecipadamente, para tal. Assim, os brasileiros hoje possuem maiores chances para aprender. Para melhorar de vida, ver crescerem suas oportunidades no trabalho, e aumentar as chances deste País no esquema competitivo internacional (FASCÍCULO PERÍODO PREPARATÓRIO, 1973, p. 1).

O pronome pessoal no plural "Nossa" trazia em seu significado o envolvimento do público com o objeto material, o qual o leitor podia tocar e se apropriar, estimulando para que se sentisse parte de um mesmo grupo, de uma mesma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008). Supõe-se que a intenção do Estado por meio do *Projeto Minerva* era tornar os envolvidos como partes de um processo. A palavra "nosso", usualmente citada, tinha como finalidade sobressair à ideia individualizada "meu", "teu" ou "dele"; logo, era cabível que os leitores acreditassem que o interesse do ensino supletivo era de "todos", o que não deixava de ser verídico. Contudo, as motivações nos pareciam diferentes: enquanto o país precisava de mão de obra para crescer em divisas, os participantes desejavam um futuro melhor para sua própria condição de vida.

Durante a pesquisa, encontramos outro texto introdutório nas primeiras páginas dos fascículos, que interpretamos ter sido de uma suposta reimpressão[192], o qual representava o discurso utilizado da autoridade da pasta da Educação, referenciado da seguinte maneira: "Parte do pronunciamento de Sua Excelência o Sr. Ministro da Educação, Ney Braga, para o programa comemorativo do 4º aniversário do *Projeto Minerva*, em 16 de novembro de 1974". Assim foi registrado no fascículo:

> Educação é essencialmente construção. Os responsáveis pelo *Projeto Minerva* estão construindo, estão abrindo perspectivas novas para milhares de brasileiros. Atribuo ao *Projeto Minerva* um importante papel no panorama educacional brasileiro. A dimensão continental do Brasil, a baixa densidade demográfica de extensas áreas rurais, os imperativos do desenvolvimento econômico e social estão a exigir cada vez mais uma expansão diversificada dos meios que promovem o processo de ensino, aprendizagem e a difusão cultural. Neste momento histórico, a educação deve atingir maiores distâncias, envolver maior número de pessoas e garantir maior produtividade. E o rádio, admirável no poder de levar a palavra, a orientação, o ensino às mais longínquas paragens, vem se constituindo um complemento novo ao serviço da educação (FASCÍCULOS *PROJETO MINERVA – FASE II*, 1973, p. 1).

Sob a vigência do Ministro da Educação Ney Braga que ocorreu entre 1974 e 1978, o discurso foi proferido e parte dele eternizado no registro da primeira página dos fascículos: "[...]

[192] Localizamos outro texto introdutório nos 5 fascículos os quais tivemos em mãos, do acervo da Prof.ª Sônia Camara. Apesar destes manterem nas primeiras páginas parte do discurso do Ministro da Educação feito em 1974, nas contracapas a data registrada de publicação do impresso se manteve como 1973.

o rádio, admirável no poder de levar a palavra, a orientação, o ensino às mais longínquas paragens", o que nos leva a interpretá-lo como uma representação (CHARTIER, 1990), em que o rádio seria visto como veículo de integração cultural na sociedade. O Ministro se referiu ao tempo presente como um tempo diferenciado: "Neste momento histórico, a educação deve atingir maiores distâncias, envolver maior número de pessoas e garantir maior produtividade". Ao citar sobre o tempo histórico que o país estava passando, ficou subtendido que era o de intervenção militar e que parecia estar sendo um período "especial" no sentido da importância dada ao ensino supletivo. Entretanto, como foi debatido anteriormente, nesse período, os investimentos financeiros destinados à educação deixaram a desejar (GERMANO, 2011, p. 106).

O representante do governo argumentava que a educação deveria chegar mais longe e a mais pessoas, para garantir maior produtividade; e isso já era preconizado há tempos, sem um resultado satisfatório. Nota-se, entretanto, que o Ministro Ney Braga não se comprometeu e nem mesmo englobou a "todos" os brasileiros em suas palavras para alcançar a educação, mas, sim ao "maior número de pessoas", possivelmente para deixar o discurso mais realista ou por não acreditar que fosse cabível atingir a todos com o esforço empreendido. O recorte do discurso do Ministro terminou deixando a mensagem otimista: "E o rádio [...] vem se constituindo um complemento novo ao serviço da educação".

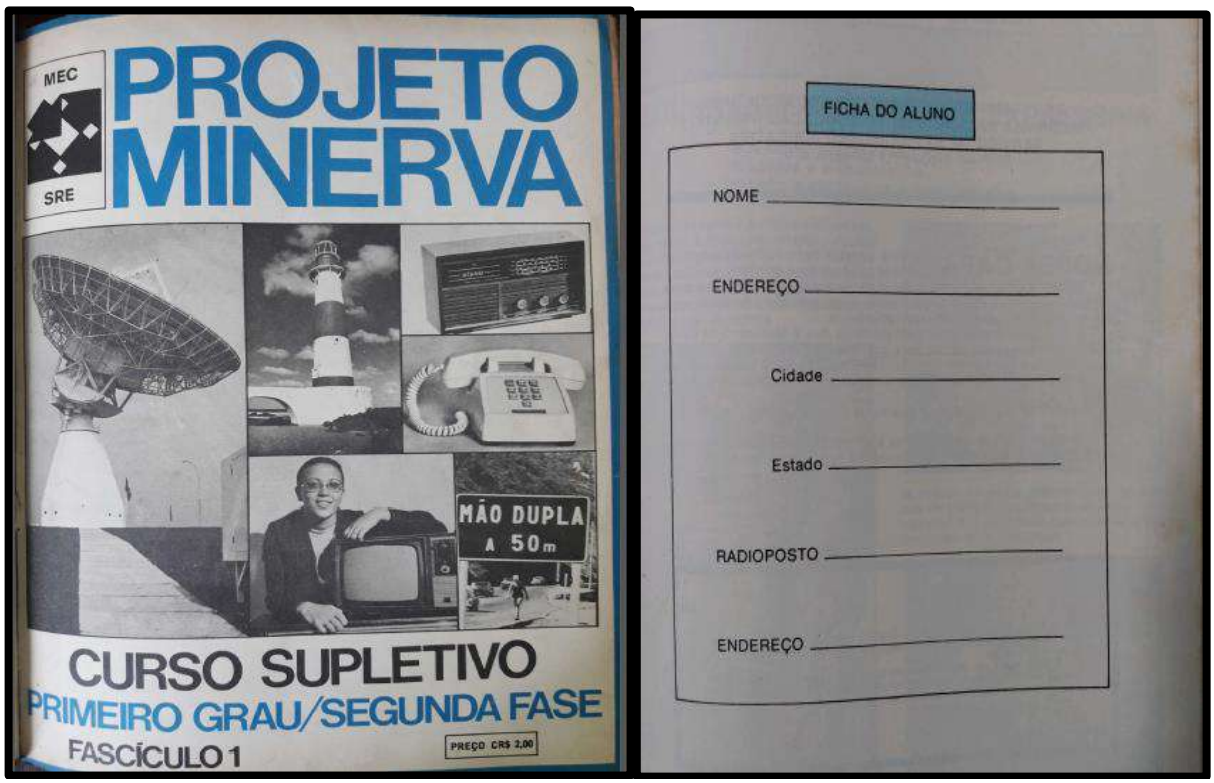
4.2 Capas e primeiras páginas, o que dizem as evidências?

Após a apresentação inicial, no subtópico anterior, demonstrando o fascículo introdutório do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC), observemos o Fascículo 1 com a capa elaborada por várias fotos, cada uma registrando um tipo de meio de comunicação como: torre de transmissão da EMBRATEL, torre de farol, rádio, telefone, televisão e placa indicativa de trânsito. Entendeu-se que essa seleção de fotos tenha sido motivada pela utilização da tecnologia do rádio, no modelo do *Projeto Minerva* e de outros meios de comunicação que atuavam concomitantemente no processo do programa supletivo. Da mesma maneira, alude à modernidade, progresso, ligação, interligação de pessoas e lugares, conforme o seguinte texto introdutório:

> [...] A nossa capa mostra os diferentes meios de comunicação que o homem utiliza. Lembre-se de que só através da palavra que nos comunicamos uns com os outros. Sinais de trânsito, gestos, cores e os modernos aparelhos de comunicação aproximam as pessoas e tornam a nossa vida melhor (FASCÍCULO 1, 1973, p. 1).

O texto que introduz o Fascículo 1 afirmava que a comunicação era realizada “só através da palavra”, entendendo “palavra” como uma metáfora para linguagem, uma vez que cita “sinais de trânsito, gestos, cores”, como ferramentas para a ação da comunicação, conforme podemos observar na Figura 21:

Figura 21 – Capa e primeira página do Fascículo 1



Fonte: acervo da BN (1973).

Na página n. 1 do fascículo existia a “Ficha do Aluno”, como pode ser visualizado do lado direita da Figura 21. Essa deveria ser preenchida pelo participante e entregue ao monitor ou ao supervisor no radioposto, se ele fosse assistido pela recepção organizada ou controlada, de modo respectivo. Era preciso responder seu nome, endereço, cidade, estado, município e local do radioposto. Agora focando na Figura 22, observa-se que o Fascículo 2 exibiu em sua capa um grupo de 13 operários andando na Transamazônica, estrada em construção, provavelmente no início de mais uma jornada de trabalho, a caminho do canteiro de obras, portando ferramentas manuais que usavam no serviço. O texto relacionado à capa do Fascículo 2 começava incentivando os leitores que estavam retomando os estudos:

> Você voltou a estudar. Você resolveu não parar, mesmo que as dificuldades sejam grandes, parecendo muitas vezes intransponíveis. O rádio – que serve para divertir, informar – vira ‘escola’. Ao lado da música de todas as horas, do futebol, dos noticiários que trazem o mundo até você, está o PROJETO MINERVA. O Ministério da Educação e Cultura, utilizando o rádio, ajuda milhões de brasileiros a estudar em todos os cantos do nosso País. Você cresce, o Brasil também. Repare na nossa capa –

> a Transamazônica já é uma realidade. Realidade de que nós, brasileiros, nos orgulhamos. Nascida do esforço de muitos para unir ainda mais a todos, a grande estrada retrata o valor do nosso povo [grifos do autor] (FASCÍCULO 2, 1973, p. 1).

Em contraponto à fotografia de trabalhadores simples do Fascículo 2, a capa do Fascículo 3 carregava a imagem da capital do país, Brasília, vista na Figura 22:

Figura 22 – Fascículos 2 e 3

Fonte: acervo da BN (1973).

Na fotografia do Fascículo 3 avistamos o Palácio do Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados, na Região Centro-Oeste, no Distrito Federal. Em primeiro plano, as realidades retratadas nos fascículos subsequentes são antagônicas, o primeiro retratava o homem do campo que era mal remunerado e sob condições de trabalho pouco favoráveis; em contraste ao *status* de poder, autoridade e *glamour* que representava a capital do país. Entretanto, ambos apontam para o movimento de interiorização e integração que o país apostava. O Fascículo 2 também dizia respeito à interligação do povo brasileiro, o qual estaria desbravando a mata em prol da conexão de regiões longínquas; o Fascículo 3 representava, pela visão da União, o cumprimento de uma "missão comum": a construção da capital do Brasil. O texto introdutório relacionado à capa do fascículo tratava o rádio como uma pessoa, um amigo:

> Você continua conosco: estudando, após um dia de trabalho, vencendo cansaço, vencendo às vezes distância. O rádio é o velho amigo, visto agora sob um novo ângulo – quanta coisa a aprender! Como você, muita gente também voltou a estudar. O Ministério da Educação e Cultura, através do Projeto Minerva, ajuda-o, onde quer que você esteja. A nossa capital, Brasília, está na capa do fascículo 3. Gente de todo canto do Brasil ajudou a construí-la e a faz crescer dia-a-dia. Brasília pode ser chamada Cidade-símbolo – símbolo da união, símbolo do espírito progressista de todo um povo (FASCÍCULO 3, 1973, p. 1).

Sobre Brasília, o texto de abertura transmitia a mensagem "Gente de todo canto do Brasil ajudou a construí-la e a faz crescer dia-a-dia". O Distrito Federal, reconhecido por sua arquitetura moderna brasileira e como representação de um local de poder e de políticos, entretanto, durante o período que o governo militar esteva à frente da presidência, era conjuntamente um espaço de resistência, de efervescência, com opositores sendo perseguidos e violentados. O texto se refere à capital como "Cidade símbolo – símbolo de união", o que poderia significar o molde com que Brasília foi construída como uma cidade planejada, atraindo engenheiros, trabalhadores da construção civil, comerciários, empresários, em geral e, por fim, os funcionários públicos que a ocupariam.

Em ambos os fascículos 2 e 3, o lado emocional dos participantes do *Projeto Minerva* foi estimulado quando logo a primeira frase iniciava-se com uma afirmativa otimista: "Você voltou a estudar. Você resolveu não parar, mesmo que as dificuldades sejam grandes, parecendo muitas vezes intransponíveis. O rádio – que serve para divertir, informar – vira 'escola" [grifos do autor] (FASCÍCULO 2, 1973, p. 1). No Fascículo 3 também não foi diferente: "Você continua conosco: estudando, após um dia de trabalho, vencendo cansaço, vencendo às vezes distância. O rádio é o velho amigo" (1973, p. 1). O rádio que virava escola se transformava em um velho amigo, para aqueles que vencessem o dia cansativo de trabalho.

Subsequentemente, o Fascículo 4 retratou a Cidade de Boa Vista, capital de Roraima, com o *close* do "Monumento ao Garimpeiro" inaugurado em 1969, em meio à praça pública do Centro Cívico. Em detalhes, são exibidos dois garimpeiros utilizando suas bateias, instrumento próprio para separar o ouro, outras pedras e metais preciosos. O texto que dialoga com a capa argumenta sobre o tempo que os leitores já estavam juntos na mesma ação e prática de leitura dos fascículos:

> Continuamos juntos começando o 4º mês do nosso Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II. Você do Sul, você do Centro, do Nordeste ou do Norte – você segue a estudar. Em Roraima, que está na capa deste fascículo, há os que ouvem o Projeto Minerva. Boa Vista, sua capital, presta homenagem ao garimpeiro. Nós, ao Território que cresce (FASCÍCULO 4, 1973, p. 1).

O “Monumento ao Garimpeiro”, retratado na Figura 23, representado no quarto fascículo faz menção aos tempos em que o garimpo era legalizado no Estado de Roraima, que durou até o final do século XX. Nos tempos atuais, existe uma discussão acerca desta ação por povos indígenas e ativistas, os quais afirmam ser esta estátua uma apologia ao crime do garimpo, representando a degradação das comunidades indígenas e do meio ambiente. O Fascículo 5 destacou o arquipélago de Fernando de Noronha visto na Figura 23:

Figura 23 – Fascículos 4 e 5

Fonte: acervo da BN (1973).

O Fascículo 5 fotografou de forma panorâmica o Território de Fernando de Noronha, no espaço de tempo em que a ilha era administrada pelo exército[193]. No período do *Projeto Minerva*, o arquipélago de Fernando de Noronha sob a responsabilidade das Forças Armadas mostrou-se como a representação de um paraíso ecológico de beleza natural, cuidado e seguro pelos militares, no qual era citado no texto introdutório como “Sentinela das nossas costas”. Mais uma vez a redação envolvia os participantes a passarem pelo quinto mês de curso juntos:

[193] O Território de Fernando de Noronha ficou sob a administração do exército até o ano de 1981. Posteriormente, ficou sob o domínio da Aeronáutica até 1986, do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) até 1987, e do Ministério do Interior (MINTER) até 1988; quando pela Constituição Federal, promulgada em 05/10/1988, o Território de Fernando de Noronha foi extinto, deixando de ser uma unidade da federação para ser reincorporada ao estado de Pernambuco. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/fernando-de-noronha/historico>. Acesso em: 25 mar. 2022.

> Estamos no quinto mês do nosso *Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II*. O rádio continua a seu lado, um amigo bom e fiel, também a serviço da Educação. O MEC, através do *Projeto Minerva*, faz com que as aulas cheguem a você. Fernando de Noronha, que está a 345 Km da costa brasileira, possui uma população de 2.322 habitantes e é o único território insular, está na capa do fascículo 5. Sentinela de nossas costas, permanece com sua beleza natural a encantar a todos que visitam (FASCÍCULO 5, 1973, p. 1).

O sentimento de pertença e segurança estimulado pelo texto fazia alusão aos militares no poder que intentavam vender a imagem-símbolo de proteção e segurança, em contrapartida ao abuso de força física e psicológica que as Forças Armadas eram acusadas de fazer uso, no período do regime militar. O aparelho de rádio que já havia sido "personalizado" na figura de "velho amigo" no Fascículo 3, dessa vez era comentado como "um amigo bom e fiel". Assim sendo, os participantes do *Projeto Minerva* da recepção livre, ou seja, os que ouviam e liam os programas e fascículos em suas residências, não se sentiriam sozinhos.

Os fascículos consecutivos de números 6 e 7, que são demonstrados na Figura 24, retratam a plantação de soja e os boiadeiros, respectivamente. A expansão da plantação da soja no Brasil e no mercado internacional despontou nos anos do governo militar, quando a indústria de óleo se desenvolveu, especialmente. Para a década de 1970, a soja[194] significava a principal atividade desenvolvida na agricultura nacional, ampliando um modelo comercial para atender em grande escala, quando a produção da soja passou de 1,5 milhão de toneladas no ano de 1970, para mais de 15 milhões de toneladas em 1979.

> O nosso Curso segue no seu sexto mês de aulas. Você continua a receber as nossas aulas pelo rádio – o veículo de comunicação de maior poder no Brasil. O *Projeto Minerva*, do Ministério de Educação e Cultura, leva o Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II a milhares de pessoas que, como você, querem estudar. Na capa do fascículo está uma das novas riquezas do nosso país – a **soja**. De ano em ano, a soja conquista mais hectares às outras plantações. É o Brasil em tempo de progresso! [grifos do autor] (FASCÍCULO 6, 1973, p. 1).

Ou seja, o uso da soja na capa do *Projeto Minerva* foi ao encontro da representação de um negócio lucrativo, que estava sendo oferecido como uma prática de riqueza e de projeção da agricultura brasileira para o mundo exterior e para quem quisesse investir recursos ou força de trabalho: "Na capa do fascículo está uma das novas riquezas do nosso país – a **soja**" [grifos do autor] (FASCÍCULO 6, 1973, p. 1). O Fascículo 6 e 7, exibidos na Figura 24, utilizaram-se do ambiente rural na capa, mostrando trabalhadores do campo tocando a boiada:

[194] C.f.: sobre a história da soja. Disponível em: <http://www.aprosoja.com.br/soja-e-milho/a-historia-da-soja>. Acesso em: 25 mar. 2023. O Brasil é um dos maiores produtores de soja do mundo. A soja é um dos nossos produtos mais exportados nos tempos atuais.

> No sétimo mês do nosso Curso Supletivo de 1º Grau – fase II, nossa homenagem de capa é para o homem do campo, que cuida da terra ou da criação com amor. O aboio é a maneira de aproximar o homem do animal, a comunicação que se faz no dia-a-dia. O Projeto Minerva, do Ministério da Educação e Cultura, leva as aulas deste fascículo 7 até você – o rádio não conhece distâncias. Tanto o homem da cidade quanto o do campo podem estudar. Vamos estudar! (FASCÍCULO 7, 1973, p. 1).

Figura 24 – Fascículos 6 e 7

Fonte: acervo da BN (1973).

O texto introdutório afirmava sobre a admiração e homenagem ao homem do campo que o fascículo estava representando, "que cuida da terra ou da criação com amor. O aboio é a maneira de aproximar o homem do animal, a comunicação que se faz no dia-a-dia" [grifos nossos] (FASCÍCULO 7, 1973, p. 1). A prática do aboio tinha como significado um canto monótono do vaqueiro dirigido à boiada. O vaqueiro era dito como aquele que cuidava da terra ou da criação "com amor". Mais uma vez o *Projeto Minerva* se valia de sentimento e afeto em sua argumentação. Essa afirmação minimizava a sensação de dureza que era ser homem do campo para se manter trabalhando, de sol a sol, nas secas, ou durante enchentes, que por muitas vezes sofria, e ainda sofre, nos tempos de hoje, de falta de infraestrutura e de incentivo monetário por parte do poder público.

Duas cidades fotografadas do alto formaram as capas dos fascículos 8 e 9 do *Projeto*, sendo que ambas se relacionavam com a zona urbana, conforme apresenta a Figura 25. Na primeira capa, a Ponte Presidente Costa e Silva, mais popularmente conhecida como Ponte Rio-

Niterói[195], fazia a ligação no vão central da Cidade-Estado da Guanabara e da Capital do Estado do Rio de Janeiro, à época, a Cidade de Niterói:

Figura 25 – Fascículos 8 e 9

Fonte: acervo da BN (1973).

> A Ponte Presidente Artur da Costa e Silva aí está. Sonhada durante quase um século, virou enfim realidade. Virou, também, marco da força de vontade, técnica e trabalho de um povo. Mais conhecida como Ponte Rio-Niterói, ela permite um suave deslizar pelas águas azuis da baía da Guanabara. Nesse nosso oitavo mês do *Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II*, a nossa homenagem aos que em cinco anos tornaram possível a construção do que é um monumento ao Brasil que não para de crescer (FASCÍCULO 8, 1973, p. 1).

Usada como símbolo de poder, grandeza e visão futurista no governo militar, a Ponte Rio-Niterói, apesar de ter sido relacionada, pela opinião pública, com a fusão dos dois estados (Guanabara e Estado do Rio de Janeiro) que aconteceu quatro meses depois, o Presidente Geisel (1974-1979) negou qualquer tipo de dependência entre os dois acontecimentos. Quanto ao Fascículo 9 retratado na Figura 25, apresenta sua homenagem à Cidade de Teresina, capital do Piauí e o texto da primeira página com a seguinte redação:

[195] Em 18 de outubro de 1968, o governo militar autorizou a construção da Ponte Rio-Niterói e em 04 de março de 1974, a solenidade de inauguração aconteceu. Além de ser um marco na engenharia brasileira, a obra também se transformou em símbolo de integração e desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro. Após quatro meses da inauguração da Ponte, o presidente da República, General Ernesto Geisel, decretou a fusão dos dois estados. Ela é a maior ponte de concreto do hemisfério sul e a sexta maior do mundo. Disponível em: <https://lehmt.org/lmt99-ponte-rio-niteroi-niteroi-rj-pedro-campos/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

> Você já foi ao Piauí? Conhece a sua capital, a cidade de Teresina? Teresina está na capa do fascículo nº 9 – homenagem aos piauienses que estão conosco estudando. O Ministério de Educação e Cultura – MEC – através do Projeto Minerva leva até você, em qualquer parte do nosso imenso Brasil, o Curso Supletivo de 1º Grau, Fase II. É mais uma oportunidade que você tem para estudar. No nono mês do Curso, nós nos orgulhamos de continuar a chegar até você, usando o rádio, o veículo de comunicação de massa de maior alcance no Brasil (FASCÍCULO 9, 1973, p. 1).

Na Região Nordeste, o Piauí foi o Estado que mais contabilizou inscrições nos dois primeiros lançamentos do *Projeto Minerva – Fase II*, nos anos de 1973-1974 e 1975-1976 (IPEA/IPLAN, 1976). Com o apoio da esfera federal, a implantação de melhorias estruturais e o investimento na qualidade de vida da população de Piauí foi planejada, contando com o empenho da população para sua edificação, na década de 1970. Assim:

> A cidade sonhada, onde se almejavam melhores condições de vida. Os sonhos do progresso, de que a capital estava crescendo, que teria escola, saúde, emprego e moradia para todos que viessem morar em Teresina. A cidade construída, aquela que os pobres urbanos ajudaram a erguer com muito suor, desde as construções de suas próprias casas até as obras grandiosas do período. E, por fim, a cidade vivida, a cidade relegada às margens, sem apoio básico de sobrevivência para muitas famílias. Essa última cidade é a do cotidiano, são as experiências vivenciadas nas franjas da cidade (ARAÚJO; NASCIMENTO, 2012, p. 2).

Os autores analisam que as melhorias em Teresina, apesar de terem sido sonhadas, discursadas pelos políticos e apoiadas pela imprensa, com o passar dos anos, não foram construídas. Houve grande apelo para atrair migrantes do interior do Piauí e de outras cidades do Nordeste brasileiro, principalmente, empresários e turistas. Entretanto, entre 1970 e 1975, poucas obras de embelezamento foram realizadas na cidade, traçadas pelo prefeito e pelo governador, sem chegar ao resultado almejado.

Deduz-se que o *Projeto Minerva* optou pela capa na intenção de estimular, mais eficazmente, a chegada do programa e, consequentemente, do sucesso àquela região. Os fascículos 10 e 11, que trouxeram como abertura os *closes* das cidades do Recife e de Florianópolis, capitais dos estados de Pernambuco e Santa Catarina, de modo respectivo, são observadas na Figura 26 que trazem como destaque três pontes, sendo as duas do Fascículo 10 situadas no Recife:

> Recife virou capa do nosso fascículo número dez. Recife cortada pelo Capibaribe e Beberibe. Recife das pontes que interligam diferentes bairros da cidade. Recife que guarda o moderno contrastando lado a lado com pedaços vivos da nossa história. Neste décimo mês do *Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II*, você continua conosco, estudando, crescendo. O Ministério da Educação ajuda você. Você ajuda o Brasil (FASCÍCULO 10, 1973, p. 1).

A Ponte Princesa Isabel e Ponte Buarque de Macedo, na região nordestina; e a Ponte Hercílio da Luz, na região sul do Brasil, retratada na Figura 26, são construídas nas cidades-capitais dos respectivos estados:

Figura 26 – Fascículos 10 e 11[196]

Fonte: acervo da BN (1973).

As pontes puderam ser vistas como representações de interligações de espaços, cidades e estados, o que provocava a ideia de aproximação e união de pessoas. O Estado de Pernambuco foi apontado como aquele que menos aderiu às inscrições ao *Projeto Minerva* no 1º lançamento (1973-1974) (IPEA/IPLAN, 1976), podendo ter sido selecionado para a capa do fascículo como isca para uma maior procura pelo programa. Pela expressão contida no texto introdutório "O Ministério da Educação ajuda você. Você ajuda o Brasil", era condicionada ao leitor, a representação de uma parceria de mão dupla, como uma ponte, em que todos sairiam ganhando:

> Uma capital diferente – uma capital numa ilha! Eis Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, situada na parte ocidental da ilha de mesmo nome. A Ponte Hercílio Luz, de 820 m de comprimento liga-a com leveza ao continente há quase meio século. Florianópolis está na capa do fascículo que acompanha o décimo primeiro mês do nosso *Curso Supletivo de 1º Grau, Fase II*, que você também recebe através do Ministério de Educação e Cultura, através do *Projeto Minerva*, ajuda você a estudar, ajuda você a crescer! (FASCÍCULO 11, 1973, p. 1).

[196] A Ponte Hercílio da Luz foi interditada em 1982 após a comprovação do comprometimento da estrutura.

Os fascículos 10 e 11 destacaram nas primeiras páginas a importância que seria o sujeito ser ajudado pelo MEC na conquista da certificação e, como troca, ele ajudaria o Brasil. No outro fascículo, o *Projeto Minerva* tomava o lugar de ajudador para o participante estudar, bem como para crescer. Contudo a condição de crescer não dependia apenas da certificação na mão, mas de emprego e melhoria de vida em todos os aspectos. Seguem os fascículos 12 e 13:

Figura 27 – Fascículos 12 e 13

Fonte: acervo da BN (1973).

Em destaque, a Cidade de Maceió, capital de Alagoas no Fascículo 12 e as imagens em miniatura de todas as fotografias que foram capas da coleção do *Projeto Minerva* eram as estampas dos Fascículo 13. No texto introdutório, uma cidade nordestina aparecia pela quarta vez entre os 15 fascículos do *Projeto Minerva*, ao declarar que o *Projeto Minerva* havia voltado ao Nordeste:

> Voltamos ao Nordeste de povo hospitaleiro, praias extensas, sol quente brilhando todo o ano. Maceió, capital de Alagoas, está na capa, com toda a pujança de uma religiosidade que remonta às raízes de sua história. O nosso Curso Supletivo de 1º Grau, Fase II também tem alunos em Alagoas, que o acompanham pelo rádio no décimo segundo mês de aulas. O Ministério da Educação e Cultura, através do *Projeto*

> *Minerva*, leva educação a todos os pontos do nosso imenso Brasil (FASCÍCULO 12, 1973, p. 1).

Chegar ao Fascículo 13, que era o último fascículo a ter conteúdo novo, significava ter chegado ao final da etapa do "curso propriamente dito". Isso era demonstrado a partir da frase na parte introdutória da primeira página, com o apelo emocional aos leitores: "nós, do PROJETO MINERVA[197], estamos felizes". Assim, o texto dizia:

> O nosso Curso está terminando. Conosco você estudou, aprendeu muita coisa. Nós, do PROJETO MINERVA, estamos felizes. Nossa missão está cumprida: levar o Curso Supletivo de 1º Grau - Fase II até onde o rádio pudesse ir: Sul, Norte, Nordeste, Sudeste, e toda a região central – nós ajudamos a integrar nosso imenso Brasil (FASCÍCULO 13, 1973, p. 1).

O uso do pronome no plural continuou a ser usado: "Nossa missão está cumprida: levar o *Curso Supletivo de 1º Grau - Fase II* até onde o rádio pudesse ir: Sul, Norte, Nordeste, Sudeste, e toda a região central – nós ajudamos a integrar nosso imenso Brasil". As mensagens transmitiam um sentimento de dever cumprido em termos de ter levado e garantido a terminalidade dos estudos até ao interior do país. Era como se o "dever cumprido" da União tivesse alcançado a todos aqueles que tinham o "direito" de estudar. Porém, nem tudo se realizou do jeito que foi planejado ou idealizado. Se assim fosse, o montante de analfabetos e sem terminalidade nos estudos já seria menor ou nem mais seria notificado.

Para finalizar, a Baía da Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro, foi o último tema representado na capa do Fascículo 13-Reforço, como demonstra a Figura 28, a seguir, e o texto introdutório do Fascículo 13-Reforço:

> Rio de Janeiro, ou melhor, apenas **Rio** está na capa do nosso fascículo, contendo aulas de revisão e reforço de nosso Curso. É no Rio, cidade querida de todos os brasileiros, que fica a sede do seu *Projeto Minerva*, do Ministério da Educação e Cultura. Daqui saíram as seiscentas e vinte aulas que constituem o *Curso Supletivo de 1º Grau - II Fase* – mesma qualidade em ensino para todos os pontos do nosso imenso Brasil. De parabéns está você que concluiu o nosso Curso. De parabéns estamos nós, partilhando de sua vitória! [grifos do autor] (FASCÍCULO 13-REFORÇO, 1973, p. 1).

A Baía da Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro, foi o tema de capa do Fascículo 13-Reforço, lugar tão cantado em versos e prosas. Imagina-se que este logradouro não pudesse ficar de fora da coleção dos fascículos, uma vez os programas e fascículos terem sido elaborados, gravados e impressos nesta localidade, onde situava-se a sede do *Projeto*. "De

[197] Reproduzimos a fonte em caixa alta em algumas citações quando o objetivo foi caracterizar a forma original apresentada nos fascículos.

parabéns está você que concluiu o nosso Curso. De parabéns estamos nós, partilhando de sua vitória!". As congratulações englobavam tanto àqueles que haviam conseguido acompanhar até ao final do *Curso Supletivo*, o qual representava a demonstração de força de vontade por parte dos participantes; quanto à equipe do *Projeto* ao ter repercutido o material didático e as condições para o fechamento do ciclo, compartilhando da conquista dos participantes.

Figura 28 – Fascículo 13-Reforço

Fonte: acervo da BN (1973).

Contudo, somente o encerramento do lançamento do *Curso Supletivo* não era o bastante para dar-se como cumprida a missão. Se levarmos em consideração que existiam as avalições que eram oferecidas para serem prestadas pelos candidatos, tanto "dentro do processo de aprendizagem", quanto "fora nos exames supletivos", o processo ainda não tinha finalizado totalmente, mas apenas o período de aulas e leituras é que haviam encerrado. A finalidade consistia na aprovação em uma dessas provas, em todas as disciplinas de 1º Grau, o que se expressava como mais um obstáculo até se chegar à certificação.

Para uma visão panorâmica das evidências das capas e primeiras páginas que compuseram toda a coleção, compilamos o que de mais importante saltou aos nossos olhos, o que nos possibilitou estabelecer um movimento de análise o qual está exposto no Quadro 14.

Da esquerda para a direita exibe-se o número do exemplar e a cor predominante das letras e margens, a imagem de identificação da capa, o tema e o destaque sugerido. Por último, apresenta-se a região federativa nacional pertencente, juntamente ao tipo de zona de localização, se rural ou urbana. Para compreender os fatores referentes às fontes em voga, baseamo-nos exclusivamente nos fascículos localizados na Biblioteca Nacional:

Quadro 14 – Panorama geral das capas dos fascículos (1973-1979)

Fascículo e a cor predominante	**Capa**	**Tema sugerido/destaque**	**Região e zona representadas**
"Período Preparatório" Cor: vermelho	Radioposto do *Projeto Minerva*	Integralização das regiões do país	Todas as regiões; zonas rural e urbana
Nº 1 Cor: azul	Diferentes meios de comunicação	Integralização das regiões do país	Todas as regiões; zonas rural e urbana
Nº 2 Cor: laranja	Operários caminhando na Transamazônica	Interligação de diferentes regiões do país	Norte-Nordeste; zona rural
Nº 3 Cor: verde	Palácio do Congresso Nacional com o Câmara dos Deputados	Local das leis, política, poder, autoridade e autoritarismo. Distrito Federal - Brasília	Centro-Oeste; zona urbana
Nº 4 Cor: rosa	Cidade de Boa Vista, capital de Roraima. Monumento ao garimpeiro	Homenagem aos trabalhadores/garimpeiros, no início do século XX	Norte; zona urbana
Nº 5 Cor: Azul	Território de Fernando de Noronha, à época	Poder exercido através do exército que administrava a ilha (1942-1981)	Nordeste; zona urbana
Nº 6 Cor: magenta	Plantação de soja	Expansão da soja no Brasil na década de 1970	Sul; zona rural

Nº 7 Cor: azul petróleo	Homens do campo a cavalo tocando a boiada	Representa parte dos trabalhadores da pecuária	Pantanal no Centro-oeste; zona rural
Nº 8 Cor: vermelho	Ponte Rio-Niterói	Representação de marco de força e interligação das cidades	Sudeste; zona urbana
Nº 9 Cor: lilás	Cidade de Teresina, capital do Piauí. Obs.: a única capital do Nordeste que não se situa no litoral.	Foi o Estado que mais teve inscrições nos dois primeiros lançamentos (1973-1974; 1975-1976)	Nordeste; zona urbana
Nº 10 Cor: verde	Cidade do Recife, capital de Pernambuco	Foi o segundo Estado que menos aderiu às inscrições no 1º lançamento (1973-1974)	Nordeste; zona urbana
Nº 11 Cor: vermelho alaranjado	Ponte Hercílio da Luz, na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina	"[...] ajuda você a estudar, ajuda você a crescer!" Ponte: símbolo de interligação	Sul; zona urbana
Nº 12 Cor: amarelo	Cidade de Maceió, capital de Alagoas	É um dos principais centros do turismo de praia do litoral brasileiro	Nordeste; zona urbana
Nº 13 Cor: vermelho alaranjado	12 capas em miniaturas	Integralização através das capas no último fascículo do "curso propriamente dito"	Todas as regiões; zonas rural e urbana
Nº 13-Reforço Cor: azul petróleo mais claro	Vista da Baía da Guanabara, com o Morro do Corcovado e o bondinho	Ex Cidade-Estado da Guanabara até 1975, após, Cidade do Rio de Janeiro	Sudeste; zona urbana

Fonte: produzido pela autora com dados dos fascículos do *Projeto Minerva* (1973-1979).

Entre os 15 fascículos do *Projeto Minerva – Fase II*, à exceção dos três fascículos que apresentaram nas suas capas fotografias do radioposto (Período Preparatório), dos meios de comunicação (Fascículo 1) e o conjunto das capas em miniaturas (Fascículo 13), os outros 12 fascículos exibiram lugares diversificados contemplando as cinco regiões brasileiras. De acordo com o Quadro 14, foram 2 fascículos representantes da Região Sul (n. 6: plantação de soja, característica da região; n. 11: Cidade de Florianópolis/SC); 2 da Região Sudeste (n. 8 e n. 13-

Reforço: ambos salientando a Cidade do Rio de Janeiro/RJ); 2 da Região Norte (n. 2: Estado do Amazonas; n. 4: Cidade de Boa Vista/RR); 4 da Região Nordeste (n. 5: Território de Fernando de Noronha; n. 9: Cidade de Teresina/Piauí; n. 10: Cidade do Recife/Pernambuco; n. 12: Cidade de Maceió/Alagoas) e 2 da Região Centro-Oeste (n. 3: Brasília; n. 7: boiadeiros no Pantanal).

A Região Nordeste foi a mais prestigiada entre as capas dos fascículos, contemplando 4 das 15. Sobre as outras regiões, cada uma delas foi representada em 2 fascículos. Quanto ao tipo de zona, rural ou urbana, encontramos 8 fascículos, que estamparam nas capas paisagens da zona urbana, enquanto 3 foram da zona rural. Provavelmente o predomínio das paisagens rurais deu-se devido ao êxodo que ocorreu nas décadas de 1960, 1970 e 1980, no Brasil[198]. A mecanização da produção agrícola expulsou trabalhadores do campo que se deslocaram para as cidades em busca de oportunidades de trabalho, cuja oferta de emprego e serviços, como saúde, educação e transporte, eram maiores.

A média percentual de ocupação urbana do Brasil durante a segunda metade do século XX girou em torno de: 36,16% em 1950; 44,67% em 1960; 55,92% em 1970 e 67,59 em 1980. O Quadro 15 demonstra as taxas de urbanização de cada região brasileira, por década:

Quadro 15 – Taxas de urbanização das cinco regiões brasileiras (1960-1980)

Região	1950	1960	1970	1980
Norte	31,49	37,38	45,13	51,65
Nordeste	26,40	33,89	41,81	50,46
Sudeste	47,55	57,00	72,68	82,81
Sul	29,50	37,10	44,27	62,41
Centro Oeste	24,38	34,22	48,04	67,79

Fonte: IBGE, Censo 1940-2000[199].

Com o êxodo rural, formaram-se os centros metropolitanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Goiânia, Manaus, entre outros. Como se pode notar pelo Quadro 15, o grau de urbanização do Brasil passou de 36,16% no ano de 1950 para 55,92% em

[198] C.f.: sobre êxodo rural. Disponível em: <http://www.atlasbrasilagrario.com.br/concat/sobre-o-atlas>. Acesso em: set. 2022.
[199] C.f.: sobre a taxa de urbanização. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>. Acesso em: set. 2022.

1970. Entre as cinco regiões, a que apresentou maior mudança para o intervalo de vinte anos foi a Centro Oeste, seguida por Sudeste, Sul, Nordeste e Norte.

4.3 *Layout* e lições dos fascículos: uma amostra que muito mostra

Para conhecer o interior de cada fascículo fez-se necessário atentar para a disposição das disciplinas sob a seguinte ordenação: eram 8 aulas da disciplina de Língua Portuguesa; 4 de Educação Artística; 4 de Educação Física com a identificação de "Complementação de Estudo", sem considerar a matéria dividida em "aulas" como as outras; 8 de Estudos Sociais; 4 de Educação Moral e Cívica; 4 sobre "Informação Ocupacional" com a mesma identificação de "Complementação de Estudo"; 8 aulas de Ciências; e, por último, 8 de Matemática. Cada aula seguia, mais ou menos, o mesmo padrão. Para exemplificar a estrutura do material didático impresso, seguem as imagens com cada seção específica de uma aula de Educação Moral e Cívica, Fascículo 2 (1973, p. 62-64), e a Chave de Correção (1973, p. 67) correspondente.

A aula iniciava-se com a apresentação do título/tema em realce, em caixa alta, seguido dos subtemas em tópicos, ambos centralizados e em negrito. Logo em seguida, o desenvolvimento da matéria era feito em formato de texto, com o uso de alguns elementos para destacar determinadas partes ou palavras, com a fonte em negrito ou em caixa alta. O título da Aula 6 nos deu pistas sobre o assunto: *A Comunidade do Trabalho*. A lição foi dividida em três subtópicos: *A Comunidade do Trabalho: rural e urbana*; *Salário-mínimo, salário-família, 13º salário*; *Direitos e vantagens que a Previdência Social oferece ao trabalhador* (p. 62). Observou-se que, apesar da aparência colorida das tarjas anunciantes da disciplina e do algarismo que numerava a aula, todas as ilustrações e textos no interior dos fascículos eram em preto e banco. Em um mesmo fascículo o uso da cor era monocromático.

A média de páginas para cada aula girava em torno de 2 a 5. A aula em xeque começou na p. 62 e terminou na p. 64; com a chave de correção na p. 67, após a última aula da mesma disciplina. Ao analisar o conteúdo da aula foi possível perceber através da ministração do tema que os leitores eram estimulados a fazerem parte do mundo do trabalho: "A pessoa que estuda, o homem que trabalha na fábrica, o técnico do laboratório, a dona-de-casa, todos são importantes na COMUNIDADE DO TRABALHO. Não existe atividade mais importante que outra" (1974, p. 62-63). A lição pode ser observada na Figura 29:

Figura 29 – Disciplina EMC (FASCÍCULO 2, 1973, Aula 6, p. 62-64 e 67)

GUARDE BEM

O Ecumenismo, cujos princípios foram reafirmados pelo Papa João XXIII, visa aproximar os homens das mais diversas religiões em busca da paz e harmonia nesta família que é a humanidade.

Existem vários pontos comuns a todas as religiões. Em todas elas existem aqueles que estudam e se preparam para transmitir ensinamentos e socorros espirituais.

Outra característica comum a qualquer credo é a **oração** — a forma com que o homem se dirige a Deus. Através dela formulamos nossos pedidos, contamos nossas alegrias e tristezas. As maneiras de orar variam, mas o importante em todas elas é a **sinceridade**, o **amor** e a **fé**.

ATIVIDADES PARA DEPOIS DA AULA

AULA 5 1 — Assinale com um X as frases certas

a) ☐ A Constituição Brasileira estabelece o direito da liberdade religiosa.
b) ☐ O Ecumenismo visa a união das diferentes religiões.
c) ☐ Os princípios do ecumenismo foram reafirmados pelo Papa Paulo VI.

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA **AULA 6**

A COMUNIDADE DO TRABALHO

- **A Comunidade do Trabalho: rural e urbana**
- **Salário-mínimo, salário-família, 13.º salário**
- **Direitos e vantagens que a Previdência Social oferece ao trabalhador.**

Toda pessoa tem necessidade de trabalhar para garantir seu sustento e o de sua família. Através do trabalho, o indivíduo mostra o que é capaz de realizar e vai se aperfeiçoando. Em troca, recebe o pagamento a que tem direito e pode comprar o que for necessário a ele e à sua família. E, além disso, está sendo útil aos outros e a si mesmo.

A pessoa que estuda, o homem que trabalha na fábrica, o técnico do laboratório, a dona-de-casa, todos são importantes na COMUNIDADE DO TRABALHO. Não existe atividade mais importante que outra.

— Se não fosse o médico dar a injeção no menino, ele morria!

— É, mas não se esqueça do homem que inventou esse medicamento e do técnico que fez a mistura no laboratório.

— E nem do motorista que trouxe as caixas... Todos ajudaram.

Se alguém deixasse de cumprir sua tarefa, tudo estaria perdido. Uns dependem dos outros na COMUNIDADE DO TRABALHO.

Aqueles que trabalham fora das grandes cidades — e que formam a COMUNIDADE DO TRABALHO RURAL — garantem, com suas colheitas e criações, a alimentação dos que trabalham nas cidades. Por sua vez, os que trabalham nas cidades — e que formam a COMUNIDADE URBANA — procuram descobrir meios de ajudar aos seus irmãos do campo: criando novas máquinas para a agricultura, inventando remédios para combater as pragas da lavoura e das criações. Assim, um depende do outro.

Depois da Primeira Guerra Mundial, surgiram no Brasil as primeiras leis trabalhistas. Uma das garantias dadas ao trabalhador brasileiro foi o SALÁRIO-MÍNIMO: quer dizer, ninguém pode ser contratado para trabalhar por menos de uma determinada quantia, que varia de região para região.

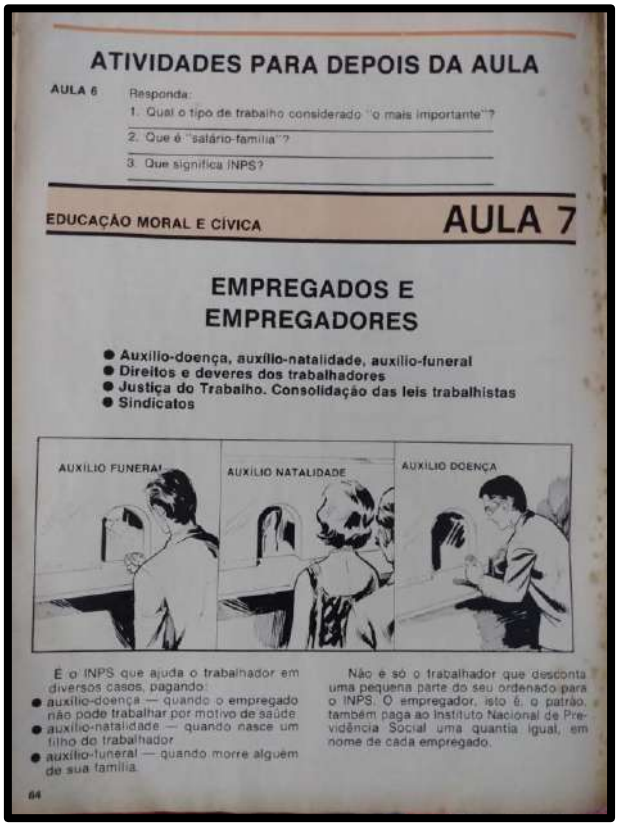
O salário-mínimo é estabelecido de acordo com a população e com o número de indústrias em funcionamento em cada região do país. E é ajustado anualmente, para acompanhar o aumento do custo de vida.

Além do salário-mínimo, existe no Brasil o chamado SALÁRIO-FAMÍLIA: todos os trabalhadores com filhos menores de 14 anos recebem mensalmente uma certa quantia, referente a cada filho.

E há ainda o 13.º SALÁRIO, uma espécie de gratificação, um salário a mais que o trabalhador recebe no fim do ano.

Uma outra garantia dada ao trabalhador é a assistência oferecida pela PREVIDÊNCIA SOCIAL. A cada mês, uma pequena parte do ordenado do trabalhador é recolhida ao INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Quando precisa, ele tem direito a vários benefícios:

- recebe assistência médica e financeira quando adoece;
- a mulher pode ter crianças pelo Instituto e a família ainda recebe um salário-mínimo de ajuda);
- o Instituto auxilia quando morre alguém da família;
- e é também a PREVIDÊNCIA SOCIAL que garante ao trabalhador sua aposentadoria, quando atinge determinada idade ou tempo de serviço.



ATIVIDADES PARA DEPOIS DA AULA

AULA 6 Responda:

1. Qual o tipo de trabalho considerado "o mais importante"?
2. Que é "salário-família"?
3. Que significa INPS?

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA **AULA 7**

EMPREGADOS E EMPREGADORES

- **Auxílio-doença, auxílio-natalidade, auxílio-funeral**
- **Direitos e deveres dos trabalhadores**
- **Justiça do Trabalho. Consolidação das leis trabalhistas**
- **Sindicatos**

É o INPS que ajuda o trabalhador em diversos casos, pagando:

- auxílio-doença — quando o empregado não pode trabalhar por motivo de saúde;
- auxílio-natalidade — quando nasce um filho do trabalhador;
- auxílio-funeral — quando morre alguém de sua família.

Não é só o trabalhador que desconta uma pequena parte do seu ordenado para o INPS. O empregador, isto é, o patrão, também paga ao Instituto Nacional de Previdência Social uma quantia igual, em nome de cada empregado.

Com o correr dos anos, os homens foram se organizando, criando suas tribos, sua COMUNIDADE. E foram dividindo as tarefas: alguns ficaram encarregados de preparar o solo, semear, cuidar das plantações e colher. Esse trabalho é chamado AGRICULTURA.

Outro grupo tomou conta da criação de animais úteis, como o boi, o cavalo, o porco, o carneiro. Essa atividade é a PECUÁRIA.

Enquanto alguns cuidavam da alimentação, outros trabalhavam na fabricação de tecidos, utensílios domésticos e tratavam da construção das casas. Eram as primeiras atividades industriais. A função da INDÚSTRIA é transformar certos materiais em objetos necessários à COMUNIDADE.

Havendo necessidade de intermediários, para trocar essas coisas umas pelas outras, surgiu o COMÉRCIO. Comerciantes são aqueles que compram uma mercadoria por um determinado preço e revendem por um preço maior, obtendo assim um LUCRO.

Aí estão as atividades econômicas do homem: a AGRICULTURA, a PECUÁRIA, a INDÚSTRIA e o COMÉRCIO. Todas têm grande importância e dependem uma das outras.

CHAVE DE CORREÇÃO
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

AULA 5

1 — a — X
b — X
c —

AULA 6

1. Todos os trabalhos são igualmente importantes.
2. É o pagamento que o trabalhador recebe por filho de até 14 anos de idade.
3. Instituto Nacional de Previdência Social.

AULA 7

1. É a ajuda prestada pelo INPS ao trabalhador, no período em que ele não pode trabalhar por motivo de saúde.
2. É o dinheiro que o INPS paga ao trabalhador, quando nasce seu filho.
3. Consolidação das Leis do Trabalho.
4. São associações profissionais que têm por objetivo defender os interesses daqueles que exercem a mesma atividade.

Fonte: acervo da Prof.ª Sônia Camara.

Estava posto aos leitores que existia a “Comunidade do Trabalho” e que a chamada à participação nesse mundo seria para todos os brasileiros que ouvissem, lessem e aprendessem a respeito disso. O ensino os motivava a atuarem em “suas trincheiras”, independentemente do tipo de ocupação ou profissão, com o fim maior de colaborar para o crescimento do país. Dizia a lição que “Se alguém deixasse de cumprir sua tarefa, tudo estaria perdido. Uns dependem dos outros na COMUNIDADE DO TRABALHO” (p. 63).

Estimulava-se que os participantes se sentissem envolvidos na teia da “Comunidade do Trabalho”, dado que o país esperava ocupar as vagas de emprego com a mão de obra mais qualificada, sendo a metodologia utilizada pelo rádio uma dessas possibilidades. Conforme percebeu-se, a comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) teria que fazer sentido para os seus participantes, em virtude de o indivíduo ter de sentir-se parte constituinte daquilo que estava sendo desenhado, formado, elaborado. Ao mesmo tempo que os participantes do *Projeto Minerva* nutriam o desejo de conseguir o certificado do 1º Grau para alcançar o mercado de trabalho, assim também o programa supletivo pelo rádio reforçava essa condição.

Da mesma forma, parte do *jingle* de abertura do programa de rádio potencializava o sentimento de participação dos ouvintes à comunidade imaginada do trabalho: “Eu quero saber mais. Eu quero ser alguém. Eu cresço com o *Minerva* e o Brasil cresce também”. O país se imaginava grande em crescimento, produtividade e, também, em conexão. Toda lição terminava com as “Atividades para depois da aula”, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado. Os participantes respondiam após ouvirem as radioaulas e, com isso, tinham os exercícios vistos pelos monitores na recepção organizada ou pelos supervisores na recepção controlada. Ademais, a seção “Chave de Correção” era encontrada ao final das aulas de uma mesma disciplina. O gabarito contido nessa seção era de extrema utilidade aos participantes da recepção livre, principalmente.

Ao observar o Fascículo 10 (1973, Aula 35, p. 59), ainda na disciplina Educação Moral e Cívica, observa-se o pronome pessoal na primeira pessoa do plural “nós” e o pronome demonstrativo “nosso”, sendo utilizados nos textos com a finalidade de estabelecer uma paridade entre os lados. Apesar do modelo utilizado no *Projeto Minerva* ter sido individualizado, percebeu-se uma tendência em alcançar sua representação (CHARTIER, 1990) como um programa em que todos avançavam juntos. Era como se, magicamente, o individual se tornasse coletivo, baseado na leitura dos fascículos:

> No campo das comunicações, foi notável o desenvolvimento. Aumentamos nossas redes de cabos, de telex, do sistema postal. Usamos mais os satélites. Utilizamos os veículos de comunicação de massa para os fins mais positivos, entre eles a educação.

> Um exemplo é esta aula, pelo rádio e pelos meios gráficos que o ***Projeto Minerva* do MEC** lhe proporciona. O MOBRAL atende a milhões de brasileiros que não se alfabetizaram quando criança. Assim, tanto o *Projeto Minerva* como o MOBRAL contribuem para o progresso do país [grifos do autor] (FASCÍCULO 10, 1973, Aula 35, p. 59).

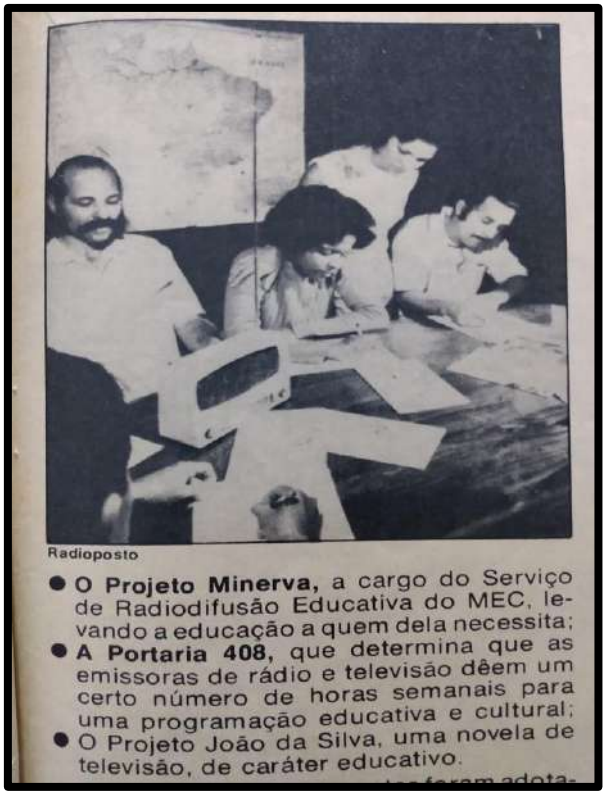
O professor-autor da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) foi Arnaldo Niskier[200], que escrevia no intuito dos que lessem as aulas se sentissem unidos em um mesmo propósito. Na citação "Utilizamos os veículos de comunicação de massa para os fins mais positivos, entre eles a educação" (FASCÍCULO 10, 1973, Aula 35, p. 59). Percebe-se que o autor não considerava que os meios de comunicação de massa, no Brasil, eram bem utilizados anteriormente, uma vez o texto continuar que daquele momento em diante o uso dos mesmos eram para "fins mais positivos" e, entre eles, estava "a educação". Entende-se que à educação foi-lhe dada um *status* de importância, em que prevaleceria a representação de uma prática pedagógica atuante com crédito no meio educacional e, acima de tudo, advinda e administrada pelo poder público.

Uma tônica encontrada nas lições de Educação Moral e Cívica foi o uso dos próprios projetos e programas de educação supletiva como parte do seu conteúdo pedagógico. No Fascículo 10 (1973, Aula 35, p. 59), que corresponde ao recorte supracitado, o *Projeto Minerva* e o Programa Mobral foram mencionados como contribuintes e propagadores do crescimento nacional. Para dar-lhe destaque e atribuir-lhe importância, o nome do "Projeto Minerva do MEC", na lição, foi assinalado em negrito, e o do "MOBRAL", em caixa alta. Já a próxima lição de Educação Moral e Cívica (FASCÍCULO 10, 1973, Aula 36, p. 61), foi ilustrada por duas fotografias do radioposto, conforme demonstram as imagens em sequência.

O teor da lição que tinha o título *Educação no Brasil de Hoje* (FASCÍCULO 10, 1973, Aula 36, p. 60), objetivava situar a educação no país como necessidade de primeira ordem, trazendo correlação entre a incorporação do conjunto de instrumentos de aceleração educacional com o desenvolvimento econômico brasileiro. Mais uma vez foram citados "alguns eventos importantes no campo da Teleducação nacional" (p. 60), vistos na Figura 30 como: *Projeto Minerva* e Portaria 408, em negrito para destacar; e o *Projeto João da Silva* (p. 61).

[200] Arnaldo Niskier é formado em Matemática e Pedagogia; Doutor em Educação em decorrência de aprovação no concurso para Livre Docência (UERJ); catedrático por concurso de Administração Escolar e Educação Comparada (UERJ); titular de História e Filosofia da Educação (UERJ); aposentado em 1995. Foi Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia (1968-1971) e de Educação e Cultura (1979-1983), do Estado do Rio de Janeiro. É membro da Academia Brasileira de Letras, na qual presidiu pelo período entre 1998-1999.

Figura 30 – Fascículo 10a (1973, Aula 36, p. 61)



Fonte: acervo da Prof.ª Sônia Camara.

Transcrição da legenda situada abaixo da imagem:
"Radioposto"

Transcrição do texto:

- "**O Projeto Minerva**, a cargo do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC, levando a educação a quem dela necessita.
- **A Portaria 408**, que determina que as emissoras de rádio e televisão deem um certo número de horas semanais para uma programação educativa e cultural;
- O Projeto João da Silva, uma novela de televisão, de caráter educativo"

Figura 31 – Fascículo 10b (1973, Aula 36, p. 61)

Fonte: acervo da Prof.ª Sônia Camara.

Transcrição da legenda situada abaixo da imagem:
"Escola Moderna"

Transcrição do texto:

"A educação no Brasil atravessa um de seus momentos mais gloriosos. Em todas as frentes e por todos os meios procura-se combater o fantasma da ignorância. Esforços não são poupados para que todo aquele que desejar estudar tenha, ao seu alcance, todas as facilidades possíveis para a concretização do seu ideal."

O segundo destaque da lição demonstrada na Figura 31 ficou por conta da ênfase dada à educação no Brasil no período militar: “atravessa um de seus momentos mais gloriosos”. A representação percebida (CHARTIER, 1990), nesse interim, era de que a educação brasileira na década de 1970 era a melhor, se comparada com outros períodos. Da mesma maneira, ficou evidenciada a representação que se falava sobre uma educação de primeira grandeza, atribuindo-lhe um lugar significativo no discurso de engrandecimento do programa. Além disso, quando o texto afirmou que “Esforços não são poupados” havia um nítido compromisso por parte do governo militar que a condição da educação jamais voltaria atrás ou seria sucumbida.

Assim como o professor-autor Niskier citava os programas educativos do Estado no conteúdo programático dos fascículos, também se referia a alguns deles quando entrevistado pelos jornais: “[...] Disse Niskier que uma pedagogia apoiada nos meios de comunicação de massa, como a televisão, deve partir da premissa [...] ‘toda pessoa pode experimentar prazer na aprendizagem’” (*JORNAL DO COMMERCIO*, 04/05/1979, p. 5). O professor apontou o *Projeto Minerva* como um dos exemplos de “gratificantes experiências” do gênero educativo pelas mídias tecnológicas. A novela *João da Silva* e *O Sítio do Pica-pau Amarelo*[201] também foram alvos de elogio do entrevistado. A representação relatada por Niskier acerca do *Projeto Minerva* tinha relação com uma educação que não deveria ser “chata” ou “enfadonha”; era a educação ideal para alcançar os adultos a se sentirem motivados e, em consequência disso, levarem o curso até sua completude.

Houve a apropriação do SRE/MEC/*Projeto Minerva* e dos professores colaboradores, entre eles o Professor Arnaldo Niskier, como legitimadores do programa radiofônico, na criação dos conteúdos dos fascículos e posterior execução dos roteiros do *Projeto Minerva*, para finalizar o processo de elaboração do *Curso Supletivo do 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, com a preparação dos *scripts* das radioaulas. A presença do professor Arnaldo Niskier na equipe do *Projeto Minerva*, reconhecido por tantos cargos ocupados, títulos conquistados, honrarias recebidas, livros escritos e obras realizadas[202], propiciava a representação (CHARTIER, 1990) de um tipo de *status* para todo o grupo pedagógico do programa. A

[201] Apesar do *Sítio do Pica-pau Amarelo* ter tido várias versões, a mais famosa foi a exibida na Rede Globo, de 1977 a 1986, em parceria com a extinta rede de televisão TVE e o MEC. A série foi uma adaptação da obra de mesmo nome do escritor Monteiro Lobato. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/infantojuvenil/sitio-do-picapau-amarelo-1a-versao/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

[202] C.f.: sobre o Professor Arnaldo Niskier. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/arnaldo-niskier/biografia>. Acesso em: 26 mar. 2023.

impressão que passava era do sucesso coletivo da equipe do *Projeto Minerva* e, consequentemente, daqueles que acompanhavam os programas.

Ainda sobre a legenda da Figura 31, em que o título da imagem que estampava o radioposto foi identificado como *Escola Moderna*, como havia sido conceituado desde o Fascículo 1 (1973, p. 1), teve sua definição como o "lugar onde se reúnem as pessoas que desejam estudar e melhorar seu padrão de vida". Por estes e outros elementos, as representações que envolviam o contato dos participantes do *Projeto Minerva* com o material didático, não se mostravam neutro em nada (CHARTIER, 1990), mas vinham em nome do governo militar. A evidência da falta de neutralidade está, por exemplo, na disciplina de Educação Moral e Cívica, Fascículo 10 (1973, Aula 36, p. 59), com o uso de duas caixas de texto ou *boxes*[203] sob o título *Guarde Bem*, em ambos.

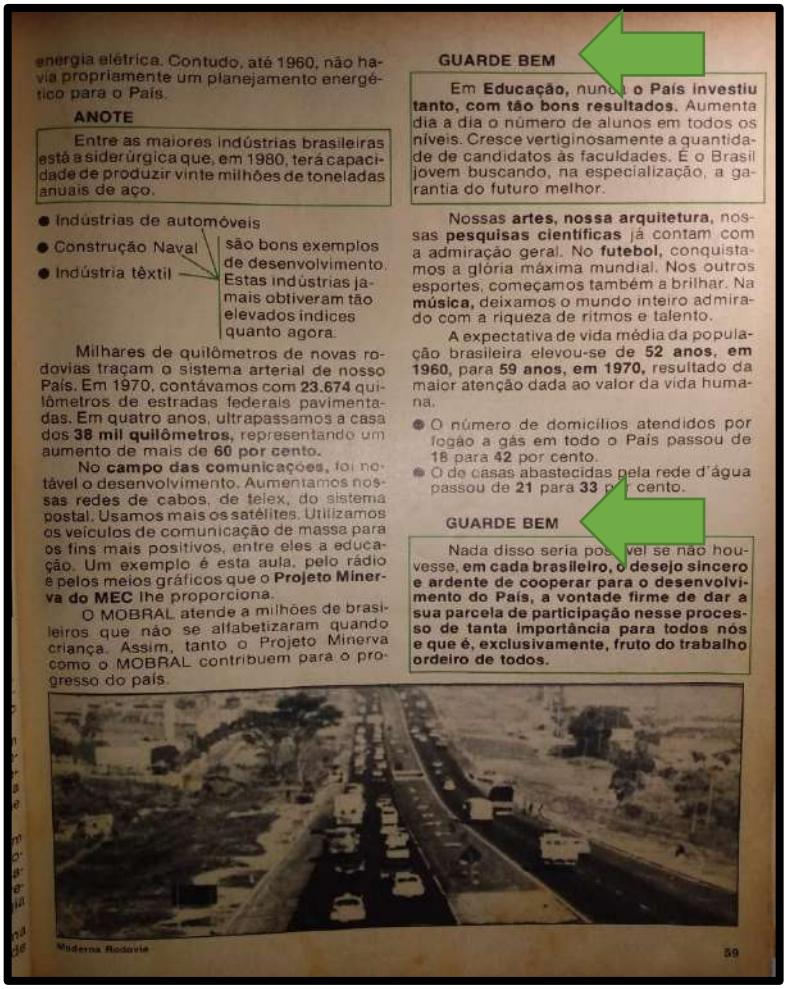
Uma dessas caixas se localizava no alto da página e afirmava que: "Em **Educação**, nunca o **País investiu tanto, com tão bons resultados**. Aumenta dia a dia o número de alunos em todos os níveis. Cresce vertiginosamente a quantidade de candidatos às faculdades. É o Brasil jovem buscando, na especialização, a garantia do futuro melhor" [grifos do autor] (FASCÍCULO 10, 1973, Aula 36, p. 59). Na parte de baixo da página, como mostra a Figura 32, outro destaque fez parte da lição:

> Nada disso seria possível se não houvesse, **em cada brasileiro, o desejo sincero e ardente de cooperar para o desenvolvimento do País, a vontade firme de dar a sua parcela de participação nesse processo de tanta importância para todos e que é, exclusivamente, fruto do trabalho ordeiro de todos** [grifos do autor] (FASCÍCULO 10, 1973, Aula 36, p. 59).

A disciplina de Educação Moral e Cívica, Fascículo 10 (1973, Aula 36, p. 59), utilizou-se de duas caixas de textos, como apresenta a Figura 32[204], com o objetivo de salientar a auto propaganda dos seus esforços. Compreendemos a prática da retroalimentação que o *Projeto Minerva* fazia, por exemplo, quando usava citação de si próprio no material didático, elaborado pelo grupo de criadores-professores. Para isso, foram usados autopropagandas, autopromoções, auto exaltação, autoelogio e autorreconhecimento:

[203] Ao destaque no texto identificado com o título *Guarde Bem* estamos chamando de caixa de texto ou *boxe*, que é uma parte do texto destacada com contorno quadrangular em volta.
[204] As setas na cor verde foram acrescentadas por nós com a finalidade de apontar para os *boxes* na página.

Figura 32 – Boxes “Guarde Bem” no Fascículo 10 (1973, Aula 36, p. 59)



energia elétrica. Contudo, até 1960, não havia propriamente um planejamento energético para o País.

ANOTE

Entre as maiores indústrias brasileiras está a siderúrgica que, em 1980, terá capacidade de produzir vinte milhões de toneladas anuais de aço.

- Indústrias de automóveis
- Construção Naval
- Indústria têxtil

são bons exemplos de desenvolvimento. Estas indústrias jamais obtiveram tão elevados índices quanto agora.

Milhares de quilômetros de novas rodovias traçam o sistema arterial de nosso País. Em 1970, contávamos com **23.674** quilômetros de estradas federais pavimentadas. Em quatro anos, ultrapassamos a casa dos **38 mil quilômetros,** representando um aumento de mais de **60** por cento.

No **campo das comunicações,** foi notável o desenvolvimento. Aumentamos nossas redes de cabos, de telex, do sistema postal. Usamos mais os satélites. Utilizamos os veículos de comunicação de massa para os fins mais positivos, entre eles a educação. Um exemplo é esta aula, pelo rádio e pelos meios gráficos que o **Projeto Minerva do MEC** lhe proporciona.

O MOBRAL atende a milhões de brasileiros que não se alfabetizaram quando criança. Assim, tanto o Projeto Minerva como o MOBRAL contribuem para o progresso do país.

GUARDE BEM

Em **Educação,** nunca o País investiu **tanto, com tão bons resultados.** Aumenta dia a dia o número de alunos em todos os níveis. Cresce vertiginosamente a quantidade de candidatos às faculdades. É o Brasil jovem buscando, na especialização, a garantia do futuro melhor.

Nossas **artes, nossa arquitetura,** nossas **pesquisas científicas** já contam com a admiração geral. No **futebol,** conquistamos a glória máxima mundial. Nos outros esportes, começamos também a brilhar. Na **música,** deixamos o mundo inteiro admirado com a riqueza de ritmos e talento.

A expectativa de vida média da população brasileira elevou-se de **52 anos, em 1960,** para **59 anos, em 1970,** resultado da maior atenção dada ao valor da vida humana.

- O número de domicílios atendidos por fogão a gás em todo o País passou de 18 para **42** por cento.
- O de casas abastecidas pela rede d'água passou de **21** para **33** por cento.

GUARDE BEM

Nada disso seria possível se não houvesse, **em cada brasileiro, o desejo sincero e ardente de cooperar para o desenvolvimento do País, a vontade firme de dar a sua parcela de participação nesse processo de tanta importância para todos nós e que é, exclusivamente, fruto do trabalho ordeiro de todos.**

Moderna Rodovia

59

Fonte: acervo da Prof.ª Sônia Camara.

Os elogios tecidos no material didático impresso, indiretamente, recaíam sobre os generais presidentes que estavam no comando, juntamente aos seus apoiadores, servindo como um incentivo a que o regime autoritário fosse aceito e atingisse popularidade. Já na frase utilizada, ainda no primeiro boxe, “Cresce vertiginosamente a quantidade de candidatos às faculdades”, infere-se que os argumentos trazidos pela lição tomavam a direção de uma representação do *Projeto* como um grande auxílio aos adultos participantes do 1º Grau para a realização do concurso para ingresso ao ensino superior. Contudo, as fileiras dos candidatos aos vestibulares, à época, eram cada vez maiores e a entrada cada vez mais seletiva, favorecendo mais os alunos das famílias da classe média/alta, do que os da classe pobre.

Analisando o texto do segundo boxe, nota-se o apelo sentimental direcionado aos leitores do *Projeto Minerva*. Baseado no texto, o “chamamento” emocional foi consolidado a partir das palavras de admiração e de exaltação a cada brasileiro e a todos (povo) que trabalhavam ordeiramente em prol do progresso da nação, dizia a lição. Logo, o esforço e a

dedicação do cidadão brasileiro eram qualificados pelo "desejo sincero e ardente de cooperar para o desenvolvimento do País" (FASCÍCULO 10, 1973, Aula 36, p. 59). Por isso, o teor da contiguidade e proximidade entre os envolvidos foi notado, independentemente do espaço físico o qual os participantes liam as aulas; eles eram motivados pelas frases que tocavam o lado sentimental.

Ademais, compreendeu-se o emprego de palavras, nesse episódio, que imprimiram uma alusão ao lema contido no símbolo oficial da bandeira nacional: "Ordem e Progresso". Pressupõe-se que as expressões "trabalho ordeiro" e "desenvolvimento do país", respectivamente, citados no segundo boxe da lição, tenham sido aplicados sob à luz da representação de força e autoridade do governo. A apelação na direção dos participantes a se envolverem sob os desígnios do sentimento de amor só reforçava a ideia de o *Projeto Minerva* fazer parte de uma comunidade imaginada, já que segundo Anderson (2008, p. 199-200) "[...] cabe lembrar que as nações inspiram amor, e amiúde um amor de profundo autossacrifício".

Acerca do "autossacrifício" revelado pelo conceito de Anderson (2008), repara-se na representação a partir da frase postada no boxe do Fascículo 10 (1973, Aula 36, p. 59), na qual "cada brasileiro" tinha uma "vontade firme de dar a sua parcela de participação". Nesse sentido, o amor era o principal ingrediente para que os brasileiros se comovessem e se sacrificassem por vontade própria, com o objetivo de participarem do "desenvolvimento" do país. "[...] nesse processo de tanta importância para todos e que é, exclusivamente, fruto do trabalho ordeiro de todos". Observa-se, nesse interim, o emprego das palavras "cada brasileiro" e "todos", citado por duas vezes; para a comunidade imaginada a importância estava no "corpo representativo, não na vida pessoal" (ANDERSON, 2008, p. 65).

A estratégia por parte do regime militar em usar mensagens que mexessem com o emocional do povo/leitores brasileiro(s), incentivava-o(s) a um comportamento romântico de cooperação e sacrifício por um bem maior, a "nação", conforme pontuado anteriormente. Já no Fascículo 12, na disciplina de Estudos Sociais, Aula 98, que tratava sobre os "Novos rumos para o Brasil", foi ensinado que o governo havia estabelecido "um enérgico programa de ação", no qual havia sido lançado o Mobral e "criou-se o nosso querido [grifo nosso] ***Projeto Minerva*** [grifo do autor], além de inúmeros outros incentivos ao desenvolvimento educacional de nossa Pátria" (1974, p. 25). A marcação em negrito do nome do programa supletivo pelo rádio, delatava o *status* do qual o material didático tendenciava imprimir aos seus participantes.

Percebe-se nítida ligação quando trazemos letras de canções ufanistas utilizadas no governo militar, como foi o caso da música composta por Dom, da dupla "Dom & Ravel", com o título *Eu te amo meu Brasil* (1970), que se tornou famosa na interpretação do grupo "Os

Incríveis". A música ocupou um lugar de símbolo da confissão de amor à nação brasileira: "Eu te amo meu Brasil, eu te amo! Meu coração é verde, amarelo, branco, azul-anil. Eu te amo meu Brasil, eu te amo! Ninguém segura a juventude do Brasil!"[205]. Por causa disso, o grupo "Os Incríveis" sofreu severas críticas advindas da opinião pública, por serem vistos como apoiadores do governo militar.

Outra passagem interessante do conteúdo na disciplina de Educação Moral e Cívica significou o assunto que girava em redor ao "Progresso Científico e Tecnológico", situada no Fascículo 12 (1973, Aula 43, p. 64). A lição citava que para essa transformação acontecer no Brasil, era preciso o aumento de profissionais qualificados para ocupar as vagas de empregos existentes. Logo, o texto dizia que o país precisava de 100 mil médicos; 100 mil cientistas e 360 mil engenheiros; ao passo que só existiam 40 mil; 10 mil e 100 mil, respectivamente. Na continuação da aula, o texto informava que "Necessitamos formar mais 50 mil agrônomos e 25 mil químicos. Com esforço e o trabalho consciente de todos, somados à vontade de estudar e vencer, o Brasil vai chegando lá" (FASCÍCULO 12, 1973, Aula 43, p. 64).

Ao passo que era preciso formar tantos profissionais qualificados para o desenvolvimento do país, no mínimo curioso se tornavam as profissões/ocupações citadas e motivadas pelas páginas da disciplina que era chamada de matéria complementar: "Informação Ocupacional". A matéria era composta por quatro aulas em cada fascículo, exceto o de n. 13 que só registrou duas aulas, sendo a última deste último intitulada "Conclusão", totalizando 50 aulas ao final dos 13 fascículos do curso propriamente dito. No interior de alguns fascículos, o mesmo tema das aulas da matéria "Informação Ocupacional" repetia-se nas seções das "Leituras Complementares". A repetição dos temas das aulas trazia uma pista sobre o destaque empreendido a elas.

Logo, compreendeu-se como objetivo da seção, além de informar sobre profissões/ocupações, conforme o próprio título da disciplina deixava explícito, também era o de trabalhar o racional/emocional dos participantes, no sentido de motivar, direcionar e até mesmo manipular a escolha das profissões/ocupações nas quais o país entendia como necessárias ao seu crescimento econômico. Todavia, essas profissões/ocupações diziam respeito à formação técnica em nível de 2º Grau, sem fazer nenhuma alusão ao que havia sido citado sobre profissionais, com formação em nível superior, os quais o Brasil demandava para

[205] *Eu Te Amo, Meu Brasil* foi um *single* da banda brasileira de rock *Os Incríveis*, lançada pela gravadora RCA no final de 1970. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eu_Te_Amo,_Meu_Brasil>. Acesso em: 26 mar. 2023.

seu desenvolvimento: “100 mil médicos; 100 mil cientistas e 360 mil engenheiros” (FASCÍCULO 12, 1973, Aula 43, p. 64).

“Dessas estratégias, umas são explícitas, recorrendo ao discurso (nos prefácios, advertências, glosas e notas), e outras implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão” (CHARTIER, 1990, p. 123). O autor analisa que existem mensagens subliminares que não são captadas por aquilo que foi escrito, literalmente, mas terão que ser minuciosamente analisadas para conseguirem extrair o todo daquela leitura. Se a partilha das informações acerca das profissões for compreendida, a interpretação do texto será desvelada na justa medida. Essa listagem das profissões/ocupações da seção “Informação Ocupacional” poderia ser justificada devido à normatização já publicada pelo Conselho Federal de Educação, a respeito do ensino de 2º Grau. A grande maioria dessas profissões/ocupações listadas nos fascículos encontrava-se diretamente relacionada às habilitações profissionalizantes das quais tratavam o Parecer 45/72[206] e, posteriormente, o Parecer 76/75[207].

A função dos pareceres nº 45/72 e 76/75 foi apontar caminhos alternativos para qualificar profissionalmente os estudantes do 2º Grau. Contudo, levando-se em consideração que o *Projeto Minerva – Fase II* era voltado à terminalidade do 1º Grau e a matéria complementar “Informação Ocupacional” integrava o seu material, o objetivo nesse sentido foi promover e tornar-se conhecida aos ouvintes do *Projeto Minerva*, parte das profissões/ocupações contidas no Parecer 45/72. De acordo com a data que os fascículos foram elaborados, entende-se que a seção “Informação Ocupacional” tenha sido baseada na listagem do Parecer 45/72, que reuniu a listagem de 130 habilitações profissionais[208] em prol de atingir o objetivo previsto pela Lei nº 5.692/71, demostrando preocupação em refletir as grandes tendências da sociedade contemporânea.

Contudo, se a disciplina “Informação Ocupacional” sugeria que o conteúdo dos fascículos pudesse dar informações, seria razoável que outros tipos de profissões pudessem ser também ali apresentados, incluindo profissões com formação em nível superior. Afinal eram

[206] O Parecer nº 45/72 fixou os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins no ensino de 2º Grau. Este Parecer foi o primeiro documento de caráter doutrinário sobre a nova ordem educacional que a Lei n.º 5.692/71 estabeleceu quanto à profissionalização. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002791.pdf>. Acesso em: jun. 2022. C.f.: no documento entre as p. 19-62.

[207] O Parecer nº 76/75 deu novas aberturas à profissionalização de 2º Grau, ao conferir uma nova interpretação para o Parecer nº 45/72. O Parecer nº 76/75 não pretendeu eliminar as já aprovadas 130 habilitações profissionais pelo Parecer nº 45/72, mas tratou de agrupá-las em algumas famílias de habilitações básicas, como saúde, edificações, eletrônica, administração, comércio, entre outras (CUNHA, 2014, p. 928).

[208] C.f.: a relação completa das 130 habilitações profissionais para o 2º Grau (PARECER 45/72, p. 59-62) no Apêndice 4.

lições sobre “Informação Ocupacional” ou “Formatação Ocupacional”? Não havia, por exemplo, informações sobre Medicina, Veterinária, Engenharia, Odontologia, Direito, etc., profissionais que o próprio conteúdo do fascículo apontava como demanda no país. Pareceu-nos que o aluno supletivo do período da ditadura militar estivesse fadado ao ensino técnico e/ou ocupações que contavam com menos prestígio intelectual ou financeiro. Os títulos das 50 aulas da seção “Informação Ocupacional” entre os fascículos nº 1 ao nº 13 encontram-se no Quadro 16. A numeração entre parênteses à frente dos títulos corresponde ao número de cada item que integra a listagem das habilitações profissionais (Parecer nº 45/72), contida no Apêndice 4. Para distinguir as profissões abaixo relacionadas que não foram contempladas no *Projeto Minerva*, mantivemos os títulos com fonte em marcação de negrito:

Quadro 16 – Aulas da seção “Informação Ocupacional”

Número Fascículo	Número da aula e título	Número Fascículo	Número da aula e título
1	1 - A Escolha Profissional	7	26 - O Técnico em Eletrônica (11) e o Técnico em Telecomunicações (12)
	2 - Importância da Escolha Profissional Certa		27 - O Técnico em Estruturas Navais (39)
	3 - Planejamento da Escolha Profissional		28 - O Técnico em Manutenção de Aeronaves (41)
	4 - As Diferenças Individuais	8	29 - O Técnico em Edificações (4)
2	5 - Características Individuais (I)		30 - O Técnico em Estradas (5)
	6 - Características Individuais (II)		31 - O Técnico em Saneamento (6)
	7 - Interesses Profissionais		32 - O Técnico em Agrimensura (7) e **Fotogrametria**
	8 - Traços de Personalidade	9	33 - O Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado (36)
3	9 - Realizações Individuais		34 - O Técnico em Assistente de Administração (27) e o Técnico em Contabilidade (28)
	10 - Pontos Essenciais no Processo da Escolha Profissional		35 - O Técnico em Estatística (29) e o **Técnico de Programador de Computadores**
	11 - O Profissional Técnico de 2º Grau		36 - O Técnico em Secretariado (31)
	12 - O Técnico em Agricultura (2)		37 - O Técnico em Turismo (45) e Técnico em Hotelaria (46)

4	13 - O Técnico em Pecuária (3)	10	38 - O Técnico em Tradutor e Intérprete (43) e o Técnico em Redator-Auxiliar (44)
	14 - O Técnico em Carnes e Derivados (26) e o Técnico em Leite e Derivados (25)		39 - O Técnico em Comercialização e Mercadologia (32) e o Técnico em Publicidade (30)
	15 - O Técnico em Agropecuária (1)		40 - O Técnico em Enfermagem (47)
	16 - O Técnico em Pesca (40)	11	41 - O Técnico em Laboratórios Médicos (48)
5	17 - O Técnico em Geologia (14) e o Técnico em Mineração (15)		42 - O Técnico em Ótica (50) e o Técnico em Prótese (49)
	18 - O Técnico em Metalurgia (16)		43 - **O Profissional do Magistério de 1º Grau e o Professor de Educação Artística**
	19 - O Técnico em Química (17)		44 - O Técnico em Economia Doméstica (51) e o Técnico em Alimentação e Dietética (125)
	20 - O Técnico em Petroquímica (18)	12	45 - O Técnico em Decoração (42) e o Técnico em Cerâmica (33)
6	21[209] - Não localizado		46 - Os Técnicos da Área de Música (52)
	22 - Não localizado		47 - **Os Técnicos das Áreas de Teatro e Dança**
	23 - Não localizado		48 - **Os Técnicos em Produção de Televisão, de Rádio e de Cinema**
	24 - Não localizado	13	49 - O Técnico em Artes Gráficas (37) e o **Técnico em Fotografia**
7	25 - O Técnico em Eletromecânica (9) e o Técnico em Eletrotécnica (10)		50 - Conclusão

Fonte: produzido pela autora com dados dos sumários dos fascículos *Projeto Minerva* nº 1 ao nº 13.

Logo, as habilitações profissionais contidas nos fascículos que não tiveram relação com o Parecer 45/72 (CFE) foram: Fotogrametria, Técnico de Programador de Computadores, o Profissional do Magistério de 1º Grau e o Professor de Educação Artística, os Técnicos das Áreas de Teatro e Dança, os Técnicos em Produção de Televisão, de Rádio e de Cinema, Técnico em Fotografia. Importante trazer para a cena o estudo ministrado acerca do Profissional do Magistério de 1º Grau. De igual modo, as diversas licenciaturas em nível superior já potentes no país na década de 1970, não foram contempladas nos fascículos do *Curso Supletivo do 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC). Em contrapartida, a área das tecnologias de

[209] As aulas 21, 22, 23 e 24 não foram localizadas na coleção dos fascículos pesquisados.

comunicação, que já despontavam entre as profissões tecnológicas, foram trazidas ao conhecimento dos participantes do programa supletivo. A forma pela qual a disciplina "Informação Profissional" foi tratada nos fascículos reforça a análise de Santos (2016, p. 83), ao considerar que o *Projeto Minerva* foi produzido para atender à determinada classe social.

Com o fechamento do Capítulo 4 pudemos perceber o material didático impresso em sua materialidade, estrutura e conteúdo, o qual se apresentou com significações e representações, em favor das premissas do regime militar. As capas e as primeiras páginas não puderam esconder a estratégia de fazer com que os participantes se sentissem envolvidos, próximos e ligados em um mesmo grupo e contexto, por mais que não se conhecessem. Em especial, nas disciplinas de "Educação Moral e Cívica" e "Informação Ocupacional", observamos partes das lições sendo tendenciosas a se valerem com sentimentos de "amor" e práticas de autopromoção ao *Projeto Minerva*, com a finalidade da população se identificar com as aulas ministradas e se convencerem de que as profissões de nível técnico fossem a melhor das opções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa baseada na temática do ensino supletivo que começou embrionariamente foi tomando forma por meio de indagações, leituras, escritas, desafios e provocações. A partir do nosso lugar de fala, das impressões percebidas, dos diálogos com os autores e da análise das fontes, ponderamos nessas páginas finais algumas considerações acerca do trabalho realizado. Ao tecer a pesquisa em torno da questão central – "quais as finalidades efetivas mobilizaram a criação/implantação do *Projeto Minerva* de 1970 a 1979, período esse durante a ditadura militar?" – buscamos analisar o significado do *Projeto Minerva* durante o período da coordenação pedagógica dos cursos preparatórios de 1º Grau, exercido pelo Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação e Cultura (SRE/MEC), no intervalo de 1970 e 1979.

Conforme a coordenação do *Projeto Minerva* durante a década de 1970 havia sido desempenhada pelo poder público, nosso interesse voltou-se a estudar o que havia servido de incentivo para o Ministério da Educação e Cultura desenvolver o programa radiofônico para o público adulto de 1º Grau. Em ambas as fases I (1970-1972) e II (1973-1979) do *Projeto Minerva*, a compreensão da sua estrutura e funcionamento foi ponto crucial para o nosso *start*. Entretanto, compreender o contexto do regime militar nas presidências dos generais Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979), contribuíram para percebermos os movimentos de força e resistência dos quais o Brasil esteve imerso.

Ao final da Tese, encontramos aspectos que confirmaram a hipótese inicialmente esboçada de que pela perspectiva de Anderson (2008), o *Projeto Minerva* (1970-1979) destacou-se como uma comunidade imaginada. Em particular, a análise dos fascículos elaborados pelo poder público, *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (SRE/MEC) (1973-1979), foi importante na direção de desvelar evidências e indícios que caracterizaram o *Projeto Minerva* como tal. Portanto, trouxemos alguns aspectos e particularidades que foram constatadas na construção da Tese. Originalmente, a ideia do programa educacional supletivo pelo rádio surgiu a partir da homologação do Decreto-Lei nº 236/67, em que se tornou obrigatória a transmissão tanto das emissoras comerciais, quanto das públicas. Com a Portaria nº 408/70 assinada entre os representantes das pastas das Comunicações (MINICOM) e da Educação e Cultura (MEC), normatizou-se o horário permanente dos cursos educativos entre 20h-20h30m, de segunda à sexta-feira e de programas informativos-culturais aos finais de semana, ambos em cadeia nacional.

Um dos motivos pelos quais concebemos o *Projeto Minerva* como uma comunidade imaginada tem relação com o sentido que pode ter tido à "alma", além de ter se constituído como "objeto de desejo e projeção" aos tantos inscritos, ou mesmo aos participantes da recepção livre. Logo, consideramos que todo aquele que lia o material didático impresso era perpassado pelas ideias, pensamentos, visões de mundo e/ou doutrinas daquele determinado grupo-autor do poder público e de seus seguidores, em que acabavam tornando-se guia e orientação das ações sociais e políticas, com mais evidência na aplicação do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (1973-1979), por ter sido concebido integralmente pelo SRE/MEC. Sem preterir, com isso, a análise de Certeau (1998) quando considera que sujeitos que estão diante da televisão assistindo a um programa ou quando privilegiam a apreciação de imagens, e nós acrescentamos, quando participam da audição das radioaulas ou da leitura dos fascículos do *Projeto Minerva*, têm condições de fabricar, elaborar e fabular pensamentos e opiniões.

Constituiu-se como evidência de uma comunidade imaginada do *Projeto Minerva* a transmissão dos programas em cadeia nacional e em caráter simultâneo, em que os ouvintes/leitores "encontravam-se" sempre nos mesmos dias, horários e "lugares", em frente ao rádio com os fascículos em mãos. Podemos entender que, a princípio, as ações deveriam ser executadas ao mesmo "tempo no relógio e no calendário" (ANDERSON, 2008, p. 56), por agentes que não se conheciam, mas que se imaginavam pertencentes à mesma comunidade do *Projeto Minerva*. Desse modo, pode-se exemplificar que os participantes do *Projeto* da Região Norte, por exemplo, nunca iriam conhecer os da Região Centro-Oeste do país, muito menos saberiam os seus nomes. Contudo, mesmo sem convívio entre esses pares, pelas características defendidas por Anderson (2008), admite-se que havia confiança entre os envolvidos acerca do tipo de atividade que acontecia, o qual se apresentava de forma constante, anônima e simultânea. Em ambas as fases I e II, houve a percepção dessas três características na comunidade imaginada do *Projeto Minerva*.

Entoar o cântico de abertura em todos os lugares que houvesse um rádio ligado significava mais um momento de se imaginar pertencente à comunidade do *Projeto Minerva*. Quando pessoas totalmente desconhecidas entre si pronunciavam os mesmos versos, seguindo a mesma música: era a oportunidade do uníssono (ANDERSON, 2008), da realização física em eco da comunidade imaginada do *Projeto Minerva*. Da mesma forma aconteceu quando, em cadeia nacional, as músicas da MPB difundidas nos programas culturais do *Projeto* foram cantaroladas, no momento em que as transmissões eram reproduzidas em todo o território brasileiro sem, com isso, desprezar cabíveis resistências que os próprios compositores e

intérpretes pudessem ter êxito em realizar, através daquilo que "não foi dito" entre e durante a exposição das canções.

Ainda de acordo com a visão de Anderson (2008), as comunidades imaginadas tinham como relevante sua representação da realidade auditiva e visual: de modo correspondente era como acontecia com as aulas gravadas e ouvidas pelo rádio; e pelos fascículos escritos e lidos. Ademais, uma das representações do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II* (1973-1979) foi servir como aproximação do governo à população, principalmente daquela mais carente com interesse em conquistar o ensino de 1º Grau. Nesse interim, consideramos que o *Projeto Minerva*, na Fase II, tenha contribuído, em grande medida, a favor da visão política do regime militar.

O lançamento do programa educativo em caráter uniforme e em cadeia nacional do *Projeto Minerva* dava a impressão ao participante que a demanda exposta de escolaridade entre os adultos estava sendo enfrentada e solucionada. Pela análise de Anderson (2008), as massas que deixaram de ser iletradas ou, pela mesma ótica, que passaram a ter escolarização ou certificação no caso do *Projeto Minerva*, eram mais facilmente granjeadas ao apoio popular, revertendo-se em apoio político. Apesar de não termos tido condições de medir quantitativamente/qualitativamente sobre essa ajuda através dos sujeitos envolvidos, supomos que a criação do programa supletivo também tenha se ancorado nesse ideal. Os leitores dos jornais diários que tomavam conhecimento da divulgação, propaganda e programação do *Projeto Minerva*, eram "convidados" ou até "convencidos" a se juntarem às transmissões, assim sendo, fomentando a pertença dos leitores à essa comunidade imaginada.

Os ouvintes do rádio, de igual modo os leitores de jornais, também poderiam ser induzidos, de diferentes pontos do país, a corroborarem com o reforço da comunidade imaginada do *Projeto Minerva*, ao ouvirem e lerem sobre a divulgação dos programas. Em especial, pudemos constatar a quantidade de quase 700 ocorrências sobre o tema, nos periódicos utilizados na pesquisa. Era a vida cotidiana reassegurando as raízes visíveis do mundo imaginado (ANDERSON, 2008). Igualmente poderia ser dito que a imagem ou a ideia de centenas de participantes anônimos do *Projeto Minerva*, que não se conheciam entre si, mas que ocupavam seus mais variados radiopostos num mesmo lançamento, por exemplo, poderia invocar imediatamente a comunidade imaginada.

A grande imprensa foi aliada na divulgação dos quatro lançamentos do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, em especial na primeira (1973-1974) e na segunda (1975-1976). As notícias que circularam a respeito da programação cultural de finais de semana, entre outras divulgações acerca do *Projeto*, contribuíram para que autoridades como

ministros da Educação, diretores do Serviço de Radiodifusão Educativo (SRE/MEC) e apoiadores em geral, tivessem papel primordial na construção da comunidade imaginada do *Projeto Minerva*. A estratégia da imprensa era a de direcionar as notícias e informações sobre o assunto *Projeto Minerva* para o grupo específico de leitores/participantes, os quais eram os interessados.

A ideia trabalhada pelos jornais no sentido de "contiguidade" justificava sua escrita com o uso do pronome pessoal "nós" e "nossa". Essa ação se daria como numa espécie de confirmação hipnótica da solidez da comunidade, a qual naturalizava a sua história e trajetória. A combinação do pronome pessoal no plural perseguida nos jornais foi também abundantemente utilizada na construção dos textos introdutórios e das lições dos fascículos. Tendo sido os textos introdutórios começados pela expressão "Nossa capa", entre outras passagens, reforçava o espírito coletivo, em detrimento do individual. Essa estratégia também era perceptível nos discursos políticos dos presidentes militares e seus ministros.

A consciência de interligação entre os sujeitos envolvidos fazia com que os monitores e participantes dos radiopostos se imaginassem como companheiros de uma mesma ação e prática. A sensação de lugar comum estimulou o sentido da consciência de "interligação" dos ouvintes: o conjunto se formou com os participantes *in lócus* nos radiopostos aprendendo o conteúdo do curso, além de saberem da existência de outros locais para a audição das aulas e da leitura do material didático, e vice e versa; tudo no mesmo momento cronológico. A isso correspondia a sensação de ocupação de lugar comum, se não sempre literal, sempre emocional. Pelo mesmo viés da interligação, porém, entendendo sobre as imagens e os significados para compor o enredo do lugar comum e de acesso, observamos as capas e primeiras páginas dos fascículos do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*. Entre as quinze imagens das capas dos fascículos, houve prevalência no uso de fotografias que reforçavam a consciência de interligação, tanto entre lugares, como entre sujeitos.

Constatamos essa seleção ao perceber que o Fascículo "Período Preparatório" e o de nº 1 se utilizaram de dois *closes* na capa que enviavam mensagens de interligação e integralização. O primeiro ocupou a capa com a fotografia do radioposto e o outro estampou diferentes meios de comunicação. O Fascículo nº 2 buscou interligar e integralizar os ocupantes marginais da Rodovia Transamazônica com estados e cidades destinos; da mesma forma como fizeram as pontes evidenciadas nos fascículos nº 8, 10 e 11, ao retratarem a aproximação das cidades Rio-Niterói; diferentes bairros em Recife; e em Florianópolis, da Ilha de Santa Catarina ao continente.

Quanto ao apelo emocional, seu uso foi perceptível nos textos introdutórios dos fascículos, utilizando frases de aproximação com os leitores (ANDERSON, 2008): "Você voltou a estudar. Você resolveu não parar, mesmo que as dificuldades sejam grandes, parecendo muitas vezes intransponíveis. O rádio – que serve para divertir, informar – vira 'escola'" (FASCÍCULO 2, 1973, p. 1). Com o mesmo teor foi utilizado na passagem: "Você continua conosco: estudando, após um dia de trabalho, vencendo cansaço, vencendo às vezes distância. O rádio é o velho amigo" (FASCÍCULO 3, 1973, p. 1). Nota-se que muitas vezes o "rádio" tomou o lugar de amigo "pessoal" do ouvinte, como se ele tivesse sido humanizado ou "encarnado".

Em convergência ao propósito de interligação, lugar comum, contiguidade e apelo emocional estudado no conceito de Anderson (2008), as orações utilizadas no texto introdutório do Fascículo 3 nos levaram a mais uma constatação a respeito da comunidade imaginada do *Projeto Minerva*. "Como você, muita gente também voltou a estudar. O Ministério da Educação e Cultura, através do *Projeto Minerva*, ajuda-o, onde quer que você esteja". Segundo o uso das palavras nesse fascículo, de autoria do SRE/MEC, subentende-se que a motivação do poder público fosse à de que de maneira nenhuma os sujeitos participantes se sentissem sós. Era querer negar, ou mesmo minimizar, o estudo individualizado pertencente à metodologia do ensino pelo rádio.

Já no Fascículo 7 a boiada fotografada na capa era tocada com "muito amor" pelos vaqueiros, dizia o texto introdutório, além de o serem também todas as criações e plantações cuidadas pelos brasileiros homens do campo. Quanto ao Fascículo 13, a equipe do *Projeto Minerva* dizia que "estavam felizes", pois, a sua missão estava cumprida, que era a de ter levado adiante o supletivo pelo rádio a todos os cantos do país. Apesar do programa ter alcançado "longínquas paragens", conforme o Ministro Ney Braga (1974) se expressou em seu pronunciamento acerca do *Projeto Minerva*, não significou ter obtido êxito na certificação dos participantes que se submeteram às avaliações. O Fascículo 13-Reforço, o qual significou a despedida do *Curso Supletivo*, parabenizava a todos os participantes e equipe do *Projeto Minerva* por terem chegado ao fim daquele ciclo. Também nesse ínterim, justificavam o uso da fotografia de capa do Rio de Janeiro por se tratar da cidade sede da Rádio MEC, de onde produzia-se as radioaulas e os fascículos.

Dentre as lições dos fascículos, destacamos alguns aspectos que potencializaram ainda mais o "jogo de sedução" exercido pelos autores dos fascículos. No Fascículo 10, na disciplina de Educação Moral e Cívica (1973, Aula 36, p. 59) era dito que cada brasileiro tinha uma "vontade firme de dar a sua parcela de participação". Dessa maneira, a invocação girava em

torno do sujeito comover-se e sacrificar-se, por vontade própria, com o objetivo do desenvolvimento do país. Significava dizer que todos juntos se auto sacrificariam por um bem comum, o que para a comunidade imaginada do *Projeto Minerva,* tinha importância, pois pelo conceito de Anderson (2008), o corpo representativo sobrepõe-se às vidas pessoais. No Fascículo 12, na disciplina de Estudos Sociais, (1973, Aula 98, p. 25), o *Projeto Minerva* foi dito como "querido" e que fazia parte de "inúmeros outros incentivos ao desenvolvimento educacional de nossa Pátria".

Outro aspecto passível das considerações finais foi a revelação do *Projeto Minerva* a partir de uma série de significados e representações (CHARTIER, 1990). Dessa forma, citamos que o *Projeto* se destacou como: agente do governo militar; programa educativo formado por uma equipe já consagrada e de sucesso e que, por causa disso, o êxito estaria garantido; recurso de grande relevância para democratizar o acesso à educação moderna e atualizada; veículo de interação cultural na sociedade e outros. Assim como ao regime militar era factível disseminar ideias e identidade uníssona à nova ordem social, assim também foi imaginado o curso supletivo pelo rádio, visando representar aos usuários sentimentos de conquista e superação. Entretanto, isso não significou que as pessoas não pudessem se apropriar e construir sentidos para além do que se objetivava com o *Projeto Minerva*.

Nada do que foi salientado até então, quanto aos significados, representações e a comunidade do *Projeto Minerva,* esteve desatrelado do momento histórico ao qual o projeto supletivo pelo rádio foi criado durante o governo militar no Brasil (1964-1985). Os generais que ocuparam a cadeira presidenciável nessa época, evocavam o apoio popular, dado a tomada do poder ter sido realizada à força. Desse modo, concluiu-se que o esforço empreendido à formação humana no país naquele dado momento, tenha sido submetido ao objetivo maior do governo autoritário que era voltado à produtividade e à formação de mão de obra especializada. Os cursos por meio do rádio e da televisão tinham relação com o aligeiramento da educação de adultos e com o custo mais barato; principalmente se comparado à construção de prédios e ao pagamento de professores concursados.

Na esteira da mão de obra barata também esteve a figura do monitor nos radiopostos, no *Projeto Minerva*, quando para ocupar essa função não foram estabelecidos critérios claros e efetivos que obrigassem sua contratação mediante formação em alguma licenciatura e/ou com direitos trabalhistas e piso salarial. De modo igual, os radiopostos sendo instituídos em locais como salas de aula, sindicatos, presídios, quartéis, igrejas, clubes e até mesmo em residências, passavam a ideia de que não era preciso haver um lugar apropriado, como era a escola, para que a educação de adultos fosse desenvolvida.

Não por acaso o radioposto no Fascículo 10, na disciplina de Educação Moral e Cívica (1973, Aula 35, p. 59), definia a "escola" como "o nosso radioposto também, uma escola bem de acordo com o nosso tempo e com o nosso espaço de país-continente". Essa aula teórica contida no Fascículo 10 pode ser exemplificada através de sua aplicação prática, por meio das notícias dos jornais. As reportagens dos periódicos traziam a respeito da captação e participação de candidatos selecionados dentro dos radiopostos, em prol de concorrerem com estudantes de outras escolas, aos concursos de "Miss Festejos de Maio", no Município de Nova Friburgo, e de "Cartazes", no Município de Macaé; ambos no Estado do Rio de Janeiro. Nota-se, pelos jornais *O Fluminense* (01/06/1972, p. 3) e (12/06/1973, p. 14), respectivamente, como os radiopostos foram consubstancialmente identificados com representação de escolas.

Para o adulto que estava fora da idade-série própria já há algum tempo e que procurasse retornar aos estudos, era mais provável que conseguisse participar dos cursos supletivos, e entre eles o *Projeto Minerva*. Isso porque na década de 1970, em especial, no Brasil, havia falta de vagas suficientes no ensino noturno. Nesse ínterim, a impressão que se buscava imprimir era a de que a educação brasileira supletiva não precisava de local adequado, educadores com formação pedagógica e de resultados favoráveis. Pareceu-nos que o Estado se deu por satisfeito somente por ter ofertado os cursos supletivos em geral e, de forma singular, o *Projeto Minerva*. Este foi reconhecido pela extensa duração de tempo no ar, pelo alcance à lugares longínquos e pela complexidade na logística de transmissão; entretanto, não foi reconhecido pelo resultado majoritário de aprovação dos inscritos do *Projeto Minerva* aos exames promovidos pelas esferas estadual ou nacional.

Conforme não foram aplicadas pesquisas sistemáticas por parte do Ministério da Educação e Cultura ou de outras entidades ao longo dos anos do curso supletivo pelo rádio, também não houve condições de analisar o percentual de aprovação/reprovação, em nível nacional, por cada lançamento do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*. Em suma, a década de 1970 foi um tempo no qual a educação brasileira de adultos não foi valorizada, sendo os projetos e programas supletivos postos no lugar das escolas e do ensino regular, como se essa estratégia fosse a solução. Da mesma forma, não houve investimento financeiro suficiente na área educacional, em geral.

Por meio da pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, foi possível detectar que existiram três formas de avaliação para quem acompanhava o *Projeto Minerva*: realização dos exames supletivos promovidos pelos estados federativos; realização de provas "fora do processo de aprendizagem" para inscritos do curso supletivo; e as prestadas "dentro do processo de aprendizagem", como foram as "fichas de observação" e de "avaliação de aprendizagem", entre

outros testes. O estado fluminense, em 1975, era um dos dez estados que emitiam certificados de conclusão do 1º Grau e, consequentemente, no 2º lançamento (1975/1976) do *Curso Supletivo de 1º Grau do Projeto Minerva – Fase II*, ele instaurou avaliações "dentro do processo de aprendizagem".

A ausência do acompanhamento mais amiúde de entidades que conferissem credibilidade científica e/ou oficial para a regularidade nos resultados do *Projeto Minerva*, entre outros aspectos, prejudicou sua *performance* e as possíveis adaptações que se fizessem necessárias. Na mesma medida, surgiu-nos a dúvida concernente à viabilidade, ou não, e a intencionalidade, ou não, por parte dos órgãos públicos, de um acompanhamento mais apurado de todo o processo do *Projeto Minerva*. Seria estratégico não reavaliar o modelo, a estrutura e os resultados? Sabe-se que não houve interesse por parte do poder público de situar-se a partir da apropriação do conhecimento e da pesquisa abarcados nos trabalhos científicos e acadêmicos produzidos no período do *Projeto Minerva*.

Além de não encontrar nenhuma relação com a opinião da sociedade para a implementação do curso em formato obrigatório em cadeia nacional, e com todas as características já reveladas, entende-se que o mesmo espírito de autoritarismo que invadiu o país com o golpe civil-militar de 1964, foi o que alimentou o projeto de nação e que, consequentemente, ecoou e deu o formato ao *Projeto Minerva*. Sem a legitimação do povo no pleito da nação, os cursos supletivos foram implementados de cima para baixo, sem nenhuma relação com a opinião da sociedade ou de pesquisas científicas acerca das demandas por educação. Consequentemente, os percentuais de abandono ou de evasão do *Projeto Minerva* se mantiveram elevados, o que para nós já deveria ter sido motivo suficiente para que houvesse uma reformulação do método ou do conteúdo.

Observou-se muito desencontro na divulgação do quantitativo de índices e percentuais de evasão e de aprovação no *Projeto Minerva,* em todas as esferas. Contudo, os relatórios pesquisados foram unânimes em se referirem ao *Projeto Minerva* como tendo sido passível de muitas falhas, falta de avaliação no decurso dos programas, nos aspectos da organização, avaliação e método, ocasionando, desse jeito, a desistência e o abandono de muitos participantes. Entendemos que houve omissão por parte do MEC e do governo militar em realizar estudos e providenciar escolas e professores, a contento, para que o supletivo usufruísse de prestígio e de investimento, em prol de educação de qualidade para todos. Assim sendo, a falta de continuidade no decurso do programa radiofônico recairia sobre os ombros do sujeito participante, ao relacionar o insucesso do *Projeto Minerva* ao "cliente" e à sua força de vontade, exclusivamente.

Ter chegado às “Considerações finais” da Tese não significou ter tido respostas para todas as perguntas fomentadas durante o andamento da pesquisa. Sobretudo, demonstrou a necessidade de se chegar a algum lugar, mesmo que durante um tempo, até que mais uma vez se recomece um novo ciclo de questões, investigações, fontes, autores e tudo o mais necessário para o desenvolvimento do estudo. É como se “causássemos” um ponto e vírgula nesse momento final de quatro anos do doutoramento, entregássemos os resultados até aqui alcançados e tomássemos fôlego para que, doravante, planejássemos os próximos passos. Poder olhar para o projeto de entrada na pós-graduação no ano de 2018 e chegar até aqui, apesar de tantas intercorrências acometidas no meio do caminho – pandemia de Covid, pressões pessoais, profissionais, emocionais, entre outras situações – nos promoveu grande alegria e contentamento, entre inquietudes e anseios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antonio Luis Mendes de. *Reforma do Ensino: a Hora Crítica da Educação.* Rio de Janeiro: CEA, 1974.

ALONSO, Katia Morosov. Educação a distância no Brasil: A busca de identidade. In: Preti, O. (Org.), *Educação a distância: Inícios e indícios de um percurso*. Nead/IE – UFMT. Cuiabá: UFMT, 1996, p. 57-74.

ALVARENGA, Marcia Soares de. Movimentos Sociais e educação popular: sentidos sobre a cidadania nos anos 80. In.: *Professoras pensam a Cidade. A Educação Pública em Debate no Município de Duque de Caxias*. RJ: HP Comunicação Editora, 2011, p. 116-131.

_____. *Sentidos da Cidadania: Políticas de Educação de Jovens e Adultos.* Rio de Janeiro: edUERJ: FAPERJ, 2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Rita. *Teoria do capital humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros*. 2010. 75f. Trabalho de conclusão (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS: Porto Alegre, 2010.

ANDRELO, Roseane. O rádio a serviço da educação brasileira: uma história de nove décadas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 139–153, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640044>. Acesso em: ago. 2018.

_____. O rádio na educação brasileira. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 12, n. 47, p. 139-146, Set. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/134967>. Acesso em: ago. 2018.

_____ *et al*. *A Utilização do Rádio na Educação a Distância (EAD): O Projeto Minerva e o Movimento de Educação de Base 1*. Anais da 1ª Jornada Científica de Comunicação Social. A pesquisa em Comunicação: tendências e desafios. São Paulo, 2009.

ASSIS, Renata Machado. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. *Educação em Perspectiva*, vol. 3, n. 2, 2012, p. 320-339, jul/dez. 2012. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A capital do Piauí na década de 1970: Teresina sonhada, construída e vivida pelos pobres urbanos. In: *VI Simpósio Nacional de História Cultural*. Anais... Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Karlene%20Sayanne%20Ferreira%20Araujo%20&%20Francisco%20Alcides%20do%20Nascimento.pdf. Acesso em: set. 2022.

BARRETO, Elba S. de Sá. *Ensino Supletivo em São Paulo: entre ricas experiências e pobres resultados*. São Paulo, FCC, 1986, 148 p.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; THOMAZ, Alice Ângela. Práticas reformistas na educação brasileira: a contribuição dos irmãos Gildásio e Gilson Amado. *Revista Histedbr Online*, n. 46, p. 264-277, jun. 2012.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol. 9, n. 1, 2005, pp. 125-141. Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

_____. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

_____. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. O uso dos jornais como fontes históricas. In: *Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, p 179.

BEAL, Sophia. *Obras públicas monumentais, ficção e o regime militar no Brasil (1964-1985)*. Escritos - Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, ano IV, n. 4, 2010. p. 259-280. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero4/ sophia.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a distância*. Campinas: Autores Associados, 2003.

BICCAS, Maurilane de Souza; FREITAS, Marcos Cezar. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; RODRIGUES, Elaine e. *Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929 – 1930)*. Acta Scientiarum. Education, vol. 37, núm. 2, abril-junho, 2015, p. 151-163. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Brasil.

BLOIS, Marlene. Rádio MEC: a mais concretizada expressão da radiodifusão educativa. In: MILANEZ, Liana (Org). *Rádio MEC: herança de um sonho*. Rio de Janeiro: ACERP, 2007. p. 141-145.

BRASIL, Decreto-Lei nº 869 de 12/09/1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: jan. 2022.

_____, Decreto-Lei n.º 236 de 28/02/1967. *Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, deliberando sobre o serviço da radiodifusão*. Disponível em: <https://radiodifusaoenegocios.com.br/legislacao/decreto-lei-n-o-236-de-28-02-67/71>. Acesso em: mai. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 709 de 1969. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_ 03/decreto-lei/1965-1988/Del0709.htm>. Acesso em: mai. 2016.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 1950/2010. Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Anuário Estatístico do Brasil. Vol 54, 1994. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?

no=3&op=1&vcodigo=CD77&t=populacao-presente-residente-sexo-dados-universo>. Acesso em: maio 2018.
BRASIL, Instituto de Planejamento Econômico e Social e Instituto de Planejamento (IPEA/IPLAN). *Rádio Educativo no Brasil: um estudo*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1976.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 de 20/12/1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: jan. 2016.

_____, *Lei de Reforma Educacional de 1º e 2º Grau e ensino supletivo nº 5.692 de 11/08/1971*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: set. 2015.

_____, *Lei de Reforma Ortográfica nº 5.765 de 18 de dezembro de 1971*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5765.htm>. Acesso em: jul. 2022.

_____, Ministério da Aeronáutica (MAER). *Divisão de Informações de Segurança (DIS). Resposta de Pedido de Busca. 1971*. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/30518/br_dfanbsb_vaz_0_0_30518_d0001de0001.pdf >. Acesso em: dez. 2019.

_____, Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. *Parecer 699/72 da Câmara de Ensino de 1º e 2º Graus*. Brasília, 1972. Mimeo.

_____, Ministério da Educação e Cultura. *Relatório apresentado à XXXIV Sessão da Conferência Mundial de Educação de Adultos*. Genebra, Suíça, 1973. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002563.pdf>. Acesso em: set. 2022.

_____, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral (SG). *Relatório das Metas e Bases para a Ação de Governo – Educação*. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000687.pdf>. Acesso em: maio 2020.

_____, Ministério da Educação e Cultura e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *A Teleducação no Brasil: Um Documentário*. Rio de Janeiro: INEP, 1972. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001816.pdf>. Acesso em: dez. 2019.

_____, Ministério da Educação e Cultura e Conselho Federal de Educação (MEC/CFE). O Ensino Supletivo no Brasil. In: *XIX Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação do Território e do Distrito Federal*. Distrito Federal. 1983.

_____, Ministério da Educação e Cultura e Departamento de Ensino Supletivo (MEC/DSU). *Diagnóstico Preliminar do Ensino Supletivo*. Brasília. 1973.

_____, Ministério da Educação e Cultura e Fundação Roberto Marinho (FRM). *Acordo de Cooperação e Amparo Técnico e Financeiro nº 01/80*. Data de vigência: 1980, p. 3-10. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/ mic/gnc/aaa/83032989/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83032989_d0001de0001.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura e Fundação Roberto Marinho (FRM). *Termo Aditivo nº 2 ao Acordo de Cooperação e Amparo Técnico e Financeiro nº 01/80*. Data de vigência: 1982, p. 11-17. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/83032989/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83032989_d0001de0001.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

_____, Ministério da Educação e Cultura e Grupo Especial (MEC/CNRH-IPEA-IPLAN/PNUD-UNESCO). *Análise dos principais problemas da educação brasileira*. Educação Especial. V. I. Brasília, 1978. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28106>. Acesso em: jan. 2020.

_____, Ministério da Educação e Cultura e Serviço de Radiodifusão Educativa/*Projeto Minerva*. *Site da Controladoria-Geral da União (CGU)*. Resposta ao pedido do Plano de Implantação do *Projeto Minerva*. 1972.

_____, Ministério da Educação e Cultura e Serviço de Radiodifusão Educativa/Rádio MEC/*Projeto Minerva*. Rio de Janeiro, s.n.t., mimeografado.

_____, Ministério da Educação e Cultura e Universidade de Brasília (UnB). *Supletivo de Primeiro Grau (SPG). Relatório da Avaliação dos Resultados (período 81/82)*. 1983.

_____, Ministério da Educação e Cultura e Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. *Conhecendo um Centro de Estudos Supletivos*. 2º ed. Brasília: MEC/SEPS, 1979/1980.

_____, Parecer 45/1972 (Conselho Federal da Educação, p. 60-122). Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002799.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

_____, Portaria nº 32/70, de 29 de setembro de 1970. *Institui o Subgrupo de Rádio para execução da Portaria 408/70*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001816.pdf>. Acesso em: abr. 2020.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*. São Paulo: Jorge Zahar, 2008.

_____. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAMARA, Sônia; RANGEL, Jorge Antônio. Educando o Brasil nas ondas do rádio: Fernando Tude de Souza e o projeto de radiodifusão educativa do Ministério da Educação e Saúde Pública (1943-1951). In: Josefa Eliana Souza; Joaquim Tavares da Conceição; Anamaria G. Bueno de Freitas. (Org.). *Intelectuais da Educação & Cultura Escolar*. 1ª ed. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal, 2017, p. 153-173.

CAMARA, Sônia. *Reinventando a Escola: o ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

CASTRO, Márcia Prado. *O Projeto Minerva e o desafio de ensinar matemática via rádio*. Dissertação de Mestrado Profissional. PUC/SP, 2007. 105 p.

CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe 1964-1969*. Rio de Janeiro: Record. 2014.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A Ditadura Militar e a Grande Imprensa: Os Editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-101040/publico/2012_EduardoZayatChammas.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. A "nova história cultural" existe? In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

_____. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

COCKELL, Marcela e MONACO, Rosa Maria Garcia. O material didático impresso do *Projeto Minerva – Curso Supletivo de 1º Grau – Fase II* (1973-1979): a dialética das representações na produção das práticas sociais e culturais. XIX Encontro de História da ANPUH/Rio. História do Futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica. Rio de Janeiro: Cidade do Rio de Janeiro, 2020.

COELHO, Leni Rodrigues. *Educação de Jovens e Adultos: as ações do MOBRAL no município de Patos de Minas/MG (1970-1980).* Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. 146p.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1988, 10ª ed.

_____. Ensino Profissional: o grande fracasso da ditadura. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v.44, n.154, p.912-33, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142913>. Acesso em: jun. 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. Roda-Viva. In: CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de (Orgs.). *O Golpe na Educação*. Série: BRASIL os anos de AUTORITARISMO. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991, 7ª ed., p. 35-90.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1969). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do regime autoritário, ditadura militar e redemocratização.* (Livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, 9ª ed., p. 11-48).

DE LUCA. Tânia. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

DEL BIANCO, Nélia Rodrigues. Aprendizagem por rádio. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA,

Marcos. (orgs). *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education, v. 1. p. 56-64, 2009.

FARIA, Lia. *Ideologia e utopia nos anos 60: um olhar feminino*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. 176p.

FÁVERO, Osmar. Educação de jovens e adultos: passado de histórias; presente de promessas. In: RIVERO, José; FÁVERO, Osmar. *Educação de Jovens e Adultos na América Latina: direito e desafio de todos*. São Paulo: Ed. Moderna, 2009. p. 54-92.

_____. Educação popular e educação de jovens e adultos: memória e história. In: TAVARES, M. T. G. *et al*. (Orgs.). *Educação popular, movimentos sociais e formação de professores: os 50 anos do golpe militar de 1964 e a mobilização de inéditos viáveis no campo social e educativo*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 101-119.

_____. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966)*. Campinas: Autores Associados, 2006.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Educação no Brasil anos 60. O pacto do silêncio*. São Paulo. Loyola: 1988(1985). 126p.

FERRARETTO, Luiz Arthur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FERREIRA, João. *Ensino supletivo, o grande desafio educacional brasileiro*. Educação, Brasília, MEC, 4(13): jul/set. 1974.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O Tempo do Regime Autoritário: Ditadura Militar. Quarta República (1964-1985)*. Vol. 4. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FÉLIX, Luís de Assis. *Ensino Supletivo do Rio de Janeiro um Visão Organizacional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. 140 p. Dissertação de Mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública.

FLETCHER, Philip Ralph, (1983). *Mobral e a alfabetização: a promessa, a experiência e alguma evidência de seus resultados*. Rio de Janeiro, IPEA/CNRH, 58 p.

FREITAS, Marcos Cezar. *Da Micro-História à História das Ideias*. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra., 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1984.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENTILLI, Victor. *O jornalismo brasileiro nos anos 70*. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 10, 2001, Brasília. Anais... Rio de Janeiro: COMPÓS, 2001. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1219.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

GERMANO, José Wellington. *Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Editora Cortes, 2011, 5ª ed.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. *Mitos, emblemas e sinais.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, p. 47-66.

HADDAD, Sergio. *Estado e Educação de Adultos (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1991, 360f.

_____; DI PIERRO, Maria Clara. *Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação* [*online*]. 2000, n.14, p. 108-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200007>. Acesso em: ago. 2019.

HADDAD, Sérgio. Tendências atuais da educação de jovens e adultos no Brasil. *Em Aberto*, Brasília, DF, ano 11, n.56, out./dez. 1992.

HILDEBRAND, Maria Helena Bastos. *Os deserdados da educação brasileira: análise das expectativas da clientela aos exames supletivos*. 183 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

HORTA, José Silvério Baía. *Rádio e Educação no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* - INEP, Brasília, v. 59, n.131, p. 454-468, 1973.

HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Salles. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

IRELAND, Timothy Denis; SPEZIA, Carlos Humberto. *Educação de Adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA*. Brasília: UNESCO, MEC, 2014.

KASSICK, Clovis Nicanor. Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.32, p.136-149, dez. 2008. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5095/art09_32.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

KIELING, Rejane Inês; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. O rural, o urbano e o continnum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. *Revista Perspectiva*. v. 39, n. 148, p. 133-143, dezembro/2015.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 15-34.

_____. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEOBONS, Solange Gerardin Poirot. *Delegação, Descentralização, Diversificação: pontos básicos para otimizar-se a Radiodifusão Educativa – um estudo exploratório.* Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 1983. 200 f.

_____. *Delegação, Descentralização, Diversificação: pontos básicos para otimizar-se a Radiodifusão Educativa.* Rio de Janeiro: ABT, 1984.

_____. *A Rádio do meu tempo*. Entrevista concedida a Renato Rocha e Adriana Ribeiro em 07/01/2009. *Amigo Ouvinte Impresso*. Informativo da Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC (SOARMEC). Ano XV, nº 45, julho de 2009. p. 5-11. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12746677/ao45tpamigo-43qxdqxd-soarmec>. Acesso em: jan. 2020.

LEYENDECKER, Niely Natalino de Freitas. *Universidade do Ar: nas ondas do rádio se formam os professores secundaristas (1941 – 1944).* 2019. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. *Caracterização dos alunos do programa de alfabetização funcional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, Centro de Treinamento, Pesquisa e Documentação, Setor de Pesquisa (MOBRAL/CETEB/SEPES), 1978. 130f.

LUSTOSA, Rejania Rebelo. *História e memória do Projeto Minerva em Teresina: a educação nas ondas do rádio (1971-1982).* Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina. Biblioteca Depositária: Jornalista Carlos Castello Branco, 2014. 93 f.

MACEDO, Luiz Antonio Souza Lima. Teleducação: intenções e realidade. *Tecnologia Educacional*. Rio de Janeiro, 11 (46): p. 49-51, março/jun. 1982.

MACIEL, Leandro Silvio Katzer Rezende. *Da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro à TVE Brasil: O Ensino da Matemática na Radiodifusão Educativa*. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2013. 240 f.

MADEIRA, Felícia Reicher. *Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conecções viciosas*. São Paulo em Perspectiva, 1993, v. 7, n. 1, p.70-83, jan./mar.

MAFRA, Mario Sérgio. *Conhecendo um Centro de Estudos Supletivos*. 2º ed Brasília: MEC/SEPS, 1979/1980.

MAROTO, Maria Lutgarda Mata. *Planejamento de um curso supletivo pelo rádio: análise crítica de uma experiência e proposição de um modelo alternativo*. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro, PUC/Departamento de Educação, 1974. 186 f.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete: *João da Silva*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001a. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/joao-da-silva/>. Acesso em: set. 2021.

_____. Verbete: *Projeto Conquista*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001b. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/projeto-conquista/>. Acesso em: set. 2021.

_____. Verbete: *Madureza*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001c. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/madureza/>. Acesso em: mai. 2021.

MILANEZ, Liana. *TVE Brasil – Cenas de uma história*. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

_____. *Rádio MEC – Herança de um sonho*. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

MONACO, Rosa Maria Garcia. *O Centro de Estudos Supletivos de Niterói: uma proposta de educação para jovens e adultos (1976-1986)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017. 141p.

NAPOLITANO, Marcos. *1964, História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto. 2015.

NUNES, Cinthya de Oliveira. *A cidade vai ao campo: O serviço de radiodifusão e a educação rural nos anos de 1943 a 1951*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018, 164p.

OLIVEIRA, W. A. *Telecurso 2º Grau: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981*. 2011. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1985.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PAIVA. Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1983.

PASSARINHO, Jarbas. Painel: Validação da Lei nº 5.692/71 – Exposição. In: Câmara dos Deputados – Comissão de Educação e Cultura. *Educação: doze anos depois*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1985, p. 25-44.

PATRIZZI JUNIOR, Carlos Antonio. *Polifonia Educativo-Cultural: Aspectos Históricos da Radiodifusão Educativa no Estado de São Paulo e as Condicionantes para implantação de uma Rádio Universitária em Araçatuba*. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, SP, 2006. Disponível em <http://www.faac.unesp.br/posgraduacao/Pos_Comunicacao /pdfs/carlos_patrizzi.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

PAVAN, Alexandre. *Em busca de sintonia*. Revista Educação, São Paulo, Editora Segmento, edição n. 246, outubro de 2001. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/clip/80.pdf>. Acesso: jan. 2021.

PEIXOTO, Enock da Silva; NUNES, Luiz Fernando. *Reflexões sobre a educação tecnicista no brasil: análise crítica do passado para pensar o presente*. Anais III CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22137>. Acesso em: mai. 2021

PIMENTEL, Fábio Prado. *O Rádio Educativo Brasileiro, uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 2009, 2ª ed.

PINHEIRO, Giovani Gonçalves. *Projeto Minerva: Rádio Educativo no Contexto da Ditadura Militar*. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel. Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), 2016. 102 f.

PINTO, Thiago Pedro. *Projetos Minerva: caixa de jogos caleidoscópica*. Doutorado em Educação para a Ciência. Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Bauru, Bauru. Biblioteca Depositária: UNESP/Bauru. 2013. 386 f.

_____; GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. O Rádio e as Matemáticas: um estudo sobre o *Projeto Minerva*. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul* (UFMS). Volume 7, número 13, 2014.

PIRES, Raphael do Espírito Santo Mello e. *Educação a Distância de Jovens e Adultos de segunda geração: aporte para se entender o Projeto Minerva.* Anais do 2º Seminário de Educação de Jovens e Adultos da PUC-Rio (SEEJA). Entrelaçando olhares por uma educação planetária. Rio de Janeiro: Caetés, 2014. p. 401-405.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do regime autoritário, ditadura militar e redemocratização.* (Livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, 9ª ed., p. 209-242.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, 2ª ed.

QUADROS, Mirian Redin de. *O ouvinte no rádio: uma análise histórico-descritiva da interatividade radiofônica*. In: XIX Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: Alcar/UFOP, 2013, p. 1-15.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 251-262.

_____. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 15, n. 45, 2010.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____, Jacques (org.). *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 434-590.

RIBEIRO, Denise Felipe. *A Anistia Brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. 2012. 141p.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do regime autoritário, ditadura militar e redemocratização.* (Livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, 9ª ed, p. 101-133.

ROCHA, Amara. *Nas Ondas da Modernização: o rádio e a TV no Brasil de 1950 a 1970*. Rio de Janeiro: Aeroplano / FAPERJ, 2007.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 21. ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2015.
_____. *Tutameia*. 9º. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SANTOS, Jose Carlos. *Eu cresço com o Minerva e o Brasil cresce também". O projeto Minerva pela radiobrás: a experiência em Sergipe (Brasil - 1970 / 1985)*. Porto Alegre: PUC-RS. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, 2016. 234p. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7093>. Acesso em: ago. 2017.

_____. *A escola dos que não tiveram escola: o Projeto Minerva e a escola militar nas ondas do rádio*. Curitiba: Appris, 2019.

SILVA, Cibele Lauria. *Brasil de todos os cantos: programas radiofônicos musicais do Projeto Minerva pelo radialista J. da Silva Vidal na Rádio Bandeirantes de São Paulo.* Mestrado em Música. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011. 120f.

SILVA, Eurides Brito da. A Teoria e a Realidade da Educação Básica. In: SOUZA, Paulo Nathanael P. de. SILVA, Eurides Brito (orgs.). *Educação: Escola – Trabalho*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984, p. 65-84.

SILVA, Paula Francineti da. Atena Revisitada. *OPSIS - Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais (NIESC)*, Vol. 5, 2005, p. 89-96. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265042545_Atena_revisitada. Acesso em: mar. 2020.

SOARES, Leôncio José Gomes. *Educação de Adultos em Minas Gerais: Continuidades e rupturas*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1995.

UNESCO, *Conferência La Educacion de Adultos en America Latina y El Caribe* (1983). Havana, entre 5 e 10 de setembro. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf 0000060027?posInSet=1&queryId=N-EXPLORE-ebf12b05-1235-4e50-9afb-5240d107f7c>. Acesso em: jun. 2020.

VARGAS, Sonia Maria de. *A Atuação do Departamento de Ensino Supletivo de MEC no Período 1973 – 79*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1984. Dissertação de Mestrado. 118 p.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Educação na casa: perspectivas de desescolarização ou liberdade de escolha? *Pro-Posições*, Campinas, v. 28, n. 2, p. 122-140, maio/ago. 2017.

VIEIRA, Evaldo. *A República Brasileira 1964-1994*. São Paulo: Moderna, 1991.

WERLANG, Canrobert Kumpfer. *Perspectivas para a educação profissional frente às mudanças da legislação*. 2005. Disponível em: <https://serviços.educacao.rs.gov.br/dados /educ_prof_conf_perspectivas.doc>. Acesso em: jun. 2022.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. *A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. 242f.

_____. *A Época de Ouro do Rádio Educativo: a consolidação da instrução pelas ondas radiofônicas estatais/públicas*. In: Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul: Intercom, 2010.

APÊNDICE

Apêndice 1: Programação das *Séries Informativas-Culturais* (1970-1979)[210]

Numeração	Programas	Quantidade de programas	Duração em minutos
Série: Música Popular			
1 -	Nosso Domingo Musical	304 (em produção)	75, 45, 30
2 -	Além do Sucesso	48	30
3 -	MPB – 100 Anos ao Vivo	23	30
4 -	Eles escolheram a música	13	30
5 -	Os Boêmios	42	30
6 -	História das Escolas de Samba	30	30
7 -	Música puxa conversa	20	30
8 -	Gente da Música	145 (em Produção)	30
9 -	Conversa de domingo	45	30
10 -	Chorinho e Chorões	30	30
11 -	Cadê você	Não informado	Não informado
Série: Música Erudita			
1 -	Domingo com os mestres da música	215 (em produção)	30
2 -	A criança, o maestro e a música	12	30
3 -	História da Música	42	30
4 -	Concerto Brasileiro	30	30
5 -	No mundo da Ópera	30	30
6 -	Como ouvir e entender música	20	30
7 -	No mundo da opereta	31	30
8 -	A canção de câmara no Brasil	10	30
9 -	Caminhos da música	30	30
Série: Literatura			
1 -	Merece ser lido em voz alta	42	30
2 -	Literatura Brasileira: sua história, seus autores	72	15
3 -	Antologia dos Poetas Brasileiros	30	30
4 -	Um conto – Um autor – Uma época	17	30
5 -	Os romances de Érico Veríssimo	07	30
6 -	Estante Clássica	20	15

[210] Não há evidências de que os programas foram listados no documento original em ordem cronológica de exibição.

7 -	O contador de história	52	30
Série: Educação			
1 -	Vale mais quem sabe mais	100	30
2 -	Dúvidas de Português	63	15
3 -	Educação é Questão (1ª série)	35	15
4 -	Educação é Questão (2ª série)	50	15
5 -	30 Minutos importantes	73	30
6 -	O Ensino de hoje	10	15
7 -	O Descobrimento da Terra	26	15
8 -	Nos Caminhos da Comunicação	30	30
9 -	Matemática sem problemas	30	15
Série: Folclore			
1 -	Minerva em Ação Cultural	247 (em Produção)	75, 45, 30
2 -	Era uma vez...	30	30
Série: Esporte			
1 -	Viva o esporte	52	30
Série: Assuntos Gerais			
1 -	Hoje tem espetáculo	20	30
2 -	O céu do Brasil	35	15
3 -	Por dentro da Torre de Babel	10	30
4 -	O Encontro	15	75
5 -	A palavra pela Ordem	44	30
6 -	Coisas nossas	25	30
7 -	Alimentação	15	15
8 -	O Lado Claro da Vida	25	30
9 -	Para você viver melhor (Saúde)	20	15
10 -	A natureza precisa viver (ecologia)	20	15
11 -	A dança e música	45 (em Produção)	30
12 -	História do Rádio-Teatro Brasileiro	10	30
13 -	Novos Horizontes	30	30
14 -	Encontro com a Criança	30	15
15 -	Especiais	42 (em Produção)	variada
Série: História do Brasil			
1 -	Nossa história, nossa música	30	30

Fonte: documento original na BN para o período de programação entre (1970-1979), adaptado pela autora.

Apêndice 2: Sinopses e produtores dos *Informativos-Culturais* (1970-1979)[211].

Nº	Programas	Sinopse	Produtor(es)
Série: Música Popular			
1 -	Nosso Domingo Musical	Temas e curiosidades da música popular brasileira.	Paulo Tapajós
2 -	Além do Sucesso	Depoimento da vida daqueles que fizeram a história do mundo artístico.	Márcia Olivieri e Maria Helena Ferrari
3 -	MPB – 100 Anos ao Vivo	Um século da história da música popular brasileira desde Joaquim Antônio da Silva Callado até os dias atuais.	Ricardo Cravo Albin
4 -	Eles escolheram a música	A Violinista Rosinha de Valença entrevista músicos e cantores que marcaram a nossa música popular.	Rosinha de Valença
5 -	Os Boêmios	Um conjunto seresteiro sob a regência do violinista Homem Gelmini que aborda temas nacionais e estrangeiros.	Mario Jorge e Homero Gelmini
6 -	História das Escolas de Samba	História e evolução do samba e das Escolas de Samba, em todo o país.	Sergio Cabral
7 -	Música puxa conversa	Histórias pitorescas envolvendo compositores, músicos e intérpretes dos nossos anos 50 e 70.	João Roberto Kelly
8 -	Gente da Música	História da música popular brasileira, os nomes que marcaram a MPB.	Ricardo Cravo Albin
9 -	Conversa de domingo	Temas de música popular brasileira.	Allan Lima
10 -	Chorinho e Chorões	A história do chorinho no Brasil. Seus principais compositores e intérpretes.	Lilian Zaremba
11 -	Cadê você	Depoimento de compositores e intérpretes que se afastaram do cenário artístico, mas que deixaram seu nome na história da música popular.	Lúcio Alves
Série: Música Erudita			
1 -	Domingo com os mestres da música	A história dos grandes mestres e como nasceram suas obras.	Paulo Santos
2 -	A criança, o maestro e a música	Curso de iniciação musical infantil.	Maestro Carlos Eduardo Prates
3 -	História da Música	Ensino de música erudita de suas origens até os nossos dias.	Rosette Weissman

[211] Não há evidências de que os programas foram listados no documento original em ordem cronológica de exibição.

4 -	Concerto Brasileiro	Música erudita brasileira, suas raízes, seus principais compositores e intérpretes.	Maestro Cesar Guerra Peixe
5 -	No mundo da Ópera	Explicação detalhada das principais óperas, seus compositores e intérpretes, com o objetivo de despertar o interesse por essa arte.	Zito Batista Filho
6 -	Como ouvir e entender música	Esclarecimentos sobre música erudita com o objetivo de despertar no público em geral e no jovem em particular, o interesse pela música erudita.	Maestro Carlos Eduardo Prates
7 -	No mundo da opereta	A História da opereta através do mundo apresentando um resumo das principais operetas.	Maestro Carlos Eduardo Prates
8 -	A canção de câmara no Brasil	Os principais compositores brasileiros de canção de câmara no Brasil, interpretadas por Maria Lúcia Godoy (voz); Maria Lúcia Pinho (piano); Sergio Abreu (violão).	Maria Lúcia Godoy e Maria Lúcia Filho
9 -	Caminhos da música	Melodias, harmonias e ritmos que falam de figuras, ambientes, épocas e acontecimentos. A música erudita através da inspiração dos grandes gênios.	Zito Batista Filho
Série: Literatura			
1 -	Merece ser lido em voz alta	Análise dos livros de grande evidência em forma de rádio teatro para melhor compreensão do grande público.	Giuseppe Guiaroni
2 -	Literatura Brasileira: sua história, seus autores	A história da literatura brasileira e seus autores.	Prof. Assis Brasil
3 -	Antologia dos Poetas Brasileiros	A poesia brasileira, das origens às tendências atuais.	Aroldo Bruno de Oliveira Firmo Filho
4 -	Um conto – Um autor – Uma época	Cada programa é dividido em 3 módulos: 1º) visão panorâmica da época em que viveu o autor; 2º) Teatralização do conto; 3º) Entrevista com o escritor que selecionar o conto.	Ana Lígia Freschi e Maria de Fátima Dias de Oliveira
5 -	Os romances de Érico Veríssimo	A vida e obra de Érico Veríssimo em apoio a II Maratona Escolar Estudantil.	Domício Proença Filho
6 -	Estante Clássica	O pensamento brasileiro e ontem e de hoje. Uma visão geral da vida e da obra dos nossos melhores ensaístas.	Aroldo Bruno de Oliveira Firmo Filho

7 -	O contador de história	Divulgação da literatura e poesia Infanto Juvenil Brasileira, com o objetivo de despertar na criança e no adolescente o interesse pela Leitura.	Maria Lúcia de Almeida Silva
Série: Educação			
1 -	Vale mais quem sabe mais	Testes de cultura geral, intercalados de música popular. Testes de conhecimentos gerais.	Equipe de Comunicação
2 -	Dúvidas de Português	Esclarecimentos de dúvidas da língua portuguesa englobando assuntos variados de gramática e ortografia sob a forma de perguntas e respostas. Respostas às cartas de ouvintes.	Aurélio Buarque de Holanda
3 -	Educação é Questão (1ª série)	Perguntas e respostas abordando temas de Educação Brasileira. Respostas às cartas de ouvintes.	Professor Arnaldo Niskier
4 -	Educação é Questão (2ª série)	Idem, sendo que as perguntas são respondidas pelo próprio Prof. Arnaldo Niskier. Respostas às cartas de ouvintes.	Professor Arnaldo Niskier
5 -	30 Minutos importantes	Informações úteis sobre a saúde, higiene, etc. Cada programa focaliza diversos assuntos.	Equipe de Comunicação
6 -	O Ensino de hoje	A reforma do ensino: aspectos da Lei 5.692/71. Cada programa focaliza diversos aspectos da Lei 5.692/71.	Paulo Correa
7 -	O Descobrimento da Terra	Grandes viagens do homem pelo mundo, programação da Voz da Alemanha. Cada programa aborda diferentes tópicos sobre o descobrimento da terra, através de viagens pelo mundo.	Adaptado por José Pereira da Silva
8 -	Nos Caminhos da Comunicação	Série de programas sobre o uso da língua portuguesa visando o domínio de técnicas adequadas ao escrever, em conformidade com os padrões da norma culta. A atualização e o aperfeiçoamento da comunicação escrita.	Domício Proença Filho
9 -	Matemática sem problemas	A história da matemática e sua forma de comunicar. A matemática e sua função no mundo moderno.	Professor Arnaldo Niskier e Luiz Fernando
Série: Folclore			

1 -	Minerva em Ação Cultural	O Folclore Brasileiro – Cantigas de norte a sul, coisas e aspectos de nossa gente.	Clovis Paiva
2 -	Era uma vez...	A Literatura oral e escrita, criada pelo próprio povo. As lendas e crendices brasileiras.	João Augusto M. Soares
Série: Esporte			
1 -	Viva o esporte	A história do esporte desde a sua origem até os grandes feitos atuais, no mundo e no Brasil.	Luiz Alberto de Carvalho Alves, Leila Massena e Ademir Menezes
Série: Assuntos Gerais			
1 -	Hoje tem espetáculo	A história do circo no Brasil com depoimento das grandes figuras circenses.	Allan Lima
2 -	O céu do Brasil	Apresentação de alguns dos principais fenômenos de Astronomia – com explicação detalhada.	Astrômomo Ronaldo Rogério de Freitas Mourão
3 -	Por dentro da Torre de Babel	Origem e evolução da linguagem.	Renato Rocha
4 -	O Encontro	Uma revista para você ouvir, quadros sobre assuntos diversos, teatro, música, etc.	Sérgio Viotti
5 -	A palavra pela Ordem	Temas atuais variados, seguindo a ordem alfabética.	Equipe de Comunicação
6 -	Coisas nossas	Programas sobre os Estados Brasileiros.	Equipe de Comunicação
7 -	Alimentação	Informações sobre os alimentos (24) e hábitos alimentares.	Paulo Correa
8 -	O Lado Claro da Vida	Aspectos do dia a dia da vida da cidade.	Chiaroni
9 -	Para você viver melhor (Saúde)	Cuidados básicos que as pessoas devem ter com o objetivo de melhorarem sua saúde. Tópicos abordados: Alimentação, Higiene, Vestuário, etc.	Dr. Miécio de Araújo Jorge Honkis
10 -	A natureza precisa viver (ecologia)	A importância da manutenção do meio ambiente para a sobrevivência do homem. O programa tem como objetivo, uma conscientização para o	Luiz Fernando de Brito Chaves

		problema da destruição dos recursos naturais.	
11 -	A dança e música	A dança dos seus primórdios aos grandes balés. A música de dança: Primitiva, faz feiras, dos palácios e dos teatros. Os bailados brasileiros. Seus autores e principais intérpretes. A escola francesa. A escola russa, a escola norte-americana, o balé moderno.	Alda Accioli
12 -	História do Rádio-Teatro Brasileiro	A história do maior fenômeno de audiência do Rádio Brasileiro. O Rádio-Teatro dos anos 40 e 50.	Mônica Ramos
13 -	Novos Horizontes	Um programa que divulga as grandes descobertas da ciência e a luta dos homens que dedicaram suas vidas ao estudo e à pesquisa pelo progresso da humanidade.	Dr. Miécio de Araújo Jorge Honkis
14 -	Encontro com a Criança	Divulgar histórias, poesias, músicas e cantigas de roda visando entreter o público infantil.	Delninda Jacob e Laura Figueiredo
15 -	Especiais	Programas produzidos para comemorar datas e eventos nacionais ou internacionais.	Não informado
Série: História do Brasil			
1 -	Nossa história, nossa música	É uma série de programas sobre história do Brasil, desde o vice-reinado, até a Proclamação da República, com ilustrações musicais e literárias das épocas em foco.	Marcus de Araújo Góes

Fonte: documento original na BN para o período de programação entre (1970-1979), adaptado pela autora.

Apêndice 3: *Curso Supletivo Dinâmico*

<table>
<tr><th rowspan="2">Disciplinas</th><th rowspan="2">Quantidade de aulas</th><th colspan="3">Lançamentos</th></tr>
<tr><td>1º:
21/05/1972 a 02/1973</td><td colspan="2">2º:
11/06/1973 a 03/1974</td></tr>
<tr><td>Língua Portuguesa</td><td>72</td><td colspan="3" rowspan="9">Território nacional por região:

Centro-Oeste: Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e o Distrito Federal (DF).

Norte: Acre (AC), Amapá (AP), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR).

Nordeste: Alagoas (AL), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI).

Sul: Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).

Sudeste: Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Minas Gerais (MG).</td></tr>
<tr><td>Matemática</td><td>72</td></tr>
<tr><td>Formação de Atitudes para o Trabalho</td><td>72</td></tr>
<tr><td>Ciências</td><td>36</td></tr>
<tr><td>Saúde</td><td>36</td></tr>
<tr><td>Educação Moral e Cívica</td><td>36</td></tr>
<tr><td>Estudos Sociais</td><td>36</td></tr>
<tr><td>Revisão</td><td>50</td></tr>
<tr><td>Total de horas de aula</td><td>142 horas</td></tr>
<tr><td colspan="2">Quantitativo de emissoras transmissoras</td><td colspan="3">Total de 1000 emissoras sendo 38 geradoras, até o ano de 1973</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="2">Quantitativo de participantes pelas recepções:</td><td>Organizada</td><td>Controlada</td><td>Isolada</td></tr>
<tr><td>83.360</td><td>8.097</td><td>3.508</td></tr>
<tr><td colspan="2">Total geral de participantes</td><td colspan="3">94.965</td></tr>
</table>

Fonte: produzido pela autora com dados em Leobons (1984, p. 68-69)[212].

[212] Os documentos originais do *Curso Supletivo Dinâmico* não foram localizados.

Apêndice 4: Parecer nº 45/72 do Conselho Federal de Educação (p. 59-62)
Habilitações Profissionais no Ensino de 2º Grau (Lista geral levantada pela comissão)[213]

Habilitações Profissionais do 2º Grau (lista levantada pela comissão organizadora do Parecer)	
Observação: as habilitações profissionais que não foram contempladas pelo *Projeto Minerva* foram marcadas em **negrito** no quadro	
1 - Agropecuária	27 – Assistente de Administração
2 – Agricultura	28 – Contabilidade
3 – Pecuária	29 – Estatística
4 – Edificações	30 – Publicidade
5 – Estradas	31 – Secretariado
6 – Saneamento	32 – Comercialização e Mercadologia
7 – Agrimensura	33 – Cerâmica
8 – **Mecânica**	34 – **Curtimento**
9 – Eletromecânica	35 – **Calçados**
10 – Eletrotécnica	36 – Refrigeração e Ar Condicionado
11 – Eletrônica	37 – Artes Gráficas
12 – Telecomunicações	38 – **Cervejas e Refrigerantes**
13 – **Instrumentação**	39 – Estruturas Navais
14 – Geologia	40 – Pesca
15 – Mineração	41 – Manutenção de Aeronaves
16 – Metalurgia	42 – Decoração
17 – Química	43 – Tradutor e Intérprete
18 – Petroquímica	44 – Redator-Auxiliar
19 – **Têxtil**	45 – Turismo
20 – **Fiação**	46 – Hotelaria
21 – **Tecelagem**	47 – Enfermagem
22 – **Malharia**	4 8 – Laboratórios Médicos
23 – **Acabamento Têxtil**	49 – Prótese
24 – Alimentos	50 – Ótica
25 – Leite e Derivados	51 – Economia Doméstica
26 – Carnes e Derivados	52 – Instrumentista Musical
OUTRAS HABILITAÇÕES:	
53 – **Auxiliar de Análises de Solos**	59 – **Desenhista de Arquitetura**
54 – Agente de **Defesa Sanitária Vegetal**	60 – **Desenhista de Estruturas**
55 –Agente de **Defesa Sanitária Animal**	61 – **Auxiliar de Escritório** e Técnico de Edificações
56 – **Auxiliar de Adubação**	62 – **Desenhista de Instalações Hidráulicas**
57 – **Auxiliar de Forragens e Rações**	63 – **Desenhista de Estradas**
58 – **Classificador de Produtos Vegetais**	

[213] Para distinguir as profissões contidas na listagem das Habilitações Profissionais do 2º Grau, do Parecer nº 45/72 do CFE (p. 59-62) que não foram contempladas pelo *Projeto Minerva*, marcou-se com fonte em negrito. Assim, as profissões/ocupações que se fizeram presentes nos fascículos estão escritas de forma normal, sem negrito.

64 – **Laboratorista de Solos e Pavimentação**
65 – **Topógrafo de Estradas**
66 – **Desenhista de Agrimensura**
67 – Topógrafo de Agrimensura
68 – Cadastrador de Agrimensura
69 – **Laboratorista de Saneamento**
70 – **Auxiliar Sanitarista**
71 – **Cronometrista**
72 – **Desenhista Mecânico**
73 – **Desenhista de Ferramentas e Dispositivos**
74 – **Desenhista de Instalações Elétricas**
75 – **Desenhista de Máquinas Elétricas**
76 – **Desenhista de Circuitos Eletrônicos**
77 – **Desenhista de Circuitos de Telecomunicações**
78 — **Auxiliar Técnico de Mecânica**
79 – Auxiliar Técnico de Eletromecânica
80 – **Auxiliar Técnico de Eletricidade**
81 – Auxiliar Técnico de Eletrônica
82 – Auxiliar Técnico de Telecomunicações
83 – **Auxiliar Técnico de Instrumentação**
84 – **Desenhista Cartógrafo de Geologia**
85 – **Laboratorista de Geologia**
86 – **Desenhista-Cartógrafo de Mineralogia**
87 – **Laboratorista de Mineralogia**
88 – **Auxiliar Técnico de Instalação de Minas**
89 – Auxiliar Técnico de Metalurgia
90 – **Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas**
91 – **Auxiliar de Laboratório Petroquímico**
92 – **Desenhista de Padronagem**
93 – **Auxiliar de Laboratório Têxtil em Fibras e Tecidos**
94 – **Auxiliar de Laboratório Têxtil em Química**
95 – **Auxiliar de Inspeção de Alimentos**
96 – Auxiliar de Inspeção de Leite e Derivados
97 – **Auxiliar de Inspeção de Carnes e Derivados**
98 – **Auxiliar de Escritório**
99 – Auxiliar de Contabilidade
100 – **Auxiliar de Processamento de Dados**
101 – **Desenhista de Publicidade**
102 – **Corretor de Imóveis**
103 – **Corretor de Mercado de Capitais**
104 – **Promotor de Vendas**
105 – **Despachante**
106 – **Corretor de Seguros**
107 – **Corretor de Mercadorias**
108 – **Auxiliar de Laboratório de Cerâmica**
109 – **Auxiliar de Laboratório em Curtimento**
110 – **Modelador de Calçados**
111 – **Desenhista de Instalações de Refrigeração e Ar Condicionado**
112 – **Desenhista de Artes Gráficas**
113 – **Fotógrafo em Artes Gráficas**
114 – **Desenhista de Estruturas Navais**
115 – **Auxiliar de Laboratório (Pesca)**
116 – **Desenhista de Móveis**
117 – **Desenhista de Decoração**
118 – **Ornamentista de Interiores**
119 – Auxiliar de Enfermagem
120 – **Auxiliar de Administração Hospitalar**
121 – **Auxiliar de Documentação Médica**
122 – **Auxiliar de Fisioterapia**
123 – **Auxiliar de Reabilitação**
124 – **Secretária de Unidade de Internação**
125 – Auxiliar de Nutrição e Dietética
126 – Visitadora Sanitária
127 – **Oficial de Farmácia**
128 – **Laboratorista de Análises Clínicas**
129 – **Auxiliar Técnico de Radiologia**
130 – **Auxiliar Técnico de Banco de Sangue**

Fonte: Conselho Federal de Educação (p. 59-62)

ANEXOS

Anexo 1[214]: Mulheres cônjuges ocupadas – IBGE Censo (1970/2006)

Mulheres cônjuges ocupadas - Brasil - Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e PNAD 2006

Ano	Mulheres cônjuges	Mulheres cônjuges ocupadas	Nível de ocupação
1970	14.233.716	1.388.182	9,8
1980	20.637.098	4.080.420	19,8
1991	27.179.864	7.697.452	28,3
2000	31.656.338	11.881.605	37,5
2006	35.207.185	18.871.779	53,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

Anexo 2[215]: Mulheres por grau de escolaridade – IBGE Censo (1970/2006)

Distribuição das mulheres segundo o grau de escolaridade mais elevado concluído - Brasil - 1970, 1980, 1991, 2000 e 2006

Grau de escolaridade	1970	1980	1991	2000	2006
Fundamental	81,2	76,7	70,9	62,8	52,1
Médio	17,6	19,1	22	28,5	36,3
Superior	1,2	4,2	7,1	8,7	11,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

[214] Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40666.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023. Tabela contida na p. 16.
[215] Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40666.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023. Tabela contida na p. 16.